



RICHARD DE OLIVEIRA MARTINS

**A Regulamentação do Direito de Tendências no
Partido dos Trabalhadores (1986-1992)**

Campinas

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

RICHARD DE OLIVEIRA MARTINS

**A Regulamentação do Direito de Tendências no
Partido dos Trabalhadores (1986-1992)**

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo M. E. do Amaral

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas para obtenção do título de Mestre
em Ciência Política.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação, submetida à banca examinadora.

Campinas

2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M366r Martins, Richard de Oliveira, 1989-
A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores
(1986-1992) / Richard de Oliveira Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Oswaldo Martins Estanislau do Amaral.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Partidos políticos - Brasil. 3.
Trotskismo. I. Amaral, Oswaldo Martins Estanislau do, 1977-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The regulation of the tendencies' right in Worker's Party (Brazil, 1986-1992)

Palavras-chave em inglês:

Workers' Party (Brazil)

Political parties - Brazil

Trotskyism

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral [Orientador]

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Lincoln Ferreira Secco

Data de defesa: 26-02-2015

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 26 de fevereiro de 2015, considerou o candidato RICHARD DE OLIVEIRA MARTINS aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

A blue ink signature of Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral is written over a horizontal line. The signature is highly stylized and cursive.

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

A blue ink signature of Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez is written over a horizontal line. The signature is cursive and includes the letters "AGB" prominently.

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

A blue ink signature of Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco is written over a horizontal line. The signature is cursive and includes the letters "L. Secco" clearly.

RESUMO

Empreendemos uma reconstrução crítica do debate sobre a regulamentação do direito de tendências internas no Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1986 e 1992. Na análise do processo, constatamos o caráter seletivo da implementação das resoluções sobre tendências, mais relacionada com as estratégias e táticas de atuação de cada grupo do que propriamente com sua (in)adequação às regras formais de funcionamento partidário. Assim, a regulamentação se configurou como um instrumento disciplinar de restrição, que pôde ser mobilizado para excluir agrupamentos inteiros do PT.

Palavras-chave: Partidos políticos - Brasil; Partido dos Trabalhadores (Brasil); Trotskismo.

ABSTRACT

Our work undertakes a critical reconstruction of the debate on the regulation of the internal tendencies' right in Brazilian Workers' Party (PT) between 1986 and 1992. We state that the process of regulation and interpretation of this right had a selective character, and that its consequences were more related to the different strategies and tactics chosen by each fraction than properly to the (in)adequacy of those groups to the formal party rules. Thus, the regulation could be used as a disciplinary restriction tool, mobilized to exclude fractions of the party.

Keywords: Political parties – Brazil; Worker's Party (Brazil); Trotskyism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
<i>Considerações preliminares sobre o problema das tendências no Partido dos Trabalhadores</i>	<i>2</i>
<i>Hipóteses e Objetivos Gerais</i>	<i>9</i>
 CAPÍTULO I - O Desenvolvimento das Organizações e as Disputas Intrapartidárias: Considerações Teóricas	 13
1.1. A abordagem sartoriana das subunidades partidárias	13
1.2. Michels, a formação de oligarquias e o problema da democracia nas organizações ...	17
1.3. O modelo de institucionalização de Panebianco: distribuição de incentivos, zonas de incerteza e coalizões dominantes	23
1.4. O processo de institucionalização do Partido dos Trabalhadores	30
1.5. As transformações do Partido dos Trabalhadores a partir de suas relações com o aparelho de Estado	36
1.6. A regulamentação do direito de tendências na literatura sobre o Partido dos Trabalhadores	42
 CAPÍTULO II - O Direito de Tendências no Partido dos Trabalhadores: Regulamentação e Implementação	 47
2.1 A Articulação: Formação do núcleo dirigente petista e o “discurso do petismo autêntico”	48
2.2. A Articulação: elementos para uma análise estrutural	54
2.3 A regulamentação do direito de tendências: o IV EN (1986)	62
2.4 “Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT”	68
2.5. A regulamentação do direito de tendências: o V EN (1987) e o <i>Programa Democrático-Popular</i>	71
2.6. A “Resolução sobre Tendências” (1987)	76
2.7. Uma trégua na disputa	78
2.8. Uma nova fase na regulamentação: “ <i>Momento de Exclusão</i> ”	82
2.9. A “Regulamentação das Tendências Internas” (1990)	87
2.10. A implementação da regulamentação: cerceamento político e luta fracional	91
2.11. Interpretação geral do processo de regulamentação do direito de tendências	96

CAPÍTULO III - A Democracia Socialista e a Regulamentação do Direito de Tendências	101
3.1. O trotskismo, a IV Internacional e sua ala mandelista	101
3.2. As origens da Democracia Socialista: os grupos gaúcho e mineiro, o <i>Em Tempo</i> e a adesão ao Movimento Pró-PT	104
3.3. A Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores	109
3.4. A DS e a regulamentação do direito de tendências: do “Episódio de Salvador” ao V EN (1987)	114
3.5. Contribuições da DS ao debate preparatório do V EN	123
3.6. Os resultados do V EN e a questão das tendências, segundo a DS	130
3.7. A DS e a “estratégia da pinça” no contexto das eleições de 1989.....	131
3.8. A DS e a implementação da regulamentação	136
3.9. O I Congresso (1991) e as tendências	138
3.10. Interlúdio: Um Projeto Para o Brasil, muitos para o PT	142
3.11. As conquistas do I Congresso, segundo a DS	143
3.12. A DS e a expulsão da Convergência Socialista	146
3.13. A Democracia Socialista e o “Fora Collor”	150
3.14. DS: Elementos para uma análise estrutural	153
3.15. Conclusão	159
 CAPÍTULO IV - A Convergência Socialista e a Regulamentação do Direito de Tendências	 165
4.1. Origem da corrente morenista internacional. Histórico das divergências entre as alas mandelista e morenista da IV Internacional	165
4.2. Origens da CS no Brasil e fundação do PT: da Liga Operária à Convergência Socialista	170
4.3. Convergência Socialista, corrente do PT	174
4.4. Interlúdio: A Organização Socialista Internacionalista – O Trabalho (OSI-OT)	177
4.5. A CS e o processo de regulamentação do Direito de Tendências	180
4.6. “ <i>Qual é a Tua, Convergência?</i> ”	182
4.7. Interlúdio: Considerações sobre a tática do “entrismo”	187
4.8. A CS e o I Congresso do PT (1991): O “Antipinça” – uma crítica ao curso estratégico da DS	194
4.9. A CS e o I Congresso do PT (1991): O direito de tendências	197

4.10. Os conflitos intrapartidários no Governo Erundina	202
4.11. O “Fora Collor” e a expulsão	206
4.12. Elementos para análise estrutural: CS.	210
4.13. Conclusão	216
 CONCLUSÃO	 221
<i>Considerações Finais</i>	231
 BIBLIOGRAFIA	 235

*A todos aqueles que, sob muitas bandeiras,
dedicaram parte de suas vidas à construção da IV Internacional.*

AGRADECIMENTOS

À Cléo e ao Paulo, meus pais, por absolutamente tudo.

Aos colegas discentes e aos professores do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp). Aos funcionários do Instituto, da Biblioteca Octávio Ianni e do Arquivo Edgar Leuenroth.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa que tornou possível a pesquisa e a elaboração da dissertação.

Ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, no qual militei e sigo filiado, e às valorosas pessoas que o constroem, dedicando suas vidas a manter erguidas bandeiras essenciais para viabilizar qualquer projeto sério de justiça social e emancipação humana. Em especial, aos militantes de Campinas, São José dos Campos, São Paulo e Belém, ao lado dos quais vivi experiências dotadas de um significado muito profundo, e que me deram oportunidade de aprender lições que ainda quase não há quem ensine.

Aos sempre presentes Antonio Carlos M. Brunheira Jr., Nicolas Andrade Carnier, Gabriel Miranda, Vinícius de Matos, Murilo Campanha, João Calis, Bryan Félix de Moraes e Carlos Leme. Companheiros nas empreitadas, nas vitórias e nas quedas, colegas de barricadas, amigos de todas as horas.

À querida Julia A. Martucci Kumpera, a brasileira mais mexicana que eu conheço, que levou com ela uma fração da alegria de Barão Geraldo. Outra parte enorme foi com a Carla Cristina Fernandes Barbosa, a quem agradeço pela colaboração intelectual intensa e pela presença cheia de vida. Ao Marcos Antonio Rosa Junior, grande amigo que se dispôs a ler os rascunhos da dissertação. À Lígia Carrasco, camarada de sempre. Ao querido Omar Ribeiro Thomaz, que alia como ninguém generosidade e inteligência. À Mariana Novelli Hardman, pela companhia sempre divertida e por aqueles jornais buscados em São Paulo. Ao Rafael Carneiro, ao Yan Caramel, ao Arthur Prado, ao Mateo e ao Sebastián Piracés-Ugarte, por fazerem do Jardim América o melhor lugar pra se morar por esses lados. Ao Andrei F. Campanini e ao Gabriel Nascimento, parceiros das antigas. Ao Vinícius e à Aline Shirazi Conte, ao Daniel Sousa Soares e ao Márcio Oliveira, parceiros da vida toda. Guardo vocês comigo.

Ao Gustavo Ramos Ferraz e ao Allan Moura, colaboradores atemporais. Aos membros D'aldeia, Luiz Eduardo Ramos Ferraz, Fernando Oliveira, Rafael di Francesco, João Caio Cabrino, Vitor Troni Sanches e Francisco Machado, pela música e por tudo que a vida só pode ser com ela. Por consequência, também ao Pagode do Souza, ao Projeto Sibipiruna, à Roda de Choro da Borda de Ouro e à Canja de segunda!

A meu orientador, Prof. Dr. Oswaldo E. do Amaral, pela ajuda imprescindível em todas as fases do trabalho: da delimitação do objeto e da formulação de hipóteses à condução da pesquisa e a escrita do texto. Seu conhecimento profundo do desenvolvimento e da organização do Partido dos Trabalhadores foi fundamental para me permitir o esforço de relacionar as particularidades que me chamavam atenção com um quadro mais geral.

À Profa. Dra. Rachel Meneguello e ao Prof. Dr. Valeriano Mendes da Costa, pelas estimulantes sugestões durante o exame de qualificação. Aos membros da banca, Prof. Dr. Lincoln Secco e Prof. Dr. Alvaro G. Bianchi Mendez, pela produtiva arguição, pertinentes críticas e comentários valiosos. Ao Lincoln agradeço também pela constante solicitude e pela generosidade de ter aberto um espaço para a discussão de minha pesquisa em um de seus cursos na Universidade de São Paulo. Seu auxílio e seus conhecimentos facilitaram sobremaneira o desenvolvimento de meu trabalho. Ao Alvaro, sou grato ainda pelo estímulo e orientação nos primeiros momentos da pesquisa.

Agradeço especialmente a Renato César Ferreira Fernandes e a Euclides de Agrela Braga Neto, talentosos cientistas políticos e estimados amigos cujo conhecimento iluminou pontos cruciais de minha pesquisa. Sei que este texto não teria sido escrito não fosse sua inestimável, recorrente e bem-humorada ajuda. Eles certamente tornaram possíveis quaisquer méritos que meu trabalho porventura possua. Os defeitos ou insuficiências, contudo, são de minha exclusiva responsabilidade.

Por fim, a todos os queridos familiares, colegas e amigos, próximos e distantes, em quem e de quem, “pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto”.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

(Discurso de Luiz Inácio “Lula” da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em setembro de 1981)

Sim, nós temos duas camisas e nunca escondemos isso de ninguém. Somos militantes do Partido dos Trabalhadores e da corrente trotskista Convergência Socialista. E vocês, que tantas vezes vestem duas camisas, ao defenderem dentro e fora do partido os interesses de empresas, de igrejas, de grandes proprietários, mas não o assumem publicamente?

(Valério Arcary, em debate realizado na UFRRJ em junho de 2011, sobre como respondera à questão das “duas camisas” numa reunião do Diretório Nacional do PT, no período da regulamentação do direito de tendências)

*Agora vou mudar minha conduta
Eu vou pra luta, pois eu quero me aprumar
Vou tratar você com a força bruta
Pra poder me reabilitar*

*Pois esta vida não está sopa
E eu pergunto: com que roupa?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?*

(Noel Rosa, “Com Que Roupa”)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIT – Acordo Internacional dos Trabalhadores
AE – Articulação de Esquerda
AEL – Arquivo Edgar Leuenroth
AJS – Alicerce da Juventude Socialista
ALN – Aliança Nacional Libertadora
Art – Articulação
AP – Ação Popular
AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista
BS – Brasil Socialista
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEN – Comissão Executiva Nacional
CET – Centro de Estudos do Trabalho (MG)
CI – IV Internacional – Comitê Internacional
CO – Causa Operária
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos (SP)
CNB – Campo “Construindo um Novo Brasil”
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CS – Convergência Socialista
CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores
COB – Central Operária Boliviana
CORQUI – Comitê de Organização e Reconstrução da IV Internacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DM – Diretório Municipal
DN – Diretório Nacional
DS – Democracia Socialista
EN – Encontro Nacional
FBP – Frente Brasil Popular
FS – Força Socialista
FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional
HV – Hora da Verdade
ILP – *Independent Labour Party* (Inglaterra)
JUC – Juventude Universitária Católica
KPD – Partido Comunista Alemão
LIBELU – Liberdade e Luta
LIT – Liga Internacional dos Trabalhadores
LO – Liga Operária
LPS – Luta Pelo Socialismo
LCR – *Ligue Communiste Révolutionnaire* (França)
MAS – *Movimiento al Socialismo* (Argentina)
MCS – Movimento Convergência Socialista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário (Bolívia)
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTM – Movimento por uma Tendência Marxista

NB – Núcleo de Base
 NE – Nova Esquerda
 O. – Organização
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 OCI – *Organisation Communiste Internationaliste* (França)
 OMB – Organização Marxista Brasileira
 OMO – Organização pela Mobilização Operária
 ORM-DS – Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista
 ORM-POLOP – Organização Marxista Revolucionária Política Operária
 OSI-OT – Organização Socialista Internacionalista – *O Trabalho*
 PCB – Partido Comunista Brasileiro
 PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
 PC do B – Partido Comunista do Brasil
 PCF – Partido Comunista Francês
 PCI – Partido Comunista Internacionalista (França)
 PCO – Partido da Causa Operária
 PCUS – partido Comunista da União Soviética
 PED – Processo de Eleição Direta
 PDT – Partido Democrático Trabalhista
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PO – *Partido Obrero* (Argentina)
 POC-C – Partido Operário Comunista – Combate
 POR – Partido Operário Revolucionário
 POUM – Partido Operário de Unificação Marxista (Espanha)
 PPB – Tese “Um Projeto Para o Brasil”
 PRC – Partido Revolucionário Comunista
 PSB – Partido Socialista Brasileiro
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
 PSF – Partido Socialista Francês
 PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol
 PST – Partido Socialista dos Trabalhadores
 PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
 PRODAM – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
 PT – Partido dos Trabalhadores
 PV – Partido Verde
 QI-CIR – IV Internacional – Centro Internacional de Reconstrução
 SDAP – Partido Social-Democrata Alemão
 SFIO – *Section Française de l'Internationale Ouvrière* (França)
 SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo
 SORG – Secretaria Nacional de Organização
 SU – Secretariado Unificado da IV Internacional
 SWP – *Socialist Workers Party* (Estados Unidos)
 TM – Tendência Marxista
 T-POR – Tendência por um Partido Operário Revolucionário
 TRT – Tribunal Regional do Trabalho
 UFF – Universidade Federal Fluminense
 UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
 UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 UNE – União Nacional dos Estudantes
 URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
 VS – Vertente Socialista

INTRODUÇÃO

Em 1987, o V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (EN) aprovou, entre outras resoluções, a *Regulamentação do direito de Tendências Internas*, com vistas a impor limites à atuação dos diversos agrupamentos políticos existentes dentro do partido. Onze anos depois, José Dirceu, que era Secretário Geral da organização na época do V EN, destacaria esse encontro como “um momento de mudança radical no Partido. O PT assume que seu objetivo é chegar ao governo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 10). Essa perspectiva esteve concretamente colocada pela primeira vez em 1989, quando a Frente Brasil Popular, encabeçada por Lula, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais.

No entanto, a vitória de Collor frustrou as expectativas petistas, e o partido voltou-se à busca das causas que explicariam a derrota. Nesse momento, a regulamentação votada no V EN, que permanecera por mais de dois anos “na gaveta”, volta a entrar na ordem do dia e passa a ser implementada. Pouco antes do VII EN (1990), o Diretório Nacional (DN) do partido exige que as tendências internas se registrem junto à Secretaria de Organização; a solicitação de registro da corrente trotskista Causa Operária (CO) é recusada, e a organização é forçada a abandonar o PT. Em seguida, quando se inicia o ascenso político que culminaria nas mobilizações pelo “Fora Collor!” em 1992, a regulamentação já havia se tornado um eficaz instrumento de restrição política e, com base em suas disposições, outra importante tendência partidária, a também trotskista (e petista de primeira hora) Convergência Socialista (CS), é excluída das fileiras petistas.

A presente pesquisa parte da constatação de uma razoável lacuna nos numerosos estudos sobre o PT até agora empreendidos. Embora vários deles dediquem alguma atenção à regulamentação do direito de tendências, o acalorado debate sobre a questão ainda está por ser devidamente reconstruído. Visando preencher essa lacuna, analisaremos as características das subunidades internas e o nível de fracionamento do partido nos diferentes momentos do período estudado (1986-1992), bem como *a dinâmica da regulamentação, sua relação com a conjuntura política e com as opções estratégicas feitas pelo PT naquele contexto*. Quanto ao debate, nossa preocupação será dar voz aos diferentes setores do partido envolvidos na disputa, uma vez que a literatura tem privilegiado quase que

exclusivamente os pontos de vista da ala majoritária quanto à polêmica das tendências.¹

Ao tratar das tendências, buscaremos identificar as concepções teóricas e estratégicas, suas análises da conjuntura política nacional e internacional e as diferentes propostas para intervenção na luta de classes que defendiam. Acompanharemos a evolução da disputa interna e os realinhamentos políticos dentro do PT, relacionando as concepções teóricas e estratégicas das maiores correntes trotskistas do partido com as posições que sustentaram diante de processos políticos centrais para o partido, e em especial no que diz respeito à regulamentação do direito de tendências. Para tornar mais clara a importância de dedicar atenção à “querela das tendências”, vale a pena situá-la nos marcos gerais da história do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, indicamos a seguir algumas considerações de autores que se dedicaram ao estudo da trajetória petista que contribuem para precisarmos as características mais gerais do partido em sua primeira década.

Considerações preliminares sobre o problema das tendências no Partido dos Trabalhadores.

O PT nasce como um partido de tendências. Sua “Carta de Princípios”, documento fundacional (anterior mesmo ao “Manifesto de Fundação”) que afirmava os compromissos petistas, publicado pela Comissão Nacional Provisória no 1º de maio de 1979, afirmava que “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior”. O direito às frações e tendências decorria imediatamente dessa concepção de democracia partidária: “assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências” (PT, 1979, p. 6).

As próprias características da formação do partido contribuíram para que, de saída, permanecesse praticamente inquestionável o direito de manutenção de agrupamentos internos com fronteiras e redes de lealdade próprias e considerável solidez organizativa. Muitos desses agrupamentos eram anteriores à fundação do partido e, possuindo projetos políticos definidos, participaram enquanto grupos do movimento pró-PT; outros coletivos articulavam-se em torno de origens sociais comuns – o sindicalismo de alguns setores e regiões, determinados movimentos populares ou a militância oriunda das comunidades de base da Igreja Católica. Segundo Lincoln Secco, a grande diversidade social

¹ Keck (1991) e Gadotti; Pereira (1989, p. 143 ss) são exemplo contundentes.

dentro do PT já era nítida durante a formação do partido, característica que lhe conferiu “uma originalidade na história da esquerda brasileira e se corporificou no debate interno, *no direito de tendência e na democracia interna*” (SECCO, 2011, pp. 27; 58, grifo nosso).

No momento de fundação do PT, as amplas divergências programáticas e estratégicas que essas *subunidades partidárias* (SARTORI, 2005)² viriam a apresentar posteriormente não estavam desenvolvidas a ponto de impedir uma atuação comum. Esta unidade, ainda que de saída não implicasse em um nível alto de coesão partidária, estava garantida por alguns acordos políticos: no plano organizativo, a necessidade de fundar, legalizar e consolidar o partido dos trabalhadores; no plano programático, a resolução de enfrentar e superar o regime militar ditatorial.

Secco refere-se ao intervalo que vai dos processos iniciais de formação do partido, em 1978, ao ano de 1983 como um período em que o PT, na ampla maioria das localidades onde já havia conseguido se instalar, encontrava-se “frágil e invariavelmente dividido”. (SECCO, 2011, p.53) A solidez e o grau de autonomia apresentados nesse período por algumas tendências – em especial, as trotskistas – são sintomas dessa fragilidade. Os diversos agrupamentos egressos da luta armada que aderiram ao partido (ALN, AP, MEP, dissidências do PC do B, PCB e MR-8), adeptos de outras vertentes do pensamento marxista, tenderam a se dissolver rapidamente dentro do PT – sendo o PRC e o PCBR as principais exceções. Por outro lado, as correntes trotskistas (CS, DS, OSI-O Trabalho e CO) mantiveram praticamente intactas suas estruturas organizativas próprias ao longo da década de 1980. Por essa razão, em seu uso comum no PT, a expressão “correntes organizadas” (ou “correntes de esquerda”) quase sempre se referia às quatro tendências trotskistas, ao PCBR e ao PRC.

Tratando também do período inicial da organização do PT, Rachel Meneguello (1989) considera que o partido estava dividido em dois grandes blocos, pelo menos até a campanha eleitoral de 1982. No primeiro desses blocos situavam-se “os sindicalistas, os intelectuais, os parlamentares e boa

² Sartori (2005, p. 64) chama atenção para o fato de que uma organização partidária (a *unidade*) é um sistema resultante da articulação (e da desarticulação) de suas partes (as *subunidades*). Trataremos as tendências como subunidades partidárias. No entanto, é necessário esclarecer que a distinção terminológica que Sartori efetua entre *frações* e *tendências* não corresponde ao significado que os petistas atribuíam a esses termos. O autor reserva o termo *tendência* para indicar subdivisões mais difusas, tais como a clivagem entre “esquerda” e “direita”, enquanto que as *frações* são as maiores e mais nítidas subunidades que encontramos, logo abaixo do partido enquanto unidade. Mas ambos os termos, em seu uso corrente dentro do PT, são herdados do jargão leninista, no qual “tendências” são grupos constituídos para defender posições programáticas dentro do partido, cuja estabilidade (durabilidade no tempo) e organicidade (estrutura hierárquica própria, reuniões e finanças regulares, etc.) podem variar. Já as “frações” são grupos mais estáveis que as tendências, com desacordos mais globais em relação às posições majoritárias, e que visam disputar postos nos organismos de direção do partido. Dessa maneira, tanto as “tendências” quanto as “frações” petistas equivalem às “frações” de Sartori. Também é digno de nota que, embora os agrupamentos internos petistas quase sempre se referissem a si próprios como “tendências”, uma ampla gama deles tinha características de fração.

parte dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos”, unificados em torno da estratégia de consolidar o partido, inserindo o PT no quadro político-institucional nacional.³ O segundo bloco, segundo Meneguello, congregava a maior parte dos grupos da esquerda partidária. Para a autora, “tais grupos, fundados em forte doutrinário, mobilizavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista”, estratégia que se contrapunha à institucionalização do partido, ou, ao menos, colocava-a em segundo plano. (MENEGUELLO, 1989, p.72)

A autora subdivide o bloco marxista-leninista do PT a partir de três “orientações políticas básicas” que distinguiam a atuação desses grupos no partido. A primeira delas estaria fundada na concepção de que o PT deveria organizar-se como uma *frente política de massas*, ou seja, o partido se constituiria um espaço *transitório* de atuação para os diversos agrupamentos de esquerda existentes no movimento de massas, possuindo, portanto, um caráter conjuntural, *tático*. Meneguello afirma que esta orientação foi representada principalmente pela tendência Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

A segunda orientação estava representada centralmente pela tendência que viria a adotar o nome Democracia Socialista (DS), organizada em torno do jornal *Em Tempo* e ligada ao Secretariado Unificado, organização internacional trotskista liderada pelo economista belga Ernest Mandel. De acordo com Meneguello, essa orientação consistia em certa “indiferença” quanto à institucionalização do PT, “mas definia-se pela sua construção e desenvolvimento, no sentido de, a médio ou longo prazo, organizar uma *vanguarda marxista-leninista* que teria como condição básica a união dos militantes de esquerda do partido”. (MENEGUELLO, 1989, p. 72.)

Finalmente, uma terceira orientação caracterizava-se por “uma atuação propagandística paralela

³ De acordo com Meneguello (1989, pp. 22-28, grifos meus), “a manutenção da lógica de institucionalização democrática foi o ponto central da dinâmica do desenvolvimento político do regime autoritário brasileiro”, instaurado com o golpe de 1964. A distensão política, iniciada em 1973, esteve pautada por uma “estratégia gradual de liberalização, pela qual se objetivava minimizar os custos da coerção do regime militar, e que implicou, sobretudo, no *revigoramento da arena eleitoral-partidária*, na liberalização gradual da imprensa e na contenção dos órgãos de repressão”. Fundamentando esse argumento, a autora cita Lamounier, que afirma que o projeto de distensão constituiu um modelo de “viabilidade da pressão democratizante pela via eleitoral”, o que não significa dizer que o regime não tenha imposto, durante o período seguinte, medidas visando dificultar a institucionalização dos partidos oposicionistas. Exemplo disso são as exigências instituídas pela alteração da Lei Orgânica dos Partidos, segundo a qual “a obtenção do registro partidário (...) estava vinculada à construção de diretórios municipais segundo o tamanho do eleitorado de cada município, à construção de diretórios regionais em 1/5 dos municípios estaduais, e à construção do diretório nacional segundo a obtenção de diretórios regionais em pelo menos nove Estados”. Essa legislação dificultava sobremaneira a participação de novos partidos no pleito de 1980. Nas eleições seguintes, em 1982, estava instituído o *voto vinculado*, “o qual impunha a coincidência partidária de todos os níveis de candidatos”, de modo que ficavam anulados os votos dos eleitores que indicassem candidatos de legendas diferentes nos diferentes níveis. Tal medida também dificultava a inserção de pequenas agremiações no cenário eleitoral, uma vez que tornava imprescindível que o partido estivesse organizado e apresentasse candidatos em todas as instâncias.

às diretrizes oficiais do PT”. Ainda segundo Meneguello, as críticas que os adeptos dessa terceira orientação faziam às lideranças do bloco dos sindicalistas demonstrariam “concepções sectárias sobre o partido dentro do próprio conjunto de grupos de esquerda”. Os principais representantes dessa orientação teriam sido os agrupamentos trotskistas Convergência Socialista (CS), vinculada internacionalmente à Liga Internacional dos Trabalhadores LIT, organizada em torno das posições do argentino Nahuel Moreno, e a Organização Socialista Internacionalista (OSI-OT), seção brasileira da QI-CIR (IV Internacional – Centro Internacional de Reconstrução) do dirigente francês Pierre Lambert. A OSI editava o jornal *O Trabalho*, nome pelo qual a tendência passaria a ser conhecida. (MENEGUELLO, 1989, p. 73.)

As distintas posições dos grupos da esquerda petista quanto à inserção político-institucional do PT nesse momento fundacional refletem suas *concepções teóricas e estratégicas, suas análises da conjuntura política nacional e internacional e as diferentes propostas para intervenção na disputa política, dentro e fora do partido*. O esquema interpretativo que Meneguello elabora em linhas gerais para o período que vai até 1982 pode ser problematizado e enriquecido se recorrermos a esses fatores; da mesma maneira, podemos acompanhar a evolução da disputa interna no PT em paralelo com as mudanças nas posições e concepções desses grupos. Trataremos dessas questões de maneira detalhada ao longo dos capítulos seguintes, tentando relacionar as concepções teóricas e estratégicas das tendências trotskistas do PT com as posições políticas que defenderam frente a processos políticos centrais para o partido, e em especial no que diz respeito à regulamentação do direito de tendências.

Mas, para melhor delinear o problema, pode ser proveitoso definir desde já de maneira mais precisa a distinção teórica entre o caráter *tático* ou *estratégico* da construção do PT. Os conceitos de “tática” e “estratégia” foram recuperados do jargão militar, mais especificamente da obra teórica do general prussiano Carl von Clausewitz (2003), pela tradição leninista. Por **estratégia** entende-se o objetivo a ser atingido, uma meta de longo prazo; as **táticas**, que se subordinam às estratégias, são as distintas ações visando atingi-las. São, portanto, termos relativos. Na discussão que faziam as correntes marxistas acerca do caráter da adesão ao/permanência no PT, declarar que sua construção era *estratégica*, via de regra, significava admitir que o partido cumpriria um papel dirigente no processo revolucionário brasileiro, “rumo ao socialismo”. Inversamente, se o considerassem *tático*, admitiam que sua permanência no partido estava relacionada ao cumprimento de tarefas conjunturais (por exemplo, a derrubada da ditadura militar, ou ainda a autoconstrução da própria corrente), que por sua vez, eram táticas em relação à estratégia socialista. Nesse caso, a perspectiva de uma ruptura com o PT

não estaria descartada.

É digno de nota que os documentos oficiais petistas tenham, por diversas vezes ao longo dos anos de 1980, reafirmado o caráter estratégico do partido utilizando exatamente este termo, o que demonstra até que ponto o jargão comunista penetrou a construção e os debates partidários no período. No entanto, Secco afirma que, na prática do partido *para fora*, por exemplo nas campanhas eleitorais, tal jargão não encontrava maior ressonância, havendo “uma relação inversamente proporcional entre a importância interna da linguagem radical e a influência na sociedade”. (SECCO, 2011, p. 47)

Retomando a discussão acerca do desenvolvimento do partido e de sua dinâmica interna, podemos dizer que é praticamente consensual na literatura sobre o PT a afirmação de que nos anos iniciais da trajetória petista, “impor uma direção política coerente e única” ao partido “foi uma tarefa difícil e incompleta”. A partir de 1983, no entanto, aparecem os elementos que Secco destaca como centrais para que o Partido dos Trabalhadores entrasse em uma segunda fase, na qual apresenta um grau superior de coesão interna. Um desses elementos é, sem dúvidas, o aumento do peso da institucionalidade sobre o partido,⁴ que passava a lidar com questões de gestão pública cada vez mais concretas conforme elegia prefeitos e parlamentares, mas que sentia também os consequentes efeitos da burocratização e do deslocamento das decisões para instituições alheias ao partido. (SECCO, 2011, pp. 76, 93-94.)⁵ Outro elemento fundamental para a consolidação de uma direção petista é o surgimento da Articulação dos 113.⁶

A formação da Articulação forneceu um centro político ao partido, de maneira tão indiscutível que Pedro Ribeiro chegou mesmo a afirmar que “escrever a história da Articulação/ do Campo Majoritário significa, em grande medida, escrever a história geral do PT”. (RIBEIRO, 2009, p. 213) A Articulação dos 113, encabeçada simbolicamente por Lula, uniu as principais lideranças nacionais do partido no momento, e em especial os dirigentes sindicais de relevo. Embora se apoiasse numa “cultura

⁴ Executiva e parlamentar, mas também sindical. O surgimento da CUT se dá em 1983.

⁵ Para Meneguello (1989, p. 198), um elemento fundamental para a mudança de estratégia do partido em 1983 teria sido a “decepção com o desempenho eleitoral” no ano anterior. A partir dali, o PT buscava “tornar-se um partido mais abrangente”, atraente para bases sociais até então praticamente desligadas do PT, “sobretudo os setores urbanos de classe média”. Segundo a autora, o PT visava ao mesmo tempo reanimar seus laços com o movimento sindical, reiterando “seu perfil claramente voltado para os movimentos sociais”. Em 1985 já estaria configurado um segundo momento na história do partido, caracterizado por esta capacidade de representação ampliada e que culminaria nas vitórias eleitorais de 1988, ainda que com “o custo político de atenuar a ênfase em seu conteúdo programático” (p.199). Vale ressaltar que a Articulação capitaneia essa mudança de estratégia, dirigindo o partido com majoritariedade nas Executivas entre 1984 e 1991.

⁶ Posteriormente, apenas “Articulação”. Por ocasião da ruptura de um setor que se organizou na tendência “Articulação de Esquerda” em 1993, a maioria remanescente adotou o nome “Articulação – Unidade na Luta”. A partir de 1995, a tendência encabeça (e se confunde com) o “Campo Majoritário”, condição mantida até 2005. No 3º Congresso do partido, em 2007, adere ao campo “Construindo um Novo Brasil” (CNB).

‘basista’ e anti-intelectual”, presente no partido desde sua formação, a Articulação atraiu considerável número de intelectuais petistas. Margareth Keck aponta ainda para a participação dos militantes católicos na conformação do grupo, que buscava “impor uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT” (KECK, 1991, p. 135). Portanto, aqueles setores que compunham o bloco “numericamente superior” dentro do partido até 1982, do qual fala Meneguello (1989, p. 70), foram a base social da Articulação, que cresceu rapidamente. Conforme interpreta Lincoln Secco, a Articulação “se via como a reação popular ao elitismo e ao vanguardismo” das correntes que se localizavam à esquerda dentro do PT. (SECCO, 2011, p. 94)

Mesmo no período anterior à fundação da Articulação, aqueles sindicalistas que podem ser considerados como o embrião do grupo já haviam sido responsáveis por costurar os acordos aprovados nos dois primeiros EN’s, garantindo alguma unidade em torno de plataformas de “lutas econômicas”. De acordo com Secco, a posição dos sindicalistas vencia porque “era impossível um acordo entre correntes marcadas por profundas divergências ideológicas” que fosse para além dessas lutas econômicas. (SECCO, 2011, pp. 74-75) Cabe acrescentar que um certo *pragmatismo*⁷, que a Articulação viria a imprimir às políticas e ao programa petista no longo prazo, era nesse momento um elemento que facilitava a aprovação de suas propostas nos EN’s, em detrimento de outras consideradas mais “radicais” ou “ideológicas”. Desse modo, a formação da Articulação viria a consolidar o grupo numa posição dirigente que em larga medida já ocupava, embora com um nível de organização então insuficiente para conferir coesão ao PT de conjunto.

Secco afirma ainda que a Articulação “jamais conseguiu ver a si própria como uma tendência igual às outras”, característica manifesta, por exemplo, no discurso do *petismo autêntico*. (COELHO, 2005, pp. 69 ss., 123.) O autor chega a caracterizar o grupo como uma *antitendência*: embora tivesse um projeto político e uma concepção própria do que o partido deveria ser – posições que, inclusive, acabaria logrando impor ao conjunto do PT –, a Articulação sentiu a necessidade de se organizar de maneira mais eficiente justamente para enfrentar a esquerda partidária. Logo após o V EN, em 1987, a

⁷ O *pragmatismo* petista foi identificado por diversos autores, e mesmo em textos elaborados pelas tendências. A Democracia Socialista (DS), segundo Antonio Ozaí Silva, “ao contrário de algumas Tendências críticas à social-democratização do PT, (...) observou que este partido, *por seu caráter pragmático – inerente à sua natureza* – diferencia-se radicalmente do modelo de partido de quadros e se aproxima das primeiras definições de Marx sobre a organização política dos trabalhadores” (OZAÍ SILVA, 2001a, grifo nosso). Já a corrente Articulação de Esquerda, “racha” da Articulação de 1993, publicou no mesmo ano um “Manifesto aos petistas” em que denunciava os “sintomas perigosos de burocratização” que apresentava o partido, elencando entre eles o pragmatismo. (POMAR, 2000, p. 16) Lincoln Secco associa a característica mais diretamente com a Articulação que, segundo o autor, “aliava o pragmatismo das lutas concretas com uma vaga definição socialista, sempre defendendo o ‘caráter de massas e democrático’ desse socialismo” (SECCO, 2011, p. 123).

corrente organiza um seminário para definir representações estaduais e uma coordenação nacional, buscando um funcionamento mais regular e cotidiano (e não só às vésperas dos Encontros e plenárias partidárias, como até então). No entanto, o seminário não deixou de frisar que “a Articulação não tinha objetivos estratégicos, era apenas uma ‘articulação tática’, a adesão a ela era por ‘solidariedade’, não era centralizada e deveria ter uma ‘estrutura leve’”. Ainda segundo Secco, “a hegemonia da Articulação fazia com que seu caráter de tendência fosse sobrepujado pelo de agregado de todos aqueles que desejavam (ou assim argumentavam) um PT unido e sem tendências”. (SECCO, 2011, p. 124.)

Portanto, no período posterior às eleições de 1982, internamente, o PT começa a ganhar uma direção mais coesa, que se enfrentará cada vez mais com as esquerdas partidárias até meados da década de 1990. Como mencionado anteriormente, é também por volta de 1983 que autores como Rachel Meneguello (1989) e Lincoln Secco (2011) identificam um *segundo momento* petista: a fundação e a institucionalização do partido já estão consolidadas, e a estratégia para a segunda metade dos anos 1980 é a de criar um espaço para o partido na sociedade civil. Meneguello ressalta a *novidade da aproximação entre o PT e setores de classe média urbanos*, ao mesmo tempo em que o partido procura manter vínculos sólidos com o movimento sindical e popular. Secco, por sua vez, aponta uma contradição entre a ascensão das lutas populares (cujo principal marco foi a campanha pelas Diretas Já em 1984, e das quais o Fora Collor de 1992 seria um “último suspiro”) e os resultados eleitorais decepcionantes, em especial a derrota da Frente Brasil Popular que lançou a candidatura Lula para a presidência em 1989. (SECCO, 2011, p. 142.)

Para Margareth Keck, é a partir do ano de 1986 que a discussão acerca dos limites da atuação das correntes internas petistas torna-se “simultaneamente necessária e possível”. (KECK, 1991, p. 138) Àquela altura, os avanços da transição democrática já haviam permitido a legalização dos maiores partidos comunistas (PCB e PC do B) mas, além disso, um fato ocorrido em Salvador no início da campanha eleitoral daquele ano parece ser o estopim da discussão. Alguns membros do PCBR (uma tendência interna) foram presos num assalto a banco empreendido com o objetivo de levantar fundos para a Revolução Nicaraguense, e se declararam militantes do PT. Apesar de imediatamente expulsos pela direção do partido, o caso foi bastante divulgado na mídia. O IV EN (1986) dedicou uma pequena resolução de três parágrafos ao assunto e colocou oficialmente a questão na ordem do dia. É a partir desse momento que acompanharemos o debate sobre o direito de tendências no PT.

Objetivos Gerais e Hipóteses

Os objetivos gerais do presente trabalho são os de acompanhar os diferentes momentos do processo de regulamentação das tendências, reconstruir os debates sobre o tema a partir das perspectivas das correntes envolvidas e tecer uma interpretação a respeito. Fazendo-o, acreditamos contribuir para o estudo da temática da *utilização seletiva de regras* no interior das organizações partidárias.

Na análise do processo de regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores, distinguimos duas fases. Na primeira, de 1986 a 1989, tem lugar a *regulamentação propriamente dita*, isto é, a formulação e a aprovação de regras formais para a atuação das tendências. Em outras palavras, um processo concreto de definição das *regras formais* de funcionamento do partido, que, como sabemos, constituem uma das “zonas de incerteza” de que fala Panebianco (1990, p. 86).⁸ Na segunda fase do processo, de 1990 a 1992, ocorre a *implementação* das resoluções sobre tendências, isto é, têm lugar iniciativas do Diretório Nacional no sentido de exigir a adequação das tendências à regulamentação. É nesse momento que a regulamentação passa a ser, de fato, um instrumento disciplinar de restrição, que pôde ser mobilizado para excluir agrupamentos inteiros do PT. Ao longo de nosso estudo, buscaremos identificar quais os fatores decisivos para essa mudança no caráter do processo, e de que maneira eles se relacionam.

Em sua *História do PT*, Secco avalia a existência das tendências internas, principalmente nos primeiros anos da trajetória petista, como “fator de riqueza de debate interno e de crise de direção”. (SECCO, 2011, p. 93) Embora trace as linhas gerais das principais disputas internas no partido, infelizmente dedica apenas algumas frases às expulsões das correntes trotskistas Causa Operária (1991) e Convergência Socialista (1992), decorrentes da implementação da regulamentação do direito de tendências. Informa ainda que no mesmo contexto, pouco após o I Congresso do PT (1991), alguns segmentos menores do partido também deixaram suas fileiras, citando as tendências T-POR e “remanescentes da Ala Vermelha”. Mas chama atenção para um detalhe precioso: enquanto alguns agrupamentos seguiam o caminho da *ruptura*, “outras tendências radicais mantiveram-se no PT (*e apesar das proibições, com finanças, sede e jornais próprios*)”. (SECCO, 2011, p. 156, grifo nosso.)

Diante da implementação da regulamentação do direito de tendências, cabe perguntar por quais

⁸ Segundo Panebianco: “As regras constituem uma zona de incerteza: poucas dentre elas têm um significado unívoco; uma regra necessita quase sempre ser interpretada. Quem tem a faculdade da interpretação goza de uma vantagem de situação em relação a todos os demais atores. Além disso, o controle sobre as regras significa também a possibilidade de tolerar tacitamente desvios em relação àquelas: em todas as organizações, são numerosas as regras que, por acordo mútuo, deixam de ser observadas...”. (PANEBIANCO, 1990, p. 86.) Exploraremos essas indicações mais detidamente no Capítulo I.

razões ela teve efeitos distintos sobre agrupamentos, em tese, parecidos – entre os agrupamentos trotskistas, as correntes Causa Operária (CO) e Convergência Socialista (CS) foram expulsas com base nessa regulamentação, *em diferentes momentos*; já a corrente “O Trabalho” manifestou-se contrariamente às expulsões, mas se manteve no partido, enquanto a Democracia Socialista (DS) quase não correu riscos, e encontrou muitos acordos com a ala majoritária do PT.

Destarte, indicamos duas hipóteses que orientarão nossa abordagem. A primeira é a de que a regulamentação do direito de tendências ofereceu à direção partidária uma ferramenta de restrição coletiva, com vistas a garantir a coesão do partido. A segunda é a de que a implementação dessa regulamentação configurou-se como um processo de luta política, no qual o vitorioso setor majoritário do partido, de fato, restringiu a margem de atuação de agrupamentos oposicionistas.

Se as hipóteses procedem, devemos ser capazes de demonstrar que a implementação teve efeitos distintos sobre as correntes de acordo com o grau de acordo/desacordo entre elas e a Articulação; e, especialmente, de acordo com as formas pelas quais tais acordos e desacordos se expressavam. As relações específicas de oposição entre cada agrupamento minoritário e a direção partidária concretizaram-se nas distintas *táticas de enfrentamento* (ou de *não-enfrentamento*) das quais esses agrupamentos lançaram mão. Avaliando em *quais momentos e de quais maneiras* essas correntes atuaram como oposição, estaremos mais perto de entender as relações particulares entre essas tendências e o processo de regulamentação como um todo.

Uma palavra sobre as fontes. Os principais documentos de que se vale nossa pesquisa são jornais publicados por correntes trotskistas do PT: o *Em Tempo*, da Democracia Socialista (DS) e o *Convergência Socialista*, editado pela tendência homônima (CS). A primeira vantagem dessa opção é a possibilidade de situar as discussões sobre a regulamentação do direito de tendências no contexto de outros debates considerados prioritários pelas próprias tendências, que também apareciam nos jornais.

A segunda vantagem reside no fato de que o acompanhamento cronológico das matérias publicadas permite identificar não apenas as linhas gerais das posições sustentadas pelas correntes, mas também as opções por enfatizar determinados aspectos do debate (em detrimento de outros) e algumas outras sutilezas que, no conjunto, tornam-se bastante significativas. Além disso, enquanto órgãos oficiais de imprensa das tendências, seus jornais tinham um papel de destaque na atividade política dos trotskistas, de modo que podemos saber que as posições neles sustentadas foram de fato defendidas pelos militantes ligados às correntes; a venda regular e a discussão do jornal com ativistas eram tarefas

militantes por excelência, e para algumas correntes trotskistas, seu cumprimento era critério de pertencimento ao grupo.

Além dos jornais, outra fonte privilegiada foi a revista *Teoria & Debate*, onde há grande diversidade de posições, embora predominem aquelas da ala majoritária do partido. Também consultamos documentos internos petistas e das correntes, bem como manifestos e resoluções de Encontros e do I Congresso petista. Além disso, recorreremos amplamente à bibliografia já publicada sobre o partido e, eventualmente, a entrevistas com pesquisadores, militantes e dirigentes das tendências que estiveram no foco de nosso estudo.

A exposição está dividida em cinco capítulos. O primeiro estabelece alguns referenciais teóricos para que compreendamos as relações entre a unidade partidária e suas subunidades, e em especial as lutas intrapartidárias. Em seguida, apresenta certos elementos do desenvolvimento partidário petista que julgamos fundamentais para situar o debate das tendências, tanto em seus aspectos mais pragmáticos quanto a partir de uma perspectiva ideológica.

O capítulo II trata do processo de regulamentação em si. A partir das resoluções de Encontros e do I Congresso, bem como dos principais documentos elaborados pela ala majoritária do PT sobre a necessidade de regulamentar o direito de tendências, buscaremos identificar as características gerais do processo, associando-o com fatos políticos que parecem ter influências mais ou menos diretas sobre ele.

A partir do terceiro capítulo, buscaremos compreender como responderam as duas maiores correntes trotskistas do PT à regulamentação. O capítulo III acompanha as posições da Democracia Socialista (DS), agrupamento que se adequou às normas estabelecidas para a atuação das tendências, permanecendo no PT; o capítulo IV é dedicado à trajetória da Convergência Socialista (CS), que acabaria excluída do partido. Ao longo de ambos, e com maior ênfase no capítulo IV, tivemos a preocupação de indicar também os efeitos da regulamentação sobre as outras duas correntes trotskistas de relevo no PT, a Causa Operária (CO) e O Trabalho (OSI-OT), ainda que de maneira secundária.

A quinta parte do trabalho apresentará as conclusões a que chegamos, a partir da análise documental e das comparações que pudemos estabelecer entre as posições e trajetórias das tendências, bem como entre os distintos efeitos que o processo teve sobre cada uma delas. Também relacionará a regulamentação com os posicionamentos tomados pelo PT, enquanto unidade partidária, diante dos desafios políticos mais expressivos que atravessou durante o período estudado.

CAPÍTULO I

O Desenvolvimento das Organizações e as Disputas Intrapartidárias: Considerações Teóricas

Para que possamos analisar o processo de regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores, convém primeiramente apresentar alguns conceitos e teses desenvolvidos pela literatura sobre partidos, a partir dos quais poderemos construir um referencial teórico para o tratamento do caso empírico. Estabelecer esse referencial é o objetivo do presente capítulo.

Na primeira seção, apresentaremos os conceitos e dimensões analíticas desenvolvidos por Sartori para o tratamento das subunidades partidárias. Em seguida, recuperamos em Michels e Panebianco argumentos centrais na discussão sobre a oligarquização dos partidos, visando relacionar as disputas intrapartidárias com o problema da democracia nas organizações. Na seção seguinte, retomaremos alguns trabalhos que, partindo dessa literatura ou em diálogo com ela, concentraram-se sobre o Partido dos Trabalhadores.

Por fim, na seção final do capítulo, apresentaremos um levantamento sucinto das conclusões e interpretações acerca da regulamentação do direito de tendências encontradas na literatura sobre o PT, em relação às quais situaremos nossa principal premissa: a de que a regulamentação do direito de tendências e a implementação dessa regulamentação configuraram-se como um processo de luta política, no qual o núcleo dirigente petista definiu e utilizou mecanismos formais de funcionamento partidário para restringir a atuação de agrupamentos oposicionistas. Defendida a pertinência da premissa, apresentaremos nossa primeira hipótese, cuja verificação é matéria do capítulo seguinte.

1.1. A abordagem sartoriana das subunidades partidárias.

Em *Partidos e Sistemas Partidários*, Sartori (1982) propõe um esquema analítico diferenciado para os partidos políticos, focado nas *subunidades partidárias*, isto é, nas unidades seguintes “imediatamente abaixo do nível do partido como unidade”. Para o autor, as divisões internas do partido, bem como o tipo de interações delas resultantes, “constituem por si uma área de preocupação distinta e crucial”, cujo estudo permitiria compreender como a unidade (o partido) “é articulada, ou desarticulada, pelas suas subunidades”. (SARTORI, 1982, p. 94)

De acordo com Sartori, os termos consagrados na literatura para definir as subunidades partidárias teriam variado muito, mas a opção consolidada na ciência política norteamericana, “facção”, acarretaria inconvenientes. Por um lado, pela conotação negativa (e não neutra, como pretendem os cientistas políticos estadunidenses) que a palavra tem no uso comum; por outro porque, tradicionalmente, as “facções” foram definidas, mesmo na literatura política, como um tipo bastante específico de subunidade partidária, caracterizado pela pouca durabilidade e baixo (ou nenhum) grau de estruturação interna, podendo ser compreendidas, inclusive, como “as projeções de ambições individuais”, reflexo direto do *personalismo* na política. (SARTORI, 1982, pp. 94-96.)

Sartori opta pelo termo *fração*, uma palavra “mais neutra e menos comprometida”.⁹ Para avançar na compreensão da anatomia partidária, o autor propõe uma distinção entre *tendências* (“uma série estável de atitudes, e não um grupo estável de políticos”, subunidades partidárias difusas) e *frações* (subunidades partidárias mais bem delimitadas e visíveis, um corpo organizado com certo grau de coesão e disciplina), mantendo ainda o termo *facção* para os grupos de poder específicos, atomizados/personalizados. O autor define como *partido atomizado* aquele que se encontra “fragmentado entre vários líderes, com grupos muito pequenos em torno de cada um dos seus líderes [facções] que são, geralmente, membros do parlamento”; a antítese de um partido completamente atomizado seria um partido “totalmente composto por independentes”, apenas com tendências, e, portanto, sem divisões internas evidentes. (SARTORI, 1982, pp. 97-98.)

Como fica evidente, além de existirem diversos tipos de subunidades partidárias, a maioria dos partidos são combinações de diferentes proporções de facções, tendências, independentes e agrupamentos atomizados. Sartori conclui que diferentes subunidades em diferentes proporções e relações produzem unidades diversas: “... diferentes tipos de frações incidem (i) sobre o grau de coesão e, inversamente, de fragmentação de um partido, e (ii) sobre as maneiras e meios das interações e dinâmica intrapartidárias”. (SARTORI, 1982, p. 97.)

Para verificar a natureza dessas interações, o autor estabelece quatro dimensões analíticas: (i) organizacional, (ii) motivacional, (iii) ideológica, (iv) esquerda-direita. A *dimensão organizacional* permite que avaliemos as frações pelo seu grau de autonomia em relação à unidade do partido. É nessa dimensão que se encontra o mais concreto indicador para a avaliação do nível de fracionalização do partido, uma vez que não pode deixar de ser significativo se, e em que medida, as subunidades “operam uma rede de lealdades próprias, realizam congressos, levantam fundos para si mesmas (não

⁹ Apesar de seu significado bastante particular dentro da tradição leninista, que não é discutida pelo autor.

para o partido), têm sua imprensa e seus porta-vozes e – no conjunto – relacionam-se com o partido como grupos quase soberanos”. (SARTORI, 1982 pp. 98-99.) O autor faz questão de ressaltar que a dimensão organizacional pode variar independentemente: o fortalecimento da organização de uma fração pode ser “contagioso”, forçando outras frações a se organizarem para competir em pé de igualdade, sem que por isso essas frações variem em suas características tais como determinadas pelas outras dimensões.

Já a *dimensão motivacional* investiga mais diretamente o “facciosismo” propriamente dito, e distingue frações calcadas em *interesses* (obter vantagens, decorrentes, por exemplo, de ocupar postos na hierarquia partidária, assumindo com frequência uma relação de *clientelismo* com sua base) ou em *princípios* (coesas em torno da defesa de determinada ideia ou programa). A *dimensão ideológica*, indo do “mais ideológico” ao “mais pragmático”, complementa a variável motivacional, uma vez que nada impede, por exemplo, que um grupo extremamente “ideológico” desenvolva relações de clientelismo. Por fim, a *clivagem entre esquerda e direita* “tal como percebida” entra como uma maneira já consagrada, através da qual não só as massas populares, mas também as elites percebem a política, e permite apontar as *tendências nas frações*. (SARTORI, 1982, pp. 99-102.)

Sartori aplica ainda algumas distinções clássicas sobre a ideia de fração, diferenciando as *estratégicas* (com objetivos de longo prazo) das *táticas* (de curto prazo). A questão organizacional é aprofundada pela quantidade de lideranças, que permite distinguir frações *personalistas* (construídas em torno de uma figura) de *frações de coalizão* (uma confederação de frações, ou uma aliança com “muitos coronéis e majores”). Outra variável se refere ao *papel* que as frações e coalizões se propõem a cumprir (e ao desempenho efetivo desse papel): muito esquematicamente, podemos distinguir *grupos de apoio* (frações/coalizões “em cima do muro”, “ansiosas por aderirem ao vencedor e que se contentam com vantagens marginais”), *grupos de veto* (aqueles cuja tática e a estratégia principal é a obstrução) e os *grupos de programa* (frações ou coalizões que buscam governar e impor programas e políticas). Por fim, Sartori chama atenção para o *tamanho* (que pode se expressar na quantidade de votos ou de cargos) e para a *estabilidade-durabilidade* dessas

Abordando a questão das disputas intrapartidárias, o autor afirma que a política intrapartidária, *invisível* aos olhos do público, pode ser considerada *política pura*, “mais simples e mais autêntica” que a política *visível*, que os partidos levam para fora. Isto porque a política intrapartidária é explicada por menos variáveis – podemos deixar de lado “muitos fatores exógenos e variáveis desequilibradoras”, uma vez que participa desses processos um público muito menor e mais homogêneo. A partir dessas

premissas, Sartori conclui: “a estrutura de oportunidades”, isto é, “o contexto geral de recompensas e perdas, de vantagens e sanções” em disputa pelos membros do partido, “relacionada com o fracionismo, pode ser reduzida a duas variáveis: estrutura organizacional e sistema eleitoral – e em última análise ao segundo”. (SARTORI, 1982, pp. 117-119.) O autor desenvolve a idéia da seguinte maneira:

... sempre que o partido é importante, ou seja, sempre que as carreiras políticas se devem fazer através do sistema de carreiras do partido, então a variável crucial – em todos os partidos democráticos e independentemente dos países particulares – é a disposição eleitoral interna; e isso acontece porque a eleição representa, do ponto de vista dos ocupantes de cargos, o elemento central de sua estrutura de oportunidades. (SARTORI, 1982, p. 121.)

Decorre daí a expectativa de que “o comportamento das elites partidárias refletirá uma estratégia de exploração máxima do sistema eleitoral”. Sartori prossegue:

... embora o sistema eleitoral não explique, por si, a variação entre dois e, digamos, entre dez partidos, e não seja, em particular causa suficiente da multiplicação de partidos, ele se torna uma *causa suficiente* da multiplicação de frações. Devo ressaltar que não digo suficiente e necessária. Nem digo *a* causa suficiente. Isso permite que outros fatores causais sejam igualmente importantes. Parece-me, na verdade, que a ideologia também pode ser uma causa suficiente. Da mesma forma, já indiquei que as disposições eleitorais intrapartidárias só constituem uma variável decisiva quando o político não pode, como regra, contornar o sistema de carreira do partido. (SARTORI, 1982, p. 121.)

Outra discussão presente em Sartori é a que diz respeito ao valor atribuído ao fracionismo. Embora o autor concorde que os partidos “não podem, nem devem, ser monólitos”, é evidente em seu texto uma desconfiança quanto ao “valor positivo” do fracionismo que, se não é uma impossibilidade, também não pode ser reivindicado sem defesa e justificação adequadas. O argumento de que “o fracionismo é testemunho da vitalidade e da autenticidade da ‘democracia’ intrapartidária”, por exemplo, para Sartori pode ser uma violação do conteúdo da palavra democracia. (SARTORI, 1982, p. 129.)

Françoise Boucek (2009), preocupada com a problemática do fracionismo, prefere sustentar que o fenômeno pode ter diferentes faces em diferentes condições, e distingue três dinâmicas de fracionismo: o *cooperativo*, o *competitivo* e o *degenerativo*. Enquanto Sartori reconheceria com facilidade a recorrência dos dois últimos tipos, o primeiro seria justamente aquele que exigiria demonstração, defesa e justificação. Para Boucek, isso seria sintomático de um “viés antifracional” dominante na ciência política, que conduziria os teóricos a encarar facções (e frações) como algo negativo, contrárias ao espírito público, como obstáculos ao domínio da maioria. Para a autora, pelo contrário, é perfeitamente possível que o fracionismo, mesmo quando em dinâmica competitiva, ajude

a desenvolver e consolidar uma “harmonia intrapartidária”, facilitando o debate e a comunicação entre base e lideranças e reforçando a direção partidária enquanto tal.

A abordagem de Boucek guarda ainda outras diferenças com a de Sartori. A autora argumenta que o estudo das dinâmicas intrapartidárias tem pouco a ganhar com a elaboração de tipologias, “atributos, dimensões e categorias” como as de Sartori e muitos outros autores, uma vez que frações de tipos opostos (por exemplo, ideológica ou de interesse) podem perfeitamente comportar-se de maneira semelhante, bem como frações do mesmo tipo podem atuar de maneira diversa. Para além disso, os atributos propostos pelas tipologias tendem a não funcionarem bem enquanto indicadores empíricos, pois dissociá-los pode ser quase impossível – problema que é, em larga medida, reconhecido inclusive por Sartori. Para Boucek, é preferível encarar as frações simplesmente como “unidades organizacionais de competição política” e, em vez de apostar na elaboração de uma tipologia a partir de suas características estruturais, focar-se sobre sua dinâmica, sobre sua atividade e sobre as consequências dessa atividade. (BOUCEK, 2009, p. 12.)

No desenvolvimento de nosso trabalho, aceitaremos a recomendação de Boucek e não buscaremos desenvolver ou verificar o enquadramento das subunidades partidárias do Partido dos Trabalhadores numa tipologia. O uso das categorias sartorianas terá como objetivo central oferecer uma descrição mais aprofundada das tendências petistas, adicionando dimensões à análise e possibilitando comparações a partir de aspectos determinados. Mas, para avaliar a *dinâmica* das relações entre essas subunidades, é indispensável identificar o sentido do desenvolvimento da unidade partidária, bem como as condições específicas em que as disputas intrapartidárias foram travadas. Para nos aproximarmos dessas questões, ligadas ao problema da democracia nas organizações, a obra de Robert Michels oferece um excelente ponto de partida. Na seção seguinte, trataremos da célebre “lei de ferro das organizações”, bem como de algumas considerações do autor alemão sobre as disputas intrapartidárias.

1.2. Michels, a formação de oligarquias e o problema da democracia nas organizações.

Para formular sua *lei de ferro das oligarquias*, Robert Michels (2001) parte da análise dos elementos que compõe a estrutura partidária, buscando dar conta de seus aspectos organizativos, psicológicos e intelectuais. De saída, nota que uma organização fixa implica em uma direção igualmente fixa, profissionalizada, tanto por razões administrativas quanto táticas. As razões administrativas surgem do próprio crescimento da organização, que amplia o conjunto das tarefas

administrativas e “obrigações inadiáveis”, o que, além de reforçar o caráter indispensável da direção, acarreta ainda na diminuição do grau de possibilidade de uma “visão global das tarefas”, especialmente do ponto de vista das bases. Consequentemente, “a esfera do controle democrático vai-se contraindo progressivamente a círculos cada vez mais estreitos”, enquanto conforma-se uma hierarquia complexa, mas rigorosamente delimitada. (MICHELS, 2001, pp. 112-113.)

As razões táticas, por sua vez, podem ser compreendidas a partir da definição que Michels propõe dos partidos políticos modernos como “organizações de combate”. “Enquanto tal têm que adaptar-se às leis da tática. Ora, a lei fundamental da ciência da tática é a da prontidão para o ataque”. O *centralismo* surge então como necessidade, visando a garantia da rapidez das decisões e ações. O autor chama atenção para o fato de que, inversamente, a democracia – o método segundo o qual as questões devem passar pela consideração e o julgamento de todos, como expressão do poder compartilhado – “não é de todo compatível com a prontidão para o ataque”, de modo que “num partido político que se encontra em situação de combate, a democracia não pode fazer parte dos ‘usos domésticos’”. Decorreria daí, segundo Michels, “a oposição dos partidos ao referendo interno e a todas as restantes medidas preventivas de caráter democrático”. (MICHELS, 2001, pp. 69-70.)

Somando as razões de ambas as ordens, o autor conclui que “pode dizer-se sem errar que a tendência oligárquico-burocrática da organização partidária nasce de uma necessidade prática. *Essa tendência é o produto inevitável do próprio princípio de organização*” (MICHELS, 2001, pp. 113):

O processo, que começa com a diferenciação das tarefas, vai-se completando por uma série de características que o dirigente adquire por via do seu afastamento em relação às massas. Os dirigentes, que numa fase inicial surgem *espontaneamente* e desenvolvem suas atividades *sem salário e paralelamente à sua vida profissional*, tornam-se funcionários. A este primeiro passo segue-se o segundo, já que a criação de uma *liderança profissionalizada* é apenas o prelúdio para o aparecimento de uma classe dirigente *estável e inamovível*. (MICHELS, 2001, p. 422.)

Vejamos como se encadeiam esses passos. Além das características inerentes a uma “organização de combate”, Michels aponta ainda certos fatores de ordem psicológica que contribuiriam para reforçar a tendência ao isolamento entre dirigentes e dirigidos, bem como ao acúmulo de poder por parte dos primeiros: o *desinteresse* e a *apatia inerente às massas*, sobretudo nos períodos de normalidade; a *gratidão* dessas massas “para com as personalidades que falam ou escrevem em seu nome”, e que por vezes dedicaram a vida a uma causa que elas reconhecem como sua; e mesmo uma

tendência à *veneração dos dirigentes*, por parte dessas mesmas massas.¹⁰ (MICHELS, 2001, pp. 84-85, 89, 93.)

Tratando especialmente da social-democracia alemã até meados da década de 1920, quando publica a segunda edição de *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, Michels aponta que a coesão do partido, quantitativamente calcada na maioria absoluta de militantes de origem operária, permitia falar em uma “relativa unidade social” por ele representada. Esta unidade social seria no máximo relativa porque, do ponto de vista da origem social ou da atividade econômica exercida por seus membros, o partido, ao crescer, extrapolaria necessariamente as fronteiras de classe.¹¹ Mas, se efetivamente existe um fenômeno a que se possa chamar *aburguesamento do partido*, tal não residiria na adesão de algumas centenas de indivíduos oriundos das classes médias e da burguesia ao partido do proletariado, mas sim nas “formas de vida pequeno-burguesas que são criadas pelo próprio partido”, isto é, na própria alteração da condição profissional e, por consequência, sócio-econômica, de seu corpo de funcionários:

Com a passagem do operário socialista do âmbito do trabalho manual para o do trabalho intelectual anda ligado um outro processo de metamorfose com consequências ainda mais vastas. *O operário passa gradualmente do proletariado para a pequena burguesia*. Inicialmente isto acontece no plano profissional e econômico: os salários pagos pelo partido, por envergonhados que possam ser, representam um decisivo aumento quando comparados com a média dos salários auferidos antes da entrada para o funcionalismo do movimento operário e adequam-se à condução de uma existência pequeno-burguesa mediana. Surgiu assim um termo adequado, do ponto de vista da sociologia, o de 'aristocracia operária', o qual faz jus ao fato de o percurso do funcionário do partido ou do sindicato, na maior parte dos casos, não o transformar propriamente num capitalista, embora o eleve muito acima da sua classe de origem. (MICHELS, 2001, pp. 305, 312. O grifo é meu.)

Sem dar à tese a mesma centralidade que pode ser encontrada nas elaborações de alguns autores que se referenciam no marxismo, Michels aponta que “a luta de classes provoca dentro do partido que a conduz *modificações e metamorfoses* sociais”, uma das quais seria justamente a ascensão social de

¹⁰ Como exemplo deste último fator, Michels refere-se à recorrente identificação de partidos e agrupamentos políticos pelos nomes de seus respectivos dirigentes máximos, de maneira análoga ao que ocorre com as seitas e ordens religiosas (!): “... um membro de um partido político moderno não procede diferentemente do que acontecia com monges medievais, os quais, fiéis aos ensinamentos de um mestre, São Domingos, São Bento, Santo Agostinho ou São Francisco, a si mesmos se designavam com o nome do patrono”. (MICHELS, 2001, pp. 95-96.)

¹¹ “Partido significa separação, diferenciação; *pars*, não *totum*. *Partido* implica, pois delimitação. Mas ao mesmo tempo há outras circunstâncias – a saber, a força do número e o objetivo de todo e qualquer partido que é o de tomar conta do Estado – que fazem com que surja uma lei de transgressão que faz com que o partido siga uma tendência imanente no sentido não apenas de extravasar para lá do contingente que geneticamente lhe cabe ou que é definido pelo programa com que foi fundado. (...) A ação da propaganda associada a esta lei da transgressão da base social dos partidos torna-se particularmente ativa durante os períodos eleitorais, altura em que a ‘caçada’ assume formas grotescas...”. (MICHELS, 2001, pp. 47-48.)

“setores ínfimos, mas qualitativamente importantes” da classe operária à pequena-burguesia.¹²

Ora, se a unidade social do partido não pode ser mais do que relativa, uma vez que seu próprio desenvolvimento conduz à reprodução desse tipo de diferenciação, o fundamento da unidade partidária só poderia ser encontrado em seu *programa*. Para Michels, embora de fato seja possível atribuir uma origem de classe a um programa partidário, ela no entanto jamais será capaz de determinar uma unidade de classe *na prática*, pois enquanto persiste a diferenciação social, “a enorme contradição de interesses entre o trabalho e o capital não pode ser superada por via da aceitação de um programa”. Há de se gerar uma contradição de interesses, econômicos e políticos, entre suas camadas aburguesadas (surgidas da própria profissionalização do partido) e suas camadas operárias.

O partido, enquanto mecanismo, enquanto estrutura material, não é automaticamente idêntico ao conjunto de seus filiados ou à classe social que pretende representar. O partido, supostamente, é apenas um meio para alcançar um objetivo mais elevado. Se se torna o objetivo de si próprio, com finalidades e interesses próprios, autônomos, separa-se, numa perspectiva teleológica, da classe que representa (...). Há uma lei social imutável, segundo a qual, em qualquer órgão composto por um conjunto de indivíduos por intermédio de um acordo de divisão de trabalho, logo que este se consolida, se gera um *interesse específico* desse órgão que é interesse do órgão em si próprio e para si próprio. *A existência de tais interesses numa organização conjunta envolve, contudo, o necessário aparecimento de zonas de conflito e de contradições com o interesse do conjunto.* (MICHELS, 2001, p. 418. O grifo é meu.)

Para Michels, o “último elo da longa cadeia dos fenômenos que conferem ao partido político na sua essência interna um traço característico conservador” estaria fundado no *centralismo* característico da “organização de combate”, que permite apontar um *paralelismo entre partido e Estado*. Rigidamente centralizado, o partido se constitui sobre as bases da *autoridade* e da *disciplina*, de modo que reproduz em miniatura a lógica de funcionamento do aparelho estatal, configurando-se em “Estado dentro do Estado”. (MICHELS, 2001, pp. 395-396.) Decorre dessa *base conservadora da organização*, presente mesmo quando ela pretende ser revolucionária, o corolário que o autor propõe na forma de lei sociológica. A longa citação que se segue justifica-se pela minúcia da descrição que Michels nos dá do encadeamento de eventos que se verifica na trajetória de partidos fundados para subverter a ordem – descrição que buscaremos manter em mente quando nos ocuparmos da interpretação das

¹² Michels chega a afirmar que, longe de se caracterizar como uma refutação da “concepção materialista da história” (sobre a qual se assenta toda a teoria marxista), sua enunciação da *lei de ferro das oligarquias*, visaria antes complementá-la: “Não há contradição entre a doutrina segundo a qual a história é vista como ininterrupta sequência de lutas de classe e a doutrina segundo a qual as lutas de classes desembocam na constituição de uma nova oligarquia que se amalgama com a antiga. A doutrina das 'classes políticas' não é contestável pelo marxismo. Porque ela é simplesmente a resultante, não no sentido quantitativo, mas sim em sentido qualitativo, das relações de força que em cada momento procuram encontrar expressão no seio da sociedade”. (MICHELS, 2001, p. 418.) As lutas de classe, que para Trotsky (2011) estavam na raiz de qualquer luta fracional partidária, também para Michels, portanto, são um fator causal determinante sobre os conflitos internos e a dinâmica oligárquica nas organizações.

transformações que se processaram no caso do Partido dos Trabalhadores, apesar de suas especificidades.

Em vez de o partido, com o crescente poder da organização, ganhar em dinâmica revolucionária, o que se verifica hoje é precisamente o contrário: existe uma relação proporcional direta entre o crescimento do partido e o crescimento das precauções e dos temores da respectiva política. Ameaçado pelo Estado e dependente do Estado para poder existir, o partido, que entretanto aumentou em tamanho, está timoratamente interessado em evitar tudo o que possa estimulá-lo grandemente. A própria teoria, ou seja, a ciência, quando necessário, é enfraquecida, falsificada, se os interesses imediatos da organização assim o exigem. A *organização* torna-se o único eixo de vitalidade. O partido, que nos seus anos de juventude nunca se cansava de repetir a sua qualidade de partido revolucionário, não apenas no tocante à natureza do seu objetivo, mas também quanto à escolha dos meios que punha em ação – fazendo-o por necessidade, mas muitas vezes apenas por uma questão de princípios –, logo que ganha em idade ou, dito de outra maneira, logo que ganha a sua maturidade política, não hesita em modificar essas antigas afirmações para passar a declarar que “só é revolucionário no melhor sentido da palavra”, o que significa que já não o é nos meios, que é a única coisa que interessa aos tribunais, e que continua a sê-lo no papel e numa teoria mais ou menos cinzenta. (MICHELS, 2001, p. 397.)

Em síntese: na medida em que cresce, a organização necessariamente “deixa de ser um meio para passar a ser um fim, o objetivo da própria organização”. Consequentemente, muda também o tipo da disputa que, no caso dos partidos operários de gênese classista, revolucionária, travam com os partidos burgueses. “A contradição com os partidos da classe dominante”, aponta Michels, “deixa de ser considerada como fundamental para passar a ser vista em termos de *concorrencialidade*”. (MICHELS, 2001, p. 400. O grifo é meu.) Ora, a adesão prioritária (e por fim exclusiva) à estratégia eleitoral pode ser encarada precisamente como a aceitação de tal concorrencialidade – *disputa* pelo poder, onde antes se falava em *conquista*.

Por fim, resta-nos recuperar a análise efetuada por Michels das formas através das quais se processam os conflitos intrapartidários originados na diferenciação de interesses que acompanha seu desenvolvimento, bem como seu argumento de que a existência desses conflitos não é capaz de contrariar a tendência para a oligarquização das organizações. Uma das ideias que o autor busca desfazer é a de que os impulsos para a *descentralização* partidária possam ser mecanicamente igualados a disputas entre bases e direção. Antes disso, configuram-se muito mais frequentemente como disputas entre uma direção consolidada e aspirantes a essa posição, ou, mais precisamente, “a descentralização é o resultado da ação de minorias dirigentes que, vendo-se subjugadas dentro das instâncias superiores do partido, tomam a iniciativa de recuar para os seus círculos locais de origem”. (MICHELS, 2001, p. 217.) Notemos que o procedimento não é característico apenas das disputas travadas por minorias regionais, sendo igualmente encontrado nas ações de direções setoriais ou de tendências internas.

Michels argumenta que, se partimos da hipótese (para ele, infundada) de que é possível existir verdadeira democracia dentro das organizações partidárias, temos que reconhecer que esse tipo de ação descentralizadora, à medida que visa a fragmentação da autoridade, tem ela própria um caráter antidemocrático. Mas vai ainda mais longe, afirmando que tais iniciativas descentralizadoras manteriam intacto o princípio oligárquico, “uma vez que as minorias oposicionistas que pretendem escapar à influência do organismo central rapidamente constituem um organismo central próprio, no qual dominam exatamente com a mesma independência dos seus adversários”. Deixando de lado os argumentos éticos e de princípio, aos quais ambas as partes recorrem com frequência nesse tipo de disputa, o autor conclui que “a exigência da descentralização do poder partidário (...) não tem rigorosamente nada a ver com qualquer movimento orientado para uma maior liberdade individual”. (MICHELS, 2001, pp. 218-220.)

Sempre segundo Michels, na maior parte dos casos as divergências entre grupos de dirigentes ocorrem por motivos de duas ordens: por um lado, por “diferenças de princípio quanto à concepção do mundo ou pelo menos quanto à concepção do desenvolvimento próximo das relações econômicas e políticas e, conseqüentemente, da tática”; por outro lado, podem haver também motivos pessoais, tais como antipatias, desconfianças e intrigas. No entanto, percebe o autor, nos casos concretos o mais comum é que razões de ambas as ordens apresentem-se em formas combinadas, com motivos da primeira ordem conduzindo ao surgimento dos da segunda, que por sua vez “envergonhadamente procuram apresentar-se como se fossem da primeira”. (MICHELS, 2001, pp. 227-228.)

Em todo caso, quando se vê desafiada pelas bases ou por minorias, a oligarquia dirigente tem sempre à mão recursos suficientes para vencer a disputa. Com tal intuito, podem recorrer com facilidade a uma série de expedientes, tais como o de cercear o acesso dos oposicionistas à imprensa¹³, colocar em descrédito os dirigentes dessas minorias (taxando-os de “inexperientes”, “irresponsáveis”, “demagogos”, etc., a partir da privilegiada posição que ocupam enquanto dirigentes consolidados),¹⁴ ou

¹³ A restrição do acesso das minorias à imprensa é apontada por Michels como uma das principais ações recorrentemente tomadas pelos detentores do poder partidário para “limitar tanto quanto possível as possibilidades de os seus adversários exprimirem as suas opiniões”, postura que se harmonizaria com a defesa da disciplina e da submissão como “autênticos postulados da vida partidária”: “De vez em quando, vão inclusivamente ao ponto de introduzir *formas de censura*, nomeadamente impedindo seus colegas suspeitos de tendências rebeldes de escrever em publicações autônomas e obrigando-os a publicar os seus artigos apenas na nos órgãos oficiais do partido, ou seja, em publicações controladas pelos dirigentes da linha oficial”. (MICHELS, 2001, p. 229.)

¹⁴ “Toda e qualquer nova tendência oposicionista dentro do partido é desacreditada sob a acusação de demagogia, como um apelo direto aos descontentes com a direção partidária, e, por mais nobres que sejam os motivos que dêem origem à oposição, por exemplo as mais respeitáveis convicções de natureza tática, objetiva, o movimento – que, sem dúvida, corresponde ao mais elementar direito democrático – será rejeitado por inadequado ou marcado com o sinal ignominioso de uma tentativa de alteração ou de subversão da disciplina partidária. *Convém notar que, neste processo, os líderes, uma vez*

ainda partilhar o poder dentro de limites bastante estritos, domesticando e apaziguando os novos dirigentes ao colocá-los em cargos importantes e honrosos dentro do partido, sem contudo abrir mão da preponderância no poder de que já dispunham.

Para os aspirantes a “novos dirigentes”, pelo contrário – e especialmente quando se encontram em ampla desvantagem numérica, como é frequente – o caminho que leva ao poder partidário é extraordinariamente difícil, “está pejado de espinhos e tortuosidades de toda a espécie, e só o favor das massas pode aplaná-lo”. Por isso, torna-se comum da parte das minorias oposicionistas a postura de postergar os embates, bem como a de se aproximar tanto quanto possível dos pontos de vista e dos métodos da maioria na defesa de seus próprios. É igualmente frequente que busquem para si o rótulo de continuadores lógicos dos “antigos princípios fundamentais” e que se queixem da “falta de sentimentos democráticos por parte dos velhos líderes”. (MICHELS, 2001, p. 238.) Mas, segundo Michels, apenas em dois tipos de situações as divergências conduziriam à *ruptura*:

Tal acontece quando os dirigentes de um dos dois lados revelam um grau demasiado elevado de amor à causa e de fanatismo tático ou orgulho pessoal e ódio ao adversário em desmesura, por outras palavras, ou quando os fatores de conflito são sentidos como demasiado fortes e seriamente encarados ou quando se torna psicologicamente impossível para uma das partes continuar a conviver com a outra no seio do combate permanente pelo controle das bases. Aí dá-se o desmembramento da organização e a cisão entre as bases que passam a organizar-se em agrupamentos partidários distintos, cada um dos quais fornecerá de seguida a imagem oligárquica que já conhecemos. (MICHELS, 2001, p. 239.)

1.3. O modelo de institucionalização de Panebianco: distribuição de incentivos, zonas de incerteza e coalizões dominantes.

Angelo Panebianco (1990) desenvolveu um importante modelo analítico para lidar com o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos. Sua abordagem do processo de *institucionalização* dos partidos é um desenvolvimento da consagrada tese da “sucessão dos fins” das organizações desenvolvida por Michels, segundo a qual o “fim oficial”, para o qual a organização é fundada, é abandonado conforme a mesma se consolida, tornando-se seu fim real a sobrevivência da própria organização. Mas o que Michels elabora enquanto *lei*, Panebianco aceita apenas enquanto *tendência*, a saber, a da passagem “de um momento inicial, no qual prevalecem certas exigências, a outro sucessivo em que prevalecem exigências distintas”. A transição entre esses dois momentos se dá

que detêm o poder, têm a vantagem de surgir sempre com a aura da legalidade, ao passo que as bases rebeladas ou os dirigentes intermédios podem ser sempre atirados para a zona sombria da ilegalidade”. (MICHELS, 2001, p. 258. O grifo é meu.)

pelo processo de *institucionalização* da organização: o partido se consolida, passando “de uma fase de fluidez estrutural inicial (...) a uma fase em que se estabiliza, desenvolve interesses estáveis quanto à própria sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis”. (PANEBIANCO, 1990, p. 56.)

O desenvolvimento organizativo, para Panebianco, é o desenvolvimento das estruturas de poder da organização, da distribuição do poder em seu interior. As interações dentro da organização são sempre “negociações desequilibradas”: ainda que em determinada interação um agente organizativo ganhe mais do que outro, esse ganho de poder está limitado pela natureza da própria troca, pois, para que permaneçam aderindo voluntariamente ao partido, mesmo os agentes organizativos “perdedores” (que podem ser eleitores, filiados, simpatizantes, militantes) têm que permanecer recebendo *incentivos*.

Segundo o autor, os partidos devem distribuir, ao mesmo tempo (a) *incentivos coletivos*, ou seja, aqueles de natureza ideológica, de identidade com a organização, com sua “causa”, de solidariedade entre seus membros, *disponíveis a todos os membros do partido*; e (b) *incentivos seletivos*, isto é, aqueles relacionados à autoridade, ao poder e ao *status*, ou mesmo a vantagens materiais, que estão *disponíveis para apenas alguns membros*, de acordo com as relações hierárquicas (burocráticas) da organização, mas que são fundamentais para garantir o impulso da organização à própria conservação.

Panebianco nota que a oferta de *incentivos coletivos* se encontra sempre associada às atividades orientadas para a busca dos “fins oficiais” de uma organização: “A identidade e a solidariedade se debilitam se é quebrada a fé na realização dos fins; por exemplo, quando as atividades da organização estão em aberto contraste com os fins oficiais”. No mesmo sentido, uma excessiva visibilidade da distribuição de *incentivos seletivos* também debilitaria a credibilidade do partido diante daqueles membros que não os recebem, de modo que a *ideologia*, ao mesmo tempo em que se configura enquanto fonte de *incentivos coletivos* (sendo, portanto, um dos elementos que mantém a unidade partidária), teria também por função “ocultar” a distribuição dos incentivos seletivos. (PANEBIANCO, 1990, p. 42.)

Para que as lideranças partidárias obtenham êxito nos jogos de poder internos, ou seja, na distribuição de incentivos, convém que elas controlem aqueles recursos que são cruciais para a organização, concentrados no que Panebianco denomina como *zonas de incerteza*. Tais zonas de incerteza, existentes em toda organização, nada mais são que aquelas dimensões em torno das quais os dirigentes desenvolvem atividades vitais para a estabilidade das linhas de autoridade da própria organização. São elas: a) a *competência* no manejo das relações político-organizativas, adquirida

através da experiência no partido; b) as *relações com o entorno*, outras organizações ou bases sociais; c) a *comunicação* entre as instâncias; d) as *regras formais*, bem como sua interpretação; e) o *financiamento* partidário; f) o *recrutamento* de novos militantes, bem como a definição dos candidatos a cargos eletivos. O controle de uma ou mais dessas zonas de incerteza por parte de um subgrupo influi em grande medida sobre sua força política dentro do partido, e o acúmulo de recursos suficientes para garantir a estabilidade organizativa e a manutenção de intercâmbios vantajosos define uma *coalizão dominante*.

Assim, as relações da organização com o entorno, com seu *ambiente* institucional, são consideradas por Panebianco como uma zona de incerteza e, portanto, como objeto de disputa entre os agentes organizativos. Segundo o autor, o dilema das relações entre partido e *ambiente* foi frequentemente colocado pela literatura de maneira equivocada. Buscava-se distinguir em quais casos configurava-se uma *adaptação do partido ao ambiente*, e em quais, pelo contrário, o ambiente seria transformado pela organização, através de uma bem-sucedida estratégia de *domínio do ambiente pelo partido*. Em primeiro lugar, Panebianco chama atenção para o fato de que a estratégia elaborada por uma organização depende em larga medida das próprias características ambientais; e mais, pontua que o que chamamos de “ambiente” não passa de uma metáfora que unifica uma pluralidade de cenários distintos (embora, em geral, interdependentes) “nos quais opera, na maioria dos casos de modo simultâneo, toda organização”. (PANEBIANCO, 1990, p. 44.) Aponta ainda que, nos casos concretos, é perfeitamente possível que uma organização desenvolva estratégias de domínio em algumas áreas enquanto aplica estratégias de adaptação em outras:

A história de alguns partidos socialistas (...) ilustra muito claramente esta possibilidade. Enquanto partidos de “integração social”, estas formações desenvolveram poderosos impulsos para o predomínio sobre a própria *classe gardée*. As relações com sua base eleitoral não eram de adaptação passiva. Se tratava, pelo contrário, de uma relação ativa de enquadramento, de doutrinação, de mobilização. Mas, simultaneamente, esses partidos desenvolveram tendências mais próximas da adaptação que do predomínio no âmbito parlamentar, estabelecendo um *modus vivendi*, por precário que fosse, com o sistema institucional existente. (PANEBIANCO, 1990, p. 45.)

Panebianco argumenta que, se a *ideologia*, por um lado, impulsiona a organização a elaborar estratégias de domínio sobre o ambiente (em especial frente a organizações concorrentes), pois disso depende a identidade organizativa (e a distribuição de incentivos coletivos) da organização, os *interesses* (alimentados pelos incentivos seletivos), por outro, estão a favor da conservação da organização e pressionam a mesma a se adaptar ao ambiente. Assim, formula a hipótese de que quanto

maior o predomínio de incentivos seletivos no partido, maior sua tendência à adaptação; quanto maior a importância dos incentivos coletivos, mais chances haveria de que o mesmo desenvolvesse estratégias de predomínio. (PANEBIANCO, 1990, p. 47.)

A partir da noção de *distribuição de incentivos* e da definição das *zonas de incerteza*, podemos nos aproximar do modelo analítico desenvolvido por Panebianco para lidar com a *institucionalização* dos partidos, compreendendo em que medida sua formulação distancia-se da de Michels. Pois, para Panebianco, o que se processa nos partidos, em vez de uma genuína “sucessão dos fins”, é antes uma “articulação dos fins”: uma vez que os “fins oficiais” cumprem a função de manter a *identidade coletiva* da organização, da qual depende até mesmo a legitimidade das lideranças, é imperativo que se desenvolva certo grau de atividade em relação a eles, “mas se tratará de uma perseguição *sub condicione* dos fins, ou seja, com a condição de e na medida em que essa atividade não ponha em risco a organização”. Diante desse processo de articulação, o autor afirma que os fins oficiais do partido tendem a tornar-se “mais vagos e imprecisos” do que eram na fase originária da organização; com frequência, também sua ideologia organizativa deixa de ser *manifesta* (objetivos explícitos e coerentes) e passa a ser *latente* (objetivos implícitos, contraditórios). (PANEBIANCO, 1990, p. 52.)

O autor diverge de Michels também quanto à definição do *objetivo das lideranças*: enquanto Michels definia esse objetivo como a “defesa da sobrevivência da organização”, Panebianco prefere falar em “manutenção da *estabilidade organizativa*”, para a qual a sobrevivência da organização é apenas uma condição prévia, sobretudo para a manutenção das *linhas internas de autoridade*. Esta idéia permite, segundo o autor, “compreender porque as atividades postas em marcha para buscar esse resultado podem ser de diversos tipos: de pura conservação do *status quo*, defensivas e cautelosas em certos casos, ou inovadoras e agressivas em outros”. Ao contrário do que admite Michels, portanto, o crescente conservadorismo político não é o único meio para alcançar a estabilidade organizativa, e a resposta para esse problema, em cada caso concreto, permanece em aberto. (PANEBIANCO, 1995, p. 100.)

Partindo da diversidade das estruturas organizativas apresentadas pelos partidos políticos, bem como da multiplicidade das características dos ambientes em que eles operam, Panebianco nega a validade de postular qualquer “lei de ferro” do desenvolvimento das organizações. Em vez disso, busca identificar as *tendências* que atuam sobre os distintos partidos para elaborar um *modelo de evolução organizativa* (um *tipo ideal* weberiano) em relação ao qual possa situar os desenvolvimentos históricos concretos, isto é, efetuar comparações, medir desvios e encontrar as causas que expliquem as distintas

configurações apresentadas nos distintos casos empíricos.

O conceito de *modelo originário* busca dar conta das variáveis encontradas no momento de surgimento do partido que influenciarão sobre sua institucionalização. Quanto a essa fase inicial, Panebianco considera três fatores como fundamentais. O primeiro (a) diz respeito ao *desenvolvimento organizativo*, à sua construção *stritu sensu*, que pode se produzir por *difusão* ou por *penetração* territorial, ou ainda por uma combinação de ambos os processos. O autor nota que, com frequência, o desenvolvimento de organizações é de tipo “misto”: certo número de agrupamentos locais se constituem autonomamente (difusão), unem-se em nível nacional e, finalmente, a organização nacional dirige o desenvolvimento do partido em localidades onde este ainda não estava constituído (penetração).

O segundo fator definidor do modelo originário (b) é o da *fonte de legitimação da organização*, determinada pela presença ou ausência de uma instituição externa que “patrocine” o nascimento do partido. Se existe uma instituição cumprindo essa função, consequentemente, as *lealdades* produzidas no partido são de tipo *indireto* (direcionando-se, em primeira instância, à instituição patrocinadora, e somente depois ao próprio partido); se não existe instituição patrocinadora, a fonte de legitimação do partido é interna, e se produzem lealdades diretas.

Por fim, o terceiro fator elencado por Panebianco para definir o modelo originário (c) é a presença ou a ausência de uma *liderança carismática*, responsável pela criação do partido e única intérprete autorizada de seus fins oficiais, de modo que a própria existência do partido seja inseparável de sua pessoa. Os três fatores influenciarão de maneira decisiva o *processo de institucionalização* da organização, ou seja, a passagem desse momento fundacional, no qual o partido é compreendido por seus membros como um instrumento para a realização de certos fins (em torno dos quais se constrói uma identidade coletiva, partidária), para uma fase de maturidade, na qual o partido torna-se uma *instituição* com valor em si mesma.

Logo, podemos falar em uma institucionalização bem-sucedida quando a maioria dos partidários considera que existe uma coincidência entre o “bem” da organização e a realização de suas metas; em outras palavras, quando “o que é ‘bom’ para o partido, o que vai na direção de seu reforço face às organizações competidoras, tende a ser automaticamente valorado como parte integrante do próprio fim”; em outras palavras, para a maioria de seus membros, a organização institucionalizada se converte ela mesma em um “fim”. No entanto, como já alertamos, para o autor não se trata de mera

“substituição de fins”, mas sim de uma “articulação” deles: o desenvolvimento dos *interesses* organizativos (distribuição de incentivos seletivos) articula-se com o desenvolvimento de *lealdades* organizativas (distribuição de interesses coletivos), em um “processo que está vinculado à formação de uma ‘identidade coletiva’, guiada e plasmada pelos fundadores do próprio partido”; desse modo, “sobre essas lealdades e interesses se desenvolvem finalmente um impulso e uma tensão permanentes para a autoconservação da organização”, que consolida suas estruturas e se “autonomiza” em certa medida do meio exterior. (PANEBIANCO, 1995, pp. 115-117.)

Para construir seu modelo analítico do processo de institucionalização, Panebianco propõe dois tipos ideais. Uma *institucionalização forte* seria aquela em que o partido conseguisse apresentar altos graus de *autonomia* face ao ambiente e de *sistematização* de sua própria estrutura organizativa, com significativa interdependência de suas subunidades, subordinadas a um “centro” capaz de controlar os recursos organizativos e as relações do partido com seu entorno. Já uma *institucionalização fraca*, pelo contrário, se caracterizaria por reduzidos graus de autonomia ambiental do partido, bem como por menores níveis de sistematização e de coerência estrutural interna, de modo que suas subunidades encontrariam maior autonomia em relação ao “centro” para estabelecer seus próprios intercâmbios (diretos) com o ambiente, havendo maior dispersão do controle sobre o conjunto das zonas de incerteza na organização¹⁵. (PANEBIANCO, 1995, pp. 120-121.)

Panebianco apresenta cinco indicadores que devem ser acompanhados para que possamos definir o grau de institucionalização de um partido, a saber: i) o grau de desenvolvimento de uma *burocracia* central (e conseqüentemente, da *centralização* partidária); ii) o grau de *homogeneidade* entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico (instâncias municipais, por exemplo); iii) modalidades de *financiamento* (com os *aportes regulares* e a *pluralidade de fontes* caracterizando a institucionalização forte); iv) as *relações com as organizações próximas* (por exemplo, sindicatos) – que, no caso de um partido fortemente institucionalizado, tendem a servir como “correias de transmissão” de suas políticas, mas que possuem relações precárias ou inexistentes com partidos de institucionalização fraca; e, finalmente, v) o grau de *correspondência* entre as normas estatutárias e a constituição material efetiva do partido, que tende a ser maior quanto mais forte sua institucionalização

¹⁵ Não está descartado que, em partidos que já tenham experimentado um fortalecimento de seu grau de institucionalização, como efeito de mudanças profundas no entorno, se possa verificar um processo contrário, de “desinstitucionalização”, ou seja, de perda de autonomia em relação ao ambiente e de debilitamento do grau de sistematização organizativa. (PANEBIANCO, 1995, pp. 125-162, 130-131.)

– quando, por exemplo, notamos a predominância *de fato* dos parlamentares sobre a direção partidária em um partido cujos estatutos afirmam que a bancada deveria ser subordinada ao partido, estaríamos diante de um indício de uma institucionalização débil.

A questão da *institucionalização*, portanto, é determinante sobre as formas através das quais ocorrem as disputas intrapartidárias:

Um partido que conheceu um forte processo de institucionalização é uma organização que limita drasticamente as margens de manobra dos atores internos. A organização se impõe sobre os atores, e canaliza suas estratégias por vias obrigatórias e estreitas. (...) Pelo contrário, um partido debilmente institucionalizado é um partido no qual as margens de autonomia dos atores em luta são mais amplas e onde os vínculos das subunidades organizativas com os diversos setores do ambiente asseguram aos grupos rivais um controle autônomo sobre os recursos externos.” (PANEBIANCO, 1995, p. 122.)

O arcabouço conceitual e a metodologia analítica desenvolvidos por Panebianco são bastante conhecidos entre os cientistas políticos, e em diversas ocasiões, foram aplicados no estudo do Partido dos Trabalhadores. Na seção seguinte, teremos oportunidade de verificar brevemente algumas das conclusões a que chegaram dois autores brasileiros que, em momentos distintos, utilizaram-se do modelo e das proposições de Panebianco para pensar o PT. A partir das considerações deles, tentaremos fundamentar nossa premissa de que a regulamentação do direito de tendências deve ser interpretada como parte do processo de institucionalização do PT.

Para os fins de nosso trabalho, convém explorar mais detidamente as considerações feitas por Panebianco sobre um dos fatores determinantes do “modelo originário” a partir do qual uma organização se institucionaliza de maneira mais *forte* ou mais *fraca*. O fator que nos interessa especialmente aqui é o segundo (b), que diz respeito à *fonte de legitimação* (interna ou externa) da organização. Como vimos, a existência de uma organização “patrocinadora” como fonte externa de legitimação para o partido, segundo Panebianco, promove o surgimento de lealdades indiretas, o que joga contra uma institucionalização de tipo forte.

Mas, quando essa organização externa é *internacional*, nota o autor, a tendência é que ocorra o contrário, já que uma institucionalização forte oferecerá mais garantias de que o partido desenvolva e mantenha sua *autonomia* face ao regime nacionalmente estabelecido. Essa autonomia no plano nacional, contudo, é paga com um alto nível de dependência face à organização extena. Um exemplo contundente dessa tendência é dado pelos partidos comunistas a partir da década de 1920:

Os processos de bolchevização dos partidos comunistas nos anos vinte desembocaram em organizações fortemente institucionalizadas, dominadas por coalizões dominantes coesas; e, no

entanto, sua forte autonomia diante do ambiente nacional esteve acompanhada pela subordinação a uma instituição internacional [a III Internacional estalinizada, e após 1943, o próprio Partido Comunista da URSS] na qual estava depositada sua fonte de legitimação, assim como a das coalizões dominantes que as dirigiam. (PANEBIANCO, 1995, p. 132.)

A questão das lealdades internacionais terá grande importância para o desenvolvimento de nossas hipóteses. O PT, como sabemos, embora tenha desenvolvido relações internacionais com partidos e movimentos de esquerda, não participava formalmente e tampouco se subordinava às deliberações de qualquer instituição internacional. Contudo, suas tendências trotskistas, mantendo a tradição organizativa comunista, participavam de agremiações internacionais, as diversas alas e frações da IV Internacional. Verificar os distintos graus de institucionalização dessas correntes, bem como os níveis de subordinação ou de independência face às organizações internacionais as quais estavam ligadas, nos permitirá avaliar de que maneira esses vínculos internacionais determinavam sua relação com o PT enquanto partido e com sua ala majoritária. Além disso, buscaremos responder de que maneira a coalizão dominante petista identificou e lidou com as lealdades internacionais mantidas por setores do partido, no curso do processo de institucionalização do próprio PT.

1.4. O processo de institucionalização do Partido dos Trabalhadores.

Cláudio Couto (1995) busca verificar em que medida o Partido dos Trabalhadores, tendo uma origem externa ao parlamento, enquanto *partido de oposição*, se ajusta ao desempenho das *tarefas de governo* ao assumir a gestão municipal de São Paulo (1989-1992). Para tal, o autor parte da definição das características originárias do PT, dedicando especial atenção aos aspectos do “modelo originário” que influenciam mais diretamente as atitudes do partido diante das instituições governamentais.

O primeiro elemento do “modelo originário” petista mencionado por Couto é o que ele nomeia como *participacionismo*: um alto nível de participação política, que no âmbito intraorganização se efetivava através dos *núcleos de base* (NB's), que visavam ampliar o envolvimento dos filiados nos processos decisórios, articulando as instâncias de direção e as bases partidárias, bem como o partido e a sociedade civil. Meneguello já definia o papel dos núcleos como o de traduzir a “essência da atividade partidária petista: uma atividade permanente, com reuniões regulares, fundada na militância de seus membros, e que dá preferência às ligações com os movimentos sociais frente às atividades especificamente eleitorais”. (MENEGUELLO, 1989, p. 92.)

Couto visa especificar o que a noção de “participação” representava para os distintos

agrupamentos petistas: para aqueles vinculados aos sindicatos e movimentos sociais, a participação seria fundamental para a obtenção de ganhos em termos de políticas públicas, para o *atendimento de demandas*; para os agrupamentos de esquerda, que têm o Estado como um alvo a ser tomado (e não como um destinatário de demandas), a participação tem um caráter diretamente político, subordinado ao projeto revolucionário que defendem; já para os militantes ligados às CEB's, mais próximos da lógica do movimento social que daquela da esquerda revolucionária, a participação tem ainda um significado adicional, “comunitário”, já que consideram a comunidade como “significativa em si mesma”, e não como algo surgido a partir da mobilização para outros fins. Adiante, veremos como essas distintas compreensões da importância e do significado da participação política se relacionam com a questão das tendências.

Outra duas características do “modelo originário” petista mencionada por Couto, o *extra-estatismo* e o *antiestatismo*, podem ser relacionadas com o surgimento do partido, externo ao parlamento, e com a predominância de um eclético referencial socialista sobre a constituição de uma identidade ideológico-partidária petista e a elaboração de seu programa. O extra-estatismo consistia na exaltação da organização popular e da sociedade civil, a partir da qual se definia que a centralidade da ação partidária deveria estar voltada para a organização dos trabalhadores, e não para a luta parlamentar. O antiestatismo, por sua vez, se caracterizava pela postura de negação das instituições representativas estatais, apontadas como insuficientes e que deveriam ser substituídas por mecanismos de participação direta, como caminho para efetivação de uma “verdadeira democracia”. Note-se que, apesar da presença de características antiestatistas não apenas nos setores da esquerda petista, mas também nas posições de sua “corrente mais moderada, e majoritária, a Articulação”, o PT, mesmo questionando a legitimidade das instituições representativas, “delas participa desde o primeiro momento”. (COUTO, 1995, pp. 82-83, 85.)

Essas três características fazem parte de duas orientações mais abrangentes, reivindicadas pelo “PT originário”: o *movimentismo* e a *lógica revolucionária*. Couto apresenta uma definição weberiana de “movimentismo”, segundo a qual essa orientação se constitui como uma forma de *política negativa*, “uma vez que apenas se incumbe de exigir determinadas ações, sem assumir a responsabilidade direta por sua formulação e implementação”, típica dos movimentos sociais, sindicatos e “grupos de pressão” em geral. Em oposição ao “partido movimentista” estaria o “partido governante”, definido pela preocupação em formular e implementar *políticas positivas* a partir de sua inserção nas instituições democrático-representativas, *agregando interesses diversos* (em vez de *articular interesses comuns*,

como faz um “movimento”) . (COUTO, 1995, p. 88.)

Finalmente, também a *lógica revolucionária*, igualmente orientadora do “PT originário”, estaria em conflito com a “lógica governamental”. Por ser antiestatista e “colocar o ‘outro’ como inimigo”, diz Couto, a lógica revolucionária “nega tanto a função agregadora do partido governante como a sua responsabilidade diante do aparato estatal”. Enquanto se mantinha como partido de oposição, era possível ao PT manter as lógicas movimentista e revolucionária, por exemplo, ao recusar-se de maneira intransigente a negociar dentro das instituições representativas. Mais que isso, da manutenção dessas lógicas decorriam inclusive certas vantagens, como a de aparecer perante as bases com as quais estava vinculado como um partido distinto dos demais, “mais autêntico, mais puro, como o único realmente vinculado às causas populares”. (COUTO, 1995, p. 89.)

Mas ao ingressar no Executivo de importantes prefeituras brasileiras o PT passa a lidar com os desafios de dar respostas ao conjunto da população (e não mais apenas à sua base orgânica) e gerir o aparato governamental. Os rearranjos e transformações decorrentes desse novo desafio ambiental, como corretamente indica Panebianco, não se processam sem crises. É nelas que Couto está interessado quando propõe o estudo do caso da gestão petista à frente do município de São Paulo.

Ao verificar as tensões entre os petistas que ocupavam cargos no diretório paulistano e os membros do partido que ocupavam postos na administração municipal, Couto percebe paralelos com as crises ocorridas “em praticamente todas as prefeituras do PT, desde a experiência de Diadema [1983-1988] até a safra dos prefeitos eleitos em 1988”. A explicação geral para essas crises é dada nos marcos do modelo de Panebianco: havendo uma “cisão básica” entre dirigentes do partido e dirigentes no governo (os comandantes do partido não tinham cargos na administração, e os administradores não ocupavam postos na direção partidária), ambos os grupos estavam sob condições ambientais diferentes.

O autor nota que tal divisão “fez com que uns e outros estivessem submetidos a dinâmicas organizacionais específicas e proporcionadoras de distintos incentivos para a ação”. Aos petistas no governo, pelas condições ambientais que lhes eram impostas, a adoção da “lógica governante” (em detrimento da “lógica revolucionária”) aparecia como um curso de ação racional. Autonomizados em grande medida da máquina partidária, os petistas no governo recebiam estímulos muito mais tênues daquelas “concepções revolucionárias e movimentistas” que marcavam o modelo originário do partido, e que pesavam decisivamente sobre as ações dos dirigentes partidários. (COUTO, 1995, pp. 148-149.)

Recorrendo ao modelo de Panebianco, Couto indica:

... para ocorrer uma mudança na linha política adotada pelo partido, duas condições se fazem necessárias. Em primeiro lugar, a existência de um desafio ambiental que proporcione incentivos à mudança. Segundo, a existência de elementos internos (de predisposições) no partido, que possam ser catalisados por esse desafio ambiental ocasionando a transformação. No caso em questão, apenas os petistas em cargos de responsabilidade governamental defrontaram-se diretamente com o desafio. (COUTO, 1995, p. 149.)

Mas o autor percebe que, no caso paulistano, não é correto resumir a causa das crises aos diferentes lugares organizacionais ocupados pelos petistas, pois outro fator vinha contribuir para gerar esse cenário, a saber, a *exclusão relativa* da corrente majoritária do partido, a Articulação, na formação da equipe de governo. Essa “exclusão relativa”, segundo Couto, não se inseria numa estratégia pré-determinada pelo núcleo dirigente do governo Erundina ou pelos setores do PT que a apoiavam, mas resultava da “conjuntura política que emergiu da prévia partidária”, na qual o candidato indicado pela Articulação, Plínio de Arruda Sampaio, foi derrotado.

Couto fala ainda numa “segunda exclusão”: durante a gestão Erundina, também em sua relação com os demais partidos que ocupavam cadeiras no Legislativo, o PT refletia características de seu modelo originário, negando-se a compor uma coalizão governativa com o PSDB. Essa recusa, baseada na idéia de “independência de classe”, era pertinente do ponto de vista dos princípios partidários, mas tornava o cenário parlamentar mais instável, uma vez que o PT não contava com maioria na Câmara. Uma base restrita de apoio ao governo tornava incerto o desfecho das deliberações, fragilizando o Executivo.

A exclusão de lideranças petistas da equipe de governo na prefeitura de São Paulo teve fortes implicações sobre o processo de mudança sofrido pelo partido. Isto porque aquelas lideranças partidárias que estavam fora do ambiente governamental responderam a essa exclusão com a *retomada da linha política originária do PT* (movimentista e revolucionária). “Radicalizar o discurso era uma forma de obter adesão das bases do partido, mais afeitas ao rigor ideológico originário”, estratégia que comprovou sua eficácia pelas vitórias da Articulação nos encontros partidários que fizeram o balanço da gestão Erundina, bem como pela projeção dos líderes da ala majoritária paulistana que se opunham à gestão, como Rui Falcão. A exclusão de setores importantes do partido acabou por “retardar seu processo de mudança no sentido da lógica de partido governante”:

O ingresso dos setores alijados teria, muito provavelmente, influenciado mais fortemente o PT no sentido de um posicionamento mais moderado e pluralista, na medida em que importantes forças partidárias, inclusive com grande peso na burocracia, teriam sofrido as injunções e arcado com a responsabilidade de “ser governo”. (COUTO, 1995, pp. 251-252.)

Apesar dessas exclusões que marcaram os primeiros anos do governo Erundina, Couto percebe que já em 1989, a partir da campanha da Frente Brasil Popular (FBP), o partido passa a “flexibilizar suas posições, dispondo-se a negociar com outros setores da sociedade (particularmente através de seus representantes no Parlamento)”. Essa *flexibilização*, segundo o autor, demonstra a migração da condição de partido “movimentista e revolucionário”, articulador de interesses e elaborador de uma política negativa, contestadora das regras vigentes, para a condição de partido governante, “capaz de *conciliar* os interesses de diversos segmentos da sociedade (...) e notadamente aqueles segmentos aos quais o difuso ideário petista se contrapunha: a burguesia, o empresariado e setores das classes médias”. (COUTO, 1995, p. 248. O grifo é meu)

Tal flexibilização teria se materializado na ampliação da *política de alianças* petista, pois a partir da FBP, alargou-se o leque de partidos com os quais eram possíveis coligações: se até 1988, as alianças resumiam-se aos PC’s e ao PV, a partir de 1989 e principalmente de 1990, o PSB, o PSDB e o PDT passam a figurar entre os partidos “coligáveis”; nos anos seguintes, a lista se estenderia muito mais. Essa política de alianças mais aberta configuraria um “atenuante” daquele processo de *reação* das elites partidárias que estavam fora dos postos de governo, “em que a linha originária foi reafirmada enfaticamente”. (COUTO, 1995, p. 253).

Podemos passar agora ao tratamento dado por Couto para a questão das tendências petistas. Os argumentos levantados pelo autor, bem como a interpretação que tece acerca do processo são significativos, pois representam bem as posições mais recorrentes na literatura sobre o PT sobre a regulamentação do direito de tendências. O primeiro elemento estruturador da interpretação defendida pelo autor tem a ver com o *motivo* das disputas envolvendo a ala majoritária do PT e as tendências originadas na esquerda clandestina, aquelas que ingressam no PT como grupos possuidores de certa organicidade e de um ideário estruturado. Não à toa, uma das referências de Couto é o panfleto “Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT”, de José Dirceu e Wladimir Pomar, peça central do debate petista sobre o direito de tendências, que teremos oportunidade de analisar no capítulo II. Sobre o conflito entre essas tendências, “portadoras da lógica revolucionária”, e a ala majoritária do partido, afirma Couto:

Eram as tentativas de construírem-se como “partidos dentro do partido”, ao menos até 1992, o motivo central dos embates entre diversas tendências de esquerda existentes no PT e o seu grupo dirigente, organizado de forma mais consolidada na corrente majoritária do partido, a Articulação. (...) O próprio surgimento da Articulação se deu como uma tentativa dos setores hegemônicos no partido (dentre eles os sindicalistas, líderes de movimentos populares e ex-militantes de organizações de esquerda clandestina agora atuantes na burocracia partidária) de

contrarrestar a ação das tendências de corte revolucionário.” (COUTO, 1995, pp. 93-94.)

A caracterização de que haveria “partidos dentro do partido” tornou incontornável o debate sobre o *caráter tático ou estratégico da construção do PT*, recorrente durante a polêmica das tendências internas, a partir de 1986. Ainda segundo o autor, o dilema colocado para as “tendências de esquerda” era o de se assumir enquanto tendência *interna*, tomando o PT como “partido estratégico” ou o de “assumir o formato de uma facção, trilhando um caminho próprio de construção partidária, buscando a criação do ‘verdadeiro partido revolucionário’ e considerando ao PT como uma frente”. O autor afirma uma distinção de *graus* na maneira em que as diferentes tendências de esquerda vivenciaram o dilema: enquanto a DS e O Trabalho são apontadas como tendências que consideravam o PT como partido estratégico, “tal visão (...) não se verificava de forma tão decidida nas considerações do PRC, MRC, da Causa Operária e da Convergência Socialista”. Essas tendências, por sua vez, respondiam “às acusações de que utilizavam o PT como mero instrumento para sua própria política (...) com ataques ao centralismo e ao anticomunismo da direção partidária”. (COUTO, 1995, pp. 92-94.)

A questão das tendências se relacionava diretamente com a discussão da *proporcionalidade* nos órgãos Executivos do partido, como discutiremos no Capítulo II. Mas Couto já chama atenção para o fato de que a restrição do acesso das tendências de esquerda às Executivas era parte de uma estratégia de cerceamento implementada pelo setor majoritário da direção, visando concentrar recursos para a disputa intrapartidária:

Uma das formas que esta [a direção partidária] encontrava para conter o ímpeto das correntes era não permitir que elas tivessem nos órgãos diretivos do partido uma representação equitativa ao seu peso no conjunto dos filiados. Por isso, a representação das chapas votadas em encontros partidários não foi, durante muito tempo, proporcional. (COUTO, 1995, pp. 94-95.)

Segundo o autor, ao criar formas de organização subpartidária (ou, nos termos de Sartori, ao se configurarem enquanto “subunidades partidárias”), as tendências criam novas organicidades, “novos vínculos de lealdade organizacional”, que repercutem nas disputas intrapartidárias. A formação de chapas nos Encontros petistas seria o melhor exemplo dessas lealdades e organicidades em funcionamento, já que o critério básico de demarcação de campos e de composição de listas era “o pertencimento ou a identificação dos filiados a esta ou aquela corrente interna (ou à linha por ela preconizada)”.

Também no movimento sindical, as clivagens entre as distintas chapas de petistas que concorriam, por exemplo, aos postos diretivos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) reproduziam de maneira muito próxima as clivagens entre as tendências internas do PT; as cisões e os laços

estabelecidos no âmbito sindical e no âmbito partidário se influenciavam reciprocamente. Assim, Couto chega a tese central para o raciocínio que desenvolveremos no capítulo II acerca do processo de regulamentação do direito de tendências, a saber, a de que “a apropriação dos elementos constitutivos da linha política originária do PT se dá de forma diferenciada pelos diversos setores do partido”, estando essa diferenciação demarcada, sobretudo, pelas fronteiras entre as tendências; em outras palavras, “*é a divisão intrapartidária em tendências que delinea a estrutura do conflito entre petistas*”. (COUTO, 1995, pp.95-96. O grifo é meu.)

1.5. As transformações do Partido dos Trabalhadores a partir de suas relações com o aparelho de Estado.

Após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal em 2003, complexifica-se o esforço para a compreensão de seu desenvolvimento. Os dilemas e transformações ocasionados pela ocupação da posição de “partido de governo” nas primeiras experiências petistas à frente de gestões municipais antecipam a problemática gerada pela chegada ao ambiente governamental nacional, mas o PT de 2003 já não era o PT de 1988. É possível afirmar que o “aprendizado” petista nas prefeituras e governos estaduais é um momento necessário da trajetória até o poder central, mas há distintas avaliações sobre o caráter desse “aprendizado”, bem como sobre quais os fatores determinantes e a quais necessidades respondia esse processo de transformação do partido. Em todo caso, como foi apontado por Leal (2005, p. 38), a chegada do PT à Presidência da República abriu espaço tanto para as interpretações da trajetória do partido que se atentam para os dilemas internos que acompanham sua inserção institucional cada vez maior, quanto para as que partem da flagrantemente crítica “lógica da degeneração”. Nesse cenário, autores que dialogam com o arcabouço conceitual weberiano que viemos apresentando elaboram novos argumentos e problematizações que permitem, em nossa opinião, situar a regulamentação do direito de tendências de maneira mais precisa no contexto da trajetória petista.

Pedro F. Ribeiro (2008) trata das transformações da estrutura nacional do PT entre 1980 e 2005, a partir de duas dimensões: a funcional, na qual constata o papel crescente dos vínculos com o Estado para a sobrevivência da organização, simultânea a um afastamento entre o partido e a sociedade civil; e a dimensão organizativa, na qual teria ocorrido um fortalecimento da “face pública” do partido, que se autonomiza e passa inclusive a predominar sobre a direção partidária. De acordo com Ribeiro:

A progressiva inserção estatal, fruto principalmente do rápido avanço eleitoral, alterou as relações de poder no PT. Como um partido de profissionais da política, no novo PT mais valem

os cargos públicos. Com isso, os controladores desses cargos se encontram em posição privilegiada no jogo de poder interno: não só porque dominam a estrutura de oportunidades da maioria dos militantes, mas também porque têm esses abundantes recursos humanos a seu dispor. Os parlamentares e mandatários executivos já não podem ser controlados pelos Diretórios e Executivas, como ocorria nos primeiros anos do partido. A face pública ganha em autonomia e poder interno. O reflexo mais evidente dessa ascendência está no processo de parlamentarização da Executiva Nacional. (RIBEIRO, 2008, pp. 269-270.)

Ribeiro pontua que, antes do estabelecimento da aprovação do novo Estatuto do PT em 2001, o arranjo institucional petista tornava-o um partido “mais permeável a pressões basistas”, o que se comprovava pelo envio de delegados das instâncias inferiores até os Encontros Nacionais, bem como pela subordinação das bancadas parlamentares às decisões dos espaços partidários aos quais essas bases tinham acesso. Além disso, a articulação orgânica ascendente do partido era garantida pelas prerrogativas formais atribuídas às instâncias inferiores, por exemplo, a possibilidade de convocação de Encontros municipais por um terço dos filiados, ou de Encontros nacionais e regionais pela mesma proporção dos respectivos diretórios. O partido apresentava um “sistema representativo que atravessava a hierarquia partidária da base ao topo, percorrendo a espinha dorsal dos Encontros”. Dessa maneira, as instâncias inferiores conseguiam exercer um “poder de veto”, sem paralelo em outras agremiações partidárias brasileiras. O arranjo institucional petista conformava “uma estrutura decisória que era, ao mesmo tempo, mais desconcentrada em termos cúpula-base, e mais centralizada no que diz respeito às relações entre as instâncias nacionais, estaduais e locais”. Essa especificidade do arcabouço institucional petista privilegiava a vigência de “um firme respeito à hierarquia partidária, e o cumprimento unívoco de decisões internamente legitimadas (já que deliberadas em instâncias permeáveis às pressões da base)”. (RIBEIRO, 2008, pp. 242-244.)

Outro elemento fundamental no arranjo organizativo do “PT das origens” eram os núcleos de base (NB's). É interessante destacar que, no primeiro estatuto petista (1980), os NB's eram os órgãos fundamentais na base do partido, em detrimento dos DM's. Diversas competências e direitos que, ao longo do tempo, passaram aos DM's eram, de acordo com esse estatuto, atribuições dos NB's, tais como filiar novos membros ao partido, ou ainda a possibilidade de convocar reuniões extraordinárias de instâncias superiores quando articulados na proporção mínima de um terço. Os NB's deveriam ser consultados pelas instâncias superiores acerca das decisões partidárias mais importantes, e deveriam ser, em suma, o espaço privilegiado para militância dentro do partido, oferecendo formação política aos filiados que, por sua vez, a partir das reuniões dos núcleos, interviriam com a política partidária junto à sociedade.

Os “tipos” de NB's entre 1980 e 1991 estavam relacionados justamente às frentes de atuação

partidária: por categoria profissional, local de trabalho ou estudo (para atuação no movimento sindical e estudo), movimento social ou local de moradia (para intervenção no movimento popular). A partir do I Congresso do partido (1991), abriu-se a possibilidade de formação de núcleos por temas ou áreas de interesse (a partir de coletivos de luta contra a opressão, ou de grupos de estudo, por exemplo), bem como a da participação de não-filiados nas reuniões, sendo a estes impedido apenas o desempenho de funções administrativas internas. (RIBEIRO, 2008, pp. 247-8.)

Pelo menos até a disputa eleitoral de 1982, é possível afirmar que os NB's desempenharam um papel importante no partido. A campanha de filiações para atingir a quantidade mínima de membros que viabilizava a existência legal do PT foi conduzida através dos NB's, bem como a própria campanha eleitoral de 1982. Nesse ano, segundo Meneguello (1989), cerca de 5 % dos filiados petistas estava efetivamente integrado a algum núcleo; Ribeiro aponta esse momento como o auge da nucleação no PT. Esse percentual de “nucleados” indica um nível de integração de filiados ao cotidiano partidário sem paralelo em qualquer outro partido brasileiro de então, mas que, de acordo com Ribeiro, não mascara a fragilidade da nucleação petista, mesmo nesse momento máximo. A “capilaridade” do PT (avaliada pelo número de NB's) praticamente não aumentou entre 1982 e 1985, enquanto o número de filiados do partido cresceu mais de 30%.¹⁶

Ribeiro percebe também que, ainda na década de 1980, se estabelece, na prática, uma proeminência das Comissões Executivas sobre os Diretórios. Subvertendo o papel que lhes era imposto pelas regras estatutárias (formais) do partido, as Executivas passaram a acumular “as atribuições mais relevantes na estrutura do partido”, concentrando em si funções e poderes, principalmente aqueles relacionados “à condução política cotidiana e às tarefas mais propriamente administrativas”. Assim:

Tornaram-se as instâncias mais importantes do PT nos períodos inter-Encontros, em detrimento dos Diretórios. A redação final de resoluções, as deliberações sobre o posicionamento oficial do partido frente a fatos inesperados, o relacionamento com as bancadas, o controle do fluxo interno de comunicação, a apreciação de decisões das gestões petistas, as relações cotidianas com atores externos (a mídia, os governos, outros partidos etc.), entre outras atribuições, ficaram, no geral, a cargo das Executivas, por delegação tácita de seus Diretórios. Responsáveis pela convocação dos Encontros e das reuniões dos próprios Diretórios, essas instâncias detêm o poder de agenda sobre os eventos partidários. As pautas das reuniões dos Diretórios também são predeterminadas pelas respectivas Executivas. (RIBEIRO, 2008, p. 245.)

A autonomização da instância executiva, menor e mais coesa em relação à deliberativa, com maior facilidade de reunião e acesso mais direto às informações, é um processo que se verificou e

¹⁶ Os dados estão disponíveis em RIBEIRO, 2010, pp. 230, 248-9.

diversos partidos. Dialogando com as teorias de Panebianco e Michels, Ribeiro relaciona esse processo com a tendência à oligarquização das organizações, nas quais “se as Executivas concentram poderes, controlá-las significa dominar as principais funções partidárias”. A proporcionalidade nas Executivas aparece então como demanda dos setores minoritários para impossibilitar o monopólio de órgãos de tamanha importância por parte do Campo Majoritário. Diante do novo cenário, a *estratégia* complementar do setor majoritário foi a de buscar “perpetuar-se nos cargos estratégicos, *diretamente imbricados com as zonas de incerteza*”. (RIBEIRO, 2008, p. 247.)

A *proeminência* e a *autonomização* das Executivas também podem ser percebidas em relação às instâncias máximas do partido, os Encontros, que segundo Ribeiro sofreram diversas “tentativas de diluição” a partir do início dos anos 1990 por parte da Articulação/Campo Majoritário. Para o autor, tais tentativas de diluição

... possuíam como alvo as facções de esquerda, que tinham nos Encontros seus momentos de maior visibilidade e confrontação com a corrente hegemônica. As tentativas de quebrar o monopólio das tendências nos Encontros eram justificadas pela necessidade de se abrir essas instâncias aos petistas não-alinhados: o *direito* de tendência não deveria ser *obrigação* de tendência, segundo esse raciocínio. (RIBEIRO, 2008, p. 258.)

Uma vez que os Encontros foram o palco de momentos decisivos da disputa sobre o direito de tendências, convém explicar sua dinâmica no período que precede sua “diluição” pela ala majoritária do partido. A pauta de cada Encontro era decidida e divulgada meses antes do mesmo pelo Diretório correspondente, norteando a elaboração das teses pelas diferentes chapas. Como os Encontros inferiores elegiam os delegados para os superiores, a partir dos Encontros municipais e estaduais as chapas eram capazes de estimar seu peso nos Encontros seguintes, negociando e propondo fusões, alianças ou retiradas de teses. No início do Encontro, uma votação definia qual seria a Tese-Guia, a partir da qual as discussões seriam feitas. O texto podia receber adições, emendas e supressões de trechos, propostas pelos delegados, e a partir desse processo as resoluções partidárias eram aprovadas como síntese das negociações em torno do texto original. Por isso, como aponta Ribeiro, os textos finais aprovados pelos Encontros frequentemente:

soavam como “colchas de retalhos”, denominadores mínimos comuns resultantes de complexos processos internos de negociação. Ao cruzar as negociações em torno das resoluções partidárias e das posições político-ideológicas, de um lado, e os acordos em relação aos postos dirigentes, do outro (muitas vezes, um era barganhado pelo outro), essa dinâmica fazia dos Encontros eventos “quentes” e altamente politizados (além de relativamente imprevisíveis). (RIBEIRO, 2008, p. 263.)

O processo de *diluição* dos Encontros ao qual se refere Ribeiro pode ser verificado pela redução de suas competências, pela redução na frequência da realização dos mesmos, e finalmente, pelo prolongamento (e prorrogabilidade) dos mandatos diretivos no partido. Em primeiro lugar, o autor aponta a perda das atribuições eleitorais dos Encontros, que antes do estatuto de 2001, eram os momentos de escolha dos ocupantes dos cargos diretivos, a partir da disputa entre as chapas. A partir de 2001, a formação dos diretórios em todas as instâncias passou a se dar pelo Processo de Eleição Direta (PED).

Na opinião de Ribeiro, os PEDs significaram um empoderamento do *filiado individual* em detrimento das bases efetivamente organizadas, seja em DMs, núcleos ou tendências. A adoção de mecanismos plebiscitários, ao estabelecer uma relação direta “base-dirigentes” por fora dos organismos do partido “reduz a influência interna dos militantes mais ativos e dos líderes intermédios”, e acaba por aumentar o poder e a autonomia das direções, especialmente em nível nacional”, privilegiando, por exemplo, a *mobilização do peso eleitoral difuso* como *atout* nas disputas internas. Ribeiro problematiza o caráter democratizante que os defensores do PED atribuem ao processo, negando que o empoderamento do filiado individual possa ser interpretado como empoderamento da base. Para o autor, o resultado da implantação do PED foi antes o *enfraquecimento das tendências*, assim como das instâncias, lideranças e Encontros intermediários “em relação aos órgãos e dirigentes nacionais, diretamente legitimados pela base”.¹⁷ (RIBEIRO, 2008, pp. 264-265.)

Além disso, com o novo estatuto, o mandato das direções partidárias (de todos os níveis) passou de dois para três anos de duração, podendo ser prorrogado ou antecipado por deliberação de 60% dos membros do DN. Ribeiro nota que essa proposta já era defendida pelo Campo Majoritário petista na metade dos anos noventa. Quanto ao intervalo médio entre os Encontros Nacionais, que na prática já havia se ampliado nos anos de 1990 em relação à década anterior, o novo estatuto aprovou nova elevação, de 24 para 28 meses. Ribeiro pontua ainda que entre 1981 e 2000, as nove gestões do DN duraram em média 27 meses, ou seja, mais que os dois anos previstos; após o novo estatuto, as primeiras duas gestões eleitas permaneceram em média 38 meses à frente do PT. Ribeiro conclui:

Como sublinham diversos autores, a menor frequência de realização de Congressos significa menos poder à base. Com os delegados como representantes, esses eventos constituem o momento pleno de expressão das demandas dos filiados, de decisão sobre alterações importantes nos rumos do partido, e de *accountability* interno, renovando ou não os mandatos dos dirigentes.

¹⁷ Para uma avaliação distinta do significado da implantação dos PEDs no PT, Cf. AMARAL, 2010. Embora não compartilhe de muitas das desconfianças de Ribeiro quanto ao caráter “democratizante” dos PEDs, mesmo Amaral interpreta o conjunto das mudanças na organização interna do PT como reflexo da acomodação do partido a uma posição que concilia sua história/origem com a necessidade de vencer eleições e governar.

Intervalos cada vez mais longos entre os Encontros, assim como Encontros desprovidos de funções relevantes, acarretam maior autonomia à direção, à custa de um enfraquecimento da base. A tendência de esticar o espaçamento entre os Congressos costuma acometer as legendas que estão no governo, ou se encontram em vias de assumi-lo. (RIBEIRO, 2008, p. 256.)

Ribeiro elenca ainda outras propostas que o campo majoritário tentou incluir no estatuto de 2001, mas que foram abandonadas devido à resistência de facções adversárias e, eventualmente, de membros do próprio grupo hegemônico. Destaca que “quase todas apontavam no sentido da concessão de autonomia decisória ainda maior à direção e às bancadas”:

a) Redução do quórum de instalação das reuniões de todos os órgãos e instâncias partidárias, para 30% dos seus integrantes. O quórum no PT sempre foi de 50% mais um dos integrantes da instância, com as deliberações sendo tomadas pela maioria simples dos presentes (à exceção de decisões especificadas nos regulamentos). A mudança dificultaria o uso de práticas obstrucionistas pelas correntes de esquerda, facilitando a obtenção de maiorias pela tática da “contagem dos crachás”. b) Restrição dos mecanismos de proporcionalidade. Propunha-se o retorno de cláusulas de barreira para o ingresso nos Diretórios e Executivas: 20% e 30% dos votos, respectivamente (acima do patamar de 10% que vigorou nos anos oitenta). A proporcionalidade direta e sem cláusula deveria vigorar apenas na eleição das delegações. c) Fim das restrições à reeleição de dirigentes em uma mesma Executiva, e à participação concomitante em mais de uma Executiva. A medida permitiria a perpetuação dos dirigentes nas Executivas; ao mesmo tempo, “superdirigentes” poderiam acumular funções em Executivas dos três níveis partidários. d) Fim da subordinação das bancadas às instâncias partidárias.” (RIBEIRO, 2008, p. 256.)

Resta fazer algumas considerações acerca da dimensão funcional da análise que Ribeiro faz do PT, e que o leva à constatação do papel crescente dos vínculos com o Estado para a sobrevivência da organização, simultânea a um afastamento entre o partido e a sociedade civil. Segundo o autor, até 1995, a fonte predominante de receitas do partido eram as contribuições obrigatórias de detentores de cargos públicos; a partir do ano seguinte, o fundo partidário passa a ser a principal fonte.¹⁸ Quanto ao padrão de profissionalização do partido, os dados analisados por Ribeiro também apontam uma reduzida autonomia em relação aos recursos estatais. A obtenção de um mandato ou a nomeação para um cargo de confiança seguem sendo os principais caminhos de profissionalização da atividade política do militante petista. (RIBEIRO, 2008, p. 171.)

Ribeiro conclui que as transformações do PT apontam para uma dependência cada vez maior do partido em relação ao Estado: “os vínculos estatais são, hoje, muito mais importantes à sobrevivência

¹⁸ Ribeiro nota ainda que a partir de 2000 as doações de grandes empresas “passam a representar grossa fatia da arrecadação”, especialmente em anos eleitorais. (RIBEIRO, 2008, p. 171.)

do PT que os vínculos societários”. Embora fale num “afrouxamento” desses vínculos entre partido e sociedade civil, Ribeiro ressalta que é preciso matizar a compreensão do “deslocamento” do partido “da sociedade para o Estado”, uma vez que sua localização na sociedade civil é ainda privilegiada em relação a seus concorrentes, marca duradoura de seu “modelo originário” particular. “Em alguns casos”, nota o autor, “não se trata de *um ou outro*, mas de *um e outro*”:

O modelo do partido-anfíbio é adequado para descrever o partido hoje. Embora o PT ainda consiga nadar na sociedade civil, está cada vez mais ajustado ao sólido terreno estatal, em um processo de adaptação evolutiva. Com um pé no Estado e outro na sociedade civil, trata-se de um modelo híbrido e, em grande medida, ainda singular no quadro partidário nacional. (RIBEIRO, 2008, p. 172.)

Essa dependência estatal, contudo, acarreta inúmeras pressões sobre as relações de poder dentro da organização. O alto grau de profissionalização da atividade partidária tende a converter a agremiação em um partido “dócil às lideranças”, cada vez mais autônomas em relação à base, como resultado das estratégias mobilizadas com sucesso pelo Campo Majoritário. Assim:

A transformação do PT em uma poderosa máquina em busca de votos o coloca próximo ao modelo de partido profissional-eleitoral desenvolvido por Panebianco – uma atualização do tipo *catch-all*.¹⁹ A proeminência dos representantes públicos sobre as instâncias e dirigentes partidários, o papel marginal dos filiados, a substituição do discurso ideologizado pelo apelo generalista, o financiamento assentado no Estado e nas doações de grandes empresas, a profissionalização das atividades (contratação de *experts* externos), a predominância interna dos incentivos seletivos e dos militantes arrivistas, são atributos adequados para descrever o PT hoje. De partido de massa a partido profissional-eleitoral, o PT confirma a tendência geral de evolução das agremiações contemporâneas. (RIBEIRO, 2008, p. 271.)

1.6. A regulamentação do direito de tendências na literatura sobre o Partido dos Trabalhadores.

A partir da apresentação das ferramentas analíticas de que nos serviremos, bem como de alguns elementos fundamentais extraídos da literatura sobre o Partido dos Trabalhadores, podemos fundamentar a premissa da qual partirão nossas hipóteses: a de que a regulamentação do direito de tendências e a implementação dessa regulamentação configuraram-se como um processo de *luta política*, no qual o vitorioso setor majoritário petista, de fato, impôs restrições à atuação de agrupamentos oposicionistas a partir do controle da zona de incerteza representada pelas “regras formais” de funcionamento partidário.

Algumas considerações se fazem necessárias para estabelecer a pertinência dessa premissa.

¹⁹ Desenvolvido por Kirchheimer (1966).

Embora ela se torne cada vez mais consensual na literatura que trata do PT, ela se distingue das primeiras interpretações do processo, sobretudo das que reverberam argumentos produzidos no interior da ala majoritária do partido. Tais interpretações se caracterizam por desvincular a regulamentação do direito de tendências da estratégia do grupo hegemônico do PT, retirando a ênfase da luta política ou chegando mesmo a considerar a regulamentação como mera *clarificação* das regras de funcionamento do partido.

Keck, uma das primeiras a debruçar-se sobre as tendências petistas, já havia percebido que a “mudança das regras” havia sido promovida pela Articulação a partir de uma segura posição hegemônica. Entretanto, considera que a formação da Articulação contribuía para a democracia interna petista, uma vez que ajudara a “esclarecer posições diferenciadas no interior do partido”, dando a seus membros “a oportunidade de escolher entre elas”. Sem deixar de se caracterizar como uma tentativa de “*impor* uma visão relativamente unificada da natureza e dos objetivos do PT”, a autora considera que a hegemonia da Articulação não chegara a “eliminar as diferenças advindas das tendências”. (KECK, 1991, pp. 136-137. O grifo é meu.)

Mas um ponto cujo destaque é crucial no debate desenvolvido por Keck e pela maioria autores que trataram da questão das tendências petistas no início da década de 1990, era a *necessidade* da regulamentação do direito de tendências. Ao localizar o início da querela das tendências em 1986, no famigerado episódio do assalto a banco em Salvador, a autora comenta que àquela altura a discussão sobre a regulamentação havia se tornado “*necessária* e possível”. A *necessidade* resultava da existência de organizações partidárias “que se utilizava[m] do PT em vista de seus próprios fins”, isto é, “partidos dentro do partido”. (KECK, 1991, p. 138; COUTO, 1995, p. 93. O grifo é meu.)

Gadotti e Pereira nos dão o melhor exemplo de uma interpretação que reduz a regulamentação do direito de tendências à clarificação das regras formais de funcionamento do partido. Concluem que o resultado do debate sobre a regulamentação no V Encontro Nacional (1987) havia sido um revigoramento da “saúde democrática” do partido, posto que se desenvolvia a liberdade de organização partidária interna sem perder de vista a “questão de princípio” da fidelidade partidária: “tendências *do PT*, sim, uma questão de democracia interna e verdadeiro índice de vida política; tendência *no PT*, não, uma questão de princípios”. (GADOTTI; PEREIRA, 1989, pp. 146-147.)

Embora Couto, por sua vez, identifique na formação da Articulação uma necessidade organizativa do grupo dirigente para melhor travar o *embate* contra as “diversas tendências de esquerda

no PT”, também aponta o motivo central das tensões entre as subunidades partidárias nas “tentativas de construir-se como ‘partidos dentro do partido’”. (COUTO, 1995, p. 93.) Assim, ainda que ressalte os elementos de *disputa* envolvidos na polêmica, acaba por reproduzir uma identificação direta (e geralmente implícita) entre “Articulação” (núcleo dirigente) e “petismo autêntico”.²⁰

Podemos apontar duas razões para a predominância no início dos anos de 1990 das interpretações que encararam a regulamentação do direito de tendências como resultado de uma necessidade de definir claramente as regras formais de funcionamento do partido e, portanto, como instrumento de ampliação da democracia partidária. A primeira delas é bastante objetiva: a proximidade cronológica entre a conclusão desses estudos e o processo de enquadramento das tendências dificultava ou impedia uma avaliação total dos efeitos da regulamentação. O livro de Keck, por exemplo, publicado em 1991, é posterior à recusa do registro da Causa Operária (CO) como tendência, mas antecede a expulsão da Convergência Socialista (CS).

Mas não podemos deixar de considerar uma segunda razão para a predominância de uma interpretação mais favorável à Articulação, a saber, o recurso prioritário aos argumentos elaborados pela própria corrente, comum nessa literatura. Levando em conta que são os pontos de vista do setor majoritário que predominam nas resoluções aprovadas pelo partido – o que é recorrente no período que estudamos, dada a superioridade numérica da Articulação nos EN’s e instâncias diretivas do PT –, notamos que é dado muito pouco espaço (às vezes, nenhum) aos pontos de vista das tendências oposicionistas. Enquanto, em algumas publicações elaboradas por militantes petistas, isto resulta do caráter de instrumento de intervenção e formação política que se pretendia atribuir à obra – como nos parece ser o caso do trabalho de Gadotti e Pereira (1989) –, não se pode excluir de antemão a possibilidade de que, em alguns casos, a *legitimidade* efetiva do núcleo dirigente tenha influenciado até mesmo a produção acadêmica sobre o partido.

As interpretações elaboradas por estudos mais recentes, tanto produzidos por autores que trabalham com a “lógica de degeneração” quanto por aqueles que através de abordagens historiográficas buscam uma visão mais global da trajetória petista, chamam atenção para outros aspectos da regulamentação do direito de tendências, bem como problematizam a estratégia e a postura da Articulação no processo. Para Eurelino Coelho, historiador que analisou a fundo o discurso do “petismo autêntico” e as mudanças programáticas petistas, o debate capitaneado pela Articulação trazia

²⁰ A expressão aparecia com frequência nas elaborações do próprio setor majoritário petista, e tornaremos a tratar dela no Capítulo II.

à tona uma contradição:

O [discurso do] petismo autêntico, marco político de constituição da Articulação como tendência (...), implicava, desde o princípio, na desqualificação das tendências adversárias como não autenticamente petistas. Continha, portanto, elementos mais ou menos claros de questionamento sobre a própria legitimidade da existência de tendências no PT. Ora, mas o discurso contra as tendências enunciado a partir de uma tendência (a Articulação) descortina uma contradição evidente. A proposta de decretar a dissolução das tendências nunca esteve completamente ausente do debate na Articulação. (COELHO, 2005, p. 218. O grifo é meu.)

Coelho considera que, no que se refere à alteração das “regras formais” de funcionamento partidário, é fundamental levar em conta que “o reconhecimento da necessidade de constituir novas regras para as relações políticas internas é um importante indicador da alteração nos próprios fundamentos políticos dessas relações”. A regulamentação do direito de tendências é encarada por Coelho como expressão do dissenso programático entre a Articulação e aquelas tendências que não compartilhavam de seu projeto político, que à época do V EN estava cristalizado no *programa democrático-popular*, que também receberá nossa atenção no Capítulo II. Mas, além de expressão do dissenso, a regulamentação demonstra também uma mudança nos “fundamentos políticos” das relações intrapartidárias, definida por Coelho como uma “*substituição da política de hegemonia pela de supremacia*”. (COELHO, 2005, pp. 208, 30. Grifo meu.)

O historiador Lincoln Secco também avalia que no início da década de 1990, embora mantendo uma linguagem socialista e um modelo organizativo permeável a pressões de base, o PT “aninhava o seu contrário: um partido da Ordem que solapava a voz dos radicais”. A regulamentação do direito de tendências promovida pela Articulação não poderia deixar de carregar características do grupo que a promoveu; ora, para Secco a formação da Articulação, assim como a manutenção (por ela defendida) do critério de majoritariedade na formação da Comissão Executiva Nacional do partido foram “dois movimentos autoritários, já que dificultavam a participação das correntes de esquerda”. (SECCO, 2011, p. 143, nota 129.) Pedro Ribeiro, por fim, conclui que o debate iniciado em 1986 representou uma agudização dos *ataques* às tendências (RIBEIRO, 2008, p. 181); para o autor, a conclusão do debate, no I Congresso (1991), teria o seguinte saldo:

O regulamento das tendências mostrou-se um instrumento eficaz para os objetivos da Articulação: expurgar os agrupamentos com projetos próprios em relação ao PT, mantendo a hegemonia interna. A aplicação das normas incentivou a autodiluição de alguns grupos (PRC e PCBR, por exemplo) e possibilitou a expulsão de outros (CS e CO). (RIBEIRO, 2008, p. 185.)

Portanto, apoiados nas interpretações oferecidas por Ribeiro, Coelho e Secco, encaramos a regulamentação do direito de tendências como um processo de *luta política*, cujo resultado foi a

imposição de restrições à atuação das tendências oposicionistas. Mas resta verificar de que maneira as características e o ritmo do processo de regulamentação refletem as transformações e opções estratégicas dos distintos setores envolvidos na luta pelos rumos do PT. Como afirmamos na Introdução deste trabalho, distinguimos duas fases no processo. Na primeira, de 1986 a 1989, tem lugar a *regulamentação propriamente dita*: são aprovadas e formuladas as regras formais para a atuação das tendências. Na segunda fase do processo, de 1990 a 1992, ocorre a *implementação* dessa regulamentação, com iniciativas do Diretório Nacional no sentido de exigir a adequação das tendências às regras aprovadas. É apenas nessa segunda fase que a regulamentação passa a ser, de fato, um instrumento disciplinar de restrição, que pôde ser mobilizado para excluir agrupamentos inteiros do PT. O Capítulo II buscará reconstruir o processo de regulamentação do direito de tendências, demonstrando a mudança de caráter do processo a partir das resoluções de Encontros e do I Congresso, das medidas tomadas pelo DN e pela CEN e dos principais documentos elaborados pela ala majoritária do PT sobre o tema – as posições de setores oposicionistas serão acompanhadas nos capítulos III e IV.

Nossa primeira hipótese, a ser desenvolvida e verificada no próximo capítulo, é a de que a mudança de caráter do processo (de um *debate regulador, pretensamente geral e com caráter primário de esclarecimento das regras formais*, para uma posterior *implementação seletiva e de caráter restritivo da regulamentação*), não foi resultado de uma alteração na correlação de forças intrapartidária favorável à ala majoritária, que a permitisse uma liberdade de ação até então inédita; pelo contrário, é *expressão de uma crise*, gerada centralmente por três fatores: a) a derrota eleitoral de 1989; b) o descompasso entre o partido e o ascenso político do Fora Collor em 1992; c) a progressiva inserção institucional petista no aparelho de Estado.

Na verificação desta hipótese, apresentaremos elementos da trajetória petista e do contexto político brasileiro e mundial do período, que julgamos fundamentais para situar o debate das tendências. Serão consideradas com especial atenção as primeiras experiências petistas à frente municípios de grande porte (e em especial, a gestão de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo), o desempenho da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 1989, e os posicionamentos do PT diante de alguns fatos políticos de relevo no cenário brasileiro, com destaque para as mobilizações pelo Fora Collor em 1992. Associando a progressiva inserção petista na institucionalidade estabelecida pela redemocratização com os fatos políticos que desencadearam acirramentos da luta partidária interna, identificaremos os nexos explicativos mais eficazes para entender o ritmo do processo de regulamentação, assim como seu significado político.

CAPÍTULO II

O Direito de Tendências no Partido dos Trabalhadores: Regulamentação e Implementação

O presente capítulo descreve o *processo de regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1986 e 1992*. Entendemos aqui a disputa em torno das regras formais de funcionamento do partido como um processo de *luta política*. A partir da discussão das resoluções de Encontros Nacionais (EN's) e do I Congresso do PT, de medidas tomadas pelo DN e pela CEN do partido e dos principais documentos elaborados pela ala majoritária do PT sobre o tema²¹, sustentamos que o conteúdo da regulamentação, durante todo o período, foi o de um *instrumento de restrição política*, mobilizado contra as tendências oposicionistas pela coalizão dominante do partido dirigida pela Articulação.

Mas, refletindo o desenvolvimento institucional e estratégico do partido, o caráter dessa restrição não permaneceu sempre o mesmo. Embora já se apresentasse como uma ofensiva política contra determinados grupos, *a regulamentação propriamente dita*, entre 1986 e 1987, se limitava a um *debate regulador* (com caráter primário de esclarecimento das regras formais) e mantinha a perspectiva da unidade do partido. Entre 1988 e 1989, a questão das tendências fica em segundo plano, e se pode falar em um “intervalo” na batalha que se travava naquele terreno. Contudo, a partir de 1990, se inaugura a segunda fase do processo, a da *implementação disciplinar e seletiva da regulamentação*, que passa a servir como *instrumento para a exclusão* de agrupamentos inteiros do PT.

Nas próximas páginas, buscaremos os fatores que permitem entender o conteúdo e a dinâmica de cada momento desse processo. Identificamos nas eleições presidenciais de 1989 um momento decisivo para a mudança de fase da regulamentação, destacando que sua agudização é parte de uma guinada estratégica, exigência e efeito da crescente institucionalização do partido. Os novos desafios ambientais decorrentes da progressiva inserção petista no aparelho de Estado repercutiram internamente e acirraram contradições até então contornáveis. Propomos, por fim, que a consolidação da regulamentação se relaciona, não com uma situação de estabilidade da coalizão dominante do PT, mas com uma crise que teria consequências significativas para a Articulação.

²¹ As posições de setores oposicionistas serão acompanhadas nos capítulos III e IV.

2.1 A Articulação: Formação do núcleo dirigente petista e o “discurso do petismo autêntico”

A posição hegemônica ocupada ainda no início da década de 1980 pelo grupo majoritário no seio do PT é fato tão largamente reconhecido que Pedro Ribeiro pôde afirmar que “escrever a história da Articulação/ do Campo Majoritário significa, em grande medida, escrever a história geral do PT”. (RIBEIRO, 2009, p. 213). Organizada nacionalmente em 1983, a *Articulação dos 113* aglutinava os principais dirigentes do *novo sindicalismo*, dito *autêntico*, que haviam aderido e impulsionado a construção do PT, atraindo ainda setores *da militância católica*, ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e muitos *intelectuais petistas*. Antes mesmo da formalização da Articulação, muitos de seus futuros membros já cumpriam a função de um núcleo dirigente, “costurando” os acordos aprovados nos dois primeiros Encontros Nacionais. Mas, nesse período fundacional, as profundas divergências ideológicas entre as correntes do partido tornavam difícil a tarefa de conferir coesão ao partido. (SECCO, 2011, p. 76.)

Durante os primeiros anos do PT, militantes oriundos de praticamente todos os segmentos políticos e sociais que aportaram no partido aproximaram-se do grupo de sindicalistas encabeçado por Lula, que se constituiu no maior polo de aglutinação de “independentes”, isto é, daqueles membros do partido que não pertenciam a nenhuma de suas correntes organizadas. Eurelino Coelho aponta que um dos elementos recorrentes no perfil dessa militância que orbitava o “grupo do Lula” era o *anticomunismo* (ou *antileninismo*), sintetizado numa crítica às organizações marxistas que supostamente “faziam política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes”, e cuja concepção partidária seria “vanguardista e messiânica”. (COELHO, 2005, pp. 58-59.) Para Secco, ao conferir expressão organizada a essa crítica, a Articulação “se via como a reação popular ao elitismo e ao vanguardismo” das correntes que se localizavam à esquerda dentro do PT. (SECCO, 2011, p. 94.)²²

Coelho destaca que a principal força do grupo hegemônico que se constituía no PT “sempre foi o número”. A majoritariedade do “grupo do Lula” desde a fundação do partido pode ser explicada por algumas razões: a projeção nacional do próprio Lula a partir das históricas greves do ABC no final da década de 1970 alavancava o líder sindical como principal figura pública do PT, e seu grupo já buscava estabelecer vínculos com outras lideranças do “sindicalismo autêntico” pelo menos desde 1978. Mas Coelho percebe ainda que São Paulo e o ABC paulista, principais bases de atuação direta do “grupo do Lula”, eram nos primeiros anos da década de 1980 os locais que concentravam a maior parte dos

²² Nota Coelho (2005, p. 59) que o cenário de disputa se intensificava pelo fato de que “em alguns municípios e até em estados como Pará e Bahia, as correntes 'de esquerda' ficaram em maioria nos primeiros anos do PT”.

filiados e eleitores petistas: não há dados oficiais sobre os números de filiados do partido no período, mas os resultados das eleições municipais de 1982 evidenciam claramente o peso dessas regiões na composição do partido. Seguindo as elaborações de Meneguello (1989) e César (1995), Coelho interpreta o resultado dessas eleições como “confirmação de que em São Paulo, e particularmente no ABC, o PT era composto por uma base de massas muito mais numerosa do que no restante do país”. (COELHO, 2005, pp. 60-61.)

O discurso proferido por Lula na I Convenção Nacional do PT, realizada em Brasília no mês de setembro de 1981, posteriormente seria adotado como documento partidário oficial. Já nesse discurso se expressa um dos elementos que unificavam o grupo majoritário do partido em oposição às correntes marxistas organizadas que aderiram ao PT, através da *metáfora das duas camisas*, que se tornaria recorrente no debate sobre as tendências ao longo daquela década. Lula considera preocupante se “um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa”; embora reconheça a legitimidade da organização dos membros do partido em torno das ideias que defendem, afirma que “não aceitaremos jamais que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 107, 112.)

Portanto, antes mesmo de se organizar formalmente, a Articulação demonstrava traços que fundamentariam a consideração de Secco, para quem a corrente majoritária petista “jamais conseguiu ver a si própria como uma tendência igual às outras”. Para o autor, seria mais correto definir a Articulação como uma *antitendência*: porquanto tivesse, como qualquer outra tendência, um projeto político e uma concepção própria do que deveria ser o partido, a Articulação buscava mais ou menos explicitamente deslegitimar suas concorrentes, e sentiu a necessidade de se organizar de maneira mais eficiente justamente para enfrentar a esquerda petista. Sendo, além disso, majoritária no partido, “a hegemonia da Articulação fazia com que seu caráter de tendência fosse sobrepujado pelo de agregado de todos aqueles que desejavam (ou assim argumentavam) um PT unido e sem tendências”. (SECCO, 2011, pp. 123-124.)

Sendo assim, o grau de heterogeneidade da Articulação era bastante superior ao de outras correntes, em especial daquelas que compunham a esquerda do PT. Coelho avalia que, enquanto o *princípio de independência de classe* era o que garantia a unidade do conjunto do partido, um discurso mais específico foi a “base da estabilização da relação política entre os diferentes sujeitos” que compuseram a Articulação: o *discurso do petismo autêntico*. A partir da definição de ambos os conceitos, podemos visualizar de maneira mais precisa os tensionamentos entre a corrente hegemônica

do PT e outros setores do partido.

O princípio de independência política da classe trabalhadora, segundo Coelho, é a “postulação que funcionara ao longo de 1979 como ‘magneto’ que atraiu sujeitos e repeliu outros”, presente nos textos constituintes do partido, nos discursos de suas lideranças e mesmo nas intervenções políticas da militância de base. (COELHO, 2005, p. 63) O Manifesto fundacional do partido expressa esse princípio de maneira cabal, afirmando o nascimento do partido como fruto da intenção das “grandes majorias” de “falar por si próprias”, da “vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política”. Ou, ainda mais explicitamente: “Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 65-86.)

Essa postulação, expressa antes de tudo pelo próprio nome do Partido *dos Trabalhadores*, delimitava claramente tanto o campo dos aliados quanto o dos inimigos políticos. Tendo seu núcleo dirigente sido forjado no calor das lutas operárias de fins da década de 1970, não é fortuito que concepções *classistas* tivessem uma grande importância para a definição de sua própria identidade: o PT se propunha enquanto partido *dos explorados pelo sistema capitalista* para enfrentar *os patrões e seus governos*, cujos interesses eram *antagônicos* aos seus. Coelho aponta que a importância desse princípio foi a de conferir unidade programática ao partido, uma vez que era reivindicado não apenas pela futura Articulação, mas por todos aqueles que confluíram para a construção do PT: “Trata-se do marco programático fundamental, do princípio organizador de um efetivo discurso hegemônico, no sentido de que produzia um elemento de unificação em torno de um consenso politicamente construído”. (COELHO, 2005, p. 64.)

O *discurso do petismo autêntico*, por outro lado, é definido por Coelho como o traço específico das elaborações da corrente majoritária do PT, que buscava justamente estabelecer uma fronteira entre os “autenticamente” petistas e aqueles que vestiam “duas camisas”. O autor toma como ponto de partida para apresentar os elementos constituintes desse discurso o documento “As falsas tendências e o PT de Massa”, elaborado pelo agrupamento “PT de Massas”, embrião da Articulação no estado de Minas Gerais. O documento, cujo título já é um questionamento aberto ao petismo das correntes da “esquerda organizada que aderiu ao PT”, circulou dentro do partido ainda em 1980. Para Coelho, o texto do grupo mineiro:

... é precioso pelo seu caráter antecipatório da pauta das intervenções da Articulação em suas reiteradas divergências com as demais tendências partidárias: 1) uma visão da história do PT

marcada pelo mito fundador;²³ 2) a legitimação da posição do núcleo dirigente através da reprodução do mito; 3) a desqualificação das demais tendências, mesmo aquelas que participaram desde o Movimento pró-PT, consideradas como não genuinamente petistas; 4) a condenação da concepção vanguardista da política (que nem sempre se distinguia da condenação pura e simples das vanguardas) e a defesa de uma concepção de “partido de massas”. *A este conjunto de noções, que seriam empregadas repetidas vezes nos anos seguintes, eu denomino “discurso do petismo autêntico”*. Se o princípio hegemônico do PT era a independência de classe, o petismo autêntico foi a base da estabilização da relação política entre os diferentes sujeitos que compuseram a Articulação. (COELHO, 2005, p. 72. O grifo é meu.)

O documento “As Falsas Tendências e o PT de Massa” nos é interessante por outra razão: é uma das primeiras intervenções escritas sobre o debate do direito de tendências no partido. Ele seria reeditado no começo da década de 1990, quando a polêmica já se encontrava instaurada e a regulamentação em curso. Como bem percebe Coelho, o texto do agrupamento mineiro antecipa muitos dos argumentos que seriam frequentemente reivindicados pela ala majoritária do partido com o intuito de colocar na defensiva as correntes minoritárias advindas da “esquerda organizada”. No documento, são apresentadas cinco conclusões que, segundo os autores do texto, poderiam ser generalizadas para todas essas correntes:

1. Todos esses agrupamentos seriam “pequenos partidos políticos, com objetivos e direções próprias” que, seja pela estreiteza da legislação partidária então vigente, seja pela “estreiteza e incapacidade política de suas propostas”, não teriam conseguido “se expressar abertamente”, mas tão logo adquirissem condições de fazê-lo, abandonariam o PT;

2. Cada um desses grupos estaria interessado em sua autoconstrução, utilizando o PT como “campo privilegiado para o recrutamento de novos militantes”;

3. A grande quantidade de agrupamentos e as divergências entre eles tornariam o PT em um campo de disputa, algo perceptível, por exemplo, pela “busca desenfreada de cargos”;

4. A ação unitária do PT estaria dificultada, uma vez que os militantes das tendências deviam

²³ “Um mito não é necessariamente um discurso falso, no sentido de uma falsificação de fatos ou eventos. (...) Mas este discurso, verdadeiro em seus próprios termos, quando tomado como explicação para a gênese histórica de uma formação política em cuja construção estiveram empenhados outros sujeitos, com outros projetos, corre um sério risco: o de *substituir a história real das tensões que constituíram o PT pela versão do protagonista vencedor*. A história do PT, rica de tensões e possibilidades cruzadas, é deslocada por um discurso heroico e unilateral. Neste sentido, o mito é um instrumento valioso na disputa pela memória do partido e pela legitimidade que esta memória pode conferir. Com efeito, este discurso sobre a fundação do PT cumpriu um papel importante nas disputas internas do próprio partido ao atribuir a um grupo, especificamente, a legitimidade decorrente do ato de fundação. Não por acaso, o grupo de sindicalistas ligados a Lula constitui o núcleo inicial da tendência majoritária que, posteriormente, seria denominada Articulação. O “mito fundador” seria, ao longo da existência do PT, muitas vezes transformado em argumento desta tendência para caracterizar teses adversárias como não *autenticamente petistas*”. (COELHO, 2005, p. 50. Grifos meus.)

“lealdade prioritariamente aos seus respectivos grupos”;

5. “Em função de suas concepções sobre o PT”, tais grupos utilizariam “métodos errôneos”, tais como a “ação de bancada” (atuação unitária enquanto grupo) nos espaços internos do PT, a “tentativa de fazer aprovar pacotes feitos nos grupos e não discutidos dentro do PT”, e até mesmo a venda de seus materiais próprios como se fossem materiais do partido, “induzindo os filiados” a supor que suas posições fossem oficiais. (VIANA, 1991, pp. 114-115.)

O texto elaborado pelo “PT de Massas” de Minas Gerais é provavelmente o primeiro documento petista que defende a *exclusão* dessas correntes, ainda que não o faça de maneira ostensiva. Reconhece o direito de tendências somente aos grupos que, surgidos no interior do partido, “correspondam a correntes de opinião (...) quanto à forma e posição com que [o PT deve] enfrentar as grandes tarefas a que se propõe”. Explica-se por qual razão os agrupamentos de esquerda seriam “falsas tendências”:

O princípio básico do direito de tendência é justamente dela ser uma expressão do próprio PT. Sendo uma expressão política de um grupo, de uma corrente de opinião, de uma organização ou outro partido, articulado fora de suas estruturas, com pensamento tirado a partir de outras experiências que não as suas, então está configurado que esta não é uma tendência interna ao PT. (VIANA, 1991, p. 117.)

A posição do grupo “PT de Massas” em relação ao tema das tendências pode ser analisada a partir de dois eixos que a estruturam. O primeiro é o dos *limites do direito de tendências*: tal direito deveria ser assegurado às correntes internas sem prejuízo às estruturas partidárias, isto é, com a permanente manutenção da fidelidade partidária, de modo a não caracterizar um privilégio dos membros de tendências. O segundo eixo é o da *diferenciação entre as correntes organizadas e o PT*. Por esse eixo, é comum que se parta de uma argumentação em favor do direito de livre organização partidária, como premissa para estabelecer uma distinção entre o partido e as correntes que o tomam como “frente política”, concluindo que o PT não deve admitir a presença de grupos com pretensões partidárias próprias em seu interior. Como se nota, o já mencionado “discurso do petismo autêntico” definido por Coelho (2005) se encontra implícito no procedimento argumentativo que parte desta distinção.

O primeiro eixo, que se tornaria importantíssimo para discussão sobre as tendências que emergiria no partido durante a segunda metade da década de 1980, ainda se encontra desenvolvido de forma rudimentar no texto do “PT de Massas” mineiro. O segundo, por outro lado, tem um peso

decisivo na definição das propostas apresentadas pelo grupo sobre o que deveria ser “a relação do PT com os grupos de esquerda no seu interior”. Adiantemos que, em especial nos espaços oficiais do partido, como nos EN’s, o debate sobre o direito de tendências passaria a ter como principal terreno as especificações sobre os limites concretos da atuação de um grupo que não quisesse incorrer em infidelidade partidária; argumentos concernentes “às pretensões partidárias próprias” que tais grupos pudessem ter, por exemplo, tendiam a permanecer implícitos. Contudo, muito embora a ideia da *diferenciação entre as correntes organizadas e o PT* jamais tenha deixado de estruturar as concepções da ala majoritária petista sobre as tendências de esquerda (e, conseqüentemente, sobre o direito de tendências que se deveria regulamentar), ela poucas vezes apareceria de forma tão marcante quanto no primeiro documento do “PT de Massas”.

Para o grupo mineiro, “simplesmente não existe nem deve existir a relação do PT com grupos de esquerda que persistem organizados, apesar dos seus militantes estarem filiados e atuantes dentro do PT”. Em defesa da manutenção da “identidade própria” do partido, “não lhes reconhece o direito de fazer do PT um instrumento”, posição concretizada em cinco pontos. Os dois primeiros articulam a defesa do “direito de organização e expressão político-partidária de todo e qualquer grupo de esquerda” com o não reconhecimento dos grupos organizados dentro do PT, que “não se propõe a ser canal de expressão política” dos mesmos, algo que seria “a negação do próprio PT”. O terceiro ponto apresenta uma vaga definição dos grupos cujo caráter de tendência interna não seria reconhecido, justificando-a:

3. O PT não reconhece como tendência interna os grupos organizados anteriormente à sua existência (ou que tenham se organizado desde então) cujos militantes tenham se filiado ao PT – porque tal fato não corresponde à expressão de correntes de opinião produzidas internamente na dinâmica de suas atividades. (VIANA, 1991, p. 118.)

O quarto ponto é o que mais se atém ao eixo da especificação dos limites para a atuação das tendências internas. Ainda assim, a formulação da proposta está sempre direcionada explicitamente contra as “falsas tendências” mencionadas no título do documento:

4. O PT, sendo um partido aberto, não pede atestado ideológico a seus filiados, mas se reserva o direito de cobrar fidelidade aos seus princípios partidários, não negociando nem transigindo com violações de sua política, à utilização de suas estruturas partidárias com outros propósitos político-partidários; nem tão pouco aceita ser biombo para práticas que condena. (VIANA, 1991, p. 119.)

Por fim, o quinto ponto reafirma que o direito de tendências deve ser assegurado em função da

dinâmica do próprio PT, configurando-se na “formação de correntes internas de opinião”, sem prejuízo às estruturas partidárias “não suportando pois, artificializações grosseiras que revelam interesses grupistas ou individuais, especialmente a tentativa de fazer passar como expressão do PT políticas forjadas fora de suas estruturas e de sua prática”. Perceba-se que a *externalidade* das “falsas tendências” em relação ao PT é colocada em destaque tanto quanto possível. Embora o conceito não apareça no texto do “PT de Massas” mineiro, há aqui uma acusação frequentemente explícita sobre o *entrismo* que estaria sendo levado a cabo por tais correntes no PT – não é outro o sentido da argumentação, senão enfatizar as origens e os interesses próprios, bem como as perspectivas rupturistas que tais grupos teriam ao tratar o PT enquanto “frente política”. Nos Capítulo IV, discutiremos a tática do entrismo de uma maneira mais ampla, levando em conta algumas das elaborações trotskistas clássicas sobre a questão.

A seguir, no entanto, convém aplicarmos à Articulação as categorias analíticas apresentadas no Capítulo I para o tratamento das subunidades partidárias. Utilizaremos tais categorias como parâmetros, tanto para eventuais comparações quanto para acompanhar o desenvolvimento político da corrente majoritária do PT durante o período em que foi levada a cabo a regulamentação do direito de tendências.

2.2. A Articulação: elementos para uma análise estrutural

Para oferecer uma descrição estrutural da Articulação enquanto “subunidade partidária”, utilizaremos o esquema analítico e as categorias elaboradas por Sartori (1982). A primeira distinção proposta pelo autor se dá entre *tipos* de subunidade partidária: as *frações* seriam aquelas subunidades mais coesas, um “conjunto estável de pessoas” com certo grau de autonomia organizacional em relação à unidade partidária; já as subunidades mais difusas, melhor descritas como um “conjunto estável de posições” dentro do partido, seriam as *tendências*.

Em seus primeiros anos, principalmente quando comparada às correntes da “esquerda organizada” do PT, a Articulação apresenta mais características de *tendência* que de *fração*, na acepção sartoriana dos termos. Em outras palavras, a Articulação aparece como uma corrente organizada em torno de um “conjunto estável de posições”, marcadamente, a expressão de um autoproclamado “petismo autêntico”, tal como definido por Coelho (2005). Como veremos, embora essa estabilidade de posições não tenha impedido a Articulação de operar câmbios estratégicos profundos ao longo do

período estudado, quando confrontada com o permanente dilema de resistir às pressões da esquerda petista a corrente seguiu dando expressão a uma concepção de partido e a um programa distinto do que os grupos minoritários visavam estabelecer para o PT. Não será demais lembrar outra vez que a própria organização formal da Articulação enquanto tendência petista foi uma resposta à atuação desses grupos dentro do PT, de modo que essa relação de oposição com a “esquerda organizada” tornou-se um traço constituinte da corrente majoritária do partido.

No entanto, a partir do lançamento do “Manifesto dos 113”, documento fundacional da Articulação, os adeptos mais ou menos dispersos daquele “conjunto estável de posições” se unificam em torno de um centro político que já cumpria função dirigente no partido, atingindo um patamar organizativo superior. Nos eventos partidários de 1984, já se apresenta como uma corrente nacional. Se atentamos para a permanência de determinados dirigentes à frente da corrente, não poderemos deixar de notar que, compreendida enquanto um “conjunto estável de pessoas”, a categoria sartoriana de *fração* também pode ser aplicada à Articulação. As características de fração da corrente majoritária petista ficam mais claras a partir de 1988, quando a Articulação decide em seu Primeiro Seminário Nacional passar a ter um “funcionamento permanente”, promovendo espaços regulares de discussão e deliberação, “não apenas nos momentos de grandes disputas internas”.²⁴

Sartori (1982, p. 104) propõe algumas dimensões analíticas para tratar das subunidades partidárias. Na *dimensão organizacional*, preocupa-se com os aspectos que podem contribuir para colocar a subunidade em uma relação de autonomia com a unidade partidária: propõe que atentemos para indicadores tais como a existência de uma rede de lealdades próprias, de congressos em separado ou instâncias diretivas autônomas, e de finanças e imprensa particulares. Através da *dimensão motivacional*, o esquema analítico sartoriano busca distinguir frações calcadas em *interesses* daquelas organizadas em torno de *princípios*. A *dimensão ideológica*, por sua vez, permite diferenciar subunidades *mais ideologizadas* daquelas *mais pragmáticas*. A dimensão do *posicionamento esquerda-direita* é agregada pelo autor ao esquema analítico por corresponder a uma maneira pela qual os perfis das subunidades (bem como dos próprios partidos) são tradicionalmente percebidos por ampla variedade de atores políticos, incluindo as massas. Por fim, configuram ainda dimensões analíticas para o tratamento das subunidades partidárias a sua *composição* e os *papéis internos* que cumprem.

²⁴ As resoluções do Primeiro Seminário Nacional da Articulação se encontram reproduzidas em VIANA, 1991, pp. 124-128. A citação corresponde à p. 128.

Começamos pelos indicadores relacionados à *dimensão organizacional*. Mesmo antes de 1984, quando começa a intervir enquanto corrente nos espaços partidários, pode-se falar na existência de uma rede própria de lealdades na corrente majoritária do PT, embora de maneira alguma comparável às presentes nas correntes trotskistas que analisaremos nos capítulos III e IV. As lealdades presentes na Articulação não acarretavam em qualquer tipo de *centralismo*, ou seja, de atuação disciplinada do grupo. Vigoraria, de acordo com o Primeiro Seminário Nacional da Articulação em 1988, a chamada “adesão por solidariedade”, isto é, a defesa das propostas da Articulação seria feita apenas por petistas “convencidos da validade das mesmas”, sem recurso a qualquer mecanismo de centralização ou subordinação. (VIANA, 1991, p. 127.) Mas as lealdades pessoais que garantiam a existência de um setor “majoritário” no partido antes mesmo da organização formal da Articulação (o chamado “grupo do Lula”) foram um elemento facilitador do estabelecimento de lealdades políticas, especialmente entre aqueles dirigentes sindicais que conviveram no âmbito do *novo sindicalismo* de fins da década de 1970.

Para coordenar a atuação dos dirigentes e delegados eleitos para os encontros partidários que reivindicavam as posições da Articulação, a própria corrente percebeu a necessidade de estabelecer um funcionamento regular, com reuniões periódicas, principalmente a partir do V EN (1987). O Primeiro Seminário Nacional da Articulação (1988) formaliza também a necessidade de uma *estrutura* “subordinada às necessidades da luta política interna”:

A opção é por uma estrutura leve, que permita o funcionamento democrático e sem burocracia. Naturalmente, haverá uma plenária de representantes estaduais e uma coordenação executiva eleita por aquela. Nos estados e municípios devem existir também plenárias e coordenações. Fica aberta a possibilidade – de acordo com as necessidades locais da luta política – de existirem estruturas abaixo do nível municipal (plenárias por setores, por exemplo). (VIANA, 1991, p. 128.)

Apesar de especificar os traços de sua estrutura organizativa própria, a corrente reafirmava no mesmo Seminário a rejeição de “qualquer paralelismo entre a Articulação e as instâncias partidárias”. Outra distinção proposta por Sartori, entre frações “táticas” e “estratégicas”, de acordo com seus objetivos, de curto ou longo prazo, aparece nas elaborações da própria corrente, e ajuda a explicar essa recusa ao “paralelismo” em relação à estrutura partidária oficial. O texto aprovado pelo Primeiro Seminário Nacional assim definia os objetivos da tendência: “Não possuímos objetivos estratégicos próprios a serem cumpridos pela modificação do projeto partidário. *Somos uma articulação tática, para que o PT afirme, aprofunde e encaminhe seu caráter estratégico*”. (VIANA, 1991, p. 127.)

Segundo essa concepção, o Primeiro Seminário Nacional também se pronuncia quanto à imprensa e às finanças da Articulação:

A divulgação das posições da Articulação será feita através de documentos ao Partido. Não teremos instrumentos de comunicação com periodicidade regular. Os custos com a circulação deste material, bem como das despesas na realização de encontros e seminários, deverão ser cobertos pelo processo de rateio entre os participantes. Rejeitamos qualquer proposta de finanças permanentes com cotização regular. (VIANA, 1991, p. 128.)

A recusa de mecanismos de tipo centralizador, bem como a “leveza” de sua estrutura organizativa e a irregularidade do funcionamento da mesma fragilizam a *coesão* da Articulação em comparação a outras correntes. Esta característica permitiu com que vários agrupamentos atuantes dentro do PT caracterizassem a ala majoritária do partido como um agrupamento “em disputa”. No contexto do 1º Congresso do PT (1991), por exemplo, com a possibilidade de assinatura de mais de uma tese por cada filiado, os delegados da Articulação eram provavelmente os mais disputados para aderir às posições de outras alas do partido.

Através da *dimensão ideológica*, podemos destacar mais uma importante diferença entre a Articulação e as tendências da esquerda petista. Organizada para combater as concepções “vanguardistas” de partido, a Articulação frequentemente referia-se ironicamente aos “iluminados”, aludindo às correntes mais “ideologizadas” do PT. Desde a formação do partido, sua ala majoritária aparecia como um campo *mais pragmático* que o da esquerda revolucionária. Mas sua tendência ao pragmatismo se acentua ao longo do tempo, algo que pode ser percebido, por exemplo, a partir da progressiva ampliação da “política de alianças” defendida pela Articulação.

Programaticamente, a Articulação sempre afirmou lutar pela garantia do cumprimento das resoluções do PT. Postulando a identidade entre seu projeto estratégico e o do partido, expressava: “Queremos assegurar a plena execução das definições fundamentais do Partido, superando os obstáculos e as indefinições que hoje a entravam”. (VIANA, 1991, pp. 126-127.) No entanto, isto não a impedia de posicionar-se enquanto corrente para disputar o conteúdo desse programa. Notemos, por exemplo, que foi a tese assinada pela Articulação, escolhida como tese-guia do V EN (1987), a conter a redação dos eixos do *programa democrático e popular*, aprovado pelo encontro. Como bem percebe Coelho, é equivocado desconsiderar os limites bastante “ideologizados” dentro dos quais buscava situar-se o programa petista durante praticamente toda a década de 1980, inclusive como resultado da constante disputa exercida por suas correntes marxistas.

Pelo “princípio da independência de classe” identificado por Coelho e discutido na seção anterior do capítulo, podemos passar à *dimensão motivacional* da análise estrutural, tal qual proposta por Sartori. Através dessa dimensão, se busca situar a subunidade partidária em algum lugar de um

continuum traçado entre dois tipos ideais: a fração puramente “*calcada em interesses*” (principalmente, a obtenção de vantagens, decorrentes, por exemplo, de ocupar postos na hierarquia partidária, o que poderia acarretar ou não no desenvolvimento de uma relação de clientelismo com sua base) e a puramente “*calcada em princípios*” (coesa em torno da defesa de determinada ideia ou programa). Ao fazê-lo, não devemos perder de vista que ao longo da década de 1980 estiveram vigentes diretrizes políticas da ordem dos “princípios”, que delinearam as políticas do PT e foram defendidas por sua corrente majoritária; nesse sentido, o episódio da abstenção da bancada petista no Colégio Eleitoral em 1985 é emblemático.

Mas, do ponto de vista da dinâmica intrapartidária, a organização da Articulação enquanto corrente responde à necessidade consciente de dotar o partido de um centro político, capaz de assegurar a estabilidade de sua direção. Os fatores que passariam a atrair setores partidários para a Articulação teriam cada vez mais a ver com estratégias de ascensão partidária – a possibilidade de integrar a *coalizão dominante* do PT – e os acordos ideológicos ou “de princípio” tornam-se cada vez menos relevantes, mesmo no nível do discurso oficial do partido, dos documentos e resoluções aprovadas em seus fóruns.

Esse processo se torna mais intenso e nítido à medida que se transforma o entorno ambiental e aumentam os vínculos entre o partido e o aparelho estatal. Para o período posterior ao recorte cronológico de nosso estudo, Ribeiro chega a demonstrar que a supremacia da Articulação torna-se um *fator de multiplicação de tendências internas* no PT, que surgiam não como resultado de divergências políticas, mas como resultado de uma estratégia adotada por grupos minoritários dentro do Campo Majoritário para se colocarem em posição “passível de cooptação”, na qual teriam condições superiores para alcançarem determinados postos na hierarquia partidária: “um grupo marginal no interior da corrente hegemônica dificilmente teria acesso a cargos; destacado da coalizão, poderia se transformar em fiel da balança na manutenção da maioria interna, adquirindo um poder de chantagem que não possuía”. (RIBEIRO, 2008, p. 208.)

Quanto à *dimensão esquerda-direita*, é consensual na literatura sobre o Partido dos Trabalhadores que a própria organização da Articulação foi uma resposta a setores do partido situados à esquerda no espectro ideológico. O menor grau de fracionamento do partido durante a década de 1980 fez com que a maior parte dos setores que poderiam ser considerados como a direita petista estivessem ligados à Articulação ou às suas posições. A partir da chamada “crise do socialismo”, acentuada pelo dismantelamento dos Estados operários burocratizados do Leste Europeu,

agrupamentos oriundos da esquerda petista em processo de ruptura com o marxismo, bem como setores da própria corrente majoritária se deslocam para a direita do espectro partidário, de modo que no I Congresso do partido, em 1991, as posições da Articulação correspondiam ao centrismo petista do período. No entanto, para alguns autores, Ribeiro entre eles, a Articulação nunca abandonou a ala direita do partido.²⁵

Sartori trata também da *composição* das subunidades partidárias. Como apontamos na seção anterior do presente capítulo, a maior parte das lideranças que organizariam a Articulação tinha origem no *novo sindicalismo*, mas a corrente atraiu personalidades, intelectuais, políticos de alguma expressão eleitoral, lideranças ligadas às pastorais operárias católicas e militantes oriundos de outras correntes petistas, como ex-trotskistas da OSI-O Trabalho. A significativa *heterogeneidade* dessa composição contribuiu para que, de acordo com Ribeiro, “a Articulação (e seu estágio posterior, o Campo Majoritário)” jamais perdesse “a feição de guarda-chuva em que cabiam todos que não se vinculassem a alguma facção de esquerda”. (RIBEIRO, 2008, p. 179.)

Para o autor, o principal elemento que garantia a unidade de grupo tão diverso, “em termos sociais e ideológicos, foi sempre o objetivo de *manter a hegemonia no PT, derrotando as tendências de esquerda*”. Tendo em Lula um elemento aglutinador adicional, a Articulação teria estabelecido uma espécie de “pacto de governabilidade do PT”, mantido pelo menos até o período de sucessivas crises, potencializadas por desafios externos conjunturais que desgastaram a coalizão dominante do partido entre 1990 e 1993. Segundo a própria elite da Articulação, o agravamento dos embates dentro da organização refletiria uma *crise de crescimento*, “resultante da maior inserção do PT na institucionalidade”. (RIBEIRO, 2008, pp. 179-180, 189-196. Grifos meus.)

Em relação direta com sua dimensão organizacional, mas também com a composição da subunidade partidária, o esquema sartoriano ressalta ainda a variável representada pela *quantidade de lideranças*, que pode oscilar entre os tipos ideais da “fração personalista”, organizada em torno de um único líder, e da “coalizão de frações”, com “muitos coronéis e majores”. Nesse aspecto, a Articulação, inclusive por seu poder de atração enquanto força majoritária na coalizão dominante do PT, foi capaz de desenvolver uma estrutura organizativa relativamente sólida por todo o país, que contava com muitos dirigentes locais e estaduais bem como sindicalistas ligados a importantes categorias operárias.

²⁵ Cf. a divisão do espectro ideológico apresentada pelo autor no quadro em que analisa a correlação de forças na direção nacional do PT a partir de 1984. RIBEIRO, 2008, p. 187.

Apesar dessa característica, é interessante notar como faz Ribeiro (2008, p. 210) a permanência de determinados dirigentes por longos períodos em diferentes cargos diretivos nacionais do partido. Dentre os dirigentes “mais assíduos” em postos na Comissão Executiva Nacional do PT entre 1983 e 2005, para além da repetição de certos nomes ao longo de diferentes mandatos, há uma “predominância quase absoluta de membros da Articulação, o que denota a perenidade desse núcleo no comando do partido”. Lembremos que com o *critério de majoritariedade* segundo o qual a CEN funcionava até 1990, a chapa vencedora da eleição interna indicava todos os nomes para a Executiva, de modo que o nível de *fracionalização* do órgão era zero. Ribeiro comenta: “A Articulação dominou todos os cargos estratégicos até 1990. Entre 1990 e 1993 a DS, tendência com bom trânsito junto à Articulação, passou a controlar posições estratégicas na CEN.” (RIBEIRO, 2008, p. 204.)

Outras características para as quais Sartori chama atenção são o *tamanho* (que pode se expressar na quantidade de votos ou de cargos) e a *estabilidade-durabilidade* das subunidades partidárias no tempo. (SARTORI, 1982, 102-103.) A estabilidade e a durabilidade da Articulação são razoavelmente simples de determinar. Após um período de crescimento e relativa estabilidade durante a década de 1980, as crises do início dos anos 1990 provocam defecções na corrente, inclusive a dissidência Hora da Verdade (HV, posteriormente organizada enquanto tendência com o nome Articulação de Esquerda – AE) que capitanearia, pela única vez na história do partido, através da unidade entre setores da esquerda partidária no VIII EN (1993), a eleição de uma Direção Nacional em que a Articulação se encontrava em minoria. Apesar desse revés, a Articulação seguiu sendo a maior tendência petista, retomando a maioria na direção partidária no EN seguinte. A longevidade da corrente é também digna de nota, especialmente para um agrupamento que, ao surgir, se pretendia *tático*. Apesar das mudanças de nome, permanece em atividade no PT desde sua fundação (levando em conta que o “grupo do Lula” já aglutinava muitos dos futuros dirigentes da Articulação) até os dias de hoje.

A busca por uma quantificação precisa dos filiados e militantes petistas ligados à Articulação, por sua vez, parece-nos de saída inviável. Além da própria estrutura organizacional relativamente frouxa que mantinha (simbolizada pela tese da *adesão por solidariedade*), os poucos dados numéricos disponíveis sobre o PT do período nos sugerem que, mais que pelo número de petistas que organizava, o real *peso político da corrente* pode ser dimensionado por sua representação na direção partidária nacional durante o período estudado.²⁶

²⁶ Apesar dessa consideração, lembremos uma vez mais, como faz Coelho (2005, p. 60) que a Articulação sempre manteve sua condição de maior corrente do partido, tendo os números “a seu favor”.

Como mencionamos acima, até 1990, graças ao critério de majoritariedade e também à *cláusula de barreira* (exigência de pelo menos 10% dos votos dos delegados do EN para que uma chapa tivesse acesso a cargos no Diretório Nacional), a corrente majoritária controlava a CEN sem a participação das demais tendências. A presença de um membro da minoria na instância dependia de convites da maioria, e portanto, de seu bom trânsito junto à Articulação, que no final dos anos de 1980, chegou a admitir José Genoíno (PRC) e João Machado (DS) como suplentes na CEN. Entre 1990 e 1993, final do período que nos propomos a cobrir na presente pesquisa, 80% da CEN era ocupada pela Articulação.

Os números referentes às votações para o DN refletem de maneira mais fiel o peso específico de cada corrente nos encontros partidários, e ajudam a precisar a dimensão do tamanho da Articulação durante o processo de regulamentação do direito de tendências (1986-1992).²⁷ Nesse período, foram eleitas três gestões do Diretório Nacional. No IV EN (julho/1986), a chapa da corrente majoritária, *Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT*, obteve 72,2% dos votos dos delegados. No decisivo EN seguinte (1987), a chapa *Por um PT de massa* da Articulação alcança 59,4% dos votos. A direção nacional é renovada no VII EN (1990), realizado no início do período de sucessivas crises e desafios externos para o partido. Nesse encontro, a chapa *Articulação da luta socialista* obterá a adesão 56,0% dos delegados, menor percentual do período em que ocorre a regulamentação do direito de tendências e prenúncio da derrota da Articulação no EN seguinte, em 1993.

Resta tratar dos *papéis internos* que uma subunidade partidária pode cumprir em relação à unidade. Sartori destaca três possibilidades principais: o papel de *grupo de apoio* (frações/coalizões “em cima do muro”, “ansiosas por aderirem ao vencedor e que se contentam com vantagens marginais”), o de *grupo de veto* (frações cuja tática e a estratégia central é a obstrução) e, finalmente, o de *grupo de programa* (frações ou coalizões que buscam governar e impor programas e políticas). Dentre esses papéis, resulta evidente que o de *grupo de programa* é o que melhor descreve a Articulação. Levando em conta sua condição majoritária no partido, o *veto* era um recurso tático constantemente disponível para a Articulação, em relação às propostas da esquerda partidária. No entanto, durante o período em que a Articulação, de fato, manteve a *hegemonia* no PT, eram mais frequentes as saídas negociadas, que incorporassem em alguma medida as preocupações e referências das correntes radicais.

²⁷ Um quadro elaborado por Ribeiro permite verificar a correlação de forças na direção do PT entre 1984 e 2005, comparando a porcentagem de votos entre as distintas chapas apresentadas aos sucessivos Encontros Nacionais. Cf. RIBEIRO, 2008, p. 187.

Mas, percebe Ribeiro, a partir das crises do início da década de 1990 a corrente majoritária substituirá as políticas de hegemonia (o “pacto de governabilidade do PT”) por estratégias de *supremacia* dentro do partido, processo cujo contexto e causas descreveremos ao longo do presente capítulo. Conforme se desenvolve esse processo, não apenas as táticas de obstrução, mas mesmo a *estratégia da exclusão* passarão a ser implementadas pela Articulação contra a extrema esquerda do partido. A regulamentação do direito de tendências, cuja análise iniciaremos na próxima seção, foi sem dúvida o principal campo dessa disputa no nível institucional da organização.

2.3 A regulamentação do direito de tendências: o IV EN (1986).

Para Margareth Keck, é justamente a partir do ano de 1986 que a discussão acerca dos limites da atuação das correntes internas petistas torna-se “simultaneamente necessária e possível”. (KECK, 1991, p. 138.) Àquela altura, os avanços da transição democrática já haviam permitido a legalização dos maiores partidos comunistas (PCB e PC do B), mas, além disso, um fato ocorrido em Salvador no início da campanha eleitoral, em abril daquele ano, serviu de estopim da discussão. O chamado “episódio de Salvador”, no qual quatro militantes petistas de uma tendência marxista do PT denominada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) foram presos num assalto a banco, empreendido com o objetivo de “levantar fundos para a Revolução” Nicaraguense, teve ampla repercussão na grande mídia, cuja cobertura do fato mal escamoteava o esforço por colocar em xeque a imagem do Partido dos Trabalhadores.

O PT buscou resistir a essa ofensiva, mas é fato que o episódio de Salvador também serviu às demandas internas de sua coalizão dominante, uma vez que permitia uma associação quase imediata entre duas ideias a princípio distintas. A necessidade de regulamentação do direito de tendências, que como vimos, remontava à fundação do partido, entrava na ordem do dia, visando estabelecer regras claras para o funcionamento e a atuação dos agrupamentos internos de militantes petistas; ao mesmo tempo, dava expressão a um esforço do setor majoritário do partido em dissociar a imagem do PT dos “excessos” teóricos e práticos que porventura pudessem ser cometidos ou defendidos por sua ala marxista. Os militantes do PCBR envolvidos no assalto foram prontamente expulsos pela CEN, medida amplamente divulgada pela direção do partido como parte desse esforço de dissociação, e reafirmada pelo Encontro partidário que ocorreria naquele ano.

É importante frisar que o episódio contribuiu para permitir que a discussão sobre a

regulamentação do direito de tendências se iniciasse exatamente pelo *questionamento à atuação dos agrupamentos petistas de esquerda* – isto é, de saída, já tinha *alvos*. Desse modo, ainda que não se configurasse como uma “caça às bruxas” propriamente dita, a regulamentação trazia desde o princípio certos traços persecutórios; e, de qualquer forma, teve nos militantes do PCBR envolvidos com o episódio de Salvador os seus primeiros “queimados”.²⁸

Foi o IV EN (1986), ocorrido no mês seguinte ao episódio de Salvador, a colocar a temática oficialmente na ordem do dia. Dedicou à questão do direito de tendências a seção “Construção do PT” (parágrafos de 113 a 117), parte do “Capítulo VII – Questões Organizativas” do “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88”, aprovado pelo Encontro. Não será descabido advertir que os documentos de fôlego aprovados no Encontros sempre tomavam por base as teses-guias aprovadas no início dos mesmos; no caso do “Plano de Ação...”, o documento base era justamente a tese “*Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista pelo PT*”, eleita tese-guia do IV EN.

Os primeiros dois parágrafos da seção “Construção do PT”, dedicada ao direito de tendências, relacionam o “caráter do Partido, aberto, de massas, democrático e socialista” com a legitimidade do próprio direito (tal partido “pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião” – parágrafo 114), cujo conteúdo se deve esclarecer através do aprofundamento do “processo de discussão interna”. O método do “persistente e prolongado debate, de forma mais organizada e democrática possível, para evitar divisões maiores”, ainda que reduza o dinamismo do partido, é visto como condição para o desenvolvimento das “relações democráticas internas e externas”. Faz parte dessa noção de *democracia* que as questões controversas (entre as quais consta expressamente a da “existência de tendências organizadas dentro do PT”) “*não podem ser decididas por votação ou através de recursos administrativos*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 286. Grifo meu.)

Em seguida, aparece um dos elementos que consideramos mais fundamentais para a

28 Antes de designar uma pequena tendência marxista do PT, a sigla PCBR serviu à dissidência do PC ligada a Mário Alves, organizada formalmente em 1968 e adepta da estratégia da guerrilha urbana. O PCBR foi desarticulado pela repressão ditatorial em 1970, com a prisão de suas principais lideranças. Após abandonar a luta armada, alguns remanescentes da organização aderiram ao PT, enxergando no partido uma frente na qual seria possível atuar para a construção do partido marxista revolucionário. Por sustentar tal concepção, e ainda mais intensamente pela relação dos militantes envolvidos no “episódio de Salvador” com a tendência, o agrupamento foi um dos mais visados pelas discussões da regulamentação, cujo peso sobre a reconfiguração do PCBR em 1989 (originando a tendência Brasil Socialista) não deve ser menosprezado. Por seu pequeníssimo peso no PT, porém, optamos por não acompanhar a fundo os efeitos da regulamentação do direito de tendências sobre o PCBR, mas sim sobre as duas maiores correntes trotskistas do partido (DS e CS), que, como veremos, também estavam incluídas entre os “alvos” da regulamentação. As reações de ambas ao episódio de Salvador, bem como aos sucessivos momentos do processo de regulamentação do direito de tendências serão matéria dos capítulos III e IV do presente trabalho.

compreensão da problemática da regulamentação do direito de tendências no PT. Trata-se da identificação do problema dos *partidos dentro do partido*, caracterizado pela existência de “correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo partido, rompendo com a disciplina do PT”. É a partir dessa definição que percebemos o estabelecimento de um “alvo” para a discussão.

A metáfora do “alvo”, ainda que nos pareça útil, é naturalmente imprecisa, e convém justificar a escolha do termo e precisar o sentido em que o empregamos. A regulamentação do direito de tendências, é claro, não poderia deixar de ter as tendências como objeto. Mas o processo de (re)definição das regras formais de funcionamento de um partido é, ele próprio, um processo político, e como tal, expressa determinada correlação de forças entre interesses distintos em disputa. Ao nos referirmos às tendências marxistas do PT como o “alvo” da regulamentação, buscamos destacar que, embora se estivessem discutindo as regras *gerais* para o funcionamento de *qualquer tendência*, o fundamento do problema era um questionamento à atuação de grupos *específicos*, chamados a se enquadrar à disciplina partidária, “cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 286.)

Da mesma forma que já fazia o documento “As falsas tendências e o PT de Massas” em 1980, o texto aprovado pelo Encontro Nacional de 1986 identifica a raiz do problema na concepção supostamente sustentada por essas organizações acerca do PT enquanto *frente política*. Não encarando o PT enquanto “partido estratégico”, mas antes como um espaço tático do qual participariam diversas organizações com distintas concepções e programas, tais grupos – avalia o texto – somente manteriam a disciplina petista quando as decisões da direção partidária coincidissem com as da direção da tendência. Tal postura é apontada não apenas como uma ruptura com a democracia partidária, mas como um obstáculo à construção do PT.

Justamente ao mencionar a questão da construção do PT, o texto – lembremos, elaborado pela Articulação – deixa transparecer as preocupações concretas que o fundamentam, ao destacar que, apesar de as tendências minoritárias apresentarem, entre si, “diferenciação nas suas políticas”, “nos últimos anos tem havido” até mesmo a formação de “um bloco entre elas para impor ao Partido a tática geral e diversas táticas setoriais”. Ora, a formação de blocos não estava impedida pelo estatuto petista e tampouco foi objeto da regulamentação do direito de tendências, pois jamais poderia ser apresentada como um problema para a democracia partidária *por princípio*. No entanto, uma vez mais é necessário atentar para o particular em detrimento do geral: a formação desse bloco específico dificultava à

Articulação a tarefa de dirigir o partido, já que ao se aglutinarem, ainda que apenas para a defesa de políticas pontuais (via de regra, contra as propostas da Articulação) as tendências de esquerda adquiriam peso político e um poder de barganha que isoladamente não teriam.

Quando nos referimos à regulamentação do direito de tendências como uma *ferramenta de restrição política*, o fazemos em dois sentidos: o mais fundamental, que não tem lugar nesse primeiro momento do processo inaugurado em 1986, é o de permitir a exclusão de agrupamentos inteiros do PT, com base nas regras formais do partido. As exclusões passam a ocorrer apenas a partir de 1990. Mas antes de chegar a essa fase mais extrema, a regulamentação já servia como ferramenta de restrição, de maneira menos direta, mas nem por isso menos eficaz. Desde que o processo se inaugura e se estabelecem seus “alvos”, essas tendências são colocadas numa posição *defensiva*: passam a ter suas concepções, estratégias e decisões políticas oficialmente avaliadas, e se vêm obrigadas a escolher táticas para encarar a regulamentação. Assim, diante desse novo *desafio externo* (às tendências, mas interno ao partido), as divergências entre esses agrupamentos tendiam a fermentar e se evidenciar em distintas opções para lidar com a regulamentação. Essa nova situação dificultava a manutenção do “bloco” cuja unidade antes era garantida pela necessidade coletiva dessas tendências de fazer frente à Articulação.

Voltemos ao documento. Antes de passar às afirmações do IV EN sobre o tema, o texto expressa que o intuito do debate deve ser o de possibilitar que “os quadros e militantes das tendências cheguem a compreender o caráter de partido do PT e, então, se engajem na sua construção como partido aberto, de massas, democrático e socialista”. Em consonância com esse propósito e com a concepção de partido enunciada, declara a necessidade de que a militância petista não ignore a questão das tendências, mas que as estude, compare e discuta “o que existe de certo e de errado nas suas atitudes”. Uma correta apreciação e uma resolução adequada para a questão, lembra-se uma vez mais, só podem ser garantidas pelo “aprofundamento do debate democrático”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 287.)

É “*nesse sentido*” que o IV EN pretende fundamentar as sete afirmações que constituem o parágrafo 117 do texto, que consideramos correspondente à abertura formal do processo de regulamentação do direito de tendências no PT. Como buscaremos demonstrar, mais que um acúmulo prévio comum ao partido, ou o resultado de um debate mesmo que muito inicial, as sete afirmações expressam as concepções das quais parte a Articulação na empreitada de estabelecer limites à atuação de agrupamentos oposicionistas, em nome da disciplina partidária. A primeira delas é a contraposição

entre o modelo de “partido democrático, de massas e socialista” almejado pelo PT e quaisquer concepções frentistas: o PT “não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizada por qualquer partido político”.

A segunda afirmação, apresentada como decorrência da concepção de partido afirmada, é a do reconhecimento assegurado da “existência das minorias e seu *direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 287. O grifo é meu.) Adiante, retornaremos a essa formulação para evidenciar um ponto fundamental na interpretação do caráter da regulamentação do direito de tendências no PT.

A terceira afirmação, também decorrente das anteriores, é a da pertinência de um direito de tendências devidamente regulamentado. Ela vem acompanhada da determinação ao próximo DN que proceda a sua regulamentação, entendendo “*que esse direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT, nem acatam sua democracia e disciplina*”. As tarefas concretas que viabilizariam essa regulamentação são definidas na quarta afirmação, que determina que o DN eleito no IV EN, em sua primeira reunião, crie uma Comissão para “promover em todo o Partido um amplo processo de discussão”. Essa Comissão deveria encaminhar ao DN “uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do partido, as diferenças entre elas”. Ao mesmo tempo, cumpriria o papel de “dirimir divergências”, ouvindo partes envolvidas em “disputas político-ideológicas regionais” e propondo ao DN a aplicação de “*eventuais medidas disciplinares*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 287-288. Os grifos são meus.)

Há aqui uma contradição ainda latente, porém inescapável devido ao sentido imposto já de saída ao debate. Por um lado, como se viu, as votações e *medidas administrativas* são encaradas como contrárias ao caráter democrático do partido e incapazes de resolver as questões mais complexas. Por outro, um dos objetivos expressos do próprio debate é a manutenção da disciplina partidária, cujo “aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT”. Ora, a questão do direito de tendências é claramente colocada a partir da perspectiva da existência de “partidos dentro do partido”, “rompendo com a disciplina do PT”. É essa perspectiva que permite que se anunciem, desde o início do processo de regulamentação, as “eventuais medidas disciplinares” de que se poderá fazer uso em nome da manutenção da democracia partidária. Paradoxalmente, essas são exatamente as medidas que podem ser definidas como administrativas, uma vez que se configuram como *decisões baseadas em regras elas próprias aprovadas por maioria no âmbito da Direção Nacional, prescindindo do estabelecimento de um consenso, ou mesmo de consulta às bases*.

A quinta e a sexta afirmações são circunstanciais; referem-se diretamente ao “episódio de Salvador”, sem deixar de mencionar que o evento deu “particular importância” à discussão sobre as tendências. A decisão da CEN (prévia ao Encontro) pela expulsão dos “filiais acusados de estarem envolvidos na tentativa de assalto a um banco em Salvador” é ratificada, e recomenda-se aos filiais e candidatos petistas “que não apoiem, nem se associem, a qualquer candidatura de companheiros que, porventura, tenham alguma vinculação com os acontecimentos”. O desligamento dos envolvidos é justificado “tendo em vista as evidentes divergências de concepção política entre eles e o Partido”.

A sétima afirmação, embora também se apresente como circunstancial, é particularmente reveladora do enquadramento estabelecido pelo IV EN para a regulamentação do direito de tendências, nos marcos da luta política pela direção do PT. Reproduzimo-la na íntegra:

VII – Diante da gravidade dessas circunstâncias, o Encontro resolve que permanecem em vigor os critérios para a eleição da Comissão Executiva Nacional, devendo o próximo Encontro Nacional, a realizar-se em fevereiro de 1987, encaminhar a revisão das atuais normas, no sentido de garantir a participação das minorias em todas as instâncias dirigentes do PT. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 288).

As graves circunstâncias a que o documento se refere, embora exemplificadas pelo “episódio de Salvador”, devem ser compreendidas como tendo raiz na existência de “partidos dentro do partido”, como estabelecem os primeiros parágrafos. O próprio IV EN relaciona explicitamente, portanto, a questão das tendências com a da proporcionalidade nas Executivas – *para justificar um regime partidário de exceção*. Lembremos que a segunda das sete afirmações incluía o *direito à representação e manifestação das minorias em todas as instâncias do Partido*, concretamente inviabilizado pela norma da majoritariedade, então em vigor. A querela das tendências passava a se constituir como justificativa, tanto para a ofensiva contra os agrupamentos oposicionistas quanto para sua exclusão das instâncias dirigentes petistas.

Embora não o faça de maneira explícita, o encaminhamento afirmado pelo IV EN reconhece que a exclusão das minorias da CEN só poderia ser mantida em caráter excepcional, uma vez que contradizia abertamente as pretensões democráticas petistas. Assim, determina-se ao V EN, a se realizar no ano seguinte, a revisão dessas normas. Esse encontro será, de fato, o primeiro a aprovar uma resolução sobre o direito de tendências, que discutiremos adiante. Apesar dela, no entanto, o regime de exceção seria mantido ainda por alguns anos: a proporcionalidade na CEN seria aprovada apenas em 1990.

2.4 “Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT”

Já no contexto da preparação do V EN, duas figuras de destaque dentro do PT, José Dirceu e Vladimir Pomar publicam uma contribuição aos debates, um livreto de 30 páginas cujo título é “Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT” (DIRCEU; POMAR, 1986). O documento pode ser considerado a exposição mais completa das posições da maioria da direção petista sobre a questão das tendências à época; é também um dos poucos que traz análises concretas das demais tendências petistas, estabelecendo explicitamente os “alvos” da polêmica e buscando fundamentar a afirmação de que tais grupos configurariam “partidos dentro do partido”.

O texto se apresenta com o intuito de “discutir algumas das posturas ideológicas e políticas das correntes organizadas no PT”. O que permitiria que as considerações de Dirceu e Pomar fossem válidas para diversos agrupamentos, segundo os próprios autores, seria o fato de que, “todas elas, apesar das diferenças que apresentam entre si (...), possuem uma concepção de construção do PT que, na realidade, consiste em sua construção própria”. Assim fundamentado, o texto parte para uma relação das correntes acusadas de possuírem tal concepção:

É publicamente conhecido que atuam no PT a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORM-DS)²⁹, o Partido Revolucionário Comunista (PRC)³⁰, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)³¹, a Fração IV Internacional – O Trabalho³² e o Movimento Comunista Revolucionário (MCR).³³ A Convergência Socialista (CS)³⁴, dependendo de seus humores, ora afirma atuar no PT, ora afirma estar fora. Grupos de menor

²⁹ A trajetória da tendência Democracia Socialista (DS) será acompanhada no Capítulo III do presente trabalho.

³⁰ O PRC foi fundado em janeiro de 1984. Sua principal figura pública era o Deputado Federal (SP) José Genoíno, antigo militante do PC do B e ex-guerrilheiro no Araguaia. Durante a década de 1980, foi uma das organizações que mais abertamente expressou a concepção de que o PT era uma frente política, no interior da qual deveria atuar o embrião do partido marxista revolucionário. Depois do V EN, no qual aproxima-se da DS, inicia uma guinada radical rumo à direita do partido. Se dissolveria em 1989: sua maioria daria origem à Nova Esquerda (NE), corrente situada à direita no espectro partidário; uma ala minoritária, à esquerda, fundaria o Movimento por uma Tendência Marxista (MTM), depois Tendência Marxista (TM). É importante mencionar, que apesar de situar-se entre os “alvos” da regulamentação em sua primeira fase, o processo não acarretou “consequências no plano administrativo, ou seja, não foram tomadas medidas contra o PRC ou seus militantes”. (COELHO, 2005, p. 147.) Apresentaremos algumas considerações sobre essa questão na Conclusão de nosso trabalho.

³¹ Cf. nota 28, no presente capítulo.

³² A Organização Socialista Internacionalista - O Trabalho (OSI-OT, ou simplesmente OT) era uma das correntes trotskistas do PT que logrou permanecer no partido. Entretanto, o processo de regulamentação submeteu o agrupamento a pressões que o levaram a importantes rupturas. Sobre tudo para fins comparativos, analisaremos características e aspectos da trajetória dessa tendência, principalmente no capítulo IV.

³³ O Movimento Comunista Revolucionário (MCR), fundado em 1985, agrupava militantes egressos de três correntes com origens diversas, o MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), a OCDP (Organização Comunista Democracia Proletária) e o PCdoB-AV (Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha). O MCR daria origem já em 1989 à Força Socialista (FS), corrente que abraçaria o programa democrático-popular. (SECCO, 2011, pp. 125-126.)

³⁴ A Convergência Socialista será analisada no Capítulo IV. Cabe mencionar aqui que, ainda que tenhamos nos debruçado sobre a imprensa da corrente, durante o período coberto por essa pesquisa, não identificamos nenhuma ocasião em que a CS tenha manifestado “estar fora” do PT até sua expulsão oficial, em 1992. Infelizmente, Dirceu e Pomar não apresentam referências para essa afirmação.

expressão, como a Causa Operária³⁵ e, agora, a Esquerda, também procuram o espaço do PT para atuar e veicular suas ideias e propostas”. (DIRCEU; POMAR, 1986, p. 4.)

Visando apresentar um breve histórico dessas organizações, Dirceu e Pomar, dividem-nas em dois blocos: de um lado, as correntes trotskistas (DS, OT, CS e CO); de outro, as oriundas do PCB ou de seus “rachas” (PCBR, PRC e MCR). As correntes trotskistas do PT são subdivididas pelos autores em mais dois grupos, cada um dos quais teria destinos bastante diferentes em relação ao partido.

Na atualidade, a CS e a Causa Operária são os grupos trotskistas que guardam mais fidelidade às origens, mantendo as características que marcavam o trotskismo em seus primórdios. A DS e O Trabalho representam uma evolução no sentido de que, se procuram guardar fidelidade formal ao que chamam de “programa marxista”, procuram ao mesmo tempo adaptar-se à realidade da luta política do país através de políticas e posturas que muitas vezes entram em contradição com o chamado “programa marxista”. (DIRCEU; POMAR, 1986, p.5.)

Um aspecto comum às quatro correntes trotskistas apontado pelos autores consistia nos *vínculos internacionais* mantidos por todas elas com “diferentes frações ou grupos do que consideram uma corrente ideológica e política de expressão internacional, a IV Internacional”. As tendências do outro bloco, oriundas do PCB e de suas rupturas, por sua vez, não manteriam nenhum laço internacional. Ao longo de nosso estudo, buscaremos demonstrar que esta variável também teve considerável importância sobre as reações de cada corrente ao processo de regulamentação.

Para Dirceu e Pomar, as correntes de ambos os blocos compartilhariam, além de diversas posições ideológicas e programáticas, uma “história relativamente longa de tentativas de aplicação prática revolucionária de diferentes tipos de interpretação do marxismo, sem que nenhuma tenha conseguido transformar em realidade concreta tais tentativas”. Apesar da louvável “persistência revolucionária”, são criticadas por sua “arrogância (...) como pretensas portadoras da verdade”. Os dirigentes dessas organizações abusariam “do direito de acusar de anticomunistas aqueles que dentro do PT, os criticam”; os autores não negam que certo ranço desse tipo existisse no PT, mas o atribuem, “em grande parte, a certas práticas aplicadas por militantes dos grupos organizados autodenominados comunistas”. (DIRCEU; POMAR, 1986, pp. 6-7.)

O que mais interessa aos autores, entretanto, é questionar se essas tendências seriam, de fato, a “esquerda” do PT, tal qual elas afirmavam. Para tal, Dirceu e Pomar se propõem a avaliar suas concepções sobre temas como o socialismo, a construção do partido revolucionário e a luta contra a

³⁵ Outra das correntes trotskistas, a Causa Operária sofreria duros efeitos da regulamentação, sendo excluída do PT. Trataremos brevemente desse processo na sequência do presente capítulo. Mas, como em relação a OT, não se trata de uma análise em profundidade, e visa apenas permitir o esforço de comparação com as correntes que analisaremos em detalhe (DS e CS).

transição dirigida pela Aliança Democrática. Também pretendem discutir “a postura e as ações dessas organizações e de seus militantes dentro do PT”. Após quase vinte páginas de considerações sobre citações extraídas de documentos e publicações das tendências, contrapostas às opiniões da corrente majoritária sobre os temas mencionados,³⁶ os autores chegam a cinco generalizações que resumiriam as características principais dos grupos organizados atuantes no PT:

- a) todos eles possuem uma política própria, uma estrutura organizativa própria, direção e disciplina próprias;
- b) com motivos aparentemente diferentes, todos eles negam-se a aceitar a disciplina democrática do PT, que chamam de centralismo. Ou seja, negam-se a aplicar as deliberações adotadas pelo PT, se não concordarem com elas;
- c) todos eles consideram o PT um espaço privilegiado para aplicar suas próprias políticas e recrutar militantes para suas organizações;
- d) todos eles, cada um a seu modo, consideram que o resto do PT possui propostas ideológicas, políticas e organizativas atrasadas, reformistas, etc;
- e) todos eles consideram-se no direito de atuar livremente dentro do PT e qualquer crítica a suas propostas ou prática é tomada como ataque aos comunistas revolucionários. (DIRCEU; POMAR, 1986, pp. 27-28.)

É interessante perceber a correspondência direta entre algumas das conclusões de Dirceu e Pomar sobre as “correntes organizadas” e aquelas generalizações propostas seis anos antes pelo agrupamento mineiro PT de Massas no documento “As Falsas Tendências...” que analisamos anteriormente. Ambos os documentos ressaltam, cada um à sua maneira, as estruturas organizativas autônomas das correntes. A existência de uma “lealdade prioritária” à própria tendência, apontada pelo “PT de Massas”, aparece no livreto de Dirceu e Pomar como a recusa das correntes em acatar a disciplina petista quando em desacordo. Outra acusação formulada em ambos os documentos é a de que esses grupos considerariam o PT como terreno privilegiado para recrutamento de novos militantes.

De certo modo, o documento mineiro pode até ser considerado mais direto em suas acusações: quando aponta, por exemplo, o risco de que esses grupos abandonassem o PT assim que pudessem, não se esforça para omitir seu intento de reforçar a identidade não-petista das tendências. Dirceu e Pomar buscam, pelo menos aparentemente, fazer um debate mais neutro. Por isso, evitam suposições sobre as perspectivas rupturistas das tendências, optando por centrar fogo na questão de sua insubordinação à

³⁶ Os principais elementos dessa discussão seriam aprofundados no V EN (1987), especialmente a temática do socialismo. Na próxima seção do capítulo teremos oportunidade de recuperar as ideias e a argumentação da corrente majoritária petista sobre o tema. Os contrapontos apresentados por algumas das correntes minoritárias serão acompanhados nos capítulos III e IV.

disciplina petista. Nem por isso deixam de aprofundar a diferenciação entre as “correntes organizadas” e o PT (autêntico), como se percebe pelos itens *d* e *e* das conclusões dos autores, em que enfatizam a suposta “arrogância” das tendências em relação ao conjunto do partido (considerado “reformista”), expressa também em seu método de recusa das críticas (taxadas de *anticomunismo*).

Reafirmando as preocupações do IV EN, Dirceu e Pomar lembram que as características apontadas nas tendências (“típicas das seitas políticas que existiram nos primórdios do movimento operário”) não poderiam ser superadas “através de medidas administrativas ou por votações”. Mas esclarecem logo que “*essa atitude positiva (...) não significa complacência com as concepções incorretas e doutrinárias dessas seitas, nem com suas práticas antidemocráticas e antipetistas*”. (DIRCEU; POMAR, 1986, p. 29. O grifo é meu.) Eis, portanto, o sentido do debate:

... os militantes do PT devem compreender com clareza que os grupos organizados atuam no PT basicamente em seu próprio benefício e não em benefício da construção do PT. A DS e O Trabalho não dizem isso explicitamente, mas basta ler com atenção seus documentos para constatar essa verdade. O PRC diz tal coisa explícita e claramente, afirmando inclusive que deve combater o “socialismo” do PT. É certo que existem militantes dessas organizações cuja prática, no processo de discussão política e de descoberta da realidade da luta de classes, foi se tornando cada vez mais petista e se diferenciando das posturas teóricas e das proposições de suas organizações. Mas é preciso diferenciar a prática desses militantes da prática de sua organização como um todo, incentivando aquela e combatendo esta, inclusive para que tais militantes tomem consciência das diferenças e não induzam militantes petistas em erro. (DIRCEU; POMAR, 1986, pp. 29-30)

2.5. A regulamentação do direito de tendências: o V EN (1987) e o *Programa Democrático-Popular*.

No V EN (dezembro/1987) é aprovada a *Resolução sobre Tendências*, um documento mais extenso que visa estabelecer bases sólidas sobre as quais regulamentar o direito de tendências. Para que compreendamos estas bases e como se chega ao texto da Resolução, convém recuperarmos algumas das importantes discussões desse Encontro. Uma delas é, sem dúvida, a que se refere ao *socialismo petista* e sua relação com os regimes do chamado “socialismo real”, à época em acelerado processo de falência no Leste Europeu.

As resoluções do V EN, mais uma vez, tomam como base a tese apresentada ao Encontro pela Articulação (“Por um PT de massas, democrático e socialista”). No texto aprovado o tema do

socialismo consta na seção “Objetivo estratégico do PT: Socialismo”, que ocupa os parágrafos de nº 26 a 53, demonstrando a centralidade desse debate no período e o reconhecimento da “crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos”. A opção petista pelo socialismo é tomada como consenso, mas restava definir esse *socialismo*, bem como as relações entre a “luta do dia-a-dia e a luta mais geral” pela sua construção.

Os primeiros treze parágrafos da seção definem a necessidade da tomada do poder de Estado para a construção do socialismo, mas ressaltam que o momento da tomada do poder não se confunde nem se contrapõe à construção, ainda sob o capitalismo, de “formas embrionárias de poder proletário”. Assim, afirma o texto, “é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade da conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder”. A ausência dessa distinção, ainda segundo o texto, seria a responsável pela confusão de “muitos companheiros” – referência indireta, mas perfeitamente compreensível no contexto partidário de então, às correntes marxistas da esquerda petista – que “não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia” e o momento efetivo da tomada do poder, para o qual essa consciência é um requisito. Assim, com um discurso “pretensamente revolucionário”, tais companheiros não seriam mais que “vanguardistas”, cuja ação mais desorganizaria a classe trabalhadora do que contribuiria para sua luta. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 312-313.)

Outro elemento presente no documento é uma crítica à contraposição entre reformas e revolução. O texto afirma que, onde quer que as revoluções tenham ocorrido, não se fizeram sem que fossem combinadas com as lutas por reformas, “de acordo com a situação política concreta”. O papel educativo dessas lutas era ressaltado, uma vez que a experiência podia “demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder”.

De acordo com o documento aprovado, a definição de uma estratégia para o socialismo dependia da “clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nossa luta se dirige” e, “consequentemente” das “alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos” e do “programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças)”. Isto posto, é apresentada uma afirmação significativa – pois que, como percebe Mauro Iasi (2006, p. 420),

traz pela primeira vez para o “bloco” de alianças estratégicas a ser formado “um setor que não pertence à classe trabalhadora, por mais generosos que possamos ser com o conceito de classe ampliado”. Citemos a afirmação, correspondente ao parágrafo nº 37 do documento:

Existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 314.)

A questão das alianças, portanto, se relaciona diretamente e de maneira estratégica com a da construção do socialismo, nas condições do capitalismo brasileiro. Isto porque, segundo o documento, mesmo após a tomada do poder, seria impossível “extinguir todas as classes sociais” imediatamente. Isso significa não apenas que a pequena produção e a economia mercantil deveriam necessariamente ser mantidas em um primeiro momento (“para que não haja escassez de bens e (...) incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa”); significa também que, com a permanência de diferentes classes, persistiriam “diferentes expressões políticas na sociedade socialista”. Por essa via, o socialismo petista se distinguiria do stalinismo vigente nos Estados operários burocratizados do Leste Europeu: “a ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 315-316.)

Há na resolução algumas incoerências e imprecisões sociológicas, que são longa e detidamente comentadas a partir de uma perspectiva marxista por Iasi. (2006, pp. 414-442.) Para nós, interessa aqui relacionar as concepções apresentadas no documento com o *programa democrático-popular*, aprovado pelo partido no mesmo Encontro. Elaborado tendo em vista as eleições de 1988, o programa democrático-popular é apresentado pelo PT como o conjunto das “mudanças e reformas econômico-sociais” que responderiam à “crise da transição conservadora”, destacando o caráter específico dessa crise, que seria a “de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário”. Na formulação do programa, portanto, se repete o alerta contra o “vanguardismo” de ignorar que o momento não era o da ruptura revolucionária. Como vimos, as tarefas correspondentes a esse momento “se articulam com a negação da ordem capitalista e a

construção do socialismo” através da educação das massas e do estímulo às “formas embrionárias de poder proletário”, no sentido de “obter a hegemonia contra a burguesia”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 309, 312, 315. O grifo é meu.)

As propostas e palavras de ordem contidas na formulação do *programa democrático-popular* aprovado pelo V EN se dirigem em primeiro lugar contra os resquícios do regime ditatorial, partindo da reivindicação de “Diretas-Já” para a presidência da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis. Propõem a revogação de leis características da Ditadura Civil-Militar, a começar pela Lei de Segurança Nacional; o fim da censura; a retomada das liberdades de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve. Em seguida, passam a medidas econômicas como a recusa ao pagamento da dívida externa e a ruptura com o FMI, o congelamento dos preços, o controle das remessas de lucros ao exterior, políticas de distribuição de renda e a proibição do repasse de determinados recursos a empreendimentos privados. Defendem a estatização de uma série de setores (financeiro, indústria do cimento, transportes coletivos), bem como um conjunto de reformas de base (agrária, urbana, fiscal, administrativa). Contemplam ainda a universalização do ensino, políticas de elevação salarial, a redução do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria e da jornada de trabalho e a garantia de estabilidade nos empregos.

Ao visualizarmos esse conjunto de medidas, a questão que se coloca é a de como interpretá-las no contexto da estratégia petista. Ou, formulando de outra maneira: se é reafirmada no V EN a identificação do objetivo petista com o *socialismo*, porque o programa por ele aprovado é “democrático e popular” (e não “socialista”)? Recorremos outra vez a Iasi para estabelecer uma interpretação.

A ideia central da alternativa democrática e popular seria (...) contrapor a impossibilidade da burguesia em oferecer um projeto para o conjunto da sociedade, entendido aqui como o conjunto destes setores que teriam em comum o fato de serem “explorados pelos monopólios”, com (...) uma possível hegemonia popular. (...) Daí um programa “democrático” fundado em uma aliança de classes com a “pequena burguesia”, para realizar tarefas que a burguesia já não quer e não precisa para garantir o desenvolvimento de seu modo específico de produção, o capitalismo. Já que o leque social que forma o sujeito desse processo é composto das classes que se chocam com o capitalismo e hegemonizado pelo proletariado, excluindo a burguesia nacional da aliança, o caráter das transformações é “popular” e não “nacional” [se diferenciando da formulação programática sustentada pelo PCB durante as décadas de 1950 e 1960, a Estratégia Democrática Nacional, que defendia a necessidade de uma aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo, para desenvolver o capitalismo brasileiro]. (IASI, 2006, pp. 428-429, 430-431.)

Apesar do esforço (consciente) do PT em diferenciar a *estratégia democrática e popular* da *estratégia democrática nacional* pecebista, para Iasi, permanecemos diante de uma concepção *gradualista* ou *etapista* do processo revolucionário. Nas palavras do autor, o texto petista do V EN “rompe com a formulação de etapas do PCB para reapresentá-la novamente de forma tragicamente caricatural”. (IASI, 2006, p. 441.) O etapismo ao qual o PT permaneceria aferrado sem se dar conta, para Iasi, decorre exatamente daquele “reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, *nem a luta direta pelo socialismo*” – afirmação, que é, como vimos, o cerne da polêmica contra os “vanguardistas”. Por não haver possibilidades de uma luta direta pelo socialismo, torna-se necessária uma “política de acúmulo de forças”³⁷, *indireta*, que deveria se expressar também no terreno eleitoral: “o crescimento e as eventuais vitórias eleitorais do Partido são componentes importantes do processo de acumulação de forças”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 321. Os grifos são meus.)

O sentido geral da elaboração teórica e programática do V EN lança as bases de uma formulação que se popularizaria no contexto partidário durante o período seguinte com o nome de “movimento em pinça”.³⁸ Acompanhemos um resumo da mesma, ainda segundo Iasi. Como as mudanças revolucionárias não estariam colocadas a curto prazo, seria necessário ainda um longo período de acúmulo de forças, no qual deveriam ser desenvolvidas duas ações fundamentais: a *ação de massas* protagonizada pelo movimento sindical classista e os movimentos populares, e a *ocupação de espaços institucionais mediante a disputa eleitoral*, ambas dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores. Através do “acúmulo no movimento de massas e na ocupação dos espaços institucionais”, se “produziria uma alteração na correlação de forças” que “tornaria possível colocar na ordem do dia as mudanças sociais profundas do Programa Democrático e Popular”. Portanto:

O desfecho estratégico do plano se daria quando este acúmulo de forças produzisse uma alteração tal na correlação de forças que tornaria possível uma vitória nas eleições presidenciais, ponto institucional a partir do qual seria possível iniciar as transformações democráticas e populares no sentido de uma ruptura socialista. (IASI, 2006, p. 443. O grifo é meu.)

Do que precede, concluímos que é correto afirmar que, no contexto do V EN, as definições

³⁷ Iasi (2006, p. 393) indica que já a partir do III EN (1984) começa a ser utilizada a expressão “*acúmulo de forças*” para designar justamente essa “política de crescimento” que deve ser desenvolvida enquanto a “oportunidade de tomada do poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores”. Percebe-se que as ideias apresentadas no V EN já estavam sendo gestadas durante o período anterior, mas têm no *programa democrático-popular* uma síntese.

³⁸ Trataremos de outra formulação estratégica que também se buscava descrever pela analogia da pinça no Capítulo III.

estratégicas do PT se consolidam, em certa medida, contra setores do próprio partido (os “vanguardistas”). Concordamos com Iasi quando o autor ressalta que, mais que de uma simples diferenciação, tratava-se de uma “clara ação ofensiva” contra as correntes que a Articulação “acusava de agir apenas ‘taticamente’ dentro do PT”. (IASI, 2006, p. 414.) A “Resolução Sobre Tendências” é uma expressão ainda mais clara dessa ofensiva.

2.6. A “Resolução sobre Tendências” (1987).

O texto da *Resolução Sobre Tendências* aprovado no V EN (1987) parte da origem histórica do Partido dos Trabalhadores, surgido “da vontade da classe trabalhadora de construir um instrumento político” comprometido com a “condução do processo brasileiro na direção do socialismo”. Desta consideração deriva o caráter *estratégico* do partido: mais uma vez, o PT afirma não se reconhecer como uma “frente de partidos ou organizações” e tampouco limitar “o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais”. Por esta mesma razão, compromete-se com o aperfeiçoamento das “condições democráticas” de militância no partido, no intuito de garantir “a todos e a cada um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 356.)

O direito de tendências articula-se com o *caráter individual da adesão/filiação*, com o princípio de *democracia partidária* e com a *rejeição das práticas de “dupla militância”*. Embora os filiados possam formar “agrupamentos para defender posições políticas”, seu vínculo é com o partido de conjunto, devendo portanto comprometerem-se a “acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT”. A liberdade de debate e de disputa interna não deve se contrapor à *unidade de ação* do partido: o PT “defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 356.)

A defesa da unidade de ação do PT contrapõe-se, portanto, à existência, “velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT”, algo que o parágrafo sexto da resolução reconhece como sendo a situação concreta: “levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução

e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 357. Grifo meu.) Essa “completa integração” pode ser definida pela negativa, a partir das práticas e características que a resolução proíbe às tendências petistas:

... o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 357.)

O caráter de agrupamento *exclusivamente interno* que as tendências devem necessariamente ter segundo a resolução concretiza-se em duas determinações:

- 1) a *transparência* para o conjunto do partido de sua estrutura organizativa, posições e atividades;
- 2) a *não-concorrência* com o partido de conjunto, que se desdobra em duas restrições concretas: (2a) a da captação financeira externa aos espaços do partido ou concorrente com as finanças petistas; e (2b) a restrição ao diálogo direto entre tendência e sociedade. Fica impossibilitada, portanto, a manifestação de divergências públicas das tendências em relação a posições da direção partidária.

Por fim, o texto da resolução reitera que as tendências não podem constituir partidos independentes, distintos do PT, tampouco adotar nome de “partido”. Devem necessariamente “reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo)”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 357.)

Pelo teor da resolução, fica evidente que o processo de regulamentação do direito de tendências tinha, desde seu início, um conteúdo restritivo. Mas queremos destacar que predominava o teor de *clarificação das regras formais*, que, enquanto regras, tinham de ser pretensamente gerais, válidas para todas as tendências. A tônica das resoluções adotadas sobre o tema até 1987 frequentemente era colocada sobre aquela necessidade de integrar completamente os distintos setores do partido à sua vida orgânica. Desse modo, com exceção das expulsões relacionadas ao “episódio de Salvador”, não fazem parte da primeira fase do processo quaisquer medidas disciplinares ou tentativas mais duras de enquadrar as tendências opositoristas com base nas resoluções de 1986 e 1987, mesmo após sua aprovação. No entanto, essa perspectiva já estava anunciada: o V EN também incumbiria o Diretório Nacional do partido de elaborar uma proposta de *regulamentação* (propriamente dita) *das atividades*

das tendências internas petistas.

Esta regulamentação só viria a ser aprovada naquela instância em abril de 1990, pouco antes do VII Encontro Nacional, que a ratificou. O intervalo de quase dois anos e meio entre o estabelecimento de uma compreensão formal sobre o direito de tendências (já num contexto de ofensiva contra os agrupamentos oposicionistas) e sua efetiva utilização disciplinar é um dos elementos que nos interessou desde o início da pesquisa. Na busca de uma explicação, as próximas seções tratarão do espaço de tempo transcorrido entre a resolução de 1987 e o início “oficial” do segundo momento do processo de regulamentação, em abril de 1990.

2.7. Uma trégua na disputa.

Apesar de sua indiscutível majoritariedade, a Articulação sofria eventuais derrotas, sobretudo em embates nos níveis municipal e estadual, e frequentemente como reflexo da aglutinação dos distintos setores à sua esquerda. À época do V EN, embora o desempenho da Articulação nos Encontros declinasse, a corrente estava segura de manter a adesão de mais da metade dos delegados às suas posições, de modo que tais derrotas não constituíam grave ameaça de perda do controle sobre o partido. Algumas das disputas em que era vencida, contudo, tinham um valor estratégico amplo e evidente.

As prévias internas que decidiram a candidatura majoritária petista no município de São Paulo para as eleições de 1988 estiveram certamente entre elas. O candidato apoiado pela Articulação, Plínio de Arruda Sampaio, foi derrotado por Luiza Erundina, sustentada pela esquerda do partido e inclusive por setores da base da própria Articulação. Em todo caso, aquelas eleições foram encaradas pela direção partidária como uma grande vitória, uma vez que expressavam o crescimento eleitoral mais rápido que o previsto, mesmo pelos mais otimistas. O PT alcançava naquele ano as prefeituras de 36 municípios, entre eles três capitais (Vitória, Porto Alegre e São Paulo).

Lincoln Secco (2011) nos oferece uma das chaves para atribuir um significado geral, do ponto de vista da história do PT, ao período que se inicia justamente durante o intervalo que identificamos entre os distintos momentos do processo de regulamentação do direito de tendências. Para o historiador, “o ano de 1989 assinala a maioria do PT”. Até então, o partido buscava estabilizar-se enquanto *oposição social* e, para tal, empenhava-se em consolidar sua direção e sua estratégia. Mas não

se deve esquecer o isolamento político em que o partido se encontrava, desde sua derrota na campanha das “Diretas Já!”, ainda em 1984. No cenário aberto naquela ocasião e que vigorou nos anos seguintes, a manutenção da unidade partidária era compreendida como uma condição de seu fortalecimento; ao mesmo tempo, o combate às alas radicais minoritárias do partido era, evidentemente, também uma condição para a consolidação da Articulação enquanto direção.

A partir de 1989, no entanto, aquilo que o PT “já se tornara socialmente (a oposição de esquerda predominante na sociedade civil) *ele se converte no Estado: uma oposição dentro do aparelho de Estado político*”. (SECCO, 2011, p. 25. Grifo meu.) Essa afirmação compreende, além da novidade das vitórias em importantes capitais (inserção no poder executivo do Estado) também o crescimento das bancadas parlamentares petistas. As diversas relações entre o partido e o aparelho estatal têm, como sabemos, um peso decisivo sobre o processo de institucionalização da organização. A Articulação apontava como estratégia a *conquista do poder Executivo do Estado* em nível nacional e impulsionava a *progressiva parlamentarização do PT*, visando ocupar os “espaços institucionais” necessários para o “acúmulo de forças”.

É Ribeiro quem nota que, a partir do V EN (1987) se inicia o período no qual a “face pública” do partido, isto é, mandatários e ex-mandatários de cargos públicos (principalmente parlamentares), passará a ter um peso cada vez maior na composição dos organismos de direção partidária, representando sempre a partir daí, pelo menos 40% das CEN's. (RIBEIRO, 2008, p. 212).³⁹ O crescimento dos diversos tipos de inserção institucional petista proporcionaria novos âmbitos e dimensões aos enfrentamentos entre as tendências internas.⁴⁰

³⁹ Para explicar a *parlamentarização* da direção petista, Ribeiro afirma que “as estratégias das elites internas também devem ser levadas em conta. Como a capacidade de distribuição de incentivos é recurso decisivo nos jogos horizontais de poder, os parlamentares se tornam armas valiosas nos conflitos internos. No PT, esse potencial foi constantemente mobilizado pelo agrupamento que concentra a maior quantidade de líderes com peso eleitoral: a Articulação/Campo Majoritário. O peso dos parlamentares (e do próprio Lula) foi arma sempre empregada nas disputas contra as correntes de esquerda”. (RIBEIRO, 2008, p. 214.)

⁴⁰ A inserção estatal não foi a única dimensão ambiental em transformação para o PT no período. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundada em 1983 crescia, bem como a inserção petista no movimento sindical e nos aparelhos das entidades, que passavam a representar uma zona de incerteza significativa para o PT. Como aponta Ribeiro recuperando um argumento já desenvolvido por Panebianco, “essas entidades constituem terrenos férteis para atuação e fortalecimento das facções, na arregimentação de novos militantes, na captação de recursos financeiros, na obtenção de votos a seus candidatos etc., à *revelia do controle por parte das instâncias oficiais do partido*”. (RIBEIRO, 2008, p. 207. O grifo é de Ribeiro.) Embora em escala enormemente inferior, também as correntes da esquerda partidária frequentemente possuíam alguma inserção sindical, chegando a ocupar postos diretivos em sindicatos, a partir dos quais organizavam bases locais para sua atuação política. Um acompanhamento mais detalhado das relações entre o partido e o movimento sindical e seus aparelhos escaparia ao âmbito de nossa pesquisa, mas faremos referência a essas relações com alguma frequência. Isto porque os enfrentamentos na arena sindical reproduziam (embora não de maneira idêntica) as tensões entre as tendências petistas, e as

Mas a *maioridade do PT* traria um desafio ainda maior, que não poderia ser previsto em toda sua magnitude à época do V EN. Trata-se da possibilidade real de chegada do partido à Presidência da República. Lembremos, como faz Iasi (2006, pp. 442-443), que as formulações estratégicas petistas que embasavam o programa democrático-popular haviam sido pensadas “dentro de uma dimensão temporal bastante elástica”, pois não estariam colocadas para o curto prazo, dependendo de um “longo acúmulo de forças”. Contrariando essa expectativa inicial pouco otimista, a perspectiva concreta de uma vitória presidencial esteve colocada pelo crescimento da candidatura Lula e pela chegada da Frente Brasil Popular ao segundo turno das eleições de 1989, convulsionando o partido. Esperava-se que o desempenho eleitoral de Leonel Brizola (PDT) fosse superior ao de Lula, o que bloquearia a chegada da FBP ao segundo turno.

Em entusiástica resenha da corrida eleitoral daquele ano, Wladimir Pomar apontava os elementos que possibilitaram o crescimento da candidatura Lula. O momento era favorável, uma vez que, “cada vez mais nitidamente desde as eleições de 1985, as elites apresentavam-se sem um projeto unificado”, abrindo espaço para a esquerda. A campanha petista buscava dar vazão ao descontentamento e às aspirações das massas populares por mudanças, que se expressavam com crescentes greves e protestos, desde o fracasso do Plano Cruzado. Além disso, um arco de alianças mais amplo foi pensado pela direção partidária como saída para o isolamento em que o PT se encontrava: da Frente Brasil Popular participariam, além do PT, PSB e PC do B; o PV se aproximaria da FBP, mas a abandonaria. No segundo turno, Lula atrairia ainda o apoio de PDT, PSDB e setores do PMDB. (POMAR, 1990, pp. 35-40.)

Apesar do crescimento da candidatura Lula, Collor conseguiu garantir a vitória graças ao voto das camadas do eleitorado de menor renda, concentradas nas periferias e pequenas cidades. Para tal, sabidamente contou com o apoio político e material de amplos setores do empresariado brasileiro e da grande mídia (tendo a Rede Globo cumprido papel fundamental na reta final da campanha, com a reconhecida manipulação do último debate eleitoral), além de ter utilizado expedientes escandalosos, que iam de calúnias contra Lula à contratação de “brigadas de mercenários, muitos dos quais vestindo camisetas do PT, [que] percorriam favelas e bairros pobres ameaçando as pessoas com os boatos então amplamente difundidos por Collor e pela imprensa”. (POMAR, 1990, p. 96.) O *anticomunismo* foi um dos sentimentos mobilizados na ofensiva de Collor, buscando dividir o apoio petista nas classes médias a partir do estímulo aos temores pelo suposto “achatamento” do padrão de vida que decorreria das

disputas pela direção da CUT eventualmente coincidiram com momentos decisivos na história das lutas internas do PT. Trataremos de um deles no Capítulo IV.

medidas radicais a serem adotadas por um eventual governo petista.⁴¹

A amarga derrota quando a vitória parecia tão próxima demandou reflexão sobre as suas causas. Em fins de janeiro de 1990, a CEN e o DN publicavam uma “Avaliação da Campanha Eleitoral Presidencial”, que buscava sintetizar um balanço “oficial” interno da experiência. O signo geral das eleições, para o PT, seria o da vitória, uma vez que a candidatura Lula teria unificado o campo democrático e sido acompanhada pela participação militante do partido e, “principalmente, pela mobilização popular”. Os recursos desiguais, o apoio da mídia e o perfil de classe da candidatura Collor eram apontados como causas estruturais da derrota no segundo turno, sem que o partido se isentasse da responsabilidade por alguns erros táticos e estratégicos. A própria estrutura de direção do partido teria se mostrado “débil e amadora nas respostas às necessidades do 2º turno”, acarretando na demora da análise do perfil do voto do 1º turno e em vacilações quanto à agenda política e à intervenção no rádio e na televisão. “A ausência de um jornal nacional” também teria sido “desastrosa para nosso partido”. O erro na definição da linha e da abordagem para o último debate presidencial também era reconhecido. (POMAR, 1990, pp.117, 119-122, 124.)

A experiência eleitoral de 1989 consiste numa das principais razões pelas quais, nas palavras de Secco, “em 1990 descortina-se um novo período” para o PT. Esse novo período seria “marcado pela crise do socialismo”, em decorrência da bancarrota dos Estados operários burocratizados do Leste Europeu que teve na queda do Muro de Berlim sua apoteose, acompanhada por uma crescente ofensiva ideológica antissocialista que já começava a apresentar efeitos nítidos sobre o PT, como demonstrara a campanha de Collor. Ainda segundo Secco, o processo traria consigo a “exigência de *aggiornamento* ideológico” da ala majoritária do partido (SECCO, 2011, p. 25.)

É certo, portanto, que essa atualização ideológica esteve imbricada com o desempenho eleitoral petista. Até mesmo porque a questão da chamada “crise do socialismo” era encarada como um tema de importância menor por um setor significativo da Articulação, o que ficaria evidente pela avaliação feita por alguns de seus quadros do tratamento dado à questão no I Congresso do PT (1991). José Luís

41 A “Avaliação da Campanha Eleitoral e Presidencial” aprovada pelas instâncias nacionais de direção do PT afirmaria que, durante a campanha, o PT teria subestimado “o papel do anticomunismo, do sentimento religioso de nosso povo, de seu sentimento nacional expresso em nossa bandeira e principalmente a exploração caluniosa que Collor fez de nosso programa econômico, propagando por todo país que expropriaríamos a propriedade individual dos cidadãos e sua poupança e estatizaríamos toda a economia”. No contexto da falência dos regimes do chamado “socialismo real”, o documento relacionava ainda a exploração desse sentimento anticomunista pela candidatura Collor com a “mais grave” “incapacidade [do próprio partido] de capitalizar e explorar ao máximo aquilo que para o PT é uma confirmação de nossas avaliações sobre o socialismo e os regimes da Europa Oriental e mesmo da URSS. Nosso Partido nasceu sob o signo do socialismo democrático e do repúdio ao stalinismo e ao socialismo burocrático”. (in POMAR, 1990, p. 122.)

Fevereiro, membro da Coordenação Nacional da Articulação, por exemplo, publicaria na revista *Teoria & Debate* nº 18 um artigo sobre o congresso partidário, no qual afirmava que a falência do modelo do “socialismo real” teria impulsionado um debate necessário para os setores “órfãos ou herdeiros do leninismo mais ortodoxo”, mas “estranho à tradição majoritária do PT”. (FEVEREIRO, 1992, p. 54.)

O balanço eleitoral de 1989, em todo caso, permaneceria sendo campo de uma encarniçada disputa durante o período seguinte. Tal disputa deixaria marcas nítidas sobre a nova fase do processo de regulamentação do direito de tendências, inaugurada naquele momento.

2.8. Uma nova fase na regulamentação: “*Momento de Exclusão*”

É na “ressaca” da derrota eleitoral de 1989 que a questão das tendências volta ao primeiro plano das discussões internas petistas. No entanto, como sugerimos, não se trata de uma retomada da questão nos mesmos marcos de antes. *É possível perceber mudanças significativas no caráter do processo de regulamentação do direito de tendências a partir de 1990.* Se antes, apesar da ofensiva contra as “correntes organizadas”, predominava um tom conciliatório e a manutenção da unidade partidária era uma preocupação central, com a virada da década passaremos a encontrar chamados explícitos à direção do partido para que passasse da discussão à ação, enquadrando as tendências de esquerda e adotando medidas disciplinares drásticas, não mais encaradas como “administrativas” ou incompatíveis com a democracia partidária. Já em janeiro daquele ano, um artigo de Apolônio de Carvalho publicado em *Teoria & Debate*, revista oficial do PT, marcava a mudança de signo do processo. Seu título não deixava margem para dúvidas: era chegado o “*Momento de Exclusão*”.

Apolônio de Carvalho foi dirigente do PCB e fundador do PCBR, do qual se afastou em 1979. Militar cassado e destacado militante comunista, chegou a combater na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa. Membro fundador do PT e signatário honorário do manifesto fundacional, participou de instâncias de direção até 1987, quando se afasta das tarefas partidárias por orientação médica. Sua intervenção, três anos depois, no debate público⁴² sobre as tendências tinha um peso até mesmo simbólico que não deve ser subestimado. Em primeiro lugar porque a trajetória política de

⁴² *Teoria & Debate* era uma revista voltada tanto “para dentro” quanto “para fora” do partido. Era espaço para discussão de divergências internas mas também (e principalmente) para a propaganda das posições programáticas petistas, visando oferecer formação política dos filiados. A revista era normalmente comercializada e sua assinatura possível a qualquer um, de modo que a publicação de um artigo de polêmica em *Teoria e Debate* tem natureza muito diversa da de um documento interno do partido.

Apolônio de Carvalho era justamente considerada por muitos como um patrimônio de toda a esquerda brasileira. Mas também porque seus vínculos de outrora com o PCBR conferiam à sua argumentação uma força adicional: Apolônio, afinal, era alguém que estivera ligado aos “modelos anteriores de ‘vanguarda’”, que vivera sua “crise” e encontrara acolhida no PT; tendo renunciado totalmente a seus vínculos passados desde a fundação do partido, declarava que, uma década depois, já era tempo de excluir aqueles que não haviam sabido se integrar. Acompanhemos a argumentação de Carvalho.

O artigo se inicia com um debate sobre a identidade petista. Nascido de um contexto invulgar, o PT combinaria “elementos novos e originais”: um operariado jovem e concentrado em grandes e médias empresas que adquirira experiência política e consciência de classe no ascenso político de massas de fins da década de 1970; “uma profunda crise dos modelos anteriores de ‘vanguarda’, no interior dos partidos e organizações de esquerda”; um vazio de alternativas políticas para as aspirações populares, casado com a profunda crise do regime militar. “Expressão natural dessa nova situação histórica”, o PT é calorosamente acolhido pelos movimentos populares, crescendo vertiginosamente em seus primeiros anos de vida e ampliando sua abrangência social. Da mesma forma, “acolhe em suas fileiras faixas sensíveis das correntes políticas revolucionárias do período anterior”. (CARVALHO, 1990, p. 64.)

Em um primeiro momento, o “convívio” entre o PT e as correntes de esquerda, segundo Apolônio, teria sido “relativamente fácil”. As reivindicações sociais e econômicas petistas bebiam de suas “fontes sindicais recentes”, enquanto as bandeiras políticas estariam ainda pouco desenvolvidas, resumindo-se fundamentalmente “ao fim rápido do regime de ditadura militar” e ao “retorno à prática de um regime de democracia”. Mas esse programa mínimo, aceito por todos os componentes do partido, não seria a única explicação para a convivência pacífica entre o PT e essas correntes. Para Apolônio, o “calor solidário, sincero e exemplar” que o núcleo dirigente petista procurara conferir à coexistência interna (guiado, “naturalmente, por princípios de confiança mútua e critérios de ética que considera inseparáveis das relações entre entidades de esquerda”) seria característico de “um *anfitrião que sabe abrir a seus hóspedes sua casa ainda em construção*, sob um halo de confiança integral”. Esta característica, entretanto, não significava que o PT desconhecesse que a convivência com esses agrupamentos estava “eivada de contradições”; mas, de acordo com o autor, elas seriam encaradas “como fatores de avanço e enriquecimento”. (CARVALHO, 1990, p. 65. Grifo meu.)

Resulta evidente o quanto a argumentação está apoiada na já antiga ideia de que as tendências de esquerda seriam distintas do PT. Mas, para além disso, vale destacar que o autor iguala sem reservas

a identidade petista à Articulação, de maneira mais nítida do que é comum encontrar nos discursos da ala majoritária do partido. Chega a afirmar que, sob a crescente pressão das correntes de esquerda, o (verdadeiro) PT teria recuado “de sua imagem global para a figura de uma nova corrente política interna”: a Articulação. Tal gesto – a organização formal da Articulação enquanto tendência interna – seria “um reconhecimento tácito ou um primeiro gesto de recuo, ainda que parcial, à condição de uma frente política de massas”. Assim:

...o PT original – raiz, corpo e alma de nossa organização – desfigura-se parcialmente sob a imagem de uma nova corrente política. A partir de agora, a defesa de sua identidade original e da autenticidade de seus princípios passa a ser, aos olhos das demais correntes, um privilégio concedido à nova “corrente” Articulação – ou uma discriminação arbitrária. Em certa medida, o anfitrião confunde-se com seus hóspedes. (CARVALHO, 1990, p. 66.)

Após desenvolver essa identificação, Apolônio tece uma consideração sobre a regulamentação do direito de tendências tal qual levada a cabo pelo V EN. Para o autor, essa “regulamentação” (colocada entre aspas por Apolônio) acabara por avalizar a existência dos elementos que conferiam ao PT a condição de frente política. Lembra que a intenção dos propugnadores da regulamentação era o de promover a integração do partido, preservando suas características originais. Mas sua consequência teria sido, ao invés, a manutenção de “modelos deformantes de relacionamento no interior de nossa organização”, tais como a “aceitação apenas formal do PT como partido político” pelas tendências (acompanhada da prática por convertê-lo em frente política), a equiparação do direito de tendência ao direito de fração, ou ainda, a busca por desenvolver o partido “não à base de suas características de origem, mas através de sua transformação num ‘núcleo de vanguarda marxista-leninista’”.⁴³

Em seguida, Apolônio passa a descrever a estrutura e a prática das correntes de esquerda. Por terem não apenas “organização, orientação política e disciplina próprias”, mas mesmo identidades e histórias anteriores ao PT, optavam pela recusa ao “entrosamento com as normas institucionais” partidárias, fazendo o “jogo sinuoso das duas lealdades”. Acusando de anticomunismo quem se contrapusesse a essa postura, encontravam um “álibi gratuito às infrações diretas à centralização política, à prática de desrespeito aberto à disciplina e a nossos estatutos”, gerando “toda uma cadeia de agressões à identidade do PT e a suas linhas de orientação”. (CARVALHO, 1990, p. 67.)

⁴³ De passagem, notemos uma vez mais a dissociação total entre o PT (em plena identidade com a Articulação) e seus agrupamentos internos adeptos de um programa “marxista-leninista”, não característico do “PT das origens”. Como veremos, em especial no Capítulo IV, para algumas tendências da esquerda petista, a expressão “PT das origens” carregava um significado programático perfeitamente compatível com sua orientação política.

Até aqui, não há diferenças sensíveis em relação aos argumentos defendidos por Dirceu e Pomar ainda antes do V EN. Mas Apolônio vai além. Suas denúncias atingem um patamar que não era visto na primeira fase do processo de regulamentação: Recupera um “documento oficial da Convergência Socialista – ou de parte de seu organismo nacional de direção”⁴⁴ de 1983 que supostamente degradaria e insultaria “a imagem do PT e de seus dirigentes”, fazendo “a defesa arrogante da tática do ‘entrismo’”. Lembra também do “Episódio de Salvador”, que teria turvado a credibilidade do partido em plena batalha eleitoral. Denuncia a recusa recente da Causa Operária em admitir a centralização política, e participar da campanha eleitoral, “a menos que o PT se defina sobre a tese estratégica da ‘ditadura do proletariado’”, demonstrando seu “antagonismo frontal” em relação ao PT. Os exemplos mencionados por Apolônio configuram invectivas tão ostensivas contra as tendências que chegaram a justificar o uso do direito de resposta por parte da Convergência Socialista.⁴⁵

Todo o percurso feito por Apolônio até aqui prepara sua conclusão: perante “parte sensível da opinião pública”, o PT apareceria como um *partido bifronte*, “em que *ações isoladas de certas correntes de esquerda*, guiadas por sua visão de soluções radicais a curto prazo, *convivem, contraditoriamente, com a imagem original e os compromissos públicos assumidos*” pelo partido. Tal dualidade teria consequências no plano intrapartidário, refletindo-se na recusa a uma política mais ampla de alianças e na manutenção de “traços radicalizantes” no programa partidário, subestimando a “abrangência das novas responsabilidades, uma vez conquistadas certas administrações municipais”. (CARVALHO, 1990, p. 68. Grifos meus.) No plano externo, por sua vez, os resultados da dualidade também eram claros:

Na campanha eleitoral recente, o PT pagaria um preço infinitamente mais alto pela prática isolada e insensata de correntes de esquerda. Os adversários encontraram, na prática agitacionista das soluções radicais a curto prazo, terreno fértil e largamente adubado para suas calúnias e chantagens.(...) O PT e a esquerda em seu conjunto foram o alvo direto dessa chantagem. Estão chamados, agora, não só a buscar suas raízes como também a definir os fatores que os tornaram possíveis. Alguns observadores políticos adiantam conclusões que soam como advertências: “A Lula (isto é, ao PT) cabe arrumar sua retaguarda”. É a alusão “aos grupos radicais que se infiltraram no partido, desde que ele se apresentou como momentânea opção legal pelo socialismo” (Jornal do Brasil, 12/12/89, “Coluna do Castelo”). Há, ainda, “milhares de associações de pequenos e médios empresários temerosos de uma esquerdização do país”. Outro analista político lembra que o novo presidente “foi eleito por minoria; 60% dos eleitores não lhe deram o voto. E, dos que deram, boa parte o fez não porque nele depositasse

⁴⁴ Apolônio de Carvalho, infelizmente, não menciona o título do documento, nem dá qualquer referência que permita sua identificação e consulta.

⁴⁵ Através de carta, assinada por Valério Arcary em nome da Direção Nacional da CS, e publicada na mesma edição de *Teoria & Debate*; na edição seguinte, Arcary seria uma vez mais porta-voz da tendência, numa entrevista realizada por Ricardo de Azevedo sob o não exatamente imparcial título “Qual é a tua, Convergência?”. Essa entrevista será comentada em detalhe no capítulo IV.

suas esperanças, mas por temor do outro candidato” [Lula]. (CARVALHO, 1990, p. 68. Os grifos são meus.)⁴⁶

À responsabilização das tendências de esquerda pelo abalo da imagem petista diante da “opinião pública” e pelo consequente descrédito eleitoral,⁴⁷ sucede o momento mais original do texto de Apolônio, que inaugura o período da regulamentação propriamente dita do direito de tendências: o chamado à ação. “*Por seu acesso ao segundo turno*”, o PT teria adquirido a “condição de centro do amplo sistema de alianças” estabelecido no campo da esquerda. Por consequência, afirma Apolônio, “não deve – e não pode – mais (...) apresentar a imagem de uma organização dúbia, de duas faces”. Para “retomar sua identidade original” e ser capaz de demonstrar unidade de ação, o *primeiro passo* estaria, “já há tempos, no pensamento de uma boa maioria de nossos militantes”:

Já não cabem, pois, o conformismo e o compasso de espera com que viemos acalentando um processo de integração ainda hoje sem ritmos e sem prazos. (...) Há correntes políticas que por si mesmas se revelaram corpos estranhos no interior de nossa organização: a Convergência Socialista, a Causa Operária, o PCBR. *Ad referendum* das instâncias mais altas, a Comissão Executiva Nacional deve, a meu ver, a curto prazo, tornar pública sua exclusão de nossas fileiras. (CARVALHO, 1990, p. 68)

Naturalmente, afirma Apolônio, tal medida deveria ser precedida de “diálogo fraterno e franco com seus dirigentes”, a partir do “mais alto respeito à sua condição de militantes revolucionários”. A consulta aos militantes petistas sobre a medida “seria encaminhada, posterior e normalmente” pelo DN. Ainda que a iniciativa da exclusão pudesse acarretar a perda de contingentes e de quadros políticos de direção para o PT, caberia a esses militantes “a definição final de suas opções”. A relação posterior do PT com esses agrupamentos (supondo que continuassem a existir, como partidos autônomos, após sua exclusão do PT) não precisaria ser a de um “isolamento absoluto”: “podemos ainda atuar juntos sob uma justa e efetiva *política de frentes*, já agora em organizações distintas e em níveis de relacionamento obviamente iguais”. (CARVALHO, 1990, p. 68.)

⁴⁶ O trecho exemplifica a incorporação de argumentos veiculados na grande mídia (compatível com o recurso à “opinião pública” de que se utiliza Apolônio) como “munição” para a luta interna, em perspectiva muito diversa da que era adotada na primeira fase do processo. Comentaremos outra abordagem da repercussão de eventos relacionados ao PT na imprensa burguesa no Capítulo III, quando retomarmos aspectos do “Episódio de Salvador” tal qual compreendidos pela tendência Democracia Socialista (DS).

⁴⁷ Que, vale notar, era um elemento de balanço *não-oficial*, uma vez que não constava na “Avaliação da Campanha Eleitoral Presidencial” aprovada pela CEN e pelo DN em janeiro de 1990 (e publicada como anexo em POMAR, 1990, pp. 117-125).

À época, a revista *Teoria & Debate* tinha periodicidade trimestral, de modo que o exemplar que torna público o artigo “*Momento de Exclusão*”, lançado em janeiro de 1990, cobria o período até março. Talvez, a edição seguinte ainda não houvesse chegado às mãos da maioria dos leitores habituais da revista na primeira quinzena de abril, quando a Direção Nacional do PT passa a efetivar medidas como aquelas pelas quais clamava Apolônio. A primeira delas, dando caráter oficial à nova fase do processo de disputa sobre o direito de tendências, é a aprovação da resolução “Regulamentação das Tendências Internas” por aquela instância.

2.9. A “Regulamentação das Tendências Internas” (1990).

A *Regulamentação das Tendências Internas* (1990) é um documento de 29 parágrafos que reitera as principais linhas da resolução do V EN (1987), especificando alguns aspectos vagos daquele documento e tornando mais claros os limites à atuação das tendências internas do partido. No volume *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*, (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 360-364) o texto está publicado como “Anexo” das resoluções do V EN, mas uma nota esclarece que a regulamentação foi “aprovada pelo Diretório Nacional na reunião de 14 e 15 de abril de 1990”. O intervalo demonstra que as resoluções do V EN tardaram a ser implementadas, mas tendo em mente a disputa eleitoral de 1989 e sua repercussão no partido, podemos entender a retomada dessas tarefas inacabadas em 1990.

O primeiro capítulo da regulamentação trata da natureza das tendências internas. Parte da reafirmação do caráter individual da adesão ao partido, bem como da possibilidade de filiados agruparem-se para disputar postos nas instâncias partidárias e defender “propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais da política, da estrutura ou do funcionamento do Partido”. O texto indica implicitamente que as tendências não podem divergir globalmente (mas sim parcialmente) das políticas aprovadas pelos organismos partidários; em todo caso, devem submeter-se ao programa e às resoluções partidárias. Em seguida, reforça a distinção entre “tendências internas” e “organizações políticas autônomas externas do PT, por este assim consideradas”, rejeitando a dupla militância e reiterando o caráter estratégico do partido, que “não se constitui numa frente ou federação de partidos ou de organizações”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 360-361.)

O aspecto normativo predomina nos quatro capítulos seguintes. A regulamentação não chega a relacionar explicitamente o teor restritivo das normas aprovadas com a existência de “partidos dentro

do PT” e com a necessidade de dissolvê-los, alcançando a “completa integração de seus militantes na vida petista”, como fazia o texto de 1987. Aquela perspectiva anterior, que se afirmava pelo debate e contra as “medidas administrativas”, aqui dá lugar a uma forma mais técnica (até mesmo do ponto de vista textual), que estabelece restrições às liberdades de que as tendências faziam uso até então, consideradas excessivas. O intuito de impor limites à “autonomia relativa” (parágrafo 4, alínea c) das tendências internas conduz à reafirmação constante da necessidade de “submissão” de todos os filiados e tendências ao programa, às disposições, resoluções, regras e deliberações do PT.

O segundo capítulo da regulamentação (parágrafos 6 a 15) estabelece que as tendências devem solicitar seu *registro junto à Secretaria Nacional de Organização (SORG)* do partido, comprometendo-se por escrito com o Programa, o Estatuto e o Regimento do PT, com suas resoluções e, em especial, “com os termos e o significado da Resolução sobre Tendências aprovada no 5º Encontro Nacional e com esta regulamentação”. Caberia à SORG, subordinada à Comissão Executiva Nacional (CEN) um parecer sobre a regularidade do registro da tendência. Qualquer filiado poderia pedir reconsideração desse parecer ao Diretório Nacional do partido ou ao Encontro Nacional. Da mesma maneira, com base em documentação apresentada por qualquer filiado, “o DN poderá iniciar processo de cancelamento do registro” de uma tendência interna. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 361-362.)

O 15º parágrafo trata da possibilidade da *dissolução compulsória de uma Tendência*, decorrente do cancelamento ou da negação de seu registro junto à SORG. O trecho em questão enfatiza ainda que, “no caso de não-dissolução” – ou seja, no caso de insubordinação da direção da Tendência à decisão partidária de extingui-la – “seus integrantes devem optar formalmente pela sua desvinculação do agrupamento, para não incorrerem nas hipóteses de dupla militância”. Aqui, parece-nos que a resolução busca lidar com a contradição que pode decorrer da dicotomia *partido de filiados individuais* versus *partido de tendências*, reafirmando a primazia da primeira concepção. Caberia ao filiado, unidade básica do partido, afirmar formalmente seu vínculo prioritário com o PT.⁴⁸ O parágrafo 19º retomará esse princípio de partido de filiados individuais, afirmando que nos casos de desrespeito às

⁴⁸ Afirmar uma concepção de partido de filiados individuais pode estar em contradição com a ideia de que a unidade fundamental do PT eram os núcleos de base (NB's), como afirmavam os estatutos partidários. Os NB's sequer são citados na regulamentação, seja como órgãos perante os quais os filiados devem afirmar formalmente sua lealdade, seja como responsáveis por travar com esses militantes o “debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista” (resolução de 1987). O declínio do funcionamento orgânico dos NB's petistas, como aponta Ribeiro, começa muito cedo, no mínimo em 1983. A coincidência com a organização formal da Articulação não nos parece casual. Uma vez organizada de maneira adequada para travar as lutas políticas internas e coordenar sua intervenção política nos espaços decisivos da disputa partidária (sobretudo, nos Encontros estaduais e Nacionais), a ala dirigente do partido podia prescindir da atividade permanente dos núcleos, de modo que o esmorecimento da vida interna partidária não dificultou o funcionamento e a direção de um partido cada vez mais profissionalizado.

deliberações partidárias, “independentemente das posições assumidas por uma Tendência Interna, seus integrantes respondem individualmente perante as instâncias orgânicas do PT”.

Já o parágrafo 20º dispõe sobre as publicações das Tendências, concretizando também nesse terreno o princípio de circunscrever sua atuação ao *âmbito estritamente interno ao partido*. Nesse sentido, determina que tais publicações devem dirigir-se e serem distribuídas exclusivamente aos filiados do PT. Nos casos em que já existam resoluções partidárias com as quais não concordem, passam a ter o dever de explicitar essa circunstância, como condição para apresentarem suas divergências. Além disso, devem necessariamente ostentar “com destaque na primeira página” de cada publicação que a mesma “é de caráter interno ao Partido dos Trabalhadores e dirigida e distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT”. Além disso, dispõe transitoriamente que o DN, com base na regulamentação, “poderá exigir dos responsáveis pela Tendência Interna que adaptem suas publicações às presentes normas”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 362.)

Este parágrafo afeta em particular as tendências referenciadas no leninismo, e em especial as trotskistas, cada uma responsável por um jornal de publicação regular à época da regulamentação. Não é exagero algum afirmar que esses agrupamentos se organizavam *em torno* de seus jornais, de acordo com a concepção que Lenin expõe no capítulo V de sua obra *Que fazer?*⁴⁹ Para tais agrupamentos, irradiar suas posições políticas – inclusive suas diferenças com os setores majoritários do PT – através da venda do jornal era a maneira mais comum de aproximar e recrutar novos militantes. Limitar a distribuição de sua imprensa aos filiados do partido visava reduzir as possibilidades de que tais agrupamentos se apresentassem diretamente à sociedade enquanto organizações concorrentes com o PT, conforme o próprio texto da regulamentação explicita. Mas é importante notar que o documento trata *ambos os aspectos* da situação como problemas: por um lado, *impede a expressão pública*, para fora do partido, das posições de grupos minoritários; por outro, busca *inibir a própria conformação de organizações autônomas*, que sustentem diferenças estratégicas com as posições da maioria partidária. A alínea *b* do parágrafo 20º efetivamente proíbe as publicações das Tendências de servirem “de base para a construção de uma corrente autônoma em relação ao PT e com ele concorrente”, num diálogo implícito com a concepção leninista de jornal partidário. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 362.)

Até mesmo os escritórios das Tendências deveriam ser adequados a essa concepção de atuação estritamente interna, ficando impedidos (pelo parágrafo 21º) de se constituírem em “sedes públicas”.

49 Cf. LENIN, V. I. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979. pp. 187-205.

Da mesma forma, o conciso capítulo IV da resolução ajusta as *atividades financeiras* ao *caráter interno e não-concorrencial* que a regulamentação busca conferir às correntes petistas. Assim, as campanhas financeiras das Tendências ficavam impedidas de substituir, se superpor ou contrapor à política financeira do partido.

Interessa-nos ainda o capítulo V da regulamentação, que trata das “Relações Internacionais” que poderiam estabelecer as correntes internas petistas. Este aspecto da resolução também era particularmente caro aos agrupamentos trotskistas, ferrenhos defensores de uma concepção *internacionalista* da revolução socialista. Para evidenciar o vínculo necessário entre *trotskismo* e *nível internacional de organização*, basta tornar a destacar que todas as quatro maiores agremiações trotskistas dentro do PT estavam geneticamente vinculadas a organizações internacionais que representavam os distintos matizes do trotskismo: a CS à *LIT* encabeçada pelo argentino Nahuel Moreno; a DS ao *Secretariado Unificado (SU)* dirigido por Ernest Mandel; a OSI-O Trabalho ao *QI-CIR* de Pierre Lambert; a CO, por fim, participava do agrupamento internacional referenciado no Partido Obrero argentino e em Jorge Altamira, que durante algum tempo se chamou Tendência Quarto-Internacionalista (*TQI*).

O parágrafo 23º afirma a possibilidade de que Tendências Internas façam contatos e participem de atividades em âmbito internacional visando a discussão e o intercâmbio, “desde que seja feita prévia comunicação à Comissão Executiva Nacional do PT, especialmente à Secretaria de Relações Internacionais”. Além de recolocar o princípio de *transparência*, que apontamos anteriormente como um dos definidores do conteúdo daquela resolução de 1987, também o segundo princípio que destacamos naquele texto, o da *não-concorrência*, encontra aqui seu lugar. É esse segundo princípio que fundamenta a alínea *a* do mesmo parágrafo, que dispõe que a Tendência Interna que tome parte em contatos e atividades internacionais “reafirmará sempre que as relações internacionais do PT são privativas do seu Diretório Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais”. Fundamenta, igualmente, o 24º e o 26º parágrafo do texto, estabelecendo que os filiados devem acatar as decisões partidárias independentemente de sua identificação com organizações internacionais e proibindo-os de se apresentarem publicamente como representantes de organismos internacionais. O texto reforça ainda que cabe às instâncias partidárias definir a posição do PT diante de propostas de realização de campanhas internacionais. Nos casos em que considere que a proposta em questão é “contraditória com as orientações do partido”, pode negá-la e deliberar que os filiados não devem implementá-la. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 363-364.)

2.10. A implementação da regulamentação: cerceamento político e luta fracional.

O VII EN (1990) se realiza pouco mais de um mês após a aprovação da “Regulamentação das Tendências Internas” pelo DN. O Encontro é assinalado por Iasi como o início de uma “inflexão moderada” no partido, ocasionada por três fatores principais. O primeiro seria a “defensiva geral dos movimentos, principalmente o sindical, entre outros motivos pelo *impacto brutal da reestruturação produtiva do capital*”. Outro motivo, de ordem ideológica, as já mencionadas questões colocadas pelo *desmonte do chamado “socialismo real”*. Por fim, os *resultados eleitorais* e “certa avaliação que o limite eleitoral era resultado de um certo perfil ‘restritivo’ do partido, fundamentalmente pelo aspecto ‘classista’ e por uma política de alianças que não ia além das próprias bases sociais”. (IASI, 2006, p.461.)

Além disso, o rápido crescimento institucional petista começava a produzir “deformações” cada vez mais sensíveis na dinâmica intrapartidária – num sentido muito semelhante ao modelo proposto por Michels (2001). Ainda segundo Iasi:

O jogo institucional já era complexo o suficiente para produzir um distanciamento interno entre as direções e a base partidária. A participação nos espaços de decisão e direção já é necessariamente mediada pela participação em algum agrupamento, tendência ou bloco político e cada vez menos vinculada a uma real inserção em algum movimento social. Consagra-se a figura do militante profissional e as possibilidades de “liberação” são disputadas segundo uma correlação de forças definida nos processos de encontros cada vez mais massivos e despolitizados. O controle de postos na máquina burocrática partidária pode ser decisivo para almejar uma vaga na disputa eleitoral que, por sua vez, abre o acesso à máquina burocrática das administrações municipais ou mandatos parlamentares que, pouco a pouco, se convertem nas bases reais da ação partidária. (IASI, 2006, p. 454.)

No VII EN, a Articulação obteria a adesão de 56% dos delegados, demonstrando que continuava firme à frente do partido. A esquerda partidária obteria uma vitória com a aprovação do critério de *proporcionalidade* para a composição da CEN; mas a discussão foi condicionada pela prévia *adequação* das tendências à regulamentação aprovada em abril pelo DN. O processo de registro das tendências junto à SORG, previsto pela regulamentação, tinha como prazo o dia 31 de maio de 1990, data em que se iniciou o VII EN. Já naquele encontro, “ter o registro aceito passou a ser requisito para a inscrição das teses e chapas”. (RIBEIRO, 2008, p.183.)

A primeira corrente petista a sentir a mudança de caráter do processo de regulamentação do direito de tendências foi a Causa Operária, que teve seu pedido de registro indeferido. A justificativa oferecida pelo DN para a decisão era a de que a corrente não acatava a disciplina partidária e

configurava uma organização autônoma dentro do PT.⁵⁰ As tendências O Trabalho e Convergência Socialista foram consideradas “ambíguas” pela SORG, mas conseguiram negociar seu enquadramento nas normas. Dez agrupamentos seriam aceitos como tendências internas naquela ocasião: Articulação, Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS), O Trabalho (OT), Força Socialista (FS),⁵¹ Luta pelo Socialismo (LPS),⁵² Tendência Marxista (TM, posteriormente MTM),⁵³ Vertente Socialista (VS),⁵⁴ Voz Proletária e Nova Esquerda (oriunda do PRC, que se autodissolvera no ano anterior).

Para a Causa Operária⁵⁵, a recusa de seu registro, concretamente, significou o início de sua *exclusão* do partido. Seus militantes ficaram impedidos de lançarem candidaturas na eleição de 1990 e se estabeleceu um prazo de três meses para que os militantes petistas que se identificavam com a CO fizessem a opção pelo PT. (COELHO, 2005, pp. 206-207) Na sequência, ocorreram as expulsões dos membros da corrente que ocupavam cargos dirigentes no partido. Ainda naquele ano, o DN deliberaria pela intervenção no diretório regional do Distrito Federal onde a Causa Operária, aliada a grupos locais, vencera o Encontro e poderia indicar o candidato a governador pelo partido, o que não chegou a ocorrer. A corrente também afirma que naquele momento sua militância passou a ser excluída das posições dirigentes que ocupava em diversas entidades (UNE, federações nacionais, sindicatos), movimentação que ocorreria “através de uma frente única de todos os grupos dentro do PT”.⁵⁶ O desfecho da relação entre PT e CO se dá no I Congresso, em cuja preparação a tese elaborada pela corrente foi impedida de circular e que se abriu com o veto do DN à participação dos delegados “democrática e estatutariamente eleitos” ligados à Causa Operária. (RATH, 1992, p. 39.)

O I Congresso daria lugar à derradeira batalha pela normatização do direito de tendências no PT. Numa votação referente a essa questão, a maioria da Articulação forma um bloco com os adeptos da tese *Um Projeto Para o Brasil* (PPB, composto principalmente pela VS, Nova Esquerda e setores do petismo católico)⁵⁷ em torno da proposta contida na tese-guia de “transformar as tendências em

⁵⁰ A justificativa da medida foi publicada no *Boletim Nacional*, nº 52, setembro de 1990, p.7. Basicamente, remetia à *indisciplina partidária* por parte da corrente.

⁵¹ Cf. nota 33, no presente capítulo.

⁵² A LPS era uma dissidência da DS que se aproximou de OT em fins da década de 1980.

⁵³ Cf. nota 30.

⁵⁴ Fundada em 1989, a VS era um racha da ala majoritária e seguiu orbitando a Articulação.

⁵⁵ Muitos anos depois, em texto publicado em seu *site*, o Partido da Causa Operária (PCO), fundado após a expulsão da corrente, assim resume o processo: “A direção do PT monta uma farsa, chamada de ‘regulamentação de tendências’, que nunca entrará em efeito, mas cuja primeira resolução é ‘não reconhecer Causa Operária como tendência interna do PT’. O estratagema serve, secundariamente, para assustar a esquerda pequeno-burguesa que rapidamente se adapta à política de caça às bruxas.” (“A exclusão de Causa Operária do PT”, disponível em <<www.pco.org.br/conoticias/historia/a-exclusao-de-causa-operaria-do-pt/iysj,s.html>>. Consultado em julho de 2014.)

⁵⁶ Cf. nota anterior.

⁵⁷ A tese *Um Projeto Para o Brasil* (PPB) apresentada ao I Congresso do PT, bem como os setores partidários que a

agrupamentos provisórios, a serem constituídos e diluídos de modo *ad hoc* a cada decisão ou eleição interna”. Nesta votação, os setores mais à esquerda dentro da própria Articulação (contra o núcleo dirigente da corrente) posicionaram-se junto à esquerda partidária, defendendo a organização permanente das tendências. Venceram por pequena margem – 446 delegados contra 441 favoráveis à tese-guia.

Ainda assim, as resoluções do I Congresso referentes ao tema das tendências podem ser interpretadas como um endurecimento das regras para o seu funcionamento. As correntes internas perdiam o direito de terem sede próprias, salvo com autorização do DN, e suas reuniões deveriam ser abertas a qualquer filiado; a participação de não-filiados ficava vetada. Não poderiam impor qualquer tipo de centralismo a seus militantes, nem adotar decisões que se sobrepusessem ou se chocassem com as do partido. Não poderiam ter jornais para circulação externa, nem publicar documentos “para fora” (para não-filiados), mesmo que reproduzindo posições oficiais do PT. Sua atuação internacional também ficava restrita, uma vez que as relações internacionais eram afirmadas como prerrogativa do DN. (RIBEIRO, 2008. p. 184; PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp.525-526.)

Lembremos que a preparação do I Congresso se dá no contexto dos escândalos que motivariam a campanha “Fora Collor” em 1992. Danilo Martuscelli considera que em 1991 se estabelece uma *crise de governo* no Brasil, gerada em consequência do início da implementação das *contrarreformas neoliberais* no país. Enquanto o grande capital industrial estava insatisfeito com os acelerados efeitos da abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro exigia ainda mais veloz desregulamentação da economia; o movimento sindical, por sua vez, era agredido pela desvalorização salarial e pela queda do número de empregos. Essas insatisfações não se expressaram apenas no plano da ação econômico-corporativa, mas também no surgimento de conflitos entre o Executivo e o Legislativo, que conduziram o governo a uma situação de isolamento político.⁵⁸ (MARTUSCELLI, 2012, pp. 51-52.)

A resolução sobre conjuntura aprovada pelo PT em seu I Congresso caracterizava que o Governo Collor era responsável pelo aprofundamento da crise econômica, social e política pela qual o país passava. A queda da popularidade de Collor refletia o crescente descontentamento da população

sustentavam, serão discutidos no Capítulo III.

⁵⁸ Martuscelli recupera uma importante consideração de Décio Saes sobre as crises de governo em um sistema presidencialista. Para o autor, “o processo de resolução da crise de governo tende a ser longo e difícil, pois depende da utilização de um instrumento excepcional: o *impeachment*. Esse tipo de crise, pelo seu caráter diluído e desconcentrado, tende a produzir efeitos modestos no plano da mobilização popular e abre um reduzido espaço institucional para a crítica popular à orientação de classe da política estatal”. (SAES, 1998, p. 141 *apud* MARTUSCELLI, 2012, p. 52.)

com a “política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social”, que o PT deveria ser capaz de “captar e de transformar num amplo movimento democrático, popular, de oposição ao Governo Collor”. Esse movimento deveria “inviabilizar e derrotar as políticas predatórias” do governo. O recurso ao *impeachment* ficava reservado para o caso de se caracterizar “jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, pp. 539-541.)

A crise do governo Collor é apontada por Ribeiro como um desafio externo conjuntural para o PT. Nos termos de Panebianco, esse desafio potencializaria a dificuldade da Articulação, enquanto coalizão dominante, em articular os fins reais (a disputa eleitoral) e os fins oficiais (o socialismo) da organização. Ainda antes do I Congresso, as tendências da esquerda partidária haviam apresentado ao DN a proposta de uma campanha em torno da palavra de ordem “*Fora Collor*”, significando a renúncia ou o *impeachment* do presidente e a antecipação do calendário eleitoral. José Dirceu apresentou em nome da Articulação outra proposta, mais cautelosa, “alertando para os perigos de uma crise institucional”, e que seria sintetizada na ideia de *oposição a Collor*, tal como defenderia a resolução de conjuntura do I Congresso. Ainda de acordo com Ribeiro:

O posicionamento da Articulação refletia um cálculo eleitoral. Acreditava-se que a antecipação das eleições poderia impulsionar o surgimento de um candidato “salvador da pátria”, prejudicando a candidatura Lula, franca favorita às eleições de 1994. Uma possível ruptura da institucionalidade também poderia colocar em risco o projeto Lula 1994. Além disso, a elite da Articulação argumentava que uma campanha pela renúncia de Collor abriria precedente para a direita fazer o mesmo em relação a um eventual governo Lula. (RIBEIRO, 2008, p. 192.)

Ocorre que com a profusão cada vez mais intensa de denúncias de corrupção⁵⁹ contra o Governo Collor, a abertura do processo de *impeachment* se tornaria inevitável. O posicionamento “cauteloso” do PT provocava um descompasso entre o partido e as entidades e segmentos mais mobilizados dos movimentos popular e sindical. Em 1991, o PC do B retomara a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), que teria papel de destaque nas mobilizações que se intensificam no ano seguinte, majoritariamente estudantis, mas que obteriam adesão massiva entre agosto e setembro de 1992 (MARTUSCELLI, 2012, pp. 57-60). Para Ribeiro, a cúpula do PT “foi atropelada pela velocidade dos fatos”, pois passara a defender abertamente o afastamento do presidente apenas quando

⁵⁹ “Entre as formas mais conhecidas de corrupção [das quais era acusado o Governo Collor] constavam: *superfaturamento* de bens e serviços vendidos ao governo; *agilização de pagamentos* aos empreiteiros em troca de propina; *facilitação de contratos* com o governo através de ‘taxas de intermediação’; *fraudamento de licitações públicas*; *manipulação das regras* para fornecimento de subsídios e incentivos fiscais para pessoas físicas ou jurídicas; *venda de informação* privilegiada das decisões governamentais; *arrecadação ilegal de fundos de campanha eleitoral* junto aos empresários”. (MARTUSCELLI, 2012, pp. 52-53.)

uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) já estava instaurada. (RIBEIRO, 2008, p. 193.) A CPI, criada em maio de 1992, propunha-se a investigar as denúncias de Pedro Collor, irmão do presidente, sobre relações suspeitas entre Fernando Collor de Mello e Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial acusado de corrupção. Os deputados federais petistas desempenharam importante papel na CPI, e em meados de 1992, o PT adotaria a palavra de ordem “Fora Collor”, após quase um ano de reticência. (SECCO, 2011, pp. 156-157.) Em setembro, Collor renunciaria tentando evitar o *impeachment*, que em todo caso ocorreria em dezembro.

Ainda em abril de 1992 – portanto, durante o período em que a CEN petista permanecia reticente em aderir ao “Fora Collor”, – a regulamentação do direito de tendências é uma vez mais utilizada como dispositivo disciplinar, justificando a expulsão de outra corrente oposicionista. A Convergência Socialista defendera o afastamento do presidente praticamente desde a abertura da crise política, e o fizera publicamente em seu jornal, contrariando, de acordo com a maioria da direção, a resolução do I Congresso sobre tendências, bem como a política “cautelosa” que permanecia sendo implementada pela Executiva do partido. Luis Lourenço, falando em nome do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), herdeiro da CS, logo após sua fundação em 1994, avalia que a expulsão, “depois de um período de choques crescentes” entre a corrente e a direção petista, teria constituído “um dos momentos mais lamentáveis da adaptação da direção burocrática do PT ao regime burguês”:

A Convergência defendia então [durante a crise do Governo Collor] a realização de uma grande campanha de rua contra Collor, que teria como bandeira a palavra-de-ordem “Fora Collor”. A Articulação, fiel à sua estratégia [de preparar-se para as eleições presidenciais de 1994 e transferir o embate com o governo exclusivamente para o terreno eleitoral], proibiu que qualquer corrente ou militante do partido levantasse essa bandeira. Isto em um momento em que já tinham começado as denúncias que vinculavam o presidente a um gigantesco esquema de corrupção. A CS recusou-se a cumprir aquilo a que chamou “lei do silêncio” e impulsionou a campanha “Fora Collor” que, mais tarde, iria ser a maior mobilização de massas da história do Brasil desde a campanha das eleições diretas para presidente, em 1984, responsável então pela queda da ditadura militar. (LOURENÇO, 1994, p. 36.)

Embora reconhecesse implicitamente sua atuação enquanto fração pública durante o “Fora Collor”, para a CS, sua expulsão tinha um caráter antidemocrático. Em primeiro lugar, por ser decidida exclusivamente pela CEN, sem consulta às bases. O próximo EN, que deveria ser realizado em junho de 1992, foi adiado por decisão da direção, o que impediu que a CS se utilizasse daquele momento político para a apresentação de um recurso à decisão, enquanto o movimento que questionava Collor, com o qual a corrente buscava se identificar, se encontrava em ascensão. Em segundo lugar, a decisão

de excluir a CS do PT era antidemocrática por buscar se justificar com elementos tais como a manutenção de sedes, imprensa e finanças próprias pela corrente. Ora, é Lincoln Secco quem nos chama a atenção para um detalhe precioso: enquanto alguns agrupamentos seguiam o caminho da *ruptura*, “outras tendências radicais mantiveram-se no PT (*e apesar das proibições, com finanças, sede e jornais próprios*)”. (SECCO, 2011, p. 156, grifo nosso.)

Em todo caso, as exclusões possibilitadas pela segunda fase da regulamentação do direito de tendências eram irreversíveis, e constituem os efeitos mais extremos da implementação dessa regulamentação. O endurecimento definitivo das regras para o funcionamento das correntes internas no I Congresso e a expulsão da CS quatro meses depois encerram a luta em torno do direito de tendências no PT.

2.11. Interpretação geral do processo de regulamentação do direito de tendências.

Sustentamos que o processo de regulamentação das tendências como um todo pode ser compreendido como a utilização de uma *zona de incerteza* por parte de uma *coalizão dominante*: o estabelecimento de *regras formais* para o funcionamento das tendências traduzia uma luta política interna, que teve seu ritmo afetado pelo avanço da institucionalização do PT, bem como por alterações no cenário político nacional e internacional.

A primeira fase desse processo, inaugurada em 1986 e que durou até 1990, ainda se pautava pela afirmação da perspectiva de integrar completamente os distintos setores do partido à sua vida orgânica. Desse modo, com exceção das expulsões relacionadas ao “episódio de Salvador”, não fazem parte da primeira fase do processo quaisquer tentativas mais duras de enquadrar as tendências opositoras com base nas primeiras resoluções aprovadas (em 1986 e 1987).

Os limites da primeira fase do processo eram impostos por algumas razões. Em primeiro lugar, deve ser apontado o isolamento político em que o partido se encontrava, desde sua derrota na campanha das “Diretas Já!” em 1984. No cenário que perdurou pelos anos seguintes, a manutenção da unidade partidária era compreendida como uma condição para o fortalecimento do PT. Mas, ao mesmo tempo, o combate às alas radicais minoritárias era também uma condição para a consolidação da Articulação enquanto direção. A razão mais profunda para os marcos bastante restritos em que se desenrolaram as primeiras disputas em torno do direito de tendências, portanto, deve ser buscada na

incipiente institucionalização do PT à época. A pequena inserção estatal petista permitia, então, que as divergências estratégicas ficassem limitadas ao âmbito da discussão interna; além disso, sendo a atuação do PT principalmente a de uma oposição social e extraparlamentar, era condizente com a vigência do princípio da independência de classe, que garantia em grande medida a unidade partidária.

Em relação à primeira, a segunda fase, de 1990 a 1992, representa uma agudização do enfrentamento entre a ala majoritária e os agrupamentos oposicionistas dentro do PT. Não se trata aqui de apontar apenas o conteúdo cada vez mais restritivo das sucessivas resoluções sobre tendências, mas sim uma mudança qualitativa no caráter do processo. Se antes, apesar da ofensiva contra as “correntes organizadas”, predominava um tom conciliatório e a manutenção da unidade partidária era uma preocupação central, com a virada da década passaremos a encontrar chamados explícitos à direção do partido para que passasse da discussão à ação, enquadrando as tendências de esquerda e adotando medidas disciplinares drásticas, não mais encaradas como “administrativas” ou incompatíveis com a democracia partidária.

Podemos afirmar que passagem da primeira à segunda fase da luta pelo direito de tendências foi viabilizada pela institucionalização do partido, processo que removeu as constrações que impediam que a unidade partidária fosse rompida.⁶⁰ Podem ser localizados justamente durante o final da primeira fase do processo, quando a questão das tendências ficou por quase dois anos em segundo plano, avanços decisivos no processo de institucionalização do PT, do qual a consolidação da Articulação enquanto *coalizão dominante* foi uma condição. Contribuíram marcadamente para essa institucionalização o crescimento de sua bancada parlamentar e a conquista de importantes prefeituras em 1988, mudando decisivamente o entorno ambiental petista e os desafios com os quais o partido passaria a lidar.

⁶⁰ Couto aponta cinco razões que, em sua avaliação, teriam contribuído para que o partido mantivesse sua unidade, apesar da profundidade de suas divisões internas. Seriam elas: a) a liderança incontestada e carismática de Lula, candidato natural do partido à presidência, elemento de força significativa para um partido no qual a conquista do poder central correspondia a um objetivo estratégico; b) o peso do setor sindical durante os primeiros anos de existência do PT, que incentivava as correntes interessadas em vincular-se ao operariado e às camadas populares a permanecerem no partido; c) o surgimento da Articulação como um “centro partidário capaz de criar um consenso majoritário” em torno de um projeto de “partido estratégico”; d) a existência de uma grande massa de filiados “independentes” (não vinculados a tendências) com capacidade de influenciar os resultados das disputas intrapartidárias, o que obrigava as correntes a buscar um diálogo com o “petista médio”, diante do qual não era conveniente demonstrar um alto grau de autonomização em relação ao partido; e) a “paulatina migração das correntes partidárias de uma linha política que tomava o PT como partido tático para outra, que o toma como partido estratégico”, reduzindo o grau de fracionamento do partido e, nos termos de Panebianco, “propiciando uma cada vez maior institucionalização do Partido dos Trabalhadores”. (COUTO, 1995, pp. 96-97. O grifo é meu.) Cabe comentar que o primeiro desses fatores, o da popularidade de Lula como candidato capaz de vencer as eleições presidenciais, teve um efeito “anestésico” sobre a querela das tendências durante a corrida eleitoral de 1989, o que não se manteria durante o balanço daquela derrota a partir do ano seguinte. O último fator mencionado por Couto, o da migração de tendências, de uma concepção de “PT tático” para outra que o encarava enquanto partido “estratégico” será abordado no Capítulo III.

A linha definida no V EN e sintetizada no programa democrático-popular já apontava uma estratégia condizente com essa institucionalização, fazendo uso, porém, de muitas mediações, ilustradas pela ideia do “movimento em pinça”. São as perspectivas abertas pela campanha da FBP em 1989 que impulsionam decisivamente a direção petista a adotar de maneira expressa e cada vez menos mediada o objetivo de vencer as eleições presidenciais de 1994. Essa guinada estratégica redefiniria o arco de alianças petista, entre outras mudanças que apontavam para o fim da vigência daquele “princípio da independência de classe” que havia permitido a obtenção de um consenso partidário durante a década de 1980. (COELHO, 2005, pp. 215-216)

Os novos desafios ambientais advindos da passagem do PT à posição de *partido de governo* nas prefeituras de capitais a partir de 1988, também foram responsáveis pela agudização do enfrentamento entre a ala majoritária e as tendências oposicionistas. Os embates no âmbito das administrações petistas pressionaram a direção partidária a enquadrar as correntes que questionavam as medidas do próprio PT no governo. Naquele novo ambiente (o do Executivo), tornava-se imprescindível ampliar o grau de coesão partidária e garantir a governabilidade, e o endurecimento das regras para o funcionamento das tendências, bem como a exclusão dos radicais decorriam dessa necessidade.⁶¹

Para a Articulação, isolar a oposição de esquerda tornava-se uma medida necessária ao cumprimento do seu segundo objetivo, o de impor a mudança de rumo ao PT. A antiga garantia da unidade política de base entre a Articulação e as demais correntes do PT, que denominamos aqui de princípio da independência de classe, era parte do que deveria ser definitivamente sepultado no caminho da renovação programática. Em vão clamariam as tendências da esquerda partidária pelo retorno ao “PT das origens”. O campo majoritário, Articulação à frente, estava determinado a implementar as profundas mudanças que julgavam necessárias para colocar o PT à altura dos seus novos desafios: “O Brasil que deu origem ao PT já não existe mais”. Com a destruição dos fundamentos da base política consensual, o controle da Articulação sobre o PT dependia de sua capacidade de impor seu projeto, derrotando e silenciando os adversários. *A política de hegemonia que permitira à Articulação dirigir o PT nos anos 80 cedia lugar, rapidamente, para práticas de supremacia.* (COELHO, 2005, pp. 242-243, grifo meu.)

Outro aspecto que devemos ressaltar na interpretação da regulamentação do direito de tendências é o de que suas consequências mais drásticas, como a exclusão de correntes partidárias, embora coerentes com a estratégia que passava a ser implementada pela Articulação, se articulam com a *crise* do campo majoritário do partido – e não, como se poderia supor a princípio, com uma situação de estabilidade que proporcionasse maior liberdade de ação à direção partidária, fruto de sua

⁶¹ O caso da gestão Erundina à frente da prefeitura de São Paulo será analisado e relacionado com a luta pelo direito de tendências no Capítulo IV.

consolidação como coalizão dominante. Devemos ter em mente que a guinada estratégica levada a cabo pela Articulação não se operou sem resistências. As correntes de esquerda cresciam ininterruptamente em termos de representação nos sucessivos EN's, desde meados da década de 1980, e com a conquista da proporcionalidade no VII EN (1990), sua presença nos organismos de direção não mais podia ser bloqueada.

Para além desse fator, é Ribeiro quem nota que as “ambiguidades” da direção nacional petista na gestão 1990-1993 (das quais a reticência durante a crise do Governo Collor é um exemplo cabal) refletiam uma situação de “crise de direção” partidária, de *paralisia decisória*. Tal paralisia decorria do “crescente tensionamento no interior da coalizão dominante, cada vez menos capaz de obter acordos tanto em torno dos temas de longo alcance, quanto em relação a desafios conjunturais”. O confronto intestino da Articulação, que conduziria a uma ruptura da corrente (o grupo Hora da Verdade – HV, posteriormente Articulação de Esquerda – AE, que imporia uma derrota à maioria da articulação no VIII EN em 1993), configurava um “cenário centrífugo”, no qual “os descontentes se aliavam à esquerda (principalmente com a DS, que buscava capitalizar essa insatisfação), enquanto a elite da corrente costurava acordos com a recém criada direita petista (NE e VS)”. (RIBEIRO, 2008, pp. 193-194.)

Como lembra o próprio Ribeiro (apoiado em Panebianco), as pressões externas só geram crises partidárias se preexistem condições internas para tal. Para o autor, a consolidação da regulamentação do direito de tendências era uma dessas condições, uma vez que a aceitação das tendências como “atores confiáveis do sistema intrapartidário” tornava “viável a especulação acerca de alianças com grupos alternativos à Articulação”.⁶² (RIBEIRO, 2008, p. 195.) Assim, *ao mesmo tempo em que a regulamentação servia como ferramenta restritiva nas mãos da Articulação, ela era também um elemento que contribuía para que sua condição de coalizão dominante fosse questionada*. É esse papel duplo da regulamentação que buscaremos explorar nos próximos dois capítulos, a partir da percepção de que o processo teve efeitos distintos sobre agrupamentos, em tese bastante semelhantes.

Até aqui, recuperamos e interpretamos o processo de regulamentação do direito de tendências no PT, levando em conta sua dinâmica, as características de suas distintas fases, seus limites iniciais e

⁶² Outras quatro “condições internas preexistentes” para o surgimento de crises são apontadas por Ribeiro (2008, p. 195): a heterogeneidade ideológica da Articulação; a reacomodação ideológica de algumas correntes (com o PRC indo à direita e a DS rumo ao centro), abrindo possibilidades de alianças centrífugas para os grupos em disputa com a Articulação; a redução dos custos de cisão interna, a partir da aprovação da proporcionalidade nas Executivas; o fato de a gestão 1990-1993 ser a primeira a ter uma composição proporcional, abalando a coesão do núcleo dirigente.

as causas que os levaram a ser superados. Buscaremos agora dar conta da segunda questão que anima o presente trabalho, a saber, por quais razões alguns dos grupos que mantiveram práticas proibidas pela regulamentação puderam manter-se no partido, enquanto outros sofreram consequências tão drásticas quanto a exclusão.

Para a verificação dessa questão, optamos por acompanhar de perto as relações entre as duas maiores tendências da esquerda trotskista do PT, a Democracia Socialista (DS, Capítulo III) e a Convergência Socialista (CS, Capítulo IV) e a problemática do direito de tendências. Segundo diversos aspectos ressaltados pelas resoluções petistas sobre tendências, ambas as correntes eram bastante parecidas: fortemente institucionalizadas, possuíam estruturas organizativas sólidas e autônomas em relação ao partido, mantinham finanças, sede e jornais próprios, bem como participavam de organizações internacionais. Entretanto, uma delas foi expulsa, enquanto a outra permaneceu no partido e logrou tomar parte em sua coalizão dominante.

Através da utilização das variáveis estabelecidas por Sartori e recorrendo ao arcabouço analítico de Panebianco, buscaremos analisar estas subunidades partidárias para compreender a profundidade dessa semelhança, bem como os traços que as distinguiam. Mas, para além dos aspectos estruturais e organizativos, sustentaremos que a implementação teve efeitos distintos sobre as correntes de acordo com as perspectivas estratégicas que elas adotavam. As diferentes estratégias mobilizadas por agrupamentos minoritários na disputa política contra a direção partidária, concretamente, traduziam-se em diferentes *táticas de enfrentamento* (ou, como veremos, de *não-enfrentamento*). Por fim, indicaremos na natureza dos *vínculos internacionais* mantidos por cada corrente uma variável correlacionada aos alinhamentos internos do PT e aos distintos efeitos da implementação da regulamentação sobre elas.

A recuperação dos movimentos dessas correntes na batalha pelo direito de tendências, de suas ações, orientações e reorientações, permitirá uma compreensão mais rica do desenvolvimento político do Partido dos Trabalhadores em cada momento do processo. Além disso, tem o intuito de dar voz e registrar o protagonismo de atores que, ainda que derrotados naquela luta política, elaboraram decididamente uma crítica à burocratização do partido.

CAPÍTULO III

A Democracia Socialista e a Regulamentação do Direito de Tendências

O presente capítulo tratará da relação estabelecida pela corrente interna petista Democracia Socialista (DS) com a questão do direito de tendências no partido, com foco sobre o período que vai de 1986 a 1992, no qual a regulamentação surge e é implementada. Para tal, utilizamo-nos principalmente das posições expressas pela DS em seu órgão oficial de imprensa, o jornal *Em Tempo*, além de documentos internos da corrente e do PT. Buscaremos recuperar a bibliografia que abordou a trajetória da corrente, bem como compreender de que maneira se processa a assimilação da regulamentação do direito de tendências pela DS, em um contexto no qual estratégias e posturas ideológicas estavam em redefinição.

Criada oficialmente em 1979, a DS logo ingressou no Movimento Pró-PT, participando da fundação do partido no qual permanece até hoje, embora tenha mudado significativamente sua orientação política principalmente a partir dos anos de 1990 e passado por rupturas turbulentas na década seguinte. A DS tornou-se uma tendência nacionalmente expressiva dentro do PT, mas quando foi fundada, contava com poucas dezenas de militantes concentrados em dois estados. Esses militantes se unificaram a partir do acordo com a análise de conjuntura e a estratégia defendidas então pela *ala mandelista do movimento trotskista internacional*, organizada em torno do Secretariado Unificado da IV Internacional (SU). Portanto, partiremos de algumas considerações sobre o *trotskismo*, a *crise* e a *divisão da IV Internacional* e o *mandelismo*.

3.1. O trotskismo, a IV Internacional e sua ala mandelista.

Enquanto *ideário político*, o trotskismo busca dar continuidade ao bolchevismo, reivindicando o método do materialismo histórico-dialético elaborado por Marx e Engels, e as contribuições de Lenin nos campos da organização política e da ação revolucionária. Entre as elaborações teórico-políticas de León Trotsky que particularizam o trotskismo em relação a outras vertentes do marxismo, destacamos: a “*teoria da revolução permanente*”, que buscava refutar as concepções etapistas da revolução proletária (TROTSKY, 2010a); a defesa intransigente do *internacionalismo operário*, em contraposição à teoria de Nikolai Bukharin sobre as possibilidades de construir o “Socialismo em um só país”, adotada por Josef Stalin (TROTSKY, 2010b); a *estratégia da “revolução política”* como alternativa

para restaurar a democracia operária diante da burocratização da União Soviética, mantendo a defesa da socialização dos meios de produção (TROTSKY, 2005; 2011); e o *método de reivindicações transitórias* para a revolução socialista, materializado no “Programa de Transição”. (TROTSKY, 2008.)

Já enquanto *corrente política* internacional, pode-se falar em trotskismo a partir de 1924, quando começa a se formar o que seria a Oposição de Esquerda ao estalinismo dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em 1926, a oposição trotskista já tinha vínculos internacionais com comunistas ocidentais insatisfeitos com a política de Stalin e Bukharin. (KUN, 1994. p. 99) A derrota da oposição no XV Congresso do PCUS em 1927 marca a consolidação definitiva do estalinismo à frente do Estado Operário; Trotsky é expulso do partido, e mandado ao exílio em janeiro do ano seguinte. Com o avanço do processo de degeneração da III Internacional e dos partidos comunistas em escala mundial sob a influência da burocracia soviética, os trotskistas passam a defender a necessidade da fundação de uma nova internacional a partir de agosto de 1933. Um ano e meio depois, em sua “Carta aberta pela IV Internacional”, Trotsky expunha:

A ascensão do poder de Hitler, que não enfrentou a menor resistência da parte dos dois “poderosos” partidos da classe operária [o Partido Social-Democrata Alemão (SDAP) e o Partido Comunista Alemão (KPD)] – um dos quais, além disso, respaldado pela USSR – expôs de maneira decisiva a putrefação interna da Segunda e da Terceira Internacionais. (TROTSKY, 1935. Trad. Minha.)

A IV Internacional é oficialmente fundada em um Congresso que teve lugar em Paris, em setembro de 1938. Composta principalmente por minorias egressas/expulsas de partidos comunistas estalinizados, não teve um crescimento tão rápido no movimento operário mundial quanto previsto em seus prognósticos mais otimistas. O assassinato de Trotsky em 1940 privou a IV Internacional de seu mais experiente e renomado líder revolucionário. A penetração incipiente da organização em bases operárias, somada à juventude e inexperiência de sua direção, conduziram ao rápido surgimento de crises internas.

Em 1943, o grego Michel Raptis, pseudônimo Michel Pablo, assumiu a secretaria geral da IV Internacional, cargo que ocuparia pelos dezessete anos seguintes. A linha política implementada pela Internacional a partir de 1950, da qual Pablo foi o principal elaborador, rapidamente gerou forte oposição dentro da organização. Pablo partia da caracterização da eminência de uma III Guerra Mundial a ser travada entre dois grandes blocos antagônicos, o “mundo estalinista” e o “mundo capitalista”. Gostassem os trotskistas ou não, a esmagadora maioria das forças que se opunham ao

capitalismo se encontraria sob a liderança ou influência da burocracia soviética, que ao se colocar em choque frontal contra o bloco capitalista, cumpriria um papel revolucionário.

A tática que decorria dessa previsão era a da necessidade de praticar o *entrismo* nos partidos de massas que se deslocariam para o bloco socialista ou que já se encontravam sob influência do estalinismo. No caso francês, onde a IV tinha um de seus mais importantes partidos, o Partido Comunista Internacionalista (PCI) isto significava entrar no Partido Comunista Francês (PCF), completamente estalinizado e antitrotskista.⁶³

Ao optar por uma visão campista da revolução, Pablo foi acusado de capitulação ao estalinismo por diversos setores da IV Internacional. Se o estalinismo ainda podia cumprir um papel progressivo, e mais que isso, ainda era capaz de dirigir revoluções, qual era o sentido da luta pela IV Internacional? Muitos trotskistas discordaram terminantemente da linha implementada por Pablo, que buscou impor suas visões, centralizando as seções nacionais a partir da direção da Internacional. O PCI francês não aceitou a resolução do secretariado que decretava o entrismo no PCF, e acabou por implodir em 1952. No ano seguinte, o Socialist Workers Party (SWP) norteamericano, um dos maiores partidos trotskistas de então, desligou-se do secretariado dirigido por Pablo, seguido pelo grupo britânico organizado em torno de Gerry Healy e do grupo argentino liderado por Nahuel Moreno. (STUTJE, 2009. pp. 99-102.)

O economista e revolucionário belga Ernest Mandel (1923-1995) já fazia parte do secretariado da IV Internacional desde 1946. Durante a década de 1950 defendeu as posições pablistas, que avançavam do catastrofismo (a iminência da III Guerra Mundial) para um pessimismo em relação às possibilidades da revolução socialista a curto prazo na Europa. A partir de 1956, com o avanço da luta pela independência argelina, o pablismo passa a defender que a IV Internacional priorizasse os conflitos anticolonialistas africanos e latinoamericanos.

Em 1960, Michel Pablo é preso pela polícia holandesa, acusado de promover atividades ilegais com vistas a promover a resistência argelina. Nesse momento, as relações entre Pablo e Madel já eram mais conturbadas; o economista belga, bem como a grande maioria dos membros do secretariado internacional, consideravam que Pablo exercia um controle personalista sobre a Internacional,

⁶³ A tática do *entrismo* foi defendida pela primeira vez no movimento trotskista ainda durante a década de 1930. Na ocasião, seu principal elaborador e defensor foi o próprio Trotsky. Mas variantes da tática seriam aplicadas em novos contextos políticos, gerando polêmicas como as sustentadas pela ala da IV Internacional que se recusou a aplicar o *entrismo* pablista. No capítulo IV, quando acompanharemos a trajetória de uma corrente que se identificava com esse setor do trotskismo, teremos oportunidade de analisar as principais características da formulação original de Trotsky sobre o entrismo, bem como as da versão proposta por Pablo na década de 1950.

monopolizando informações vitais sobre a vida política da organização e tomando decisões baseadas em suas posições pessoais, em detrimento da discussão coletiva. Após a prisão de Pablo, a Internacional é brevemente dirigida pelo argentino Juan Posadas, defensor das ideias pablistas ao longo dos anos de 1950 e que aprofundou a linha “antieuropeia”, mas que romperia com a IV Internacional já em 1962. A partir daí, Mandel foi a principal referência teórica e política da ala majoritária do trotskismo internacional: conseguindo a reunificação com a ala encabeçada pelo SWP, formou o Secretariado Unificado da IV Internacional (SU) em 1963.

O SU não foi capaz de reunir todos os agrupamentos internacionais que reivindicavam o trotskismo. A partir de fins dos anos de 1960 começou a enfrentar fortes polarizações internas, processo que culminou em novas rupturas ao longo da década seguinte. Porém, a corrente mandelista permaneceu a maior no movimento trotskista internacional, principalmente a partir das seções construídas na Europa. É com essa ala que os trotskistas brasileiros da Democracia Socialista se identificavam. A seguir, passaremos à análise da formação da organização mandelista brasileira.

3.2. As origens da Democracia Socialista: os grupos gaúcho e mineiro, o *Em Tempo* e a adesão ao Movimento Pró-PT

A consolidação de uma corrente mandelista no Brasil tem um de seus primeiros marcos em abril de 1977, com a conformação de uma “frente jornalística” que viria a editar o periódico *Em Tempo*, a partir do último bimestre do mesmo ano. Desde meados da década de 1970, a edição de *jornais alternativos*, geralmente impressos em formato tablóide e caracterizados por sua tiragem limitada, frequência irregular e circulação restrita, foi um importante mecanismo de divulgação das lutas sociais e veiculação de denúncias ao regime militar. Segundo Bernardo Kucinski:

A imprensa alternativa [no Brasil, a partir dos anos 1970] surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991. p. XVI.)

Para as diversas correntes trotskistas que viriam a atuar no PT, a edição de jornais alternativos permitia aliar um trabalho político cotidiano, potencialmente mais regular e centralizado (facilitado por meio da produção, circulação e discussão sobre o jornal) ao anseio de uma parcela do ativismo

político por novas formas de fazer oposição ao regime, diante do evidente fracasso da opção pela luta armada. Vale lembrar que desde o *Que fazer?* de Lenin o jornal partidário foi considerado pelos comunistas tanto como uma ferramenta de propaganda quanto como um “organizador coletivo”, uma vez que dava coerência à atuação dos militantes de um mesmo agrupamento, ainda que eles estivesse atuando em distintas localidades e estruturas de militância. (LENIN, 1979. pp. 192 ss.)

O projeto de editar o *Em Tempo* começou a partir de um “racha” de ativistas políticos até então organizados em torno de outro jornal, o *Movimento*, que tinha sucursais em diversas cidades brasileiras e em sua origem fora controlado pelo PCdoB. O *Movimento* seguia defendendo a conformação de uma frente democrática que incluísse os setores liberais-burgueses para enfrentar a ditadura, numa linha de apoio ao MDB comum às organizações comunistas não-trotskistas brasileiras (PCB, PC do B, AP-ML, entre outras), então na ilegalidade. Os futuros organizadores do *Em Tempo* divergiam dessa orientação política, defendendo a necessidade da organização dos trabalhadores a partir de um princípio de *independência de classe*.

Além de jornalistas e intelectuais de esquerda, também faziam parte do grupo que fundaria o *Em Tempo* ex-militantes do COLINA, da AP-ML e da ORM-POLOP, egressos, portanto, de organizações que haviam feito a experiência da luta armada. Outros agrupamentos da esquerda brasileira que viriam a se aproximar do trotskismo compartilhavam com este coletivo a característica de reunir ex-militantes de partidos que haviam aderido à estratégia guerrilheira, e que faziam um balanço negativo dessa experiência, apontando a principal causa de seu fracasso no distanciamento entre a política foquista e o nível de consciência e organização política das massas trabalhadoras.

A organização do novo jornal atraiu alguns militantes da LIBELU, corrente estudantil da OSI trotskista, além de membros do MEP que rejeitavam o trotskismo, mas que encontravam afinidades com o grupo nas críticas ao stalinismo. Na tentativa de aproximar o periódico de suas posições, participaram também deste momento fundacional do *Em Tempo*, integrantes do MR-8, mais uma das organizações partidárias egressas da luta armada. Por fim, aglutinava ainda alguns militantes *autonomistas*, que defendiam a desvinculação entre o movimento operário e partidos políticos. (ANGELO, 2008. pp. 60-61.)

Em Minas Gerais, a antiga sucursal do *Movimento* aderiu maciçamente ao racha que culminaria na fundação do *Em Tempo*. O grupo mineiro, denominado O. (abreviação de “Organização”), era liderado, entre outros, por Flávio Andrade, pelo ex-militante da AP Aluísio Marques, e por João

Machado, anteriormente membro da Juventude Universitária Católica (JUC). Ao mesmo tempo em que se empenhava no racha da *Movimento*, a O. mineira lançava tendências ⁶⁴ no movimento estudantil, buscando disputar sua direção no estado. A mais importante delas foi a *Centelha*, que disputou a eleição de 1977 para o Diretório Central dos Estudantes da UFMG, sendo derrotada pela chapa organizada pela AP-ML, mas consolidando o peso político que a O. mineira passava a ter entre os estudantes no estado, atestado pela conformação de novas tendências ligadas ao grupo em outras universidades mineiras nos anos seguintes. Com a articulação em torno do *Em Tempo*, boa parte da direção da O. se transferiria para São Paulo, visando impulsionar a circulação nacional desse novo órgão de imprensa alternativa. Ao mesmo tempo, os demais dirigentes do grupo mantinham seu jornal regional, o *De Fato*.

Desde meados da década de 1970, também fazia parte da estratégia da O. aproximar-se do movimento operário, o que se concretizou na militância junto à Oposição Metalúrgica de Belo Horizonte, uma das principais representantes do *Novo Sindicalismo*, que buscava se construir a partir de assembleias de base e conselhos de fábrica, afastando-se da estrutura tradicional do sindicalismo brasileiro atrelado ao Estado. A aproximação entre a O. e a Oposição Metalúrgica, no entanto, se deu de maneira mediada: não através da clássica tática do *giro* de militantes da organização para o trabalho em fábricas, mas principalmente por meio do DIEESE (cujo escritório mineiro era então dirigido por Virgílio Guimarães, membro da O.) e do Centro de Estudos do Trabalho (CET), órgão que publicava materiais de formação tratando de questões do mundo do trabalho a partir de um viés marxista, e que também era dirigido por um militante da O. (ANGELO, 2008. pp. 63-64) A simpatia da O. mineira pelas posições de Leon Trotsky surgiu nesse período, a partir da leitura e discussão de obras do mesmo, além das de Isaac Deutscher e de Ernest Mandel. (KAREPOVS; LEAL, 2007. p. 163.).

Também um grupo gaúcho referia-se a si próprio através da sigla O., coincidência explicável pela preocupação com as questões da clandestinidade sob o regime militar, comum aos militantes da esquerda. A Organização do Rio Grande do Sul reunia então cerca de 15 militantes, muitos deles oriundos do Partido Operário Comunista – Combate (POC-C), como Raul Pont. O POC-C, por sua vez, era fruto da união, em fins da década de 1960, entre uma dissidência gaúcha do PCB e ex-militantes da ORM-POLOP, e havia sido apoiado pelo SU, de modo que a presença desses militantes contribuiu para a afinidade teórica da O. gaúcha com o trotskismo. (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 156.) A organização também havia investido numa tendência estudantil, a *Nova Proposta*, organizada em 1973 na UFRGS,

⁶⁴ Aqui, o termo “tendência” aparece como sinônimo de “chapa” (para disputa de uma entidade) ou de “coletivo político estudantil”.

para angariar militantes e intervir politicamente com um conteúdo classista, que diferenciava sua linha da das principais correntes presentes no movimento estudantil de então, o PC do B e a AP-ML. (ANGELO, 2008. pp. 64-65.) Em 1978, a O. gaúcha se encontrava dentro do MDB, organizando a Tendência Socialista no Rio Grande do Sul.

As coincidências na opção pela atuação no movimento estudantil e no enfrentamento com PC do B e AP-ML serviram para aproximar as O.s mineira e gaúcha, principalmente nos congressos estudantis nacionais. Assim, quando a O. mineira aderiu à dissidência do *Movimento*, optando pela construção do *Em Tempo*, estendeu o convite à O. gaúcha, então responsável pelo periódico regional *Peleia*. De maneira semelhante ao que ocorrera com a direção da O. de Minas Gerais, também os dirigentes do grupo gaúcho se dividiram, parte deles transferindo-se para São Paulo para se dedicarem junto aos líderes mineiros à publicação do *Em Tempo*. (ANGELO, 2008. pp. 69-70.)

Devido ao caráter de *frente jornalística* assumido pelo *Em Tempo* quando de sua fundação, o primeiro programa político do periódico, que orientaria sua linha editorial entre outubro de 1977 e agosto de 1978, era bastante básico, tratando de questões de curto prazo e sem definir-se por uma estratégia determinada. Segundo o Estatuto do jornal, aprovado ainda em 1977, a definição do Conselho Editorial do mesmo ficava a cargo dos acionistas, classificados em dois grupos, cujos votos tinham peso distinto. Os acionistas *tipo A*, ou seja, os que trabalhavam no jornal, colaboradores e administradores diretos, elegiam 80% dos membros do Conselho Editorial, que por sua vez definiria a diretoria e a linha editorial do periódico durante o mandato de um ano. Os 20% restantes eram escolhidos pelos votos dos acionistas *tipo B*, menos envolvidos com a produção do *Em Tempo*. (ANGELO, 2008. p. 71.) Graças a esse arranjo estatutário e à transferência de militantes para São Paulo, centro da elaboração do periódico, as Organizações mineira e gaúcha, afinadas por seu contato prévio no movimento estudantil e pela simpatia em relação a posições teóricas trotskistas, tornaram-se hegemônicas no Conselho Editorial do jornal antes mesmo do lançamento da primeira edição do jornal, em novembro de 1977.

No decorrer dos dois anos seguintes, a frente jornalística viria a se dissolver. Em agosto de 1978, a maioria trotskista no Conselho Editorial aprovou um novo programa para o *Em Tempo*, que se definia pelo apoio à formação de um partido socialista, à esquerda do MDB. Ainda no primeiro semestre do ano seguinte, a Tendência Socialista gaúcha, dirigida pela O. daquele estado, saía em bloco do MDB para engajar-se na construção do PT. A Tendência Socialista classificava o PT nascente como um *projeto frentista de massas*, capaz de abrigar os diversos agrupamentos da esquerda brasileira nos

marcos de um partido classista, politicamente independente da burguesia. A partir de março de 1971, quando se retiram do *Em Tempo* os membros do MR-8 e da AP-ML, atraídos pelo MDB, o jornal passa a declarar-se oficialmente como parte do Movimento pró-PT. O grupo dos autonomistas, favorável à construção do PT, permaneceria na frente jornalística até dezembro de 1980, quando se retiraria por conta dos atritos crescentes com os trotskistas. (ANGELO, 2008. pp. 74-75.) A fundação da Democracia Socialista ocorreria no marco dessas disputas pelo controle editorial do *Em Tempo*. A partir dos acordos aprofundados na convivência dentro da equipe do jornal, membros da Tendência Socialista gaúcha, da O. mineira e ex-militantes do POC-C uniram-se para formar a nova organização, decisão tomada em congresso na cidade de São Paulo, em dezembro de 1979.

A partir da fundação da DS e com a saída dos militantes autonomistas, o jornal *Em Tempo* acaba por se tornar o porta-voz da nova organização. Karepovs e Leal (2007, p. 164.) levantam dados que evidenciam uma considerável redução da base entre a qual circulava o periódico a partir de 1980, se comparada com o período da frente jornalística. Enquanto a média de vendas do *Em Tempo* em seus dois primeiros anos de existência ficava em torno dos 8.000 exemplares por edição, número bastante elevado para os padrões da imprensa alternativa brasileira da época, a partir de 1980 a cifra cai para cerca de 2.200 exemplares por edição. Os autores notam ainda que a convivência com outras organizações no âmbito da frente jornalística acabou não trazendo à DS um ganho significativo no número de seus militantes. (KAREPOVS; LEAL, 2007. p. 165.)

A própria escolha do nome *Democracia Socialista* pela nova organização expressava a já consolidada simpatia dos militantes do grupo pelas posições mandelistas no movimento trotskista internacional. O documento “Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado”, elaborado por Ernest Mandel e aprovado pelo XI Congresso do Secretariado Unificado da IV Internacional ainda em 1979, constituía uma das principais bases para as discussões entre os militantes que formariam a DS. Já em seu congresso fundacional a DS recebeu dois representantes internacionais do SU, embora sua filiação formal ao Secretariado tenha ocorrido apenas em 1984. (KAREPOVS; LEAL, 2007. p. 164.) A adesão dos trotskistas do *Em tempo* às posições programáticas afirmadas pelo documento do SU era facilitada por uma profunda consonância entre a linha defendida pelo mandelismo para a construção de partidos de massas e a participação ativa que o grupo brasileiro já desenvolvia no Movimento Pró-PT. Além disso, convergiam também suas avaliações da conjuntura internacional e a definição de quais as tarefas estratégicas do movimento operário. De acordo com Angelo:

As articulações para a criação do PT, por exemplo, passaram a ser vistas [pelos militantes da DS] como um possível embrião do partido revolucionário defendido pelo SU. O apoio à proposta petista, por conseguinte, teve exatamente o objetivo de transformá-lo num partido que pudesse dirigir os movimentos de massas na implantação do socialismo. Já a democracia socialista, entendida como uma fase transitória entre o capitalismo e o socialismo, era outra questão defendida pelo Secretariado Unificado que também se adequava à realidade brasileira. Na avaliação daqueles grupos, os marxistas-revolucionários, como eles mesmos se intitulavam, deveriam lutar pela implantação de uma democracia socialista que representasse uma alternativa ao regime militar e, ao mesmo tempo, permitisse a transição para o socialismo. (ANGELO, 2008. pp. 84-85.)

3.3. A Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores.

Além da resolução do SU, alguns documentos de elaboração própria foram discutidos no processo de unificação dos militantes trotskistas do *Em Tempo* e na fundação da Democracia Socialista. O primeiro deles, chamado “*Ousadia na estruturação de uma organização política nacional, na formação de uma frente de esquerda revolucionária, em impulsionar o PT*” (DS, 1979a), argumentava pela necessidade da construção de uma *direção revolucionária* capaz de direcionar para o socialismo as lutas do movimento de massas, e identificava a construção dessa direção com os três níveis contidos no título.

Em “Ousadia...”, a futura DS partia da consideração de que a combatividade da massa brasileira se elevava desde 1978. Os elementos que se destacavam naquela conjuntura eram os seguintes: o caráter *democrático e classista (anti-burocracia e anti-patrão)* do movimento operário; a adesão significativa de camadas médias assalariadas às mobilizações populares; a simpatia da população pelas mobilizações; o recuo relativo da repressão; e, finalmente, uma crise de direção no país: “a situação de indefinição, de um certo vazio a ser preenchido pelos diversos projetos políticos (burgueses, reformistas, populistas, proletários)” era considerada pelo documento como a mais favorável para a ocupação de espaço político por parte da esquerda socialista. A primeira tarefa dos revolucionários, portanto, era a de “construir uma direção capaz de impedir que se perca o potencial da conjuntura”. (DS, 1979a, p.1.)

O documento caracterizava o PT (que àquela altura ainda estava sendo gestado) enquanto uma “frente única operária” ou “frente política dos trabalhadores”, e pensava sua construção em níveis:

(A) O primeiro nível, mais amplo, seria o próprio *Partido dos Trabalhadores*, cujo papel seria o de “fazer avançar a luta de classes”. No PT, segundo o documento, estavam “presentes as lideranças mais expressivas do movimento operário atual”, com as quais a DS buscava um “estreito e fraterno

relacionamento”;

(B) O segundo nível seria uma *corrente revolucionária* do PT. Aqui, a expressão “corrente” não é empregada como sinônimo de tendência, como se tornaria comum no jargão petista. A “corrente revolucionária” da qual fala a DS no documento deveria ser composta por todas as forças socialistas presentes no interior do partido;

(C) Finalmente, a *organização trotskista*, isto é, a DS, deveria impulsionar a corrente revolucionária petista, evitando que ela se tornasse “capenga”. (DS, 1979a, p. 2.)

O risco de que a “corrente revolucionária” não conseguisse cumprir o papel de radicalizar o PT existia porque as organizações da esquerda brasileira, segundo a avaliação contida no documento, não se referenciavam pelos “princípios mínimos” da independência de classe, da democracia operária, da luta pela unidade da classe e da defesa de um “socialismo clássico”, avesso ao socialismo burocrático

Além disso, a maioria das organizações brasileiras estaria demonstrando uma “evolução à direita”, marcada principalmente por dois aspectos: a predominância da oposição burguesa-liberal ao regime e a capitulação das correntes operárias às instituições da democracia burguesa:

É triste ver como um setor nada desprezível da esquerda se referencia muito mais nas eleições parlamentares burguesas, no trabalho político institucional, nas chances de obter posições no aparelho político legal – tudo isto por certo importante, mas de nenhuma maneira o fundamental – do que nas necessidades do próprio movimento de massas, imediatas e estratégicas. (DS, 1979a, p. 2.)

O documento coloca como parte da resposta à crise da esquerda uma intervenção decidida da futura DS no interior da ala esquerda do PT. Para viabilizar esta intervenção, seria necessária uma “definição clara da natureza da organização que queremos”. Esta natureza, conclui, deve ser a de um partido trotskista. O texto argumenta que o cenário de desgaste e isolamento político do trotskismo vinha se revertendo, tanto nacional quanto internacionalmente; por isso, uma opção expressa por essa tradição teórico-política não necessariamente isolaria a organização das demais forças revolucionárias, com as quais se buscava uma unidade “menos orgânica”, ou seja, a participação comum na “corrente revolucionária” do PT. Sobre os grupos que se buscava atrair para esta frente, o texto estabelece o MEP como prioridade, mas cita também a possibilidade de participação da Convergência. (DS, 1979a, p. 6.)

Qual seria o sentido estratégico da intervenção da DS no PT, na visão de seus fundadores?

Citemos uma passagem do documento que ilumina as peculiaridades do projeto da corrente mandelista:

... se queremos participar do PT, não é para no futuro dar um golpe nos seus lançadores e ganhar o aparelho. [Defendemos a política da frente única]⁶⁵ é porque valorizamos as lideranças sindicais combativas, porque julgamos que podem avançar para posições revolucionárias-trotskistas. Participar do PT é buscar uma forma de unidade com os que estão dentro dele.

Por isso mesmo, todo esforço será feito diante da massa para valorizar os setores combativos no PT e para desmascarar os pelegos infiltrados, os traidores da classe. Nossa política será reforçar o PT no seu conjunto. O que não exclui lutar internamente, e lutar inclusive pela sua direção, com métodos democráticos e honestos. (É claro que contar com a força do trabalho organizado, centralizado, é democrático e honesto). (DS, 1979a, p. 10.)

O segundo dos documentos pré-congressuais de fundação da DS, “*Elementos de análise da conjuntura e tática*” (DS, 1979b), buscava aprofundar a caracterização da luta de classes no país, e em especial do movimento operário brasileiro. Se, por um lado, os trotskistas afirmavam a centralidade do movimento operário na vida política do país, por outro, avaliavam negativamente sua história recente. De acordo com o documento, a partir do golpe de 1964, o proletariado brasileiro, acuado pela repressão ditatorial a qualquer mobilização, havia entrado num período de refluxo, no qual não conseguia ir além da “resistência” episódica. Apesar do despertar do movimento sindical em 1978, para a DS ainda permaneciam inalteradas as principais características daquela etapa política, marcada pela predominância dos temas institucionais (e conseqüentemente, da oposição parlamentar liberal-burguesa), na qual os raros momentos de radicalidade haviam sido protagonizados pelo movimento estudantil. Em seu estudo, Angelo nota que, para a organização, “a ruptura definitiva com o quadro político da época” teria ocorrido apenas em 1979, “em função da ameaça trazida pelo movimento operário ao projeto de abertura” negociada no qual se empenhava o regime militar. (ANGELO, 2008, p. 98.)

De acordo com a futura DS, essa nova conjuntura era extremamente favorável a uma solução socialista para as reivindicações das massas, que se chocavam com o sistema ditatorial, e tampouco poderiam ser solucionadas integralmente nos marcos de um regime democrático-burguês. No entanto,

⁶⁵ O acréscimo entre colchetes foi datilografado, provavelmente pelo próprio autor, à margem do documento. Além desse acréscimo, a cópia do texto disponível para consulta no AEL (Fundo Gilberto Mathias, Pasta 17) apresenta várias outras evidências de corresponder a uma versão preparatória do documento, ainda em fase de elaboração. O documento datilografado está anotado à caneta, com comentários que devem ter sido introduzidos por um militante, seja como propostas de reformulação e inclusões de texto para uma versão posterior, seja como apontamentos para a discussão do conteúdo nas reuniões da organização. A última página contém um desses comentários, em tinta vermelha: “Mulheres! Carência fundamental: potencial revolucionário”. O comentário destaca-se por ser a única referência ao tema da opressão de gênero entre a série de documentos fundacionais da DS, evidenciando que o debate, ainda que evidentemente negligenciado, não era inexistente. O *Em Tempo* seria um dos órgãos da imprensa de esquerda que mais dedicaria espaço a textos sobre a luta contra opressões, principalmente de gênero e de raça.

faltava ao movimento de massas ascendente um programa revolucionário e uma direção que buscasse canalizá-lo para o socialismo. Essa caracterização, somada a um prognóstico de radicalização das lutas, colocava na ordem do dia a luta pela organização independente da classe trabalhadora, tanto no plano sindical quanto no político-partidário.

No movimento sindical, o documento defendia a atuação por fora da estrutura oficial, o que aproximou os fundadores da DS das posições do Novo Sindicalismo, já dominantes na cúpula do Movimento Pró-PT, e com quem já tinham boas relações graças aos contatos da O. Mineira e de ex-militantes do POC-C com a Oposição Metalúrgica de Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, o texto defendia o engajamento na formação do PT como uma contribuição à formação de uma direção revolucionária para a classe trabalhadora, sem isentar-se de criticar as características problemáticas do Movimento pró-PT, tais como seus traços cupulistas, as vacilações de grande parte dos líderes sindicais pertencentes a essa cúpula em assumir um projeto socialista, e mesmo a presença no Movimento de políticos considerados pelegos. No entanto, como já afirmava o documento anterior, era indiscutível que as principais lideranças do movimento operário estavam empenhadas na construção do partido, de modo que a participação no PT possibilitaria aos marxistas-revolucionários expandir sua influência sobre as mobilizações da classe trabalhadora. (DS 1979b, pp. 4-5.)

O documento é cristalino quanto aos limites “congenitos”, por assim dizer, do PT: embora estivesse avançando em incorporar ativistas de greves e lideranças de oposições sindicais, o PT era assediado pelos “defensores do frente-populismo e da colaboração de classes”, e os “sindicalistas autênticos”, grupo de destaque na direção do Movimento Pró-PT, e Lula em especial, eram considerados “vacilantes” em relação às suas definições pelo socialismo.

É absolutamente correto dizer que do sucesso do movimento pelo Partido dos Trabalhadores depende o resultado desta fase da luta de classes no Brasil. É desnecessário lembrar que isto não significa que o Partido dos Trabalhadores seja um partido revolucionário no sentido leninista, ou que seja possível abandonar a luta pela construção de um partido leninista. Mas esta luta tem de ser travada dentro do movimento do PT. (DS, 1979b, p. 5.)

Para que fosse de fato um instrumento de organização independente da classe, que acelerasse a construção do partido revolucionário e ampliasse a influência dos marxistas-revolucionários sobre o movimento de massas, o PT deveria desenvolver determinadas características, a saber: a) adotar um programa e uma composição claramente classistas, colocando-se abertamente na luta pelo socialismo, em defesa de um governo dos trabalhadores; b) compreender-se como instrumento de mobilização, “e não um partido voltado prioritariamente para o trabalho parlamentar”; c) “ter uma estrutura

democrática, onde a base controle a direção, *e onde os revolucionários possam atuar como uma corrente individualizada*”. (DS, 1979b, p.7. Grifo meu.)

A defesa da possibilidade de “atuar como uma corrente individualizada” no seio do PT é a primeira reivindicação do direito de tendências elaborada pela DS. Nesse momento, a defesa dessa tática decorre da compreensão de que era necessário se diferenciar dos setores “vacilantes” do partido – incluídos os “sindicalistas autênticos”, por mais méritos que tivessem. A heterogeneidade, decorrente do caráter frentista do partido, impunha aos revolucionários a tarefa de agir de maneira coesa e consciente, tentando disputar os rumos do PT. Ao mesmo tempo, a DS apostava que boa parte da vanguarda operária e popular se identificaria diretamente com o PT, e não com alguma das pequenas e praticamente desconhecidas organizações que o compunham, o que conferia ao partido um caráter “muito mais estratégico” do que teria uma frente única operária clássica. (DS, 1979b, p.7.)

Karepovs e Leal (2007, p. 180.) atestam que a Democracia Socialista ingressou no PT visando sua construção enquanto “partido estratégico”, propondo-se a articular a esquerda revolucionária dentro do partido, buscando construir uma “hegemonia de esquerda” em seu seio. Segundo o dirigente João Machado, em entrevista concedida aos autores, a perspectiva da DS era ser a ala esquerda de um partido mais amplo: a perspectiva de ganhar militantes para o projeto político da DS era secundarizada em relação à construção do PT, e a presença da corrente dentro do partido “nunca foi uma relação de entrismo”. (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 181.)

Embora igualmente referenciada no trotskismo, a DS sempre defendeu posições mais aparentadas daquelas que se tornariam majoritárias na direção do partido, do que das sustentadas pela CS morenista e pela OSI-O Trabalho lambertista, consideradas mais radicais. Vitor A. de Angelo recupera uma citação do documento “O que é a Democracia Socialista”, no qual a corrente mandelista afirma: “Não consideramos que temos nenhuma proximidade especial com estas organizações, apesar de muitas referências programáticas *formais* comuns”. (DS *apud* ANGELO, 2008. p. 112.) O esforço pela diferenciação se fundamentava no argumento de que traços fortes de *sectarismo* marcavam a atuação tanto dos morenistas quanto dos lambertistas no PT. Esses grupos, e a CS em especial, rapidamente passaram a defender a ideia de que havia uma contradição entre a direção petista e o programa do partido. A DS, por sua vez, negava tal contradição e acreditava ser demasiado precipitado falar em desvios ou em degeneração do PT. Para os mandelistas, o caminho para que o PT assimilasse um programa revolucionário seria necessariamente longo e tortuoso; as críticas dos demais agrupamentos trotskistas, além de prematuras, revelavam, na opinião da DS, uma disposição dos

mesmos em atuar de maneira divisionista no partido.

3.4. A DS e a regulamentação do direito de tendências: do “Episódio de Salvador” ao V EN (1987).

Embora o debate sobre quais deveriam ser os limites para a atuação das tendências tenha existido no PT praticamente desde a fundação do partido, é inegável que a partir de 1986 a questão se coloca com mais força, principalmente como efeito dos avanços da transição democrática, que havia permitido a legalização do PCB e do PC do B no ano anterior. Conforme apontamos no Capítulo II, embora a regulamentação tenha demorado a tomar um caráter persecutório, os grupos marxistas geralmente considerados como a esquerda do partido estiveram no alvo das discussões desde seu início. O chamado “episódio de Salvador”, ocorrido em abril de 1986, no qual quatro militantes petistas da tendência marxista PCBR foram presos num assalto a banco empreendido com o objetivo de “levantar fundos para a Revolução” Nicaraguense, foi o estopim para a discussão oficial do direito de tendências no partido, e permitiu uma associação quase imediata entre duas ideias distintas. Por um lado, a regulamentação visava estabelecer regras claras para o funcionamento e a atuação dos agrupamentos internos de militantes petistas; por outro, canalizava um esforço do setor majoritário do partido em dissociar a imagem do PT dos “excessos” teóricos e práticos que porventura pudessem ser cometidos ou defendidos por sua ala marxista.

Já no editorial do nº 208 do *Em Tempo*, a DS denunciava o espetáculo armado pela imprensa a partir do assalto ao Banco do Brasil em Salvador, no artigo “Após o episódio de Salvador, a ‘Santa Aliança’ faz guerra ao PT”. A ofensiva midiática sobre o PT, de acordo com a DS, teria um duplo intuito: ao mesmo tempo em que vinculava o PT ao episódio para desgastá-lo, acompanhava o empenho do Governo Sarney na “recuperação da imagem do aparelho de repressão herdado da ditadura e da Lei de Segurança Nacional”. A crítica da DS não se limitava ao anticomunismo patente na cobertura do caso, mas estendia-se ao caráter policialesco da ação da mídia, que incluiu a publicação de um dossiê sobre o PCBR e a “militância clandestina” no PT, iniciativa elogiada pelo então diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. (*Em Tempo*, nº 208, mai/1986. p.2.)

Pouco após o episódio de Salvador, a DS foi procurada pelo jornalista João Batista Natali, ligado à *Folha de São Paulo*, cujo intuito, alegadamente, era o de “saber a opinião da organização Democracia Socialista sobre o episódio de Salvador e colher juízos e informações sobre a relação desta

organização com o Partido dos Trabalhadores”. Na opinião dos editores do *Em Tempo*, a matéria publicada a partir dessa entrevista, na edição de 27-04-1986 da *Folha*, além de omitir o essencial da argumentação da DS, ainda apresentava a posição da corrente sob o subtítulo “Os *grupúsculos* se defendem”, buscando “repetir a opinião recorrente sobre as correntes organizadas no interior do PT: insignificância, pequenez, artificialidade, exotismo”.

O editorial aborda alguns temas que fariam parte da querela da regulamentação da atuação das tendências, a partir de um eixo que praticamente não tornará a aparecer nas elaborações da DS sobre o assunto. Esse eixo é o da *pressão burguesa sobre os rumos do PT*. O momento era oportuno para privilegiar esta abordagem, uma vez que aos ataques desferidos em plena campanha eleitoral, somavam-se ainda “recomendações”, vindas dos mesmos grandes veículos midiáticos e figuras historicamente vinculadas às classes proprietárias e à ditadura militar, sobre as medidas que o PT deveria adotar, caso não quisesse correr “o risco de confundir sua imagem com a dos micropartidos dos quais tardiamente busca se afastar”. (“Editorial”, *Folha de S. Paulo*, 28/04/86. *Apud Em Tempo*, nº 208, p. 2.)

Segundo a DS, essa pressão era uma das maneiras pelas quais se manifestavam os limites da “Nova República”, numa disputa sobre a (in)capacidade do regime de “absorver no quadro institucional um partido de massas e com um claro perfil de esquerda”. Esta questão não é secundária: a DS reconhece a existência de pressões pela integração do PT nos marcos institucionais estabelecidos pela transição conservadora, e que quase sempre se expressam na forma da exigência de um “compromisso” com a “democracia representativa”. Buscaremos identificar em que medida essas pressões são *internalizadas*, ou seja, começam a se expressar *a partir de dentro* do PT, durante o período estudado, sempre com foco sobre a polêmica da regulamentação do direito de tendências. Assim, poderemos avaliar se e como se alteraram as posturas da DS, bem como as de outras correntes, diante dessas polêmicas, levando em conta esse processo.

Outro aspecto relevante dessa questão é uma distinção, a princípio sutil, mas potencialmente reveladora, que pode ser estabelecida entre a ideia de “pressão” e a de “ataque”. Enquanto a cobertura da *Folha* pressiona, limitando-se a sinalizar os caminhos que o PT deveria assumir, o editorial de *O Globo* em 24/04/1986 assumia outro tom, chegando a sugerir o fechamento do partido. Embora em ambos os casos se trate de intervenções políticas originadas fora do PT e, além disso, elaboradas por seus reconhecidos inimigos políticos/ de classe, representam táticas diferentes, pois enquanto a primeira parte de algum grau de reconhecimento do PT como um interlocutor legítimo, do qual se

espera determinada mudança de postura, na segunda encontramos uma hostilidade menos velada, somada inclusive à insinuação de que é necessário dar fim ao PT, colocá-lo na ilegalidade.

Que o editorial de *O Globo* na edição de 24/04/1986 foi encarado como ataque pela direção petista, não restam dúvidas, a partir da leitura da “Nota Oficial” assinada por Lula e publicada na mesma data. O texto de Lula, reproduzido no nº 208 do *Em Tempo*, classifica as insinuações veiculadas pelo periódico da família Marinho como dignas de “épocas já superadas”, pois através delas falavam as “vozes do reacionarismo atrabiliário, do autoritarismo assassino e da histeria anti-democrática e anti-popular” característicos do regime militar. Embora não deixasse passar a oportunidade de denunciar os vínculos entre *O Globo* e a ditadura, a conteúdo da Nota também refletia um PT na defensiva:

O PT, por duas vezes, e oficialmente, já condenou vigorosamente o assalto na Bahia e iniciou o processo de expulsão dos filiados envolvidos neste ato. Seus dirigentes e parlamentares, em todo o país, reiteram essa posição, sempre que os órgãos de comunicação lhes deram oportunidade de fazê-lo. O PT tem manifesto, programa e estatuto legalmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral e exerce uma prática aberta transparente conhecida de todos. (“Nota Oficial” in *Em Tempo*, nº 208, 1986. p. 2.)

A distinção entre “ataques” e “pressões” ganha ainda mais importância quando notamos que os dois tipos de tática foram mobilizados por adversários políticos contra um PT bastante fragmentado internamente. Enquanto os ataques abertos tendem a ser facilmente identificados enquanto tais – gerando, portanto, um cenário no qual os petistas podiam rapidamente se unir em torno dos acordos quanto à necessidade de defender o partido –, as pressões se relacionam de maneira mais complexa com as questões polêmicas dentro do partido. Desenvolvendo-se inevitavelmente a partir da própria inserção do partido na realidade social, são parte constituinte das disputas sobre os rumos de qualquer organização que atinja certo grau de representatividade.

Mas não se trata aqui de qualquer pressão, e sim de *pressões burguesas*: o adjetivo busca qualificar que, na avaliação da DS, tais pressões estão afinadas com os interesses da classe dominante, vão na contramão do princípio de independência política da classe trabalhadora e buscam desviar o PT de seu programa. Apesar disso, diante de um cenário que não é só de heterogeneidade, mas também de fragmentação, essas pressões passarão a ser, cada vez mais, componentes permanentes do discurso do setor majoritário do partido. Teremos oportunidade de indicar os momentos chave desse processo durante o debate da regulamentação, bem como as políticas que a DS elaborou e buscou implementar em resposta.

O tema da regulamentação da atuação das tendências no PT volta a ganhar destaque nas páginas do *Em Tempo* na edição de fevereiro/março de 1987, nº 215, com a matéria “Seis ideias para assegurar um rumo fraterno e construtivo ao debate”, assinada por João Machado. A argumentação contida no texto apresenta os eixos a partir dos quais a DS interviria na disputa sobre o que eram e o que deveriam ser as correntes internas petistas, disputa essa que se acirraria ao longo do ano, culminando na polêmica resolução aprovada em dezembro, no V Encontro Nacional. Recuperemos os principais momentos dessa argumentação.

Um elemento característico na abordagem escolhida pela DS para tratar do tema é o de destacar sempre os *potenciais aspectos positivos de uma regulamentação*. Machado abre seu texto com a afirmação de que o PT é um partido que “se formou da confluência de distintas correntes políticas”, portanto, heterogêneo. Sendo fato que no interior do PT atuam grupos “mais ou menos permanentes, mais ou menos organizados”, é razoável que se regule os “direitos e deveres” daqueles militantes que optam por se organizarem em tendências. (*Em Tempo*, nº 215, 1987, p. 8) No entanto, como Machado esclarecerá ao longo do artigo, essa regulamentação é razoável no mesmo sentido em que devem estar regulamentados os direitos e deveres de qualquer militante; inclusive os daqueles não organizados em correntes internas. Isto porque o princípio no qual se baseia Machado aqui é o da *isonomia*: a regulamentação deve servir para garantir a igualdade de direitos dentro do partido.

Este aspecto da questão é central, pois, *da maneira como é proposta pela maioria, a regulamentação assume um caráter sectário, já que se dirige contra determinados agrupamentos dentro do PT, as “correntes organizadas”* (ou seja, aqueles grupos internos que se reconhecem enquanto organizações políticas), *e a partir de um viés excludente*. O reconhecimento de que o grupo que dirigia o partido era uma “maioria”, formada e eleita num Encontro, não impede Machado de articular o debate das tendências colocado na ordem do dia por essa maioria com um questionamento à democracia interna petista. A lógica sectária de encarar os militantes das “correntes organizadas” como elementos estranhos ao PT, que deveriam se enquadrar ou serem excluídos é diretamente relacionada por Machado com a persistência da norma da composição de “Executivas só da maioria”. O autor aponta como negativa a garantia à chapa vencedora do Encontro da prerrogativa de indicar todos os membros da Executiva do partido, o que permitia identificar como iniciativa da ala majoritária, e não do partido de conjunto, qualquer tentativa de regulamentação (bem como qualquer outra política não consensual) encaminhada nessa instância. Machado lembra ainda que, tendo obtido cerca de 70% dos votos no IV EN, a maioria encontrava-se numa situação confortável para implementar sua política,

sendo portanto evidente “quem dá a dinâmica do partido”.

Em seguida, Machado esforça-se por desfazer a confusa dicotomia entre "maioria" e "tendências organizadas", esclarecendo que, por um lado, nem todos os membros da chapa minoritária faziam parte de coletivos ou organizações internas petistas, e que, por outro, havia na articulação majoritária "diversos grupos organizados, quer se apresentem ou não como organizações". Para o dirigente da DS, muito mais fundamental que o pertencimento ou não a algum coletivo é a questão dos respeito às decisões partidárias, e nesse quesito argumenta que entre a ala minoritária não se encontra um nível inferior de respeito às deliberações do partido; pelo contrário, teriam sido apoiadores e membros da ala majoritária os responsáveis pelas faltas mais notórias.⁶⁶ Ressalta que, embora as "organizações de esquerda" dentro do PT apresentem, de fato, elevado grau de organização, elaboração política e unidade programática, não existem razões para tratá-las de modo desigual àquele pelo qual são tratados outros "inúmeros grupos e correntes organizados no PT". Levando adiante a problematização, Machado nota que a existência de "finanças próprias", aspecto utilizado na argumentação da ala majoritária para caracterizar as "correntes organizadas", também caracterizaria os grupos ligados à Igreja, a sindicatos ou a campanhas e mandatos parlamentares.

A existência dentro do PT de agrupamentos que reivindicam a denominação "partido" para se referirem a eles próprios (tais como o PCR e o PCBR), para Machado, está longe de ser o cerne da questão, mas não deixa de expressar, na opinião do autor, um "equívoco na avaliação do que é o PT, da sua dinâmica como partido e na compreensão do que é o leninismo". Este último equívoco, teórico, segundo a argumentação de Machado, decorria da incompreensão de quais as *características* do partido leninista que conferem ao mesmo um lugar *na vanguarda da luta socialista* – características que não se contrapunham necessariamente às de um partido de massas.

A interpretação que faz a DS da teoria leninista do partido é herança da leitura de Mandel, que, embora desenvolvida e apresentada em obras anteriores⁶⁷, pode ser recuperada através do artigo "Partidos de vanguarda", escrito pelo marxista belga em 1983. Nesse trabalho, Mandel considera a existência de organizações revolucionárias de vanguarda como resultado do desenvolvimento desigual da consciência e da atividade política dos distintos setores da classe trabalhadora. Grupos que incorporam altos níveis de militância política de maneira permanente, mesmo durante aqueles períodos em que a atividade política do conjunto da classe está reduzida, são capazes de “manter a continuidade

⁶⁶ O exemplo oferecido por Machado é o da recusa do setor do PT mineiro ligado a Luis Dulci (Articulação) em apoiar o candidato do partido à prefeitura de Belo Horizonte em 1985, indicado pela DS.

⁶⁷ O conhecido texto “Teoria leninista da organização”, por exemplo, foi publicado por Mandel em 1970.

das aquisições teóricas, programáticas, políticas e organizacionais das fases anteriores de alta atividade da classe”. Dada a natureza da luta socialista, a existência de organizações capazes de articular, em nível nacional e internacional, a vanguarda das diferentes lutas anticapitalistas (sindical, campesina, de juventude, de nacionalidades e etnias oprimidas, de gênero e orientação sexual, etc.) é uma condição para a superação dos limites impostos às visões particulares e fragmentadas da realidade social.

Isto só pode ser feito por aquelas pessoas que clamam para si o mérito terrivelmente “elitista” de estarem ativas de uma maneira mais permanente, de uma maneira mais contínua que outras. Esta é a única qualidade que clamam para si, mas é uma qualidade que é provada na vida. E todos aqueles que não têm essa qualidade também o provam na prática, ao abandonarem a atividade política. Todos aqueles que têm essa qualidade, contudo, continuam a lutar mesmo quando as massas param periodicamente de fazê-lo, (...) continuam a elaborar política e teoria, e empenham-se constantemente em intervir na sociedade de maneira permanente e contínua. A partir desse “mérito”, por mais modesto e limitado que ele seja, cresce uma série de qualidades concretas e práticas que constituem a base para a justificação de uma organização de vanguarda. (MANDEL, 1983. Trad. Minha.)

Mandel também aplica uma distinção entre os termos *organização* e *partido*, o que lhe permite introduzir o segundo aspecto fundamental de sua concepção: não basta a uma organização clamar estar na vanguarda da luta socialista; ela deve ser seguida na ação por setores da classe trabalhadora. De acordo com o marxista belga:

Uma organização de vanguarda se torna um partido de vanguarda quando [pelo menos] uma minoria significativa da classe real, uma parcela realmente existente dos trabalhadores, dos camponeses pobres, da juventude revolucionária, das mulheres revolucionárias, das nacionalidades oprimidas revolucionárias, a reconhece como seu partido de vanguarda, isto é, segue-a na ação. Se são dez ou quinze por cento, não importa, mas é necessário que seja um setor real da classe. Se tal setor não existe, então não se tem um partido real, mas apenas o núcleo de um futuro partido. O que acontecerá a esse núcleo será mostrado pela história. Esta questão se mantém aberta (...). É necessária uma luta permanente para transformar essa organização de vanguarda em um partido revolucionário de vanguarda real, com raízes na classe, presente na luta da classe trabalhadora e aceito por pelo menos uma fração real da classe real enquanto tal. . (MANDEL, 1983. Trad. Minha.)

Assim, na interpretação do leninismo elaborada por Mandel e reivindicada pela DS, nada impede que um partido de vanguarda (um grupo permanente de militantes com altos níveis de atividade política e que busca colocar-se na vanguarda da luta socialista) chegue a dirigir amplos setores da classe trabalhadora, mantendo simultaneamente as características de partido de vanguarda e de massas. Na síntese elaborada por Machado:

Um partido militante, centralizado, de combate, e logo um partido de vanguarda (já que nunca toda a massa, ou mesmo a maior parte dela vai *militar* em um partido) pode ser também um partido de massas - tem de ser, para poder dirigir um processo revolucionário. (*Em Tempo* nº 215, pp. 8-9.)

Esta polêmica com outros setores leninistas do PT, no entanto, não é o foco da intervenção da DS no debate sobre a regulamentação das tendências. Mas é interessante destacá-la porque ela reflete a posição delicada em que se encontravam todas as tendências marxistas que buscavam permanecer no PT, mas cuja análise levasse em conta (fosse de maneira otimista ou pessimista) que havia no partido setores com programas e estratégias muito distintas daquelas defendidas pelo marxismo revolucionário clássico. Machado afirma que seu objetivo ao tocar nessa polêmica é simplesmente o de "registrar nosso desacordo com os companheiros que pretendem conciliar a militância no PT com a construção, em outro nível, de um outro 'partido'". (*Em Tempo*, nº 215, p. 9.) Ora, na época da fundação da corrente, como vimos, a estratégia da DS era justamente a construção do PT em "três níveis" (a corrente trotskista; a frente interna de organizações revolucionárias petistas; o próprio PT enquanto partido de massas), decorrente da compreensão de que nem todos os setores do PT estavam comprometidos com o projeto da revolução socialista. Voltaremos a tratar dessa questão adiante.

Ainda dentro desse tópico, mas recuperando o tema dos "partidos dentro do partido", Machado levanta a questão: "os companheiros constroem de fato outros partidos, no verdadeiro sentido da palavra?". Sua resposta é negativa, mas tem uma ressalva. Machado afirma que a maioria dos companheiros constituía legítimas tendências ou frações petistas, "*com a possível exceção da Convergência Socialista*", dando a entender que esta corrente se configurava como um partido dentro do PT, no entanto, sem apresentar quaisquer evidências ou argumentos para tal "acusação". O autor tampouco se posiciona sobre quais as medidas a serem tomadas, seja pela CS para deixar de ser um "possível" partido dentro do partido, seja pela direção petista para enquadrar os militantes da dita corrente. (*Em Tempo*, nº 215, p. 9. O grifo é meu.)

Retornado à apologia daquelas "tendências organizadas" que não constituem "possíveis exceções", Machado caracteriza sua atuação:

Relacionam-se com a massa fundamentalmente como petistas, é nesta qualidade que são em geral conhecidos. Defendem em geral as posições do PT. Empenham-se em construir núcleos do PT, diretórios, etc. Assim, a dinâmica de construção do PT é o que de fato prevalece. A força do PT, a sua capacidade de atração, de polarização, fala mais alto do que concepções teóricas mais ou menos confusas. (*Em Tempo*, nº 215, p. 9.)

Por esse motivo, o autor considera que a discussão com os membros das "tendências organizadas" não deve ser levada adiante "como um *ultimatum*, ‘ou se integram ou saem’, como querem alguns companheiros" - em geral, membros da ala majoritária - porque os membros das tendências de esquerda, na prática, em sua ampla maioria já estavam integrados à vida petista, e "sua evolução vem sendo no sentido de uma integração maior". O intuito da discussão de uma regulamentação da atuação das tendências, para a DS, longe de preparar expurgos, deveria ser o de "clarear as posições, de estabelecer as melhores regras de relacionamento" entre os setores do PT.

Ao argumentar que, pela sua dinâmica, as tendências organizadas adequavam-se ao PT, e *por isso*, o debate não deveria conduzir a um expurgo, Machado parece insinuar que, por não apresentarem tal dinâmica, organizações como a CS – a “possível exceção” citada – poderiam ser expulsas. Não se trata aqui de questionar a legitimidade dessa posição em si – inclusive porque Machado não a desenvolve às últimas consequências. Mas é preciso ressaltar que a maneira pela qual o dirigente da DS aborda a questão afasta-se do debate de princípio que fundamenta a concepção mandelista de partido, no que se refere ao direito de frações e tendências. No já citado artigo “Partidos de vanguarda”, Mandel afirmava:

... Sem democracia interna ao partido, sem o direito de demonstrar [divergências], sem [a garantia do] não-banimento de facções ou partidos, sem o livre debate público, se tem grandes obstáculos para corrigir erros, e paga-se um preço pesado por isso. Então, estamos absolutamente a favor do direito a diferentes tendências, plena democracia interna, e pelo não-banimento de facções ou partidos.

Não falo do direito a facções, porque essa é uma formulação falsa. Facções são sinal de um partido doente. Em um partido saudável não há facções; um partido saudável tanto do ponto de vista da linha política quanto do regime partidário interno. *Mas o direito de não ser expurgado do partido ao criar uma facção é um mal menor que o das expulsões e da supressão da vida interna do partido, através das proibições excessivas ao debate interno.* (MANDEL, 1983. Trad.e grifos meus.)

A questão da "construção partidária", não apenas no sentido do crescimento do número de filiados e militantes, mas no do aprofundamento do trabalho político promovido pelo partido, é outros dos pontos que merecem destaque no debate promovido por Machado, uma vez que clarifica os limites e indica o conteúdo da regulamentação da atuação das tendências conforme vinha sendo proposta pela maioria. Alega o autor que a discussão da regulamentação "só faz sentido dentro de um esforço mais amplo de construção do PT, de avanço nas suas definições políticas, de melhora no seu funcionamento, na sua centralização, na sua relação com os movimentos sociais". (*Em Tempo* n° 215, p. 9.)

Para Machado, a regulamentação deveria estar subordinada a um esforço mais amplo de integração das correntes, visando um melhor funcionamento partidário. O autor busca ressaltar o caráter processual que qualquer regulamentação, para ser democrática, necessariamente deveria ter. Embora o artigo dedique apenas dois curtos parágrafos à questão da "construção", coloca a importante tarefa de avaliar se a regulamentação, tal como proposta, representava antes um esforço de *exclusão* (e assim, ao menos em um primeiro momento, de "desconstrução" do PT como se encontrava) ou de *coordenação*, visando o crescimento do partido a partir de compreensões e metas comuns aos seus diversos segmentos.

Outro ponto delicado para todos os agrupamentos que tinham divergências estratégicas com a maioria era o do âmbito no qual tais divergências podiam ser apresentadas e as polêmicas travadas. O texto de Machado tenta estabelecer critérios inequívocos para a atuação das tendências. Reproduzamo-los:

As várias correntes e grupos do partido, mais ou menos organizadas, devem estar autorizadas a se organizarem para defender posições no interior do partido. Após as deliberações do partido, todos devem encaminhar a posição majoritária (evidentemente, desde que estas deliberações cumpram o requisito de participação democrática de todos no debate). Para a massa, deve haver apenas o PT, e não suas correntes. (Em Tempo n° 215, p. 9.)

Se interpretadas literalmente e seguidas à risca, estas considerações conduziriam necessariamente a um regime partidário de centralismo democrático. Mas Machado as relativiza em alguma medida. Primeiramente, afirma que, por seu caráter de massas e não-clandestino, seria impossível manter restritas ao âmbito do partido suas grandes polêmicas internas. Por consequência, não haveria "nenhum problema em que se saiba fora do PT" dessas divergências entre setores; e ainda mais, defende que "militantes do PT poderão escrever artigos na imprensa defendendo uma ou outra posição" sem que isso signifique "de nenhuma maneira, encaminhar para a massa posições distintas das posições do partido".

Ora, ainda que faça sentido distinguir entre a apresentação de divergências em relação a uma posição majoritária no partido e a convocação da massa para uma ação contrária àquela que a maioria do PT votou, pode haver pelo menos uma contradição entre o tratamento público das divergências e as normas anteriormente arroladas: se é lícito publicizar as polêmicas, então não se pode garantir que para a massa exista "apenas o PT, e não suas correntes", a não ser que se proíba às correntes (e não aos militantes individualmente) manifestarem suas posições particulares. E aos militantes que pertencessem a alguma tendência, tal direito seria concedido ou negado? Levando em conta o princípio da isonomia

lembrado pelo autor, é impensável que Machado sequer cogitasse limitar os direitos políticos dos membros de tendências, em específico. Outra possibilidade de lidar com a contradição seria propor que os militantes de tendências abdicassem de se apresentar enquanto tal, caso resolvessem intervir num debate polêmico extra-partidário – mas é evidente que esta solução seria demasiadamente formal, pois, ainda que fosse aceita e seguida, não anularia o fato de que diversos militantes estavam pública e notoriamente relacionados com as tendências a que pertenciam... Sem precisar tais detalhes, a formulação, à primeira vista cristalina, acaba se demonstrando dúbia.

3.5. Contribuições da DS ao debate preparatório do V EN.

Dentre as contribuições da Democracia Socialista para os debates do V Encontro Nacional do PT, realizado em dezembro de 1987, é importante destacar o documento “Sobre a Construção Partidária”, elaborado por Raul Pont em junho daquele ano. No documento, podemos encontrar uma análise da conjuntura e das questões estratégicas para o PT na visão da DS, de modo a situarmos as posições da corrente sobre a questão das tendências nos marcos mais gerais da disputa ideológica e programática no partido.

No tocante à transição e ao governo, a DS avaliava que Sarney encontrava-se questionado pelos setores que eram bases diretas de sua sustentação. Enquanto os partidos da base governista, PFL e PMDB, atolavam no “mais completo fisiologismo”, Brizola moderava seu discurso com o objetivo de viabilizar sua candidatura à presidência perante a imprensa burguesa e os setores conservadores da sociedade. Nesse quadro, restava ao PT oferecer uma alternativa, aproveitando-se do deslocamento das bases de sustentação do PMDB, provocado pelas expectativas que acompanharam as mobilizações pelas “Diretas Já!” e a Constituinte, às quais o projeto político que o PMDB representava não correspondia.

A DS afirmava a existência de uma tendência ao avanço e à “radicalização do movimento operário-popular” no período. Portanto, considerava que a conjuntura era favorável a um aprofundamento das definições socialistas do PT.

É necessário que o partido incorpore claramente em seu programa, em seu discurso público a definição pelo socialismo. Nossa prática aponta para o socialismo, mas isso é insuficiente. A clara opção pelo socialismo será mais um elemento de propaganda, de educação das massas pela sociedade que queremos. (“Sobre a Construção Partidária”. PONT, 1987. p. 6.)

A importância atribuída pela DS ao que chamava de “definição pelo socialismo” (como “elemento de propaganda”) nos dá dimensão de uma característica marcante da luta política no V EN: embora isso talvez não fosse evidente à altura, grande parte da disputa se concentrava no que a DS viria a chamar de *dimensão “textual” do PT*. As discussões em torno de uma tese-guia, submetida a destaques, supressões, emendas e votações, produziam documentos que podiam guardar enorme distância das declarações e opções políticas dos parlamentares e prefeitos petistas, dos dirigentes do partido ou de suas figuras públicas. E mais, embora expressassem em algum grau as definições ideológicas e programáticas, se não da base filiada, ao menos de sua camada militante mais envolvida na vida orgânica do partido, os textos aprovados cristalizavam muito mais o confronto, a correlação de forças entre as alas do partido naquele Encontro, do que algum consenso atingido ou uma plataforma para a ação comum.

Em 1992 a DS avaliaria esses problemas, num texto de balanço que teremos oportunidade de comentar adiante. Mas no documento de 1987, quando defendia a necessidade de um aprofundamento da definição socialista, partia justamente da afirmação de que *a prática do partido já expressava suas convicções socialistas*. Não se trata aqui de uma idealização retórica de Pont, mas sim da compreensão de que a orientação objetivamente socialista do PT, apesar de quaisquer indefinições, se expressava no respeito a alguns princípios que permaneciam vigorando no partido desde sua fundação. O principal deles era, sem dúvida, o da independência de classe, o chamado *classismo*. Esta questão também será recuperada no balanço de 1992.

Voltemos ao documento elaborado por Pont para o V EN. O texto afirma que o PT deveria caminhar para um nível maior de centralização e organização da militância, de modo a aproveitar o potencial da conjuntura e capacitar-se para a direção das mobilizações. Esse avanço, no entanto, não poderia se produzir a toque de caixa; a corrente compreendia que não faria sentido exigir que o PT tomasse, no período de apenas um Encontro, definições sobre sua posição em relação ao movimento operário em escala histórica e mundial. A intenção da DS, segundo Pont, era a de indicar rumos e referências para o debate. (PONT, 1987. p. 6) Não se pode perder de vista o momento privilegiado de propaganda que os períodos pré-Encontro ofereciam às tendências. Em maior medida durante a década de 1980, mas mesmo depois, os documentos elaborados por grupos ou por militantes individuais nos períodos pré-Encontro eram reproduzidos e distribuídos aos filiados a partir dos diretórios petistas, permitindo que posições minoritárias atingissem, em algum grau, mesmo lugares onde não houvesse militantes que as defendessem.

O documento também rejeita a concepção de “partido único da classe trabalhadora”; no mesmo sentido, reproduz ainda a argumentação que problematiza a dicotomia “partido de massas x partido de vanguarda”. A necessidade de insistir sobre essas problemáticas decorre em larga medida daquele *anticomunismo*, às vezes velado, mas frequentemente aberto, encontrado em diversas camadas e setores do PT. Desmistificar as posições bolcheviques, bem como apresentar evidências da dissociação entre o legado socialista revolucionário e a tradição burocrática estalinista, eram operações fundamentais da propaganda trotskista dentro do PT, facilitada pela garantia da circulação de documentos entre os militantes no período preparatório dos Encontros.

Um dos elementos que se referem à concepção de partido defendida pela DS, e que aparece mais desenvolvido em “Sobre a construção partidária” do que nas “Seis ideias” de Machado publicadas pelo *Em Tempo*, tem a ver com a *unidade da ação partidária*. Segundo Pont, da mesma maneira que é fundamental assegurar o direito de tendências, também é imprescindível que após a tomada das decisões “o partido aja coeso e unido”. Diante da “unidade e força de nosso inimigo, o Estado burguês”, munido dos “monopólios, da polícia, das forças armadas, dos meios de comunicação”, o partido independente da classe trabalhadora só poderia responder com sua própria unidade, assegurada e fortalecida pela democracia interna em suas instâncias. (PONT, 1987, p. 8.)

Ao concluir que a unidade de ação “não significa apenas acatar decisões de convenção, mas é, principalmente, sua materialização na prática”, (PONT, 1987, pp. 8-9.) Pont dá mais um exemplo da postura da DS na discussão da regulamentação à época do V EN. Para a corrente mandelista, a defesa do direito de tendências significava, ao mesmo tempo, *limitar os excessos de grupos que rompessem com a unidade partidária, e responsabilizar a maioria dirigente, sempre e fundamentalmente, pela tarefa de assegurar a democracia interna que garantiria essa unidade*. Em 1987, a DS estabelecia uma hierarquia clara entre esses dois aspectos da questão, estando o primeiro completamente subordinado ao segundo.

Ainda nos debates preparatórios para o V EN, a DS apresentou ao conjunto da militância petista mais um documento tratando da querela das tendências, “Questões decisivas para um partido democrático”, assinado por Raul Pont e João Machado. O conteúdo da argumentação é em grande parte o mesmo das “seis ideias” publicadas pelo *Em Tempo* nº 215, mas a estrutura argumentativa está organizada em torno do eixo da *democracia*, ligando o debate das tendências a outras questões referentes à democracia partidária e à concepção de socialismo democrático que defendia. Desse modo, algumas das ideias que são apenas mencionadas nos textos anteriores aparecem de maneira mais

detalhada nesse documento. É sobre elas que nos deteremos.

Em “Questões Decisivas...”, Pont e Machado partem de argumentos que já reproduzimos para estabelecer que, se é verdade que um partido revolucionário de massas só pode ser construído a partir do permanente esforço pela unificação de distintas correntes políticas, não decorre daí que possa prescindir da ação política unificada, tornando-se uma federação de frações. Assim, um partido que se proponha a tarefa de dirigir as mobilizações da classe trabalhadora rumo à revolução socialista “deve admitir em seu interior a existência, no seu interior, *de correntes políticas distintas, de tendências e frações* (respeitada, evidentemente, uma unidade básica definida pelo programa do partido)”. (PONT; MACHADO, 1987, p. 2. Grifo dos autores.)

Feitas as considerações iniciais, o documento recupera brevemente o primeiro grande momento histórico em que esteve na ordem do dia a proibição de frações num partido revolucionário: o X Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1921. Embora ressaltem o caráter excepcional da medida adotada pelos bolcheviques, pressionados pelas dificuldades da guerra civil, Pont e Machado não se furtam a classificá-la como um “erro histórico da maior gravidade”. Ao aprofundar a implementação da linha política que conduziu ao regime de partido único, trazendo-a também para dentro do partido, a decisão “foi um dos elementos que favoreceram a ascensão da burocracia e a consolidação do estalinismo”.

Julgamos da maior importância ressaltar este fato, porque a proposta aprovada (por uma escassa maioria) em São Paulo sobre o direito de tendência na verdade aproxima-se, numa interpretação benevolente, desta posição do X Congresso. Ainda mais claramente nesta direção manifestou-se o companheiro Vladimir Pomar em artigos no Boletim Nacional do PT, onde defendia como sua a concepção de permissão de tendências apenas eventuais, temporárias, em épocas de Encontros. (PONT; MACHADO, 1987, p. 3.)

O documento também estabelece clara distinção entre a defesa do *direito* à formação e manutenção de tendências – uma questão democrática básica – e qualquer apologia de sua multiplicação. Embora Machado e Pont reconheçam que um partido unificado internamente seja desejável, afirmam que impor “administrativamente” a dissolução ou a proibição das tendências configuraria um avanço na burocratização do partido. Uma vez que o problema da existência de “partidos dentro do partido” era “meramente residual”, ao caráter “administrativo”, “burocrático” que a ala majoritária do PT buscava imprimir à regulamentação, a DS contrapunha a proposta de uma regulamentação “processual”, pautada no aperfeiçoamento da democracia partidária. Para tal, deveria articular-se com medidas como o fim do controle exclusivo da imprensa partidária pela direção, com o

financiamento igualitário das tendências a partir das “finanças comuns” do partido e com a instituição da proporcionalidade nas Executivas. (PONT; MACHADO, 1987, pp. 4-5.)

Na edição nº 222 do *Em Tempo*, publicada em novembro de 1987, João Machado assinaria outro artigo, “Um roteiro das polêmicas na Convenção Nacional”. Nele indica quais seriam os temas consensuais e os polêmicos no V EN, que ocorreria no mês seguinte e que aprovaria uma resolução chave no processo de regulamentação da atuação das tendências internas. Segundo Machado, a proposta de uma candidatura Lula para as eleições presidenciais de 1989 tendia a ser consensual entre os delegados ao Encontro. No entanto, afirmava o artigo, certamente haveria grandes polêmicas acerca de outros temas estreitamente relacionados, tais como o programa e o tipo de governo que seriam defendidos pelo PT, a política de alianças que o partido deveria buscar e a questão das tendências.

Quanto ao “caráter da alternativa proposta pelo PT”, ou seja, o programa e o tipo de governo que defenderia, Machado previa que a discussão nacional se daria em torno das mesmas propostas apresentadas pela “Corrente” ou “Articulação Nacional” na Convenção estadual paulista, que representavam as posições do bloco capitaneado pela Articulação, mas que haviam sido aprovadas “com emendas importantes”. Diante dessas propostas, a posição da DS foi a de que era necessário apoiá-las, “em seu sentido geral (...) de uma alternativa estratégica à dominação burguesa” no país. O artigo de Machado busca ressaltar os trechos do texto aprovado na Convenção paulista que indicam a compreensão da necessidade de propor medidas “que não possam ser absorvidas pelo capitalismo”; consequentemente, um governo petista só poderia “se viabilizar com uma ruptura revolucionária”, descartando uma concepção etapista dos processos revolucionários. (*Em Tempo*, nº 222, 1987, p. 5.)

Após ressaltar seus méritos, Machado passa às insuficiências do texto paulista. Começa por destacar que a expressão “*democrático e popular*”, que começava a ser usada sistematicamente pela ala majoritária do partido para descrever o conteúdo social e político de suas propostas (em formulações como “alternativa democrática e popular”, “programa democrático e popular”, “governo democrático e popular”), acabaria por diluir o caráter de classe das mesmas. Isto se dava num duplo movimento: por um lado, a expressão enfatizava, de maneira exagerada para o autor, a aliança com os setores médios da sociedade, tratados como bloco; por outro, secundarizava a “questão decisiva da luta pela unificação do proletariado e pela conquista da sua hegemonia sobre o conjunto dos setores oprimidos pelo capitalismo”.

Machado posiciona-se contra a crítica presente no texto paulista à palavra de ordem “Governo

dos Trabalhadores”. De acordo com o resultado das discussões da Convenção paulista, a expressão deveria ser abandonada por expressar uma “concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias”, interpretação que, segundo o autor, era provavelmente resultado de uma identificação mecânica entre “Governo dos Trabalhadores” e “Ditadura do Proletariado”. A intenção de Machado é precisar o conteúdo da expressão, sem deixar escapar seu viés classista: o “Governo dos Trabalhadores” proposto pelo PT corresponderia a “um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado”, de modo que a palavra de ordem seria mais precisa que a de um “governo democrático e popular”. Para Machado, as expressões “operário e popular”, ou ainda “democrático, operário e popular” seriam mais precisas. . (*Em Tempo*, nº 222, 1987, p. 5.)

O restante do artigo ocupa-se majoritariamente das questões referentes à *concepção de partido*. Machado afirma que os Encontros estaduais haviam fornecido indícios de que estava estabelecido um consenso majoritário, “no sentido de que precisamos de um PT organizado em núcleos, militante, dirigente das lutas dos trabalhadores, e que devemos superar a falsa contradição entre partido de quadros e partido de massas”. Arrisca-se, inclusive, a afirmar que, “aparentemente”, haveria uma “ampla maioria” favorável ao *aperfeiçoamento da democracia interna do partido*, viável a partir de sua “unificação” e do “fortalecimento de suas direções em todos os níveis, com a adoção da regra da *eleição proporcional* para todos os níveis da direção, inclusive as executivas”. (*Em Tempo*, nº 222, 1987, p. 5. Grifo de Machado.)

Assim, os prognósticos apresentados pela DS no artigo eram o da possibilidade de uma Executiva Nacional proporcional já no V EN; ou um ainda mais otimista, o de uma chapa única candidatar-se à direção nacional do partido, algo que estaria se tornando possível, segundo o artigo de Machado, “a partir das convergências políticas existentes entre as principais correntes do PT”. Apesar desse otimismo, o texto reconhece que já estavam estabelecidos os contornos de uma grande polêmica, sobre uma questão chave relacionada à concepção de partido e à construção do PT, a da regulamentação da atuação das tendências.

A proposta de resolução sobre o tema defendida pela DS havia sido aprovada nas Conferências estaduais de RG e MG, estados onde a corrente tradicionalmente tinha peso dentro do partido. Um *box* que acompanhava o artigo de Machado apresentava o texto aprovado nessas conferências: em seis parágrafos, cujo conteúdo retomava muitos aspectos daquelas “seis ideias” que já sistematizamos, definia as tendências como grupos de atuação exclusivamente interna, que não poderiam se dirigir às

massas com posições distintas das do PT. Sua imprensa deveria se dirigir aos petistas, com a já mencionada ressalva de que, não sendo o PT um partido clandestino, outros interessados poderiam vir a ter conhecimento das divergências mantidas pelas tendências. Distinguindo-as das “articulações ou blocos de tendências ou militantes que se formam apenas durante os períodos de Encontros”, o texto sugere que as tendências tinham o direito a existir permanentemente, tendo sua durabilidade no tempo definida pelo interesse de seus participantes.

Uma novidade no texto reproduzido no *box* são as determinações de que “as posições políticas das tendências não podem ser secretas, e devem ser divulgadas para o conjunto do partido”. O texto não argumenta quanto às razões que fundamentariam essas regras, mas afirma ainda que as tendências não devem “procurar construir um partido distinto do PT”, o que se concretizaria na não-adoção do nome “partido” e no reconhecimento do PT “como um partido estratégico (rumo ao socialismo)”. Por fim, afirma que o sentido da regulamentação deveria ser o de integrar, e não o de excluir companheiros, a não ser “que isto se revele inevitável após uma discussão mais prolongada”. . (*Em Tempo*, nº 222, 1987, p. 5.)

Os prognósticos otimistas da DS para o V EM decorriam de sua visão sobre a dinâmica do PT. Ainda em maio de 1987, outro artigo publicado pelo *Em Tempo*, assinado por Tomás Matta Machado, avaliava que estava em curso um processo de arrefecimento das polarizações internas do partido. Mesmo em estados onde já havia um histórico de disputas acirradas entre as tendências e um alto grau de fracionamento interno, como em Minas Gerais, aonde a polarização chegara “ao cúmulo de um bloco boicotar a campanha de um candidato democraticamente eleito escolhido numa convenção”, já se podiam ver os primeiros resultados do que o autor chama de “desbloqueamento”. Os esforços iniciais para a unificação da atividade partidária em MG, bem-sucedidos na avaliação da DS, deveriam servir de modelo para uma política de desbloqueamento em nível nacional, que levasse em conta que “não há hoje nenhum setor que deva ser excluído, que não possa se integrar no coletivo petista”.

O desfecho do artigo lembra que um partido que se proponha a dirigir o processo de luta dos trabalhadores pelo poder não escapará a diversos conflitos internos, inevitáveis, que podem conduzir a rupturas ou à formação de novos blocos “que disputem a direção política do partido. Isto por si mesmo não é ruim, e pode ser positivo, na medida em que seja uma necessidade para clarear o debate político em torno de grandes opções”. Tomás M. Machado aponta para a organicidade desses “novos blocos” como critério da sua legitimidade: “é preciso que as articulações, se forem necessárias, se formem a partir de posições políticas, que não sejam ajuntamentos artificiais para garantir uma maioria (ou para

defender uma minoria do esmagamento)”. (*Em Tempo*, nº 216, maio/1987 p.4.)

3.6. Os resultados do V EN e a questão das tendências, segundo a DS.

O V EN foi marcado pela continuidade da hegemonia da corrente majoritária petista. Embora atingindo um percentual significativamente menor do que havia obtido em Encontros anteriores, com quase 58% dos votos dos delegados a chapa formada pela Articulação permaneceu indicando a maioria dos membros do Diretório Nacional. Com 24% dos votos, a chapa apoiada pela DS ficou em segundo lugar, tendo direito a cinco cargos, os quais foram ocupados por Raul Pont, João Machado, Tomás Matta Machado, Joaquim Soriano e Otaviano de Carvalho. (ANGELO, 2008, p. 182.)

Analizamos a resolução sobre a regulamentação das tendências aprovada em disputada votação (204 votos favoráveis, 147 contrários) no V EN no Capítulo II. Aqui, interessa-nos a maneira pela qual a DS interpretou a mesma resolução. O já destacado otimismo que caracterizava a corrente mandelista também se expressou na avaliação de que eram significativas as incorporações, pelo texto aprovado, de preocupações que a DS havia manifestado durante os debates preparatórios, tais como a necessidade de articular regulamentação, democracia e unidade partidária na ação. A definição de tendência contida na resolução era bastante similar à que foi elaborada pela DS; da mesma forma, apareciam na resolução as especificações quanto à necessidade de levar ao conhecimento do partido as posições e atividades das tendências, bem como a restrição ao uso da denominação “partido”.

Menos “textual” e mais concreta, a proposta aprovada sobre o financiamento das tendências, que segundo a resolução, deveria ser obtido exclusivamente dentro do PT e sem prejuízo para as finanças ordinárias, não incorporava a avançada sugestão da DS de financiamento das tendências a partir da arrecadação ordinária do partido. Nesse ponto, bem como na questão da democratização da imprensa partidária, a DS não conseguiu aprovar suas posições, mas deu-se por satisfeita com o recuo que significava a resolução do V EN, em relação às posições defendidas por Dirceu e Pomar no período preparatório, de extinção das finanças próprias e dos órgãos de imprensa ligados às tendências.

A avaliação globalmente positiva que a corrente mandelista fez das resoluções do V EN já dá sinais de uma forma de abordar os resultados das disputas petistas que se aprofundaria na DS. A marca dessa abordagem estava na identificação entre as propostas vitoriosas e as da DS – ou, no mesmo sentido, na apresentação dos aspectos positivos das resoluções como resultado de sua intervenção. Esta

abordagem vigorava ainda que os resultados concretos não apresentassem aquela hierarquia que a DS buscava imprimir às suas elaborações, o que no caso do V EN, significaria uma regulamentação subordinada à democratização do partido. No balanço do VII EN, em 1990, a mesma abordagem retornaria de maneira ainda mais convicta, como teremos oportunidade de demonstrar.

Ainda sobre a avaliação do V EN, lembremos que em todos os documentos da corrente a necessidade da proporcionalidade nas Executivas aparecia como condição de democratização do partido. A DS jogou peso em seu balanço sobre a vitória que significava impedir a imposição da regulamentação desenhada por Pomar e Dirceu, que virtualmente aniquilaria a capacidade das tendências de disputarem espaço no PT. Se é certo que essa resistência, da qual a DS foi parte importante, colocou limites ao projeto de regulamentação elaborado pela ala majoritária, não é menos certo que muito do reconhecimento da importância de ligar a regulamentação a um aprofundamento da democracia partidária não transbordava o campo meramente “textual”. A batalha muito “prática” pela proporcionalidade, perdida no V EN, dava sinais claros de que a permeabilidade da ala majoritária às preocupações democráticas das minorias petistas era, já em 1987, muito limitada.

3.7. A DS e a “estratégia da pinça” no contexto das eleições de 1989.

Em dezembro de 1989, em meio à empolgação com a chegada da Frente Brasil Popular ao segundo turno das eleições presidenciais, o *Em Tempo* publicava o artigo “Uma reflexão sobre a estratégia da revolução brasileira”, de Juarez Guimarães. As teses contidas no artigo expressam uma nova concepção estratégica, que viria a se aprofundar durante a década de 1990 e que cumpriria um papel importante na justificação teórico-política da permanência da DS no PT.

Escrito no calor da disputa eleitoral, o texto parte da consideração de que uma vitória de Lula agravaria a crise de direção pela qual passavam as classes dominantes brasileiras. Alcançada a presidência, a Frente Brasil Popular alteraria a correlação de forças a favor dos trabalhadores, aprofundando o que, em 1989, era ainda o início da “crise do regime, das instituições e leis da ‘Nova República’”. Com a vitória, a crise se aprofundaria em dois sentidos: primeiramente, em um sentido *inercial*, já que a mera presença da Frente no governo impediria que a Presidência da República continuasse a servir como articuladora do aparato estatal (Legislativo, Judiciário, Forças Armadas) a serviço do grande capital. Mas, além disso, haveria um aprofundamento *dinâmico* da crise do regime, pois, para implementar seu programa e responder aos anseios da massa trabalhadora cujos votos

esperava receber, a FBP entraria necessariamente “em fortes choques com o capital monopolista, o latifúndio, o imperialismo”. Aprofundando-se, a crise do regime conduziria a disputa para fora do plano institucional, e cada vez mais para o terreno da luta pelo poder popular. (*Em Tempo*, nº 241, dez/1989 p. 7.)

Para viabilizar a construção desse poder popular, a DS propunha a estratégia do “movimento em pinça”. Sua premissa, conforme a exposição de Guimarães, era a previsão de que a criação do poder popular não se daria “apenas por um processo de acumulação de forças essencialmente externo ao aparelho estatal burguês”. Portanto, era necessário harmonizar a luta por dentro do aparelho estatal burguês e as mobilizações populares que ocorriam necessariamente por fora dele. A fórmula era a seguinte:

A construção do poder popular será o resultado de um “movimento em pinça” dos trabalhadores sobre os centros do poder burguês, isto é pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de novas formas de exercício direto da democracia pelos trabalhadores. (*Em Tempo*, nº 241, 1989, p. 7.)

Guimarães aprofunda a definição da estratégia elaborada pela DS para a revolução brasileira ao diferenciá-la dos modelos bolchevique e de guerra popular prolongada. No caso bolchevique, considera o autor, as possibilidades abertas ao movimento operário para acumular forças por dentro da institucionalidade, “devido à estrutura extremamente fechada do Estado czarista”, eram praticamente inexistentes, de modo que para os russos uma estratégia de “movimento em pinça” teria sido ineficaz. Por sua vez, no modelo de guerra popular prolongada, como o da Revolução Cubana, a estratégia do movimento revolucionário era a combinação da liberação de áreas através da luta de guerrilhas com um trabalho de massas que desestabilizasse o poder burguês. Mas também esse modelo seria equivocado para uma “sociedade capitalista mais desenvolvida e com uma máquina estatal mais moderna e complexa”, como era o caso da brasileira.

O autor reconhece que havia um desafio na fórmula que a DS propunha, a saber, o de garantir a subordinação do “avanço sobre a institucionalidade burguesa” à “criação de novas formas de poder popular”, buscando a predominância de uma nova legitimidade democrática, emanada das lutas populares, “antes do momento da batalha decisiva com as forças do grande capital” – que, subentende-se, não estava na ordem do dia: “antes dessa batalha decisiva várias outras serão travadas”. (*Em Tempo*, nº 241, dez/1989 p. 7. Grifo meu.) A estratégia era perigosa, segundo Guimarães, porque

havia dois fortes riscos de desvio: o primeiro, de caráter direitista, reformista, seria o da adequação do programa e das formas de organização e luta do movimento operário aos marcos da institucionalidade burguesa; o segundo, de caráter esquerdista, maximalista, seria o de atuar à margem da conjuntura, buscando a criação de um poder popular sem levar em conta o grau de desenvolvimento da crise do regime.

Andriei C. G. Gutierrez (2004) considera a estratégia de pinça da DS como desenvolvimento das concepções de Mandel no sentido de um “rompimento com a tradição teórica trotskista”. Isto porque, analisando as sucessivas exposições da tese da DS, encontra diversos elementos que colocam em destaque a questão do acúmulo de forças, indispensável antes do “enfrentamento decisivo”. Num artigo chamado “A estratégia da pinça”, publicado em 1990 na revista petista *Teoria & Debate*, o mesmo Juarez Guimarães apresenta quais seriam os elementos estratégicos que condicionariam as possibilidades de sucesso da revolução socialista: entre eles, figurava a necessidade da formação de um “bloco antimonopolista”, que teria entre outras funções as de atrair a pequena-burguesia urbana e rural, e de neutralizar os setores do médio capital. Essa argumentação, além de bastante vaga quanto ao ponto em que deve se expressar o princípio da independência de classe, tem ainda outro ponto frágil, percebido por Gutierrez: o de sugerir que é necessário “ir, primeiro, rumo a uma ‘revolução’ democrática para depois os trabalhadores poderem implantar a ‘democracia socialista’”. (GUERRERO GUTIERREZ, 2004, pp. 68-69.)

Por nossa vez, gostaríamos de destacar que pode não ser fortuito que a “estratégia de pinça” tenha ganhado as páginas do *Em Tempo*, numa formulação ainda inicial, no contexto em que Lula chega ao segundo turno das eleições presidenciais. Os setores da esquerda petista se colocavam concretamente, a questão de quê fazer com o governo nacional, caso o PT o alcançasse naquelas eleições. Nesse sentido, a busca de um uso revolucionário dos “terrenos burgueses”, entre eles o aparelho de Estado, nunca foi alheia às elaborações leninistas e trotskistas. O argumento que consideramos problemático, aprofundado pela DS em 1990, não é o da entrada na institucionalidade, mas a de sua priorização (ou, do ponto de vista das alianças, a opção pela formação de blocos policlassistas) determinada pela *impossibilidade de uma ruptura revolucionária a curto prazo*. O etapismo, condenado expressamente pela corrente mandelista em diversas oportunidades, dava seus primeiros passos mais decididos para dentro do aparato teórico e estratégico da corrente.

Embora essa revisão estratégica se faça mais nítida a partir de 1989, podemos identificar sua origem pelo menos em 1985. Para demonstrá-lo, recorreremos a um texto posterior, a saber, o balanço

da atuação da organização publicado no *Em Tempo* em 1992, no qual João Machado buscava sintetizar o desenvolvimento e as posições da DS em relação à história, os rumos e as polêmicas do PT. Em tal balanço, Machado confirma a existência de um grau mais elevado de *autonomia* na atuação da DS nos primeiros anos da trajetória petista. Segundo o autor:

... a DS era pensada mais como organização política capaz de ser uma referência para os setores de esquerda do PT e de participar da disputa de suas definições políticas, com um certo grau de autonomia em relação ao PT, do que como uma tendência do partido. A DS não propunha para adoção no PT o conjunto de sua visão programática. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 10.)

Machado esclarece que havia uma base sobre a qual se assentava a manutenção de certo grau de autonomia: a caracterização da corrente majoritária do PT, o chamado “lulismo”, como sendo *classista* (adepto do princípio da independência de classe), *mas não necessariamente revolucionário* (carente de uma estratégia socialista). Dentro do PT, no entanto, essa ala estaria à esquerda inclusive daqueles setores marxistas que não buscavam construir o PT como partido estratégico – crítica implícita a PCBR, PCR, CS e, em menor medida, à OSI. A formação da Articulação, na opinião da DS, dava expressão organizada ao centro e à centro-esquerda do partido, “mas com uma presença de setores de direita (no sentido de à direita no espectro do PT, isto é, com posições reformistas)”. Dentro desse arranjo político, a postura básica da DS na primeira metade da década de 1980 foi a de buscar “realizar agrupamentos de setores de esquerda para defender algumas posições básicas”. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 10.)

Principalmente a partir de 1985, o balanço de Machado aponta uma inflexão na trajetória da DS. Em 1986 a DS realiza seu último congresso enquanto “organização política”; já em 1988, em sua Conferência Nacional, buscando adequar-se às resoluções votadas no V EN, se *autodissolve enquanto organização autônoma e passa a considerar-se simplesmente uma “tendência” petista*. Nesse caso, talvez mais do que em qualquer outro, a mudança da nomenclatura significa, de fato, uma mudança de conteúdo político, pois a adequação às resoluções convergia com as caracterizações e reorientações que vinham sendo elaboradas pela própria DS e pela corrente mandelista internacional.

Nacionalmente, conforme a DS ampliava sua “participação em instâncias executivas de direção do PT”, passava a tomar maior contato com “os vários setores que compunham a corrente majoritária” petista, o que trouxe mudanças àquela caracterização básica sobre essa ala.

Começamos a avaliar, por exemplo, que o peso de setores marxistas no interior da Articulação, principalmente referenciados na revolução cubana, mas também na revolução nicaraguense, era maior do que pensávamos. Não se tratava apenas de gente com origem em organizações de esquerda ou intelectuais marxistas, mas de gente que disputava posições em função de uma ideia de revolução. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 10.)

O autor não afirma que a caracterização anterior, de um *lulismo classista mas não revolucionário*, fora substituída por uma nova, que atribuisse ambas as características à ala majoritária na direção do PT. Seu texto expõe apenas a constatação do que seria uma “evolução bastante significativa” da maioria petista rumo a posições mais próximas de um programa revolucionário, sendo este um dos elementos empíricos que fundamentava certo grau de *otimismo* nos prognósticos da DS, além de justificar politicamente o empenho da corrente em manter a unidade do PT dirigido pela Articulação.

Internacionalmente, principalmente a partir do XIII Congresso do SU (1985), a *orientação política do SU*, como bem reconhece Machado, também passava por mudanças no sentido de “dar mais peso à ideia de um processo de recomposição do movimento revolucionário mundial”. Um dos esforços envolvidos nessa reorientação foi por reduzir o emprego do conceito de *centrismo*, ampliando a definição de quem seriam os “revolucionários” e buscando dar ênfase à construção de um programa revolucionário conjuntamente com esses outros setores.

Como interpretar a inflexão de 1985 na trajetória da DS? Em nossa opinião, não se trata apenas de uma guinada rumo a uma tática menos estreita ou sectária, mas sim de uma definição estratégica. A opção feita pela corrente ligada ao SU foi a de buscar pressionar o lulismo à esquerda, comprometendo-se a manter-se permanentemente “no mesmo barco” – o PT. Estava claro que o lulismo não apresentava um programa trotskista para o partido, mas as definições anticapitalistas votadas pelo PT na segunda metade dos anos de 1980, principalmente as resoluções sobre o socialismo votadas no VII EN e no I Congresso, seriam suficientes para que a DS considerasse que, mesmo dirigido pela Articulação, o PT se havia definido pelo “campo da revolução”.

Esta evolução à esquerda se deu num cenário nacional e internacional onde a definição ideológica pelo socialismo significava nadar contra a corrente. Por um lado, com as vitórias petistas nas eleições para as prefeituras de muitas cidades de grande porte em 1988, aumentava o peso da institucionalidade sobre o partido. Por outro, o avanço do neoliberalismo e a queda dos regimes estalinistas do leste europeu fomentavam um clima fúnebre para a utopia socialista. Nesse contexto,

torna-se mais compreensível que o estabelecimento de certos compromissos com os ideais socialistas, apoiados por “parte dos companheiros da Articulação”, tenha sido encarado com otimismo pela DS. “A possibilidade de defendermos posições juntos com eles ficou muito facilitada”, concluía Machado.

Um elemento fundamental para a compreensão das posições da DS torna-se explícito em praticamente todas as referências ao campo majoritário petista que aparecem nesse balanço. O texto sempre busca reforçar a existência de divergências no seio da Articulação, que à época do I Congresso já se encontrava dividida como nunca antes. Esta divisão não resultava apenas da “evolução à esquerda” de setores da maioria, mas também das pressões exercidas por uma ala que, de acordo com a leitura que fazia a DS, defendia posições socialdemocratas dentro do PT. Tais pressões pela definição de um programa e de práticas reformistas encontravam eco no que seria a direita da Articulação, mas teriam sua expressão mais bem acabada no bloco “Um Projeto Para o Brasil” (PPB), formado para disputar o I Congresso do PT, cuja composição e propostas serão comentadas adiante. Antes disso, retomaremos a discussão da relação estabelecida pela DS com o processo de *implementação* da regulamentação do direito de tendências.

3.8. A DS e a implementação da regulamentação.

Após o VII EN, em 1990, começa definitivamente o que viemos chamando de segundo momento da regulamentação do direito de tendências, no qual ocorre a *implementação* (seletiva) das normas aprovadas. Depois de votada uma resolução sobre o tema no V EN, já existiam bases institucionais para que fosse questionada a atuação das tendências com elevado grau de autonomia organizativa e política, mas quase três anos se passaram antes que as iniciativas mais radicais nesse sentido comesçassem a surgir. As possíveis explicações para esse intervalo, bem como as ações e declarações que trouxeram a questão de volta a tona foram recuperadas no Capítulo II. Aqui, deteremo-nos sobre as impressões e declarações da DS a respeito do processo iniciado no VII EM.

O principal elemento comemorado pela DS nas definições do VII EN foi a conquista da proporcionalidade regimental. Aprovada por consenso – depois de anos de duras polêmicas –, a inclusão no regimento do partido de disposição pela obrigatoriedade da proporcionalidade em todas as suas instâncias de direção era vista pela corrente mandelista como resultado da definição petista por uma concepção de partido que repudiava os modelos burocráticos e estreitos. Quanto à proposta de regulamentação das tendências aprovada pelo VII EN, que seria implementada logo em seguida, a DS

tecia comentários integralmente positivos:

Um destaque especial deve ser dado à regulamentação das tendências, que assumiu um caráter integrador das tendências em relação ao partido, levou em consideração o estágio de crescimento do PT e mesmo as muitas indefinições programáticas ainda existentes (o que implica em conferir também legitimidade a posições de tendências inclusive nos pontos de indefinição ou insuficiência partidária). Ao mesmo tempo, estabeleceu corretamente um corte entre diferenças no interior de um mesmo projeto estratégico de partido (as quais se expressam como tendências internas) e projetos globais de partido (que não se expressam como tendências mas como projetos concorrentes). (*Em Tempo*, nº 245, junho/1990, p. 2.)

O que é digno de nota nessa formulação é que nela já têm pesos equivalentes ambas as dimensões do processo de regulamentação: por um lado, a garantia da liberdade de expressão das diferenças; por outro a da necessidade de impor limites aos “projetos concorrentes” com o “PT estratégico”. Lembremos uma vez mais que a existência de grupos com outros “projetos globais de partido” dentro do PT era o ponto fundamental da argumentação de líderes como José Dirceu e Vladimir Pomar, favoráveis ao cerceamento de tais “projetos concorrentes” como parte fundamental da definição da unidade petista. A DS, que antes argumentava que a existência de tais agrupamentos dentro do PT era “meramente residual”, agora reconhecia a importância de distingui-los; e, se antes já considerava a Convergência Socialista como a “possível exceção”, era agora mais enfática:

A única questão ainda pendente [após o VII EN, no tema das tendências] é a situação da Convergência Socialista, que obteve um pré-reconhecimento do DN, condicionado a que neste mês que antecede sua conferência, comece a colocar em prática as decisões da regulamentação, como à aprovação, nesta conferência, da posição de adaptação do funcionamento de sua tendência aos termos da resolução. (*Em Tempo*, nº 245, junho/1990, p. 3.)

O caso da rejeição do registro de tendência da Causa Operária, no entanto, é o que mais chama atenção nesse momento: não é sequer mencionado nas páginas do *Em Tempo*. A Causa Operária era uma organização com vínculos internacionais fortes com o Partido Obrero argentino, dirigido por Jorge Altamira, que encabeçava outra fração da IV Internacional, a Coordenadoria pela Refundação da Quarta Internacional (CR-CI). No PT, era extremamente minoritária; sua exclusão não atingiu uma repercussão tão ampla quanto a da CS, dois anos depois, inclusive porque a base social da CO, do ponto de vista da penetração no movimento operário, estudantil e popular, era incomparavelmente menor. Mas, colocada a questão de princípio dos direitos democráticos das minorias, a rejeição do reconhecimento de um grupo inteiro como parte do PT, por pequeno que fosse, certamente merecia

comentários.

Queremos destacar aqui que a exclusão da CO, resultado da rejeição de seu pedido de registro, foi uma medida tomada *antes* da realização do VII EN, pela Direção Nacional. Em quais instâncias uma medida de tal magnitude poderia ser legitimamente adotada? Este seria um dos aspectos a serem problematizados pelo *Em Tempo* dois anos depois, quando também a CS foi excluída do PT, num processo caracterizado por muito barulho, e não pelo silêncio.

3.9. O I Congresso (1991) e as tendências.

Com a proposta de “revolucionar a organização do PT atual”, a DS publicou um resumo de suas posições para o I Congresso do PT por meio do artigo “Oito faces de uma revolução”, presente na edição nº 255 do *Em Tempo*. A tese assinada pela corrente, resumida no artigo, pretendia indicar os caminhos para uma renovação da organização de base do partido e de seus métodos decisórios internos, bem como da relação do PT com seus parlamentares e prefeitos, com seus filiados e com suas tendências. Além desses temas, tratava ainda das finanças e da formação política dos filiados, da integração das mulheres na vida partidária e nos órgãos de direção petistas, de um plano de jornal nacional para o partido e das responsabilidades do PT em nível internacional.

A DS apostava numa revitalização dos núcleos para superar os problemas na organização de base e nas relações de delegação de poder no partido. A proposta de redefinir a estrutura de tomada de decisões e funcionamento cotidiano do partido, tendo os núcleos como célula básica, e substituindo os Diretórios Municipais e Zonais por Coordenações regionais e setoriais de núcleos. Os Congressos e Encontros permaneceriam sendo as instâncias máximas do partido, responsáveis pela eleição de direções proporcionais; os delegados aos mesmos seriam eleitos a partir dos núcleos.

A corrente buscava complementar a proposta com a garantia de outros espaços de participação para aqueles filiados cuja nucleação não pudesse ser imediata e com plenárias regulares, abertas ao conjunto dos filiados, além de uma política de refiliação dos filiados antigos que haviam se afastado do partido. A questão dos núcleos é um dos melhores indicadores da distância entre as resoluções dos Encontros e a prática petista: quase todos os Encontros do partido aprovaram propostas no sentido de ampliar a nucleação dos filiados e afirmaram a necessidade de revitalizar os núcleos, transformando-os em organismos vivos, com peso sobre o partido. Apesar disso, os índices de nucleação decresceram ao

longo de toda a década de 1980, e medidas concretas de empoderamento dos núcleos não foram aprovadas. (AMARAL, 2010; COELHO, 2005.)

Quanto aos mandatos petistas, a DS defendia a concepção de que os mesmos pertenciam ao partido, de modo que os parlamentares deveriam ser encarados como “profissionais políticos do partido”. Embora considerasse necessário conceder alguma “margem de autonomia” às bancadas, afirmava que sua direção política deveria ser dada pelos organismos do PT. O caso das prefeituras era mais complexo, uma vez que pressupunha o diálogo com outras forças políticas que compusessem o governo, bem como a tarefa de “incorporar a participação popular”. Em todo caso, caberia ao PT “definir a orientação política geral” do mandato e participar da indicação dos nomes que ocupariam cargos de primeiro escalão, ficando ainda assegurada ao partido a última palavra em caso de divergências. (*Em Tempo*, nº 255, p. 12) De maneira similar ao que ocorria com o tema dos núcleos, a ideia de “mandatos do partido” não era nova; vigorava, inclusive, uma “carta de compromisso do candidato petista”, cuja importância a tese da DS ao I Congresso recomendava reforçar – uma vez que, em muitas ocasiões, não passara de letra morta.

A definição do direito de tendências e sua defesa, conforme aparecem nas propostas da DS ao I Congresso, guardam semelhanças com posições defendidas anteriormente pela corrente. Entretanto, começam a surgir algumas problematizações novas, e questões antes secundárias passam a entrar em foco. Vejamos:

O PT reconhece plenamente o direito de tendência, isto é, o direito dos filiados se organizarem para a defesa de posições no interior do partido. *As tendências são assim correntes de opinião* – provisórias ou permanentes, nacionais ou locais – que dispõem de meios para difundir suas posições. Devem, portanto ter um funcionamento transparente e explicitar para o conjunto do partido sua plataforma política”. (*Em Tempo*, nº 255, 1991, p. 13. O grifo é meu.)

Embora a definição não tenha um caráter restritivo, é interessante notar que a expressão *grupo de opinião* como síntese do caráter de uma tendência não aparecia em definições anteriores. Mas é na argumentação subsequente que se percebe uma alteração no foco do debate.

Defender o direito de tendência não significa postular o dever de tendência, ou seja, que todos os filiados devam se organizar em tendências ou que o partido seja compreendido como uma soma de tendências. *Muito menos significa legitimar a concepção que vê a estrutura partidária, o seu funcionamento, o seu sistema de decisões, girar em torno às tendências.* Além de reafirmar o princípio democrático do pluralismo político de opiniões no partido queremos um salto qualitativo na democracia e na unidade partidária. (*Em Tempo*, nº 255, 1991, p. 13. O grifo é meu.)

Nas argumentações da época do V EN, a defesa do direito de tendência era apresentada como decorrência do mesmo “princípio democrático” pluralista. Aqui, embora ele seja citado e a defesa do direito mantida, a DS sutilmente acrescenta outra dimensão à problemática: embora o direito de tendência decorra de um princípio democrático, a propagação das tendências pode, de fato, acarretar no empobrecimento ou na obstrução da democracia partidária, quando o funcionamento do partido e sua estrutura decisória passam a “girar em torno das tendências”.

Essa preocupação, que já fora formulada por Dirceu e Pomar em 1987, não é incidental no texto de 1991 da DS. Pelo contrário; as cinco propostas apresentadas pelo texto para o tema das tendências se orientam a partir da tensão “tendências x unidade partidária”:

- a. Os congressos partidários devem ser organizados tendo como ponto de partida os textos e propostas aprovados na direção partidária e não a partir das contribuições das diversas correntes, como ocorreu no 1º Congresso.
- b. Os petistas que atuam no movimento sindical devem ter como referência para sua prática as diretrizes gerais partidárias definidas, e não como ocorre hoje a dinâmica de sua fração específica no movimento sindical.
- c. A definição dos candidatos e o encaminhamento de candidaturas nas eleições proporcionais devem ser feitas basicamente a partir das definições e encaminhamentos partidários comuns e democraticamente deliberados, e não a partir dos interesses e recursos próprios das diversas tendências e grupos.
- d. O PT reconhece a existência de tradições/identidades teóricas internacionais, mas exige que as relações internacionais decorrentes sejam legitimadas pela prática partidária, *não configurem duplo centralismo, sejam transparentes e formalmente controladas pela direção* e se configurem nos marcos da política de relações internacionais do partido.
- e. A imprensa das tendências e grupos é instrumento interno e voltado ao debate partidário. Não pode se constituir em instrumento alternativo aos do partido na orientação política dos filiados e nem concorrer com a imprensa partidária que deve ser assumida por todos os petistas igualmente.” (*Em Tempo*, nº 255, 1991, p. 13. Grifo meu.)

Anteriormente, a hierarquia estabelecida pela DS fora a de responsabilizar a direção partidária pela garantia dos direitos das tendências; conforme a direção fosse capaz de assegurar mais democracia interna, mais viável se tornaria a unidade partidária. Aqui, quatro anos depois, essa hierarquia não é clara. E mais; pela disposição dos argumentos e pelas propostas que os materializam, entende-se que as tendências podem ser elas próprias os principais obstáculos à democracia partidária, atentando contra os direitos dos filiados não organizados em tendências e contra a unidade do PT – representada pela sua direção. A inversão da hierarquia pode não ser completa ou consciente, mas está inequivocamente

sugerida.

Ainda que várias das críticas que pudessem pesar sobre as “tendências organizadas” da esquerda partidária fossem extensíveis a todas as correntes petistas (inclusive à própria DS!); e ainda que consideremos que, de maneira implícita, tais críticas estivessem direcionadas prioritariamente às práticas da Articulação, escapa dessas formulações um elemento fundamental: os grupos minoritários estavam vulneráveis a efeitos da regulamentação aos quais a corrente majoritária podia se furtar. As intervenções de 1987 buscavam lidar com essa especificidade, priorizando a crítica explícita da ala majoritária e responsabilizando a direção pela tarefa de assegurar o direito de expressão das minorias; o texto de 1991, por outro lado, dá ênfase à defesa das linhas aprovadas na direção como expressão da unidade partidária, sem destacar que há uma tendência organizada que é majoritária nessa direção e que também é responsável pela polarização do partido.

A proposta “d”, em específico, pesava sobre os agrupamentos trotskistas de maneira decisiva. A questão do “duplo centralismo” remetia à possibilidade de choques entre as orientações petistas e a das correntes internacionais às quais os trotskistas do PT estavam ligados (LIT, no caso da CS; QI-CIR, no da OSI-OT). Embora a DS ainda mantivesse vínculos com o SU, após sua “autodissolução” enquanto organização, pelo menos aparentemente, tais vínculos não poderiam gerar uma situação de “duplo centralismo”, uma vez que a DS optara expressamente por se assumir enquanto tendência petista. *Este era um dos pontos em que a corrente mandelista não se encontrava mais constrangida a uma posição defensiva.*

Lembremos que em 1987, embora já em menor medida que as demais “tendências organizadas”, a DS ainda mantinha um grau de autonomia demasiado alto – configurando, portanto, um “alvo” das propostas de regulamentação. A partir daí, ao mesmo tempo em que buscava “se dissolver enquanto organização”, isto é, aprofundar sua própria integração ao PT, (o que incluía demonstrar níveis consideravelmente mais altos de subordinação à direção partidária que os das demais correntes trotskistas), a DS consolidava seu peso político no partido, (tanto pelo mandato parlamentar de Pont quanto pelos espaços institucionais internos que passava a conquistar) e se pode considerar que em algum momento antes de 1990 a corrente já havia encontrado um ponto de estabilidade. Os setores que encabeçaram a pressão pelas expulsões dos “partidos dentro do partido” não mais identificavam a DS como um dos grupos que deveriam ser excluídos. Pelo contrário: nesse novo cenário, que se consolida entre 1990 e 1991, a corrente mandelista passa a integrar o campo daqueles que cobravam adequação das tendências que mantinham graus elevados de autonomia.

3.10. Interlúdio: Um Projeto Para o Brasil, muitos para o PT.

Como parte dos debates pré-congressuais, o nº 255 do *Em Tempo* publicou uma extensa crítica da tese “Um Projeto Para o Brasil”. Vale a pena recuperar alguns elementos da caracterização apresentada pela DS a respeito do PPB para compreender como a corrente mandelista enxergava os alinhamentos entre os setores do partido, bem como a natureza da disputa política no I Congresso.

Para a DS, o “rápido processo de abandono e crítica do marxismo por parte da tendência ‘Nova Esquerda’”, cujo principal expoente era o deputado José Genoino, catalizava “outros processos de deslocamento político”, que confluíam para as posições defendidas na tese, até então difusas no partido. Além de diversos membros da Articulação, que conciliavam a assinatura do PPB com a permanência na corrente majoritária, os principais setores aglutinados em torno da tese eram a ala da tendência Vertente Socialista encabeçada por Augusto de Franco, o grupo Democracia Radical/RJ (que contava com Carlos Nelson Coutinho), o “PT Vivo”, que tinha forte presença na administração do município de São Paulo, e militantes oriundos da Igreja, referenciados em Plínio de Arruda Sampaio e Irma Passoni, que se afastavam daquelas “posições mais características da Teologia da Libertação” que haviam defendido anteriormente. (*Em Tempo*, nº 255, 1991, p. 7.)

As principais bases de sustentação desse bloco eram, portanto, seus parlamentares, administradores de gestões petistas e intelectuais; sua fraca implantação no movimento sindical era evidenciada pelo baixo número de delegados signatários da tese eleitos para o IV Congresso da CUT, também realizado em 1991. No entanto, pela capacidade de expressão pública das figuras que reunia, a tese teve uma influência política sobre o rumo dos debates congressuais bastante superior à sua penetração na classe trabalhadora ou mesmo na base filiada.

De modo geral, os signatários do PPB representariam um setor do partido que se encontrava em confronto com o classismo e com o marxismo, refletindo as pressões da conjuntura desfavorável aberta com o colapso do estalinismo e com a ofensiva ideológica burguesa a partir das ideias de “fim do socialismo” e “vitória” dos modelos de livre mercado. Sendo assim, a principal característica política do PPB destacada pela DS era o esforço da tese por apontar caminhos ao socialismo que pudessem prescindir da ideia de revolução. Em substituição a uma estratégia revolucionária (ou, nos termos da tese, uma “concepção 'explosiva' de revolução”), a construção socialista preconizada pelos signatários do PPB se apoiaria fundamentalmente em reformas promovidas pelo Estado, acompanhadas por outras “de cunho intelectual e moral”. A crítica da DS ao cerne dessa formulação merece ser reproduzida:

O que é socialismo? Para o PPB, o socialismo “é aprofundamento da democracia” (parágrafo 14), associado ao autogoverno da sociedade, sua autoorganização e a rejeição de qualquer tipo de ditadura. O problema desta formulação aparentemente correta é o termo *aprofundamento* e não *conquista, ruptura, salto de qualidade*, porque o tipo de democracia que caracteriza o socialismo (autogoverno baseado na autoorganização da sociedade) não existe hoje nem mesmo de forma embrionária. Ou se trata de uma formulação equivocada ou o ponto de partida para o socialismo é, na visão do PPB, a democracia hoje estabelecida, liberal-representativa, que nada tem a ver com autogoverno e autoorganização. (*Em Tempo*, nº 255, 1991, p. 8.)

Em termos programáticos, o principal problema apontado pelo *Em Tempo* nas formulações do PPB é sua imprecisão quanto ao que deve ser destruído na institucionalidade democrático-burguesa e o que pode ser simplesmente transformado. Esta imprecisão se articula com a centralidade dada na tese à conquista do governo central, do Executivo de Estado, sugerindo que a tarefa da esquerda seria conquistar o Estado burguês e reformá-lo “por dentro”, numa perspectiva bastante aparentada daquela elaborada pela socialdemocracia europeia, de quem o PT sempre afirmara se diferenciar.

Por fim, também quanto à concepção de que tipo de partido deveria ser o PT, a DS se opunha ferrenhamente ao PPB. Para a corrente mandelista, ficava evidente pelas posições defendidas na tese que seus signatários defendiam um PT que “não é dirigente, não intervém nos movimentos, não representa interesses de classe (...) [mas sim] um partido de indivíduos que estabelecem uma interlocução com a sociedade”. Na opinião da DS, a *ruptura*, conceito inexistente na doutrina da construção do socialismo apresentada pelo PPB, serviria muito bem para explicar o conteúdo da proposta contida na tese: “uma ruptura com tudo que o PT já acumulou na discussão sobre construção partidária, que nos dá a dimensão da sua assimilação das formulações liberais também neste plano e do que estes setores do partido estão falando quando levantam a ideia de refundação do PT”. (*Em Tempo*, nº 255, 1991, p. 9.)

3.11. As conquistas do I Congresso, segundo a DS.

O I Congresso ocorreu durante o período que pode ser considerado o prelúdio da expulsão da Convergência Socialista (CS), inaugurado com o encaminhamento do registro das tendências na reunião do DN de 20 de maio de 1990, às vésperas do VII EN. Como sabemos, a Causa Operária não teve seu registro aceito, mas a CS obteve do VII EN um “pré-reconhecimento” da validade de seu registro, condicionado à sua adequação à resolução sobre tendências. A questão se arrastou pelo período seguinte, e em dezembro de 1991, quando a DS publicou o artigo “As Conquistas do I

Congresso” no nº 256 do *Em Tempo*, já estava instaurada entre a militância do PT a sensação de que a expulsão da Convergência era questão de pouco tempo.

Em “As Conquistas...”, João Machado parte de considerar equivocadas as “interpretações” que surgiam do I Congresso na “grande imprensa e nas publicações de correntes do PT como a Convergência Socialista”. Distanciando-se dessas interpretações, baseava-se no fato de que, mesmo num momento de ofensiva ideológica da direita, o I Congresso esteve centrando na discussão do socialismo, o que demonstrava a “vitalidade do PT como partido classista e socialista”. De saída, esse motivo já indicava que o I Congresso deveria ser considerado “como uma grande vitória para os socialistas”. O texto saudava o avanço na participação feminina no Congresso, passando em seguida a uma caracterização das posições aprovadas sobre o socialismo e a conjuntura internacional. Estas posições, via de regra já contidas na tese-guia que a Articulação apresentara ao Congresso, eram fundamentalmente corretas e armavam bastante bem o partido para a disputa política, de acordo com Machado. O autor destaca que, nesse ponto em específico, os conteúdos aprovados pelo Congresso se distanciavam das elaborações do PPB, tão criticadas pela DS no período pré-congressual, que consideravam a conjuntura como sendo de “avanço da democracia”. (*Em Tempo*, nº 256, 1992, p. 3.)

Machado comemora o aprofundamento das definições do “socialismo petista”, através da dupla negativa “nem estalinismo, nem socialdemocracia”. Aponta ainda que o I Congresso reconhecia uma “contraposição entre o estalinismo e as concepções iniciais da revolução russa, com uma valoração positiva desta e uma caracterização do estalinismo como fruto de uma contra-revolução”. Mas uma confusão teórica teria sido introduzida com a aprovação de uma emenda proposta pelo PPB e incorporada pelo documento aprovado pelo congresso, que negava a “ditadura do proletariado”, e na prática acabava por reduzir esse conceito “à sua interpretação estalinista”. (*Em Tempo*, nº 256, 1992, p. 3.)

O debate congressual sobre tema da “construção partidária”, na opinião da DS, teria ficado excessivamente centrado sobre o direito de tendências, indício de que a questão permanecia candente. Acompanhemos sua síntese, conforme a formulação de Machado:

Na questão das tendências – a votação mais dividida do Congresso – venceram os partidários de um PT plural e democrático, que não quer ser uma federação de frações, e no qual as tendências são correntes que podem se organizar no interior do partido para defender suas posições. Isto não foi uma novidade: trata-se de uma concepção já presente na regulamentação aprovada em 1990, agora apenas mais explicitada (em particular, na regulamentação das relações internacionais) e enfática na ideia de desbloqueamento do partido”. (*Em Tempo*, nº 256, 1992, p. 3.)

É necessário frisar que a DS permaneceu dando prioridade à ofensiva contra os setores que identificava como a direita partidária. É nesse sentido que Machado relaciona o tema do controle dos mandatos com os princípios de unidade e disciplina partidária.

(...) O crescimento dos meios de expressão, dos recursos e da audiência pública devem ser acompanhados de um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina e de maior controle partidários”. Se isto for aplicado será um grande avanço, pois, infelizmente, o que mais tem faltado a alguns de nossos parlamentares é justamente este sentido superior (...), como ficou claro nas declarações e artigos na Folha de S. Paulo e no Jornal da Tarde, entre outros, dos deputados José Genoíno, Eduardo Jorge e Paulo Delgado atacando de forma tortuosa o resultado dos Encontros Estaduais em que foram derrotados. (*Em Tempo*, nº 256, 1992, p. 3.)

Em todo caso, a avaliação geral das resoluções aprovadas era a de que os avanços na concepção do socialismo permitiam falar em um PT “até mais definido à esquerda que antes”. Os avanços eram mais tímidos no que se referia aos desafios de resistir às pressões para a integração do partido nos aparatos do Estado burguês e de apontar uma estratégia para enfrentar a crise política brasileira e a política econômica do governo Collor.

Um dos pontos mais comemorados pela DS foi a dinâmica de recuos e o desempenho modesto do “Projeto para o Brasil”. Se a princípio os signatários daquela tese tinham a elevada pretensão de disputar com a Articulação qual seria a tese-guia do Congresso, acabaram aprovando poucas emendas, e fracassando em polarizar os delegados que apoiavam a Articulação, o PPB obteve apenas 12% dos votos dos delegados. Mas essa derrota da ala direita do partido não significava a redução de seu peso político no PT: permaneciam tendo influência sobre setores da Articulação, além de figuras públicas de expressão e acesso à grande imprensa.

A esquerda partidária também não escapava às críticas de Machado. O dirigente da DS avaliava negativamente a dinâmica “extremamente sectária” apresentada no congresso pela Convergência Socialista, “seguida por outras correntes menores e em geral pelo O Trabalho”.

Desde o início do processo do Congresso a CS vem caracterizando o PT como majoritariamente social-democrata, e elaborou uma tática de “unidade das esquerdas” para atingir 40% do Congresso e enfrentar a Articulação e o PPB tomados como um bloco. Na questão das tendências, aferiu-se à defesa do seu “direito” de atuar o mais possível como uma fração pública do PT e em não apostar na construção do partido, mas sim na sua própria. (*Em Tempo*, nº 256, 1992, p. 4.)

Diante dessa postura, restava à DS “forçar para que a CS e as outras correntes que se somaram a esta dinâmica revejam sua posição”. (*Em Tempo*, nº 256, 1992, p. 4) Em todo caso, a tônica do congresso era dada pelo esforço da DS e de outros setores, incluída a “maioria dos companheiros da Articulação”, em fazer avançar a “linha do PT classista, socialista, revolucionário e democrático”. De acordo com Machado, eram esses setores que compunham a “esquerda real do Congresso”, cuja interação apontava a “possibilidade de uma recomposição da direção do partido para aprofundar seu projeto”. Esse prognóstico otimista seria aprofundado no decorrer do período seguinte, e teremos oportunidade de tornar a falar das divisões na Articulação, nas quais se baseava a estratégia da DS.

3.12. A DS e a expulsão da Convergência Socialista.

A edição nº 259 do *Em Tempo* traz o artigo “Os impasses do PT”, onde José Correa apresenta críticas mais incisivas aos resultados do I Congresso. Correa aponta a ausência de uma discussão estratégica socialista para fazer frente à ofensiva liberal como uma “vitória da direita do partido”. Além disso, problematiza o fato de que a direção partidária não havia sido renovada no I Congresso, que simplesmente prorrogou o mandato dos membros do DN. Desse modo, na avaliação de Correa a composição da direção partidária não mais correspondia à atual correlação de forças entre os setores que o compunham: o PPB continuava com 20% dos cargos no DN, embora tivesse obtido o voto de apenas 12% dos delegados no congresso; a Articulação permanecia tendo maioria absoluta na direção, embora tivesse 46% dos votos dos delegados. Tais desequilíbrios, somados à ausência da discussão de temas centrais de estratégia e construção partidária, na opinião de Correa, permitiam afirmar que o PT pouco havia mudado depois de seu primeiro congresso – um balanço significativamente menos positivo que aquele defendido no *Em Tempo* quatro meses antes. (*Em Tempo*, nº 259, 1992. p. 3.)

Em maio de 1992, a DS falava em uma “crise profunda de direção” no PT. Sob vários aspectos, a direção partidária encontrava-se paralisada. O principal deles estava na questão da crise do governo Collor: embora a resolução de conjuntura do I Congresso não definisse claramente a “contestação do mandato de Collor como eixo globalizador da atuação do PT” - outra das insuficiências do congresso, segundo Correa –, ao menos aprovara um claro plano de lutas contra o governo. Mas nada fora feito até então para efetivá-lo. A tática proposta pela DS para enfrentar Collor durante 1992 será objeto de nossa atenção adiante; por ora, resta identificar como se relacionaram, na visão da DS, a “crise de direção” petista daquele período e a expulsão da CS.

Para Correa, a exclusão de uma corrente a partir de uma deliberação do DN expressava, em primeiro lugar, um problema democrático.

... se essa era a posição majoritária do DN, ela poderia ser indicada para o debate nos encontros estaduais e para deliberação no 8º Encontro Nacional. Afinal, trata-se da exclusão de uma corrente que participa do PT desde a sua fundação e que ninguém nega que tenha peso: são centenas de militantes experientes e com uma importante implantação, principalmente sindical. (*Em Tempo*, nº 259, 1992. p. 4.)

Correa colocava-se contra uma saída *administrativa* para os atritos entre a CS e a maioria da direção, uma vez que, por antigos que fossem os conflitos gerados pela postura da corrente morenista, eles “sempre puderam ser tratados politicamente”. Contudo, é interessante notar que Correa identifica o “problema democrático” não no conteúdo excludente da medida adotada pelo DN, mas sim na instância onde ela foi deliberada.

O segundo aspecto da crítica de Correa à exclusão tem a ver com o fato de que, em si, a medida já era uma expressão da crise de direção petista. Para o autor:

... a decisão do DN tem que ser criticada também do ponto de vista de sua eficácia e do que ela revela de incapacidade deste organismo como a direção política que deve zelar pelos interesses estratégicos da construção do partido. A CS passa hoje pela maior crise de sua história, crise que é também de sua corrente internacional e que já resultou na divisão do MAS, na Argentina. Ela está profundamente dividida sobre a posição a adotar frente ao partido, em parte como resultado do combate político travado pelo partido contra as posições mais sectárias nela existentes. Na hora em que esse processo poderia amadurecer e explicitar com mais clareza estas diferentes posições, a decisão do DN consegue a façanha de unificar o conjunto da CS em torno das posições mais sectárias presentes nesta corrente. (*Em Tempo*, nº 259, 1992. p. 4.)

Ainda no nº 259, o *Em Tempo* trazia um artigo dedicado especificamente à questão da exclusão. Assinado por Joaquim Soriano, o texto “Perigo: Convergência Socialista fora do PT” desenvolvia a argumentação iniciada por Correa, buscando pôr ênfase no equívoco representado pela decisão tomada pelo DN, cuja dureza, segundo Soriano, não tinha precedentes. Faziam parte da resolução aprovada por maioria no DN, na reunião dos dias 8 e 9 de maio de 1992, além da suspensão do direito de tendência à Convergência, o desligamento dos membros da organização das instâncias de direção e bancadas petistas, e o encaminhamento de discussões com os membros da tendência sobre sua opção pela CS ou pelo PT.

Para Soriano, a decisão do DN decorria da postura da própria CS, que já havia afirmado que não

acataria as resoluções do I Congresso, e aprofundava uma dinâmica de conflitos públicos com o partido. No entanto, isto não tornava a decisão do DN menos perigosa. De acordo com Soriano:

... nosso critério básico para decidir um encaminhamento não deve ser o que diz a CS apenas, mas sobretudo o interesse geral do PT. A posição mais correta teria sido tratar os conflitos que têm acontecido de acordo com o regimento interno em vigor (ou seja, encaminhar os casos para as comissões de ética, para julgamento e definição das sanções cabíveis – o que, evidentemente, deve ser feito para todos [que rompam com a disciplina partidária], e não apenas para militantes da CS) e fazer uma discussão com mais tempo da situação de conjunto da CS. (*Em Tempo*, nº 259, 1992, p. 8.)

A referência à “situação de conjunto da CS” remete à crise pela qual passaria a corrente, reflexo da crise internacional da LIT, que culminara na explosão do MAS argentino. Comentaremos esse processo no Capítulo IV, no qual se aborda a luta política em torno do tema das tendências a partir do ponto de vista da CS. Em todo caso, de acordo com a DS, a crise da corrente excluída era um fator que a direção petista não soubera aproveitar. Os representantes da CS no DN, segundo Soriano, haviam enfatizado que, para eles, a prioridade era manter a unidade da Convergência, mas alegavam também que, devido à crise, não tinham “condições de centralizar sua intervenção, que muitas coisas que são realizadas por membros da tendência não correspondem a uma orientação geral”. (*Em Tempo*, nº 259, 1992, p. 8.) Este elemento ganha importância na visão da DS, que aventava a possibilidade de manter pelo menos uma ala da CS no PT, caso o debate prosseguisse sem a adoção precipitada de medidas extremas.

Na reunião do DN que aprovou a exclusão da CS, os morenistas defenderam conjuntamente com os representantes da Tendência Marxista e de O Trabalho uma proposta alternativa de “Resolução sobre a disciplina no partido”, encaminhada por Markus Sokol, ligado à tendência lambertista. De acordo com o texto proposto pelo representante de O Trabalho, as “tendências centrífugas no PT” não se expressavam apenas nas ações da CS, mas em primeira instância, nas posturas das bancadas parlamentares e dos prefeitos petistas, bem como no movimento sindical e popular. Tais tendências, segundo Sokol, eram resultado da orientação global adotada no DN, que não dava respostas aos problemas políticos mais urgentes; nessa situação, a adoção de medidas disciplinares só poderia multiplicar os conflitos e agravar a crise partidária:

... a verdadeira consequência das representações contra a CS, emanadas da Executiva Nacional e apresentadas agora ao DN, revela-se plenamente quando elas não apresentam quaisquer medidas contra aqueles parlamentares ou dirigentes que se pronunciam publicamente pela grande imprensa repetidamente em contradição com certas decisões partidárias, quando não atacam abertamente estas decisões. Não por acaso, essa grande

imprensa hoje uiva na expectativa das medidas disciplinares que se anunciam. (*Em Tempo*, nº 259, 1992, pp. 8-9.)

Ainda segundo Sokol:

O caminho mais consistente para reforçar a coesão partidária, colocando os eventuais problemas disciplinares no modesto lugar que tais problemas devem ter num partido socialista de massas como o nosso, hoje é o de aprofundar o debate político de modo a gerar uma síntese superior na orientação capaz de tirar o partido da crise atual. (*Em Tempo*, nº 259, 1992, p. 9.)

A proposta Sokol é criticada por Soriano porque “desconhece o tema que está, de fato, em disputa”. No entanto, o militante da DS incorpora a maioria dos argumentos de que se vale Sokol. Apenas quanto à comparação entre a indisciplina da CS e a dos parlamentares e dirigentes petistas é que Soriano busca se distanciar, afirmando que, embora as declarações de figuras públicas petistas ressoem mais na sociedade que a indisciplina da corrente morenista, seria equivocado ignorar que a CS era um grupo de militantes “que procura agir de acordo com ideias e projetos políticos”. Portanto, se a posição da maioria do DN era errada e precisava ser revertida, também era necessário que a Convergência Socialista *quisesse* permanecer no PT. (*Em Tempo*, nº 259, 1992, p. 9.)

Falando em nome da DS, Soriano avalia:

Do nosso ponto de vista as diferenças que a Convergência apresenta no nº 329 do Convergência Socialista, datado de 1º de maio [de 1992], com relação à direção do PT, são absolutamente insuficientes. Estas diferenças, aliás, são apresentadas como os motivos pelos quais a Articulação quer expulsar a CS do PT: o “Fora Collor” já; a política de alianças; o que eles chamam de pacto com os patrões e o socialismo. Sem contar que escrevem como posição da direção do PT, o que não é. Nos quatro pontos mencionados, citam declarações de dirigentes do PT e da CUT e não, por exemplo, o que foi aprovado pelo 1º Congresso. (*Em Tempo*, nº 259, 1992, p. 9.)

A opção da CS pelas declarações dos dirigentes (em detrimento das resoluções congressuais) como definidoras do caráter do PT de então não era fortuita. Para além das insuficiências do I Congresso, que a própria DS começava a reconhecer e que eram muito mais graves na avaliação da CS, interessava aos morenistas ressaltar ao máximo a distância entre o que chamavam de “PT das origens” e as práticas correntes de sua ala majoritária. Mas, mesmo para a DS, que identificava avanços a partir do V EN, tanto nas definições socialistas quanto na regulamentação do direito de tendências, já ficava evidente a distância entre os debates e deliberações congressuais e as práticas petistas

A tônica da interpretação tecida pela DS acerca da exclusão da Convergência é a de uma dupla

crítica. Hierarquizada por um princípio democrático, reforça constantemente o equívoco e a responsabilidade do DN, de quem se esperava uma “visão mais abrangente, generosa e construtiva”, que poderia ter ainda o mérito de “ganhar militantes valorosos pra a efetiva construção do partido”. A postura “apressada e sectária” da direção, que reproduzia a lógica de que “a CS já teve a sua chance”, de acordo com Soriano, “só se compara às posições sectárias existentes dentro da própria CS”, a saber, a daqueles militantes morenistas que *preferiam* sair do PT. Este é o segundo aspecto da crítica, no qual a DS problematiza as posturas da CS, reafirmando suas convicções pela necessidade da unidade partidária, e colocando para a Convergência a seguinte questão: “Vale a pena estar dentro do PT, disputar posições dentro do PT? Ou prefere sair do PT e construir outro partido?” (*Em Tempo*, nº 259, 1992. p. 9.) De fato, CS e DS responderam ambas a esse mesmo questionamento, cada uma a partir de suas próprias opções políticas. Em maio de 1992, os caminhos das duas principais correntes do trotskismo brasileiro estavam definitivamente separados.

3.13. A Democracia Socialista e o “Fora Collor”.

O debate sobre a crise política do governo Collor desenvolvido pelo PT em seu I Congresso, bem como o plano de oposição ao governo por ele encaminhado eram, conforme vimos, avaliados como insuficientes pela DS. Em abril, a palavra de ordem “Fora Collor!” já era tema de um debate incontornável: é nesse sentido que a corrente mandelista afirmava que não haver definido claramente a “contestação do mandato de Collor como eixo globalizador da atuação do PT” fora um dos problemas do congresso. (*Em Tempo*, nº 259, 1991, p. 3.)

Acompanharemos a maneira pela qual a DS buscou disputar os rumos da política petista nesse contexto por considerarmos que ela é emblemática da opção pela *manifestação de divergências dentro dos limites estabelecidos pela regulamentação*. Além disso, permite que vislumbremos em que medida a estratégia de “movimento em pinça” começava a influir sobre as táticas da DS, a partir da avaliação do papel que poderiam cumprir as instituições do regime democrático-burguês nesse caso concreto. A partir disso, teremos uma base mais sólida para efetuarmos a comparação com as concepções e táticas escolhidas pela CS, e que acarretaram na sua exclusão.

A crítica da DS à “Resolução de Julho” do DN, sobre a tática da qual o partido deveria se utilizar para enfrentar o governo Collor, é exemplar de uma atuação que buscava exprimir a adequação da tendência à regulamentação, postura que buscou adotar desde o V EN e que havia reafirmado no I

Congresso. A nota da DS, publicada sob o editorial do *Em Tempo* nº 260 (julho/1992), parte da afirmação do mérito da resolução do DN, “de fazer o partido se reencontrar com seu papel de oposição radicalmente democrática ao governo”, ao traduzir o anseio popular pelo *impeachment* na bandeira “Fora Collor”. Tal e qual a resolução, a nota não aponta diretamente os limites da CPI, ou os da “constitucionalidade”; em outra matéria da mesma edição, “Depois do fim, o que?”, assinada por Carlos Henrique Áraabe, a própria instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito é definida como uma vitória petista, uma vez que “a firme atuação do PT” no sentido de exigir a CPI teria sido o obstáculo que “impediu que a disputa de quadrilha, no interior do círculo mais íntimo do governo, fosse resolvida nos moldes tradicionais”. (*Em Tempo*, nº 260, 1992. p. 4.)

Voltando à nota da DS sobre a “Resolução de Julho”, percebe-se que o texto busca indicar a permanência de polêmica dentro do Diretório Nacional, em torno de um tema constitucionalmente incontroverso: “A polêmica principal foi se o partido já deveria assumir a defesa da convocação de eleições presidenciais”. Em seguida, complementa:

Os que defenderam a perspectiva de luta por eleições, acreditam que devemos manter a aliança partidária e o objetivo de criminalizar Collor na Câmara dos Deputados, mas temos que apresentar para a sociedade a nossa alternativa ao pós-Collor. Pois a posse do vice, só pode ser tida como provisória, uma vez que o governo Collor é ilegítimo desde as eleições e a alternativa é a nossa, democrática e popular. (*Em Tempo*, nº 260, jul/1992, p. 3)

Além dos traços “estilísticos”, como o uso da segunda pessoa do plural (“devemos manter”, “temos que apresentar”), o próprio desenho de uma política mais arrojada, que apresenta uma “alternativa (...) *nossa, democrática e popular*”, indicam não apenas a demarcação de diferenças com a resolução aprovada, mas as possibilidades de participação ativa e de disputa sobre os rumos do partido *mantendo sua atuação unitária* – traços característicos da linha e da caracterização da DS sobre o PT. Também vale destacar que a expressão “democrático e popular” como síntese do programa petista, tomada como insuficiente pela DS em 1986, em 1992 era incorporada no uso corrente sem maiores problematizações, justamente com o objetivo de salientar a unidade, a “*nossa alternativa*”.

Um argumento do qual a DS lança mão para fundamentar a viabilidade de eleições imediatas, o da *ilegitimidade do governo Collor desde as eleições*, acaba por aproximá-la da linha que foi implementada pela Convergência Socialista, bem como por outros grupos que aderiram ao Fora Collor muito antes da resolução de julho do DN. O mesmo argumento acaba aparecendo sob outra roupagem no já citado artigo de Áraabe, “Depois do fim, o quê?”:

... é possível entender porque não se formou ainda uma vontade popular, majoritária e ativa, que exija o fim imediato de um governo que já não existe. As razões não residem propriamente numa ‘insuficiência de provas’. As demonstrações e evidências de responsabilidade de Collor já liquidaram qualquer credibilidade, que é a condição mínima para se defender. O problema está muito mais na insuficiência das saídas para o pós-Collor. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 4.)

A conclusão lógica desse argumento poderia muito bem ser a de que a CPI não deveria ser superestimada na estratégia petista – se não por sua heterogeneidade, ou por quaisquer outros limites que pudessem caracterizar a CPI, pelo menos porque o cerne da crise política, reconhecia a DS, não passava por comprovar a culpa de Collor, mas por consolidar uma “vontade popular, majoritária e ativa” e canalizá-la para uma “alternativa”. Mas o texto de Árabe não se presta a confusões:

Esta ideia não significa que o PT deva arrefecer o trabalho na CPI ou retirar o foco de atenção de Collor. Ao contrário. A extensão e a profundidade das evidências que comprovam a responsabilidade de Collor podem produzir fatos mais explosivos ainda. E isto não acontecerá se o PT não estiver à frente dos trabalhos da CPI. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 4.)

A questão com a qual se debatem os militantes da DS nesse momento tem contornos nítidos: buscam uma maneira de conciliar, por um lado, a posição majoritária no partido e aprovada pelo DN, de que o “afastamento e a sucessão devem se dar nos marcos constitucionais”, o que conduziria à posse de Itamar, e por outro, a necessidade de apresentar uma alternativa legítima e radicalmente oposta à política econômica neoliberal, verdadeira responsável pelo repúdio crescente das camadas populares a Collor. A posse de Itamar significaria a continuidade do governo Collor “sem Collor”, com a mesma política econômica e a mesma ausência de legitimidade. Resultava que o melhor cenário para a apresentação da alternativa petista, na opinião da DS, seria o da convocação de novas eleições:

... a luta democrática – e a legitimidade que conquistamos para dirigi-la nos dá condições de ter ousadia – não pode se deter numa apuração radical da corrupção e na responsabilização de Collor. É preciso ser igualmente radical na defesa das saídas mais democráticas, o que remete à defesa de novas eleições presidenciais e de um novo governo para o país. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 4.)

O *Em Tempo* também publicou uma avaliação elogiosa da “Vigília pela Ética na Política”, realizada em 23 de junho de 1992 no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, por iniciativa conjunta da CNBB, OAB, entidades de pesquisa, centrais sindicais e partidos políticos da oposição ao governo Collor. A DS caracterizava a iniciativa como “um bom começo”, ressaltando que representava um esforço por demonstrar à opinião pública que “a CPI não se esgota numa briga parlamentar”. Bastante afinado tanto com a linha do DN do PT quanto com o estilo discursivo do Movimento *Ética*

na *Política*, o artigo de Raul Pont frisa que a Vigília estaria “resgatando a ética, a moralidade e o respeito à coisa pública na administração”. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 4.)

No mesmo artigo em que comenta a Vigília, assinado por Raul Pont, a DS reafirma mais um aspecto da linha votada na reunião de julho pelo DN, o de que também a renúncia do presidente significaria uma vitória do movimento de massas. Segundo o artigo, a bandeira “Renúncia já!” unificava outras forças presentes nas mobilizações de rua, com as quais era necessário garantir ações comuns, ampliando a pressão sobre Collor. A eventual renúncia do presidente era encarada como um cenário superior ao do prolongamento das tramitações entre Congresso e Senado por vários meses. Pont é enfático: “o país não aguenta mais meio ano de desgoverno”. (*Em Tempo*, nº 260, 1992, p. 4.)

Nesse sentido, toda a política da DS para o momento da definitiva adesão petista ao “Fora Collor!” envolvia vincular o prosseguimento da luta institucional via CPI com a ampliação das mobilizações de rua, no que não se diferenciava da posição do DN; mas a intenção de antecipar o calendário eleitoral, apresentada pela corrente como a melhor resposta para a crise, embora apareça o tempo todo nas páginas do *Em Tempo*, não se traduz em palavras de ordem ou chamados para a ação. Aqui se encontra a principal diferença em relação à tática da qual lançou mão a Convergência, conforme detalharemos no próximo capítulo.

3.14. DS: Elementos para uma análise estrutural.

A seguir, tentaremos descrever as características estruturais da tendência Democracia Socialista durante os anos de 1980 e no começo da década seguinte, a partir das categorias analíticas elaboradas por Sartori (1982) para o tratamento das subunidades partidárias. Embora compartilhem da preocupação exposta por Boucek (2009) quanto aos limites de uma abordagem estrutural – motivo pelo qual buscamos efetuar também uma análise da dinâmica das relações entre as correntes petistas, bem como um acompanhamento histórico de suas concepções programáticas e táticas – acreditamos que o uso das categorias de Sartori permite uma descrição estrutural mais rigorosa da tendência, de modo que poderemos levar em conta também esta dimensão ao compararmos as dinâmicas, posições e trajetórias dessas subunidades.

Em primeiro lugar, quanto à definição do *tipo* de subunidade partidária, podemos atribuir à DS as características de *fração*: aparece, ao longo do período estudado, enquanto um *grupo estável de pessoas* (e não apenas um *conjunto estável de posições*, como seria uma *tendência* sartoriana),

delimitado em relação a outros grupos partidários e com um nível consideravelmente alto de coesão na intervenção política. Esta coesão se expressava em diversos aspectos da militância dos membros da corrente. Um dos mais visíveis é a difusão do jornal *Em Tempo*, promovida por todos os militantes da DS, que assumiam o compromisso de defender as posições contidas no órgão de imprensa da tendência. Outro aspecto que evidencia o grau de coesão do grupo, bem como a existência de relações particulares de disciplina, é o procedimento de votação centralizada. Sabidamente, os membros das tendências trotskistas do PT tinham como praxe, nas instâncias do partido e dos movimentos em que atuava, votar de maneira unitária na proposta aprovada por maioria na direção da tendência ou em outro organismo da própria corrente ao qual respondessem (por exemplo, sua *célula*). Essa prática decorre da adesão ao princípio do *centralismo democrático*, reivindicado pelos grupos trotskistas em geral como herança da tradição organizativa bolchevique.

A partir do elemento da *coesão*, entramos no primeiro nível analítico proposto por Sartori, a *dimensão organizacional*. Aqui, o autor busca chamar atenção para os aspectos que podem contribuir para colocar a subunidade em uma relação de *autonomia* com a unidade partidária: propõe que atentemos para indicadores tais como a existência de uma rede de lealdades próprias, de congressos em separado ou instâncias diretivas autônomas, e de finanças e imprensa particulares. Principalmente na primeira metade da década de 1980, quanto a todos os aspectos elencados por Sartori, a DS era organizacionalmente sólida: além das reuniões e congressos em separado e de toda uma estrutura hierárquica definida em suas próprias instâncias, a corrente mantinha vínculos internacionais com o SU que influenciavam diretamente sua elaboração política, o que configura mais um indício da existência de uma rede de lealdades particular. Como vimos, a partir de 1987, os Congressos da DS mudam de caráter, passando a afirmar de maneira cada vez mais decidida que a corrente não era de maneira alguma uma organização independente, mas que existia apenas enquanto tendência petista. Embora expressasse o aprofundamento de uma concepção que, como vimos, definiria os principais traços e limites de sua atividade política, destacamos que essa “mudança de caráter” (de “organização semiautônoma” para “tendência exclusivamente interna”) teve pouquíssimas consequências sobre a solidez organizacional do grupo: a DS permanece, ao longo do período estudado, tendo suas instâncias particulares, seus dirigentes, porta-vozes reconhecidos, imprensa e finanças próprias.

Sartori aponta ainda alguns outros elementos que podem ser considerados para uma melhor definição das características organizacionais de uma subunidade partidária. O primeiro é a distinção entre frações “táticas” e “estratégicas”, de acordo com seus objetivos, de curto ou longo prazo. Nesse

questo, podemos afirmar que a DS se assume enquanto uma *fração estratégica*, uma vez que coloca para si mesma a tarefa de trilhar o “caminho longo e tortuoso” da disputa dos rumos do PT para que esse assuma um programa revolucionário. Aqui, tangenciamos duas outras dimensões que Sartori propõe para a análise estrutural das subunidades partidárias, a *dimensão motivacional* e a *dimensão ideológica*.

Ideologicamente, entre os tipos ideais do “puramente ideológico” e do “completamente pragmático”, é evidente que o peso das definições teóricas e programáticas da DS, estabelecidas já em sua fundação, conduziram à formação de um *grupo bastante ideologizado*, e que como vimos, foi identificado como alvo das polêmicas movidas pela ala majoritária do PT contra essas mesmas concepções ideológicas. No entanto, um *grau crescente de pragmatismo* foi identificado nas posições da DS ao longo do período estudado. Esse pragmatismo era condizente com a análise da conjuntura política elaborada pelo SU em âmbito internacional a partir de 1985, e que na década de 1990 já aparecia de maneira mais nítida na linha da DS, com o desenvolvimento da “estratégia da pinça”. Essa questão será retomada na conclusão deste capítulo

Na dimensão motivacional encontramos o terreno mais espinhoso para definições. Isto porque não existem fronteiras inequívocas entre as características dos tipos ideais que Sartori propõe, a fração “calcada em interesses” (principalmente, a obtenção de vantagens, decorrentes, por exemplo, de ocupar postos na hierarquia partidária, o que poderia acarretar ou não no desenvolvimento de uma relação de clientelismo com sua base) e a “calcada em princípios” (coesa em torno da defesa de determinada ideia ou programa). A DS, certamente, era uma *fração calcada em princípios* de acordo com a definição sartoriana, embora seja discutível em que medida se manteve fiel a determinados princípios da tradição trotskista durante o período estudado, questão que também comentaremos na conclusão do presente capítulo. Mas não se pode descartar que o crescimento do peso da corrente dentro do aparelho partidário, principalmente a partir do mandato de Raul Pont como deputado estadual constituinte, tenha influenciado decisivamente para a consolidação da caracterização de que a permanência no PT justificava concessões de ordem tática e estratégica. De qualquer maneira, resulta evidente, inclusive pelo perfil polemista da corrente, que no período estudado a DS não se caracterizava por estabelecer relações de clientelismo com setores da base petista.

Retornando à dimensão organizacional, restam ainda alguns aspectos elencados por Sartori para o aprofundamento da análise das subunidades partidárias. Um deles é o da *quantidade de lideranças*, que pode oscilar entre os tipos ideais da “fração personalista”, organizada em torno de um único líder, e

da “coalizão de frações”, com “muitos coronéis e majores”. Nesse aspecto, a DS afasta-se consideravelmente de ambos os tipos ideais, de uma maneira que pode ser melhor compreendida se atentamos para a gênese e a trajetória da corrente. Tendo surgido principalmente a partir da fusão de dois grupos estaduais, o mineiro e o gaúcho, que tomaram para si a tarefa de expandir a corrente para o restante do território nacional, permaneceu visível ao longo do período estudado a preponderância de dirigentes oriundos desses grupos fundacionais: João Machado e Raul Pont, em especial, foram as principais figuras-públicas da DS ao longo da década de 1980, assinando com frequência os principais documentos e artigos que representavam as posições da corrente. Desse modo, parece exagerado falar em “muitos coronéis e majores”, apesar de um crescimento progressivo do número de dirigentes da DS que passavam a cumprir tarefas importantes, na tendência e no PT. No entanto, a busca da corrente por uma dinâmica democrática para seu próprio funcionamento, calcado na discussão político-ideológica interna e na eleição de seus dirigentes, somada à preocupação com sua própria expansão territorial, exerceu um contrapeso considerável sobre essa característica originária que poderia conduzir à formação de uma tendência com fortes traços personalistas.

Sartori trabalha também com os *papéis* que uma subunidade partidária pode cumprir em relação à unidade, destacando três possibilidades principais: o de *grupo de apoio* (frações/coalizões “em cima do muro”, “ansiosas por aderirem ao vencedor e que se contentam com vantagens marginais”), o de *grupo de veto* (frações cuja tática e a estratégia central é a obstrução) e, finalmente, o de *grupo de programa* (frações ou coalizões que buscam governar e impor programas e políticas). Nesse quesito, a DS apresenta durante todo o período estudado características que nos permitem enquadrá-la no terceiro tipo. Mas devemos destacar que, sem ferir suas definições enquanto *grupo de programa*, no que se refere à implementação da regulamentação do direito de tendências acabou por cumprir um papel de *grupo de apoio* da ala majoritária do partido, ao definir-se por uma tática que hierarquizava o direito de permanência das frações no PT abaixo da unidade partidária, representada por uma direção cuja tática, por sua vez, era a de expulsar tais frações. Também tornaremos a tratar desse ponto na conclusão do capítulo.

Seguindo ainda os indicadores analíticos sartorianos, resta tratar do *tamanho* da subunidade partidária, de sua *estabilidade* e de sua *durabilidade no tempo*. A DS demonstrou-se uma subunidade partidária estável, não tendo sido identificados nas fontes elementos de crises internas sérias ou rupturas massivas (que a corrente viria a conhecer na década de 2000) no período estudado. Os dados referentes ao tamanho da corrente, por sua vez, são de mais difícil obtenção. Ao longo dos anos de

1980, a Secretaria de Organização petista tinha um controle débil sobre os dados referentes ao número de membros da organização como um todo, e das tendências em específico.

Os dados referentes ao tamanho da corrente disponíveis na literatura, por sua vez, são bastante vagos. Segundo Angelo (2008, pp. 64, 80.), o grupo gaúcho que cumpriu um papel de peso na fundação da DS tinha cerca de 15 militantes na primeira metade dos anos de 1970; o grupo mineiro era provavelmente um pouco maior. No congresso de fundação da Democracia Socialista, em 1979, estavam presentes pouco mais de 100 pessoas e não é provável que o número total de membros da organização ultrapassasse duas centenas. Mas, segundo Stutje (2009, p. 348, nota 62.), já no começo dos anos de 1990, a DS tinha cerca de 1600 membros, sendo considerada pelo SU como uma de suas seções mais importantes. Stutje não cita fontes, e é possível que seus dados sejam superestimados, uma vez que mesmo com os sucessos eleitorais e a ampliação de seu peso político dentro do PT, na 5ª Conferência Nacional da DS, realizada em 1999, os 80 delegados presentes representavam uma base de cerca de 800 militantes. (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 219.)

Para termos uma dimensão do desenvolvimento do peso político da DS dentro do PT durante o período estudado, também é útil acompanhar os resultados das votações para o Diretório Nacional e para a escolha das Teses-guia nos Encontros Nacionais e no I Congresso petista. Quanto às eleições para o Diretório, Em 1984, no III EN, a DS participou de uma chapa de unidade de esquerda, que conseguiu 34,2% dos votos, contra 65,8% obtidos pela ala majoritária; em 1986, no Encontro Nacional seguinte, uma nova chapa de unidade de esquerda alcançou apenas 27,8%, contra 72,2% da chapa encabeçada pela Articulação. Nesses casos, não é possível estabelecer o peso específico da DS nos referidos Encontros, mas a partir do V EN-PT, com a apresentação de distintas teses por quase todos os grupos de esquerda, surgem alguns dados mais nítidos. Na votação para escolha da tese-guia no Encontro Nacional de 1987, entre 368 delegados, 28 (7,6%) defenderam o texto assinado por Raul Pont – para fins comparativos, a contribuição da Articulação eleita como tese-guia teve 214 votos (58,2%).

Na eleição do Diretório Nacional que teve lugar no VII EN, em 1990, a chapa 4, na qual a DS era a força majoritária, obteve 16% dos votos dos 568 delegados presentes, que a permitiram indicar 13 membros para o DN. Nessa ocasião, a chapa 3, de unidade entre O Trabalho e a Convergência Socialista, alcançou 11% dos votos, tendo direito a 9 membros na direção nacional; já a chapa 2, encabeçada por Lula, teve 56% dos votos e nomeou 46 membros do Diretório. Por fim, no ano seguinte, nas votações para a escolha da tese-guia do I Congresso, a DS conseguiu os votos de 115 dentre os 1196 delegados presentes (9,6%). A tese da Articulação, mais uma vez escolhida como tese-

guia, foi a opção de 476 delegados (39,8%). O Projeto Para o Brasil (PPB), que como vimos, foi escolhido pela DS como adversário prioritário na disputa ideológica e programática pelos rumos do partido no Congresso, alcançou 127 votos (10,6%).

Embora seja difícil precisar o tamanho exato da subunidade partidária, os dados acima elencados permitem estipular que seu peso político dentro das instâncias deliberativas máximas do partido – seus Encontros e Congressos -, durante o período estudado, esteve sempre próximo a 10%. Esse dado corrobora nossa afirmação de que a DS se caracterizava então como uma subunidade estável. Apesar dessa estabilidade quantitativa, devemos chamar atenção para o fato de que, considerando a totalidade dos espaços institucionais petistas, o peso político da corrente aumentava. A conquista do mandato de Raul Pont e de um número crescente de cargos nas instâncias de direção tornavam a DS, já na segunda metade da década de 1980, uma das mais importantes correntes petistas.

Finalmente, a última dimensão analítica para a qual Sartori chama atenção é a da *clivagem entre esquerda e direita*. Esta dimensão é pouco precisa, pois a percepção da localização de um grupo à “esquerda” ou à “direita” varia de acordo com os referenciais políticos, teóricos e ideológicos estabelecidos. A própria DS sempre se considerou um grupo da esquerda petista, defensor de um programa *revolucionário*. No entanto, localizava-se à direita dos demais agrupamentos trotskistas do PT, que geralmente caracterizavam-na como um agrupamento centrista com tendências reformistas.

Sartori justifica o uso dessa dimensão analítica por considerar que essa variável é importante, entre outros fatores, pelo de que faz parte da maneira como a política é percebida pelas massas. Levando em conta essa preocupação, devemos observar que para a percepção da maioria dos filiados petistas, o programa e os métodos defendidos pela DS colocavam-na bastante à esquerda dos setores majoritários do partido. Não à toa, no início do processo de regulamentação do direito de tendências, por causa de seu programa e métodos, foi enquadrada no bloco das “tendências organizadas”. Mas no período seguinte a tendência logrou se afastar do “grupo de risco”, por assim dizer, ao mesmo tempo em que a corrente mandelista internacional elaborava sobre a necessidade de desenvolver uma concepção menos sectária do que seria o *centrismo*, reconhecendo que muitos trotskistas enquadravam nessa categoria forças políticas que, na realidade, eram progressistas. Esses elementos indicam um deslocamento ideológico da própria DS rumo a posições mais próximas do centro de espectro político-ideológico, se comparadas às defendidas pelos demais setores trotskistas do PT.

Após sua adequação à regulamentação das tendências, *embora tenha mantido diversas características estruturais que a permitiriam agir e apresentar-se como uma organização autônoma, a opção estratégica da DS foi, cada vez mais, a de manter-se dentro dos limites estabelecidos pela unidade partidária, polemizando, mas recusando-se a exercer tal autonomia do ponto de vista da ação.* Aqui, parece-nos que estamos diante de um caso empírico que justifica a preocupação metodológica de Boucek (2009), segundo a qual não é possível extrair conclusões diretamente das características estruturais de uma fração sem levar em conta sua dinâmica concreta de interação com as demais subunidades partidárias e com o partido como totalidade.

Ao mesmo tempo em que se assumia enquanto tendência petista, a DS se familiarizava com o trabalho parlamentar e, na década de 1990, chegaria ao Executivo de cidades importantes, como Porto Alegre. Uma organização com um perfil cada vez mais institucional e eleitoral tinha necessidades novas, que influenciavam decisivamente sobre sua dinâmica de funcionamento. Silva (2000) fala em um *afrouxamento da militância* da DS, em comparação a outras tendências trotskistas; a expressão pode ser compreendida tanto em um sentido ideológico, quanto do ponto de vista da dinâmica organizativa, onde esse “afrouxamento” se expressaria por um grau menor de coesão na intervenção política, afastando-se o princípio trotskista do centralismo democrático, que tem por objetivo justamente a maximização da coesão na ação. Mas destacamos que, durante o período estudado e pelo menos ao longo do restante da década de 1990, a DS manteve características estruturais típicas de uma fração, com um arranjo organizacional próprio, instâncias internas bem delimitadas e funcionais, finanças, órgão de imprensa e uma rede de lealdades particular.

3.15. Conclusão.

Embora tenhamos indicado mudanças na abordagem da temática das tendências, bem como uma redefinição estratégica significativa, permanece inegável que a DS manteve uma trajetória coerente, e que existe de fato uma unidade nas concepções que sustentou ao longo do período estudado. Desde a fundação do PT, a DS sempre considerou que o partido cumpriria um papel fundamental para a construção de um projeto socialista no Brasil, ainda que num primeiro momento o compreendesse enquanto uma “frente política dos trabalhadores”. A partir de seu XIII Congresso (1985), a corrente internacional à qual a DS estava ligada, o SU, começa a elaborar uma caracterização *nem sempre explícita* de que rupturas revolucionárias radicais, que exigiriam total independência política do

proletariado, não estavam na ordem do dia. A corrente passa a enfatizar a ideia de um processo de recomposição do movimento revolucionário mundial, bem como a reduzir o emprego do conceito de *centrismo*, ampliando a definição de quem seriam os “revolucionários” com os quais se deveria construir um programa comum. A queda do Muro de Berlim e o fim da URSS aprofundariam essas definições.

Já em 1981 a DS apostava: “o caminho para a construção do PT, para que ele assimile o programa revolucionário será sem dúvida não apenas longo, mas tortuoso” (DS, 1981, p. 29). No mesmo sentido, a estratégia do “movimento em pinça”, que começa a ser exposta pela DS em 1989, já operava explicitamente com a premissa de que uma série de lutas deveria ser travada antes do “confronto final”, de modo que o acúmulo de postos dentro da institucionalidade burguesa tornava-se condição de possibilidade do socialismo. A partir dessa concepção, o processo de “se assumir enquanto tendência petista”, no caso da DS, expressava tanto os acordos táticos com o grupo majoritário na direção petista (entre eles, o peso que ambas davam à necessidade de avançar na ocupação de postos dentro da institucionalidade burguesa) quanto uma estratégia de longo prazo própria da DS, de disputa da hegemonia dentro do PT, buscando aproximar a ala esquerda da Articulação das posições que considerava revolucionárias.

Quanto ao direito de tendências, especificamente, avaliamos que, embora a corrente sempre tenha defendido a necessidade de regulamentá-lo, no momento em que o debate se tornou candente no partido, a DS identificou traços de sectarismo na iniciativa. Isto porque a proposta de regulamentação formulada pela Articulação a partir de 1986 direcionava-se *contra* os “grupos organizados” dentro do PT, estabelecendo uma distinção artificial entre “partidos dentro do partido” e um suposto *petismo autêntico* – representado pelas posições da tendência majoritária. Lembremos que a DS também era alvo desse ataque: em “Algumas Considerações Sobre as Tendências Organizadas no PT”, José Dirceu e Wladimir Pomar (1986) incluíam-na entre as “tendências organizadas” que apresentavam demasiada autonomia e estariam no PT com o objetivo de se autoconstruir. (DIRCEU; POMAR, 1986. pp. 27-28 *et passim*.)

Como vimos, a DS não negava a necessidade de estabelecer uma unidade partidária coesa na ação, e sempre sustentou que a atuação das tendências deveria se dar exclusivamente no âmbito interno ao partido. Apesar disso, no período que vai até o V EN, a corrente mandelista hierarquizava sua intervenção na polêmica das tendências a partir do eixo da garantia das liberdades democráticas dos grupos minoritários. Isto se traduzia em associar a regulamentação das tendências a outras medidas

democratizantes, como a instituição da proporcionalidade em todos os órgãos de direção, em especial nas Executivas; além disso, a DS enfatizava que o objetivo da discussão era avançar nas definições ideológicas e programáticas do PT, e não o de uma “caça às bruxas”.

No segundo momento do processo, a partir de 1990, quando teve lugar a implementação da regulamentação, essa hierarquia não mais se fazia presente. Identificando avanços no debate e na definição das “convicções socialistas” do PT, a DS passou a dar maior ênfase ao caráter estratégico do partido e à sua unidade, representada por seus organismos de direção e instâncias máximas (Encontros e Congressos). Ao cobrar cada vez mais a adequação dos agrupamentos que não se subordinavam às deliberações partidárias, deixava entender que os mesmos constituíam obstáculos à democracia partidária, atentando contra os direitos dos filiados não organizados em tendências e contra a unidade do PT – expressa por sua direção. Mais que uma ausência de hierarquia, parece mesmo haver uma tímida *inversão*, ainda que incompleta.

Quando a regulamentação foi utilizada para excluir a Convergência Socialista do PT, a DS entendeu a medida como um equívoco “apressado e sectário” do DN. Nesse episódio hierarquizou novamente sua resposta por um princípio democrático, questionando a legitimidade do DN para encaminhar uma questão de tamanha magnitude, que deveria ter sido deixada para um Encontro Nacional. Para a DS, a direção petista perdia a oportunidade de disputar e ganhar através do debate “militantes valorosos pra a efetiva construção do partido”; optando pela exclusão, acabava por unificar a CS em torno das posições mais sectárias existentes na corrente morenista, as daqueles militantes que *preferiam* sair do PT. (*Em Tempo*, nº 259, 1992. p. 8.) Como se pode perceber, a caracterização da exclusão como um equívoco não impedia nem limitava as críticas que os mandelistas faziam à CS, que por atuar como *fração pública* e declarar sua insubordinação às resoluções do I Congresso, era encarada como a responsável direta pelos atritos.

Como a regulamentação incidiu sobre a própria DS? Vitor A. de Angelo considera que a resolução de 1987 “não trouxe qualquer dificuldade para a organização”. As principais alterações concretas geradas pela resolução foram a incorporação da expressão “Tendência interna do Partido dos Trabalhadores” ao nome Democracia Socialista, e a circulação exclusivamente interna à qual o *Em Tempo* teria passado a se destinar. (ANGELO, 2008, pp. 183-184.) Além disso, se pode falar em uma redução da influência direta do centro de elaboração internacional mandelista, o SU, sobre a corrente, muito embora a DS tenha seguido participando dos espaços internacionais promovidos pelo mandelismo e reivindicando uma estratégia afinada com a do SU.

Existem diversos elementos que contribuem para explicar porque a DS, que no início da querela das “tendências organizadas” foi identificada como mais um “partido dentro do partido” pela ala majoritária do PT, não sofreu ameaças de exclusão quando a regulamentação foi implementada. O primeiro deles tem um caráter bastante prático e objetivo: *a corrente subordinou-se de fato à regulamentação*. Conforme exemplifica o caso da disputa pela política a ser aplicada pelo PT contra Collor, a DS buscava ao máximo a *manifestação de suas divergências dentro dos limites estabelecidos pela regulamentação* – o que se caracteriza, principalmente, pela ausência completa, em seus textos e declarações, de palavras de ordem e chamados para a ação distintos daqueles aprovados pela direção do partido. Ainda que a corrente não abandonasse as críticas às incorreções que julgasse haver na linha implementada pela direção, ao evitar a adoção de consignas polêmicas (como “Fora Collor!”) antes que fossem oficializadas pelas instâncias superiores do PT, a DS fazia o suficiente para não se caracterizar enquanto fração pública.

Resta apontar a explicação para a disposição da DS em subordinar-se, que deriva de sua opção estratégica por permanecer no PT. Avaliando a trajetória da corrente mandelista brasileira, Angelo busca apontar a particularidade daquela concepção frentista com a qual operava quando foi fundada (expressa em seus primeiros documentos internos, por exemplo, quando falam da estratégia da construção do PT em “três níveis”). O autor argumenta:

A caracterização do PT como uma frente estratégica (...) fundamentou-se exatamente na percepção de que a presença de várias organizações de esquerda no interior do partido facilitaria a aproximação entre a DS e outras forças políticas com as quais ela poderia discutir a criação da corrente revolucionária. A Democracia Socialista, entretanto, rapidamente abandonou essa concepção frentista, passando a defender o PT como *partido mesmo* – mas continuando a ressaltar seu caráter estratégico na implantação do socialismo – e a combater os agrupamentos que pretendiam transformá-lo numa frente que apenas expressasse politicamente os trabalhadores, em vez de dirigi-los. De qualquer forma, sob o ponto de vista orgânico, a corrente revolucionária nunca chegou a existir, na prática. (ANGELO, 2008, p. 187. Grifo do autor.)

Concordamos com o sentido das afirmações de Angelo, pois desde suas primeiras elaborações políticas a DS sustentava a ideia do “longo e tortuoso processo” de assimilação do programa revolucionário pelo PT, considerando-o como uma frente-única operária “mais estratégica” do que estes organismos costumavam ser encarados pela teoria trotskista. Ou seja, a possibilidade de romper com o PT não decorria da caracterização inicial com a qual trabalharam os mandelistas brasileiros, do PT enquanto frente política da classe trabalhadora. Desse modo, não é possível utilizar o conceito de *entrismo* para avaliar a relação entre a DS e o PT.

Angelo define a postura da DS dentro do PT como “crítica e conciliatória, ao mesmo tempo”, o que fica evidente, por exemplo, na sua resposta ao lançamento do Manifesto dos 113. Outro exemplo dessa postura, dessa vez um que revela os primeiros efeitos da inflexão mandelista de 1985, foi a avaliação que fez a corrente acerca da participação eleitoral petista no mesmo ano. Angelo aponta que nessa avaliação

... a DS colocou-se entre os *xiitas* e os *light* do PT, destacando alguns problemas na campanha televisiva do partido mas observando, por outro lado, que o avanço sobre a classe média fora uma decisão acertada – posição contrária a da maioria da esquerda organizada petista. (ANGELO, 2008, p. 189.)

O autor conclui seu trabalho com algumas considerações que tocam a questão da permanência da DS no PT. Reproduzimo-las:

Se, por um lado, a Democracia Socialista foi uma das organizações políticas que mais cresceu no PT ao longo da década de 1980, por outro, não ter conseguido fazer com que o partido seguisse pelo caminho da revolução colocou a DS diante do seguinte dilema: permanecer no PT e lutar por sua transformação no partido revolucionário ou transformar a si mesma para adequar-se ao partido. *O fato de a DS ser o único entre os grupos trotskistas que apoiaram o PT desde sua fundação a permanecer na legenda parece indicar que muito dessa concepção foi abandonada, talvez em favor dos cargos e do prestígio que ela alcançou ainda nos primeiros anos dentro do partido.* A Democracia Socialista, contudo, jamais assumiu plenamente essa mudança estratégica, incorporando a seu discurso revolucionário uma prática política considerada reformista pelo próprio trotskismo. (ANGELO, 2008, p. 192. O grifo é meu.)

Andriei G. Gutierrez, cujo trabalho acompanha a DS e outras correntes trotskistas nas eleições presidenciais de 1998 e 2002, é mais enfático em suas conclusões. Em primeiro lugar, aponta já na estratégia do “movimento em pinça” um distanciamento com relação à ortodoxia trotskista, uma vez que tal estratégia trazia embutidas certas noções etapistas, expressas principalmente nas ideias de um necessário acúmulo de forças e da aliança com setores pequeno-burgueses e burgueses para enfrentar o Capital monopolista. (GUERRERO GUTIERREZ, 2004, pp. 69-70.) Além disso, nos anos de 1990 a DS aprofundaria essas concepções, reformulando seu programa e mesmo sua instrumentação teórica. A partir de uma significativa aproximação com setores do catolicismo progressista e da teologia da libertação, facilitada pela atuação do dirigente internacional do SU, Michael Löwy, Gutierrez afirma que mesmo os textos publicados no *Em Tempo*:

... passam a falar cada vez menos em “luta de classe” para falar em “cidadania”; usam cada vez mais o termo “solidariedade”, não uma solidariedade de classe para unir os trabalhadores, mas uma solidariedade (no sentido cristão do termo) para unir os “homens”. (GUERRERO GUTIERREZ, 2004, p. 91.)

Um elemento relacionado por Gutierrez com o abandono do trotskismo (na prática) pela DS é o envolvimento da corrente com as experiências de gestão do “ramo administrativo do Estado burguês”. O autor refere-se aos três governos consecutivos do PT na capital gaúcha, e em especial aos dois últimos: Raul Pont foi vice-prefeito de 1993-1996, e prefeito na gestão seguinte. Dentre as iniciativas governamentais que implementou, a mais reivindicada como positiva pela DS foi a do “orçamento participativo”, que segundo Gutierrez, “a princípio, (...) tem alguma influência da concepção trotskista de gestão a partir dos ‘conselhos operários’”. No entanto, o autor afirma que a proposta de democratizar os mecanismos decisórios do Estado entre os diversos setores da “sociedade civil” pouco avançou no empoderamento da população, dados os limites do “orçamento participativo” que decidia, na maioria das vezes, sobre menos de 10% do orçamento municipal, e que muitas vezes cumpriu o papel de “mero legitimador das instâncias superiores” (isto é, do planejamento e das decisões tomadas nas instituições do Estado). (GUERRERO GUTIERREZ, 2004, pp. 88-90.) Levando em conta que a experiência do “orçamento participativo” permaneceu sempre subordinada à legislação vigente e a um sistema de distribuição fiscal que concentra recursos na União, podemos afirmar que, de fato, o modelo do não corresponde a uma tática trotskista, na medida em que não se choca com a institucionalidade burguesa, mas acaba por subordinar-se a ela.

É necessário destacar ainda que o primeiro mandato de Raul Pont como deputado federal se inicia em 1986. Não podemos menosprezar os efeitos dessa experiência sobre o desenvolvimento da estratégia do “movimento em pinça”, que se pautava justamente em valorizar o aspecto institucional da luta, antes negligenciado. É no mesmo período que a Articulação passa a tomar passos decididos no sentido de viabilizar o PT enquanto partido de governo – a luta contra a ala *xiita* do partido, da qual a regulamentação da atuação das tendências foi uma das expressões, era uma parte fundamental desse projeto, uma vez que o PT buscava aproximar-se de uma parcela do eleitorado sensivelmente mais anticomunista que o próprio movimento sindical. Mas ao fim da década de 1980, ficava cada vez mais evidente que, na prática, a Democracia Socialista não aplicava táticas semelhantes às dos ditos *xiitas*; reproduzindo *a posteriori* o que se passou com o próprio PT, a moderação discursiva demoraria ainda uma década para se consolidar. Em todo caso, à altura do I Congresso (1991), os objetivos da DS e da Articulação se encontravam afinados em alguns pontos dos quais a Convergência divergia. No capítulo seguinte, trataremos da CS, e poderemos aprofundar essa comparação.

CAPÍTULO IV

A Convergência Socialista e a Regulamentação do Direito de Tendências

Neste capítulo abordaremos a relação desenvolvida entre os trotskistas da Convergência Socialista (CS) e o Partido dos Trabalhadores, que excluiu a corrente de suas fileiras em 1992, com base na regulamentação do direito de tendências. As posições políticas sustentadas pela CS serão recuperadas através do jornal *Convergência Socialista* e de outros documentos produzidos pelo agrupamento, bem como de indicações dadas em entrevistas por um de seus principais dirigentes à época. Levaremos em conta as elaborações teóricas e políticas da corrente internacional morenista reivindicada pela CS, recorrendo ainda à bibliografia que abordou o Partido dos Trabalhadores no contexto em que se processou a regulamentação do direito de tendências.

Fundado em 1974 com o nome de Liga Operária (LO), o agrupamento que viria a se chamar Convergência Socialista engajou-se na fundação do Partido dos Trabalhadores, constituindo-se enquanto tendência interna já em 1980. Por suas posições radicais e atuação enquanto fração pública, a CS foi estabelecida como um dos “alvos” para a regulamentação do direito de tendências, desde o início do processo, em 1986. Apesar disso, teve esse direito reconhecido até 1992, quando sua insubordinação às normas mais estritas para o funcionamento das tendências e à própria linha aprovada pelo PT em seu I Congresso acirram decisivamente a luta política em curso na direção do partido, que se conclui com a expulsão da Convergência. Acompanharemos as sucessivas fases dessa luta a seguir. Para situá-las, entretanto, convém que partamos das origens da corrente morenista internacional.

4.1. Origem da corrente morenista internacional. Histórico das divergências entre as alas mandelista e morenista da IV Internacional.

Segundo relata seu principal elaborador teórico e dirigente político, Nahuel Moreno, a corrente que a partir de 1982 se denominará Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), “existe como tendência, com nomes diferentes, aproximadamente desde 1953”. O grupo argentino dirigido por Moreno, bem como o SWP norte-americano e a maioria do trotskismo sul-americano, inglês e francês, rompeu com a maioria da Internacional dirigida por Pablo e Mandel, compondo o chamado Comitê Internacional (CI). Na base da ruptura com a ala mandelista estavam a recusa da tática do *entrismo sui-*

generis nos partidos comunistas e nacionalistas e a crítica da linha sustentada pelo SU durante a Revolução Boliviana de 1952. (MORENO, 2008, pp. 17, 24-25.)

No Capítulo III, apresentamos as justificativas de Pablo para a tática do *entrismo sui-generis*, bem como as crises que a mesma suscitou no seio da IV Internacional. Recuperar brevemente os acontecimentos na Bolívia em 1952 ajuda a lançar mais luz sobre as desconfianças nutridas não apenas pela futura ala morenista, mas por um significativo setor da Internacional, em relação à sua direção. As eleições presidenciais bolivianas de 1949 foram vencidas por Victor Paz Estenssoro, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). O movimento jamais teve um programa socialista, mas por seu caráter antioligárquico e anti-imperialista, sofreu um golpe militar antes mesmo que o presidente assumisse o poder. A resposta das massas, em 1952, veio como uma insurreição popular dirigida pelo proletariado de La Paz e pela forte Central Operária Boliviana (COB), que organizou milícias operárias e camponesas e logrou dismantelar o próprio Exército burguês. Assim, Paz Estenssoro conseguiu chegar à presidência, mas com o proletariado armado, seu governo permanecia ameaçado pela possibilidade do aprofundamento da revolução.

Nesse contexto, o movimento trotskista boliviano (que seguia a linha elaborada por Pablo e Mandel) havia ganho caráter de massas, e podia ter atuado politicamente no sentido de propor a tomada do poder pelos operários da COB. No entanto, optou por conferir apoio crítico ao governo de Paz Estenssoro. As massas revolucionárias foram lentamente desarmadas e desmobilizadas pelo governo, e “começou a deterioração do trotskismo boliviano, que se dividiu, passando de uma corrente massiva a um grupinho de seitas”. (MORENO, 2008, p. 24.) O episódio passaria a ser conhecido pelos opositores de Pablo e Mandel como a *traição da revolução boliviana*.

Ao final da década, com o sucesso da Revolução Cubana de 1959, produz-se uma nova reaproximação entre a ala mandelista da IV Internacional e o CI. A reunificação, ocorrida apenas em 1963, tinha como base a análise comum a ambos os setores quanto ao significado do processo revolucionário cubano, que fundara um novo Estado operário. A reunificação dos maiores setores do movimento trotskista internacional deu origem ao Secretariado Unificado (SU), no qual o mandelismo era maioria, mas que contava com a participação do importante partido trotskista norteamericano, o SWP, além da ala morenista do trotskismo argentino. Ficaram de fora as agremiações trotskistas que não reconheciam a Revolução Cubana.

À época, Nahuel Moreno já caracterizava o método de elaboração política e de condução da IV Internacional implementado por Mandel como profundamente *impressionista*. Moreno encarava como “capitulações” as aproximações e expectativas da ala mandelista da IV Internacional em relação às direções stalinistas ou pequeno-burguesas que dirigiam processos revolucionários ou mobilizações de massas. O apoio à Revolução Cubana, que inicialmente unificara Moreno e Mandel, seria levado ao extremo pelo dirigente belga, configurando, segundo o marxista argentino, uma nova capitulação, dessa vez ao castrismo e principalmente ao guevarismo. No IX Congresso da Internacional, em 1969, a ampla maioria do SU, encabeçada por Mandel, propôs como linha para os trotskistas latinoamericanos a formação de focos guerrilheiros, junto com os guevaristas ou sozinhos, se fosse preciso. Esta orientação deu origem a uma nova polarização da Internacional.

O SWP, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) – antecessor do Movimento ao Socialismo (MAS) – e alguns companheiros sulamericanos lideraram uma corrente que se opôs a essa análise e orientação do foco guerrilheiro. Ressaltamos que em princípio não estávamos contra a guerrilha, desde que estivesse apoiada no movimento de massas, mas que a teoria do foco era justamente o oposto. Era uma linha elitista. Insistimos que o foco guerrilheiro era a linha do movimento estudantil e não a orientação do movimento de massas latino-americano, que naquele momento estava entrando em um grande ascenso urbano. Dissemos que, por ser essa uma orientação divorciada do movimento de massas, levaria ao fracasso de todas as guerrilhas guevaristas e que a Internacional perderia muitos companheiros valiosos. (MORENO, 2008, pp. 26-27.)

Outras três grandes capitulações mandelistas, de acordo com Moreno, produziram sucessivos afastamentos e acabariam por levar à ruptura definitiva da fração encabeçada pelo trotskista argentino, em 1979. A primeira desas capitulações, logo após o abandono da estratégia foquista, foi à vanguarda juvenil europeia, surgida a partir do maio francês e que cumprira importante papel na Revolução Portuguesa de 1974. Nesse processo revolucionário, a vanguarda juvenil, encabeçada por tendências ultras e maoístas, apoiou o Movimento das Forças Armadas (MFA), caracterizado por Moreno como uma “corrente pequeno-burguesa pró-imperialista”, “ pilar que sustentava o Estado burguês frente a revolução”. Os mandelistas portugueses também concederam seu apoio ao MFA. (MORENO, 2008, pp. 28-29.)

A segunda capitulação de Mandel apontada por Moreno nos anos 1970, talvez a mais importante para que compreendamos as diferenças que brotariam ao longo da década de 1980 no movimento trotskista brasileiro, foi ao *eurocomunismo*, fenômeno político que consistiu no afastamento de diversos partidos comunistas europeus em relação à política de Moscou. Distanciando-

se do stalinismo, todos acabaram por abandonar também a palavra de ordem da “ditadura do proletariado”. Enquanto, para Mandel, tal fenômeno era potencialmente progressivo (uma vez que esses partidos, em sua opinião, podiam voltar a trilhar caminhos revolucionários), para Moreno, seu conteúdo era bastante distinto:

É por demais conhecido que o stalinismo mundial depende economicamente de Moscou, em todos os sentidos. Mas, na medida em que os PCs dos países capitalistas se tornam fortes, entram os mecanismos e os aparatos da democracia burguesa. Começam a dirigir prefeituras, conseguem cadeiras parlamentares e dependem cada vez mais – inclusive economicamente – destes cargos e das relações com a burguesia de seus países. Simetricamente diminui a dependência de cada partido comunista (PC) em relação a Moscou. Assim, os partidos eurocomunistas se parecem cada vez mais com os partidos social-democratas, que não dependem de nenhum Estado operário, ao contrário estão estreitamente vinculados à democracia burguesa de seus países. (MORENO, 2007, p. 42.)

Mandel ia além do prognóstico otimista; a capitulação se concretizava, segundo Moreno, com as formulações sustentadas na resolução “Democracia socialista e ditadura do proletariado” de 1977, referendada no XI Congresso do SU (1979) e reafirmada dois congressos depois (1985). Como vimos no capítulo III, este documento foi um importante ponto de apoio para a unificação dos mandelistas brasileiros, que fundaram a corrente Democracia Socialista (DS) a partir dos acordos encontrados com este e outros textos de Mandel. Vejamos como Moreno avalia a resolução:

“A capitulação geral ao eurocomunismo, que abandonou a linha da ditadura do proletariado – desde o ponto de vista formal, porque o stalinismo já a havia abandonado de conteúdo – levou Mandel a capitular aos preconceitos democrático-burgueses da social-democracia e do eurocomunismo. Criou, assim, um *eurotrotskismo* que de fato defendia que não haveria guerras civis nem maiores problemas na revolução europeia, nem na revolução mundial em geral”. (MORENO, 2007, pp. 42-43.)

Cabe aqui esclarecer porque Moreno concluía que, para Mandel, nos processos revolucionários subsequentes “não haveria guerras civis nem maiores problemas”. Moreno está se referindo a uma das proposições do documento “Democracia socialista e ditadura do proletariado”, segundo a qual a ditadura proletária seria regida pela “norma programática e de princípio” de dar liberdade política irrestrita a todas as correntes políticas. A corrente morenista não reconhecia tal norma, e afirmava o seguinte:

Defendemos, segundo a tradição de Lenin e de Trotsky, que o proletariado no poder deve outorgar imediatamente liberdades democráticas muito mais amplas que qualquer regime burguês. Mas essa política está, objetivamente, subordinada à lei suprema, que é a luta de

classes. Por isso, dizíamos que a política de Mandel de dar a mais completa liberdade a todos era para a época em que o proletariado praticamente já houvesse conseguido derrotar o imperialismo em escala mundial. E não para aplicar no dia seguinte da tomada do poder pelos trabalhadores, já que as próximas décadas estarão por uma luta feroz entre a revolução socialista e a contra-revolução burguesa imperialista, que tentará por todos os meios aniquilar cada ditadura proletária que se imponha em qualquer país do mundo. (MORENO, 2008, p. 32.)

Resta apresentar a terceira capitulação de Mandel denunciada por Moreno, que esteve diretamente ligada à ruptura da fração dirigida pelo trotskista argentino com o SU, em 1979. No contexto da Revolução Nicaraguense, a corrente morenista havia impulsionado a formação da Brigada Simón Bolívar, que agrupou militantes trotskistas (advindos principalmente do PST da Colômbia) para combater junto aos sandinistas contra o governo de Somoza. Após a tomada do poder pelos revolucionários, os brigadistas iniciaram uma atuação nos sindicatos, onde dirigiam críticas ao governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), ao lado de quem haviam combatido. Os sandinistas passam a prender e expulsar do país os membros da Brigada, entregando-os à polícia panamenha, nas mãos de quem alguns dos militantes trotskistas chegaram a ser torturados. Diante de tais fatos, a fração morenista recorreu à Internacional para lançar uma campanha de solidariedade aos brigadistas. Entretanto, o SU negou-se a impulsionar a campanha, enquanto alguns dirigentes mandelistas chegaram a apoiar a expulsão dos militantes brigadistas da Nicarágua. Para Moreno, nesse ponto a ruptura era inevitável, uma vez que as divergências passavam a envolver questões morais e de princípio, “como a negativa em repudiar a tortura burguesa e a política de um governo que expulsa revolucionários de seu país”. (MORENO, 2008, p. 33.)

Três anos depois, a corrente morenista internacional viria a fundar a LIT, que cresceria sobretudo na América Latina. Sua principal seção nacional, o *Movimiento Al Socialismo* (MAS) argentino se tornaria um partido com influência em um setor de massas na Argentina durante a década de 1980, consolidando-se no enfrentamento à ditadura naquele país. Chegando a organizar por volta de cinco mil militantes, e influenciar politicamente um segmento de vanguarda nas organizações sindicais e estudantis cerca de quatro vezes maior, ao final daquela década o MAS tinha eleito alguns parlamentares e era certamente o maior partido trotskista do mundo. Para a LIT, colocava-se pela primeira vez a possibilidade de consolidar uma organização trotskista que efetivamente saísse da marginalidade, cenário que gerava uma forte pressão para que a seção argentina fosse o centro de seus esforços de elaboração política.

4.2. Origens da CS no Brasil e fundação do PT: da Liga Operária à Convergência Socialista.

Faria (2005, pp. 221, 223-4) traça as origens da corrente petista Convergência Socialista a partir de um agrupamento trotskista formado por brasileiros exilados na Argentina no fim de 1973, a Liga Operária (LO). Ainda em 1970, alguns dos militantes que participariam da fundação da Liga haviam se refugiado por três meses na embaixada do Chile no Brasil, onde conheceram Mário Pedrosa, um dos fundadores do trotskismo brasileiro. Foi Pedrosa quem lhes apresentou o trotskismo, bem como apoiou a fundação do grupo Ponto de Partida, composto por nove exilados brasileiros no Chile. Além da recém adquirida simpatia pelas posições políticas de Leon Trotsky, era comum aos membros do grupo uma opinião autocrítica quanto ao significado político e os resultados da opção pela luta armada contra a ditadura.

Após o golpe militar chileno que levou Pinochet ao poder – processo no qual um dos militantes que havia se aproximado de Pedrosa no período da embaixada, Túlio Roberto Quintiliano, é assassinado –, três dos membros do Ponto de Partida vão para a Argentina, onde se colocam em contato com o grupo encabeçado por Nahuel Moreno. É então que começam a editar o jornal *Independência Operária*, que será o órgão de imprensa da futura Liga Operária, fundada em 1974, quando retornam ao Brasil. (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 157-8.)

De acordo com Faria:

O surgimento do grupo Ponto de Partida e depois da Liga Operária deve ser compreendido como uma resultante das experiências desenvolvidas na luta de classes no Brasil e dos debates travados no exílio com dirigentes e ativistas políticos. O estreitamento de relações da Liga Operária com o dirigente argentino Nahuel Moreno deve ser compreendido como um encontro entre a autocrítica da opção pela guerrilha, realizada pelos integrantes da Liga Operária, e a posição crítica que esse dirigente manteve em relação à teoria do foco revolucionário. (FARIA, 2005, pp. 224-5.)

Influenciados por Nahuel Moreno, os militantes da Liga Operária tiveram como estratégia, desde a fundação do grupo, a construção de um partido revolucionário de massas no Brasil, com forte penetração na classe operária. Mas as táticas de que lançaram mão para aproximar-se desse objetivo variaram ao longo da segunda metade da década de 1970.

A LO entendia que era necessário aglutinar forças e construir uma alternativa política ao bipartidarismo imposto pelo regime militar, um partido para derrotar a ditadura. Embora devesse ser construído com *independência de classe*, isto é, sem a participação da burguesia, esse partido certamente congregaria diversas forças democráticas, inclusive as de caráter reformista. Seria

necessário disputar a direção desse partido amplo, uma vez que nem todas as suas alas se colocariam a favor de um programa socialista revolucionário. Além disso, o grupo buscava levar em conta que o processo de *distensão política* mal se havia iniciado, tendo conhecido, ainda durante o governo Geisel, uma violenta guinada repressiva contra as organizações de esquerda, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em especial. Em 1977, às vésperas do 1º de Maio, no qual panfletaria um *boletim de luta do trabalhador*, a própria Liga Operária sofreria o assédio da repressão, com a prisão dos militantes Celso Brambilla e José Maria de Almeida.

A primeira manifestação de rua estudantil massiva em quase dez anos seria detonada nos dias seguintes em São Paulo, como ação em defesa desses presos políticos. A essa altura, a organização já havia conseguido “certo amadurecimento de sua intervenção”, sobretudo nas universidades, onde havia grandes possibilidades de ação política. (FARIA, 2005. p. 226.) No entanto, tendo em vista a centralidade que dava ao movimento operário em suas elaborações políticas, a LO buscava avançar para a disputa de seus rumos, considerando que era a classe operária a componente determinante da luta política contra o regime militar. O ascenso operário iniciado no ano seguinte confirmaria essa consideração.

Em 1976, a Liga já implementava a tática do *giro para a proletarização*, isto é, o deslocamento de militantes com origem no movimento estudantil para o trabalho em fábricas. Karepovs e Leal (2007, p. 157) apontam que o objetivo desta tática era o de influir no movimento operário, impulsionando oposições sindicais às direções pelegas, mas perdem de vista um aspecto determinante para a concepção trotskista de partido, estreitamente relacionado com a opção pelo giro para a proletarização: a questão da *composição social do partido*. A ida dos estudantes às fábricas era encarada centralmente como uma tática de *construção partidária*: a partir da convivência cotidiana e da militância sindical conjunta, os militantes “girados” buscavam identificar e fazer propaganda sobre aqueles ativistas operários que poderiam aderir à organização. A presença massiva de operários na organização era encarada pelos morenistas como condição necessária para evitar que se desenvolvesse uma contradição entre o *programa* que defendiam (que afirmava a inevitável centralidade do proletariado industrial em um processo revolucionário que, de fato, tivesse condições de apontar para a construção do socialismo) e a *composição social* da própria organização (até então, majoritariamente intelectual pequeno-burguesa), com prejuízo para o primeiro.

Além do giro para a proletarização, a Liga Operária recorreu a outra tática na busca pela expansão de sua influência política, a partir do segundo semestre de 1977; o *entrismo* na revista

alternativa VERSUS. Concebida por Marcos Faermann e publicada a partir de outubro de 1975, Kucinski define a VERSUS como a “revista de uma América Latina chocada pelo domínio das ditaduras”. (KUCINSKI, 1991, p. 195.) Com diagramação e visual atraentes, valendo-se de recursos que iam do quadrinho à fotografia, VERSUS destacava-se dos demais órgãos da imprensa alternativa em seus primeiros anos de existência também pelo seu pluralismo – enquanto outros jornais já se encontravam em avançado estágio de partidização, VERSUS contava com contribuições de militantes de diversas organizações de esquerda, mas seus principais elaboradores eram jornalistas independentes.

A Liga Operária aproxima-se da revista a partir de fins de 1976, pouco antes de seu apogeu, no ano seguinte. Durante o período posterior, cada vez mais militantes da organização passam a colaborar com textos e a distribuir a revista. A essa altura, Marcos Faermann havia se tornado simpatizante da LO, aderindo progressivamente à ideia de que era necessário definir um programa para a revista. Em fins de 1977, o prestígio da VERSUS junto a artistas brasileiros permitiria que fosse organizado um show de apoio à revista ao qual compareceram cerca de 15 mil pessoas e que contou com apresentações de grandes nomes da MPB, como Milton Nascimento, Chico Buarque, o MPB4 e o grupo Tarancón. Em dezembro daquele ano, a revista se afirmaria favorável à fundação de um Partido Socialista, proposta que, como veremos adiante, era defendida pela Liga.

Em março de 1978, a Liga Operária passa a se chamar Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). Ao longo do ano, a organização consolida seu predomínio sobre a linha editorial de VERSUS, utilizando a revista para lançar o Movimento Convergência Socialista (MCS), que discutiremos adiante. Faermann, que a princípio apoiou o MCS, tinha por objetivo que o mesmo se aproximasse do brizolismo, no que divergia dos trotskistas. No final daquele ano, o fundador do jornal acaba se vendo isolado em seu conselho editorial, arrependendo-se de ter permitido sua partidização e rompendo com a VERSUS. Ainda segundo Kucinski, com a anistia em 1979, a VERSUS perde “sua utilidade como instrumento de organização partidária, na passagem do espaço clandestino à esfera pública”, e o PST-MCS passa a publicar seu jornal próprio, o *Convergência Socialista*, “não mais para lutar por um PS, mas para lutar pelo poder dentro do PT, como tendência organizada”. (KUCINSKI, 1991, p. 206.) Para entender essa transformação, faz-se necessária a exposição de como se desenvolveu o MCS até o nascimento do Partido dos Trabalhadores.

O lançamento do Movimento Convergência Socialista (MCS) em janeiro de 1978 era parte de um esforço da Liga Operária (e depois PST) para oferecer uma alternativa ao bipartidarismo imposto pela ditadura. O movimento buscava unificar diversas forças políticas e sociais com o objetivo de

fundar um *partido socialista amplo*: deveria ser um partido operário, com independência de classe⁶⁸, mas capaz de aglutinar vários setores que se identificavam com propostas socialistas, dispostos a ultrapassar os limites aceitos pela oposição liberal que hegemonizava o MDB.⁶⁹

Em fins de 1978, o MCS altera a tática que defendia a fundação de um partido socialista. Ao envolver-se de maneira mais intensa com a organização e o apoio às lutas operárias que se intensificaram a partir daquele ano, o MCS reconhece o fortalecimento dos líderes do chamado *sindicalismo autêntico*, que não eram atraídos pela proposta de um partido socialista, ao contrário do que ocorria então com diversos agrupamentos intelectuais e estudantis. Embora o MCS tenha conseguido recrutar uma quantidade significativa de simpatizantes entre os sindicalistas do ABC paulista enquanto ainda defendia a tática do partido socialista, a partir do fim daquele ano tornou-se majoritária no movimento uma proposta surgida do diálogo com o comitê eleitoral de Benedito Marcílio, apoiado pelo MCS que havia decidido fortalecer as candidaturas operárias e socialistas do MDB. A campanha de Marcílio foi a primeira a defender como alternativa a fundação de um *partido dos trabalhadores*. Essa proposta seria abraçada pelo conjunto do MCS no ano seguinte, tendo sido apresentada já em janeiro de 1979 no Congresso dos Metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado em Lins.

Elaborada pela delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, presidido por Benedito Marcílio, com a participação ativa de membros do MCS (entre eles José Maria de Almeida, responsável pela leitura da moção no Congresso de Lins), o documento que ficaria conhecido como “Tese de Santo André-Lins” foi aprovado por ampla maioria entre os delegados. O texto, considerado ainda hoje como o primeiro documento petista, denunciava as mazelas do capitalismo e propunha a formação de um partido sem patrões, que visasse organizar as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, e que fosse regido por uma democracia interna. O teor radical da moção poderia ter afastado alguns setores presentes no Congresso de Lins, principalmente aqueles ligados à estrutura sindical oficial. No entanto, as lideranças dessa ala estavam empenhadas na organização de um partido trabalhista, de modo que a aprovação de uma moção que defendesse a criação de um “partido de trabalhadores” (em minúsculas) poderia lhes servir como instrumento. Além disso, e ainda mais

⁶⁸ Princípio político que, no presente trabalho, referenciamos no conceito tal qual definido por COELHO (2005), discutido no Capítulo II. O autor aponta como principal aspecto do “princípio da independência de classe” a ideia do antagonismo irreconciliável entre os interesses dos trabalhadores e os da burguesia, sua inimiga, conduzindo à conclusão de que em um partido que pretendesse dar expressão política à classe operária, “patrão não entra”. Tal princípio, segundo Coelho, teria cimentado a unidade do PT na década de 1980.

⁶⁹ A Liga Operária apresentara pela primeira vez a proposta de fundar um “Partido Socialista da Classe Operária” em seu jornal na edição de março de 1975. (FARIA, 2005. p. 226.)

importante, o texto apresentado pela delegação de Santo André ia de encontro com as movimentações que começavam a ser empreendidas pelas figuras de proa do chamado sindicalismo autêntico: o fato de Lula também ter defendido a moção de Santo André no Congresso de Lins contribui para explicar a ampla penetração da proposta junto à base metalúrgica. (FARIA, 2005, pp. 243-245.)

De acordo com Faria (2005, p. 245), é logo após o Congresso de Lins que o MCS passa a empenhar-se na construção do PT, bem como assume outro *formato organizativo*, com a adoção do *centralismo democrático*. Isto equivale a dizer que o PST (ex Liga Operária) se dissolvia oficialmente no MCS, que, por sua vez, deixava de “propor-se como um movimento amplo, de frente única dos socialistas para tornar-se uma organização política conforme a tradição das organizações comunistas”. Adotando a partir daí o nome *Convergência Socialista*, estava consolidado o grupo que participaria da elaboração da “Carta de Princípios” do PT, ainda no primeiro semestre de 1979, e que atuaria como tendência interna do partido desde sua fundação, no ano seguinte.

No entanto, Faria chama atenção para o fato de que entre maio e outubro de 1979 a CS dedicou-se quase que exclusivamente a seus debates internos, buscando definir o caráter que deveria ter sua relação com o PT. (FARIA, 2005, pp. 257-258.) A corrente passava então por um período pré-congressual rico em polêmicas: enquanto uma fração do grupo defendia o retorno ao trabalho clandestino, a maioria da Convergência sustentava que era necessário manter o “trabalho legal”, não-clandestino, no Movimento Pró-PT. Outra questão levantada nos debates pré-congressuais era a de que apresentar à classe trabalhadora dois projetos partidários em construção – a CS como embrião do partido revolucionário, e o PT como partido amplo – geraria confusão, ao que a maioria da CS respondeu que era necessário manter sua estrutura organizativa própria, ao mesmo tempo em que se apresentava políticas para disputar os rumos do PT. Já estavam colocadas, portanto, questões que, como veremos, acompanharão a trajetória da CS no Partido dos Trabalhadores.

4.3. Convergência Socialista, corrente do PT.

Ao longo das próximas seções, uma de nossas preocupações será a de definir a natureza da relação entre a Convergência Socialista e o Partido dos Trabalhadores a partir de sua fundação, e em especial durante o período da regulamentação do direito de tendências. O primeiro aspecto a ser considerado resulta da adesão *enquanto grupo* do PST-MCS ao PT. Desde o princípio, a Convergência foi uma *fração* do PT: uma subunidade partidária precisamente delimitada, com elevado grau de

autonomia em relação à unidade. Esta opção da maioria do MCS pela sua não-dissolução no partido, contudo, não foi compartilhada por quase um terço de sua direção, que optou por romper com a Convergência e aderir diretamente ao PT. Esse setor se dispersaria no partido (ARCARY *Apud* KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 172-173.); os dois terços restantes construiriam a CS enquanto tendência partidária. Mas assumir a condição de tendência interna petista não significava abrir mão de sua estrutura autônoma, de sua disciplina e hierarquia, e de seu perfil próprio, não apenas diante dos filiados mas também do movimento de massas e suas entidades.

A autonomia da CS em relação ao PT pode ser percebida através de uma descrição formulada por Valério Arcary, dirigente da corrente que seria membro do Diretório Nacional petista entre 1990 e 1992, do que seria a intervenção política do agrupamento morenista durante a década de 1980.

No dispositivo de intervenção da Convergência nos anos 80, digamos, a nossa luta política dentro do que era o PT organizado era *um aspecto* da nossa intervenção. Mas estava longe de ser o mais importante para a direção da Convergência de conjunto. Era uma intervenção de especialistas, era uma parcela da direção da corrente que fazia isso. Toda a direção da Convergência vivia intensamente experiências com as greves bancárias, as greves metalúrgicas, a disputa dos sindicatos, a conquista e a gestão de sindicatos, o tema da burocratização nos sindicatos, a disputa da CUT, a unificação das lutas, a resposta à situação nacional. A luta interna no PT era um tema para especialistas, alguns de nós. A maioria da direção da Convergência só ia no Encontro Nacional do PT. (ARCARY. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, setembro/2014.)

É necessário ainda qualificar a condição fracional da CS quanto ao ambiente em que apresentava suas diferenças para com a política majoritária no PT. Nesse aspecto, a CS se constituía em uma *fração pública*, algo que, ainda segundo Arcary, foi sempre motivo de polêmicas intrapartidárias.

O tema mais atritivo [nas relações entre a CS e a maioria na direção petista] sempre foi a intervenção pública da Convergência, foi termos uma intervenção pública independente, expressa, por exemplo, no fato de que a Convergência organizava suas próprias colunas no 1º de Maio. Este elemento da intervenção pública, da independência política, o jornal, os panfletos. Essa intervenção abria uma discussão pública em alguns setores importantes dos batalhões pesados da classe trabalhadora – tem as posições do PT e tem as posições da Convergência, que também é do PT mas que tem um projeto diferente [do da maioria na direção]. (ARCARY. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, setembro/2014.)

Apesar daquele lugar “secundário” que a intervenção no PT ocupava na vida política da CS, e a despeito de sua permanente condição de fração pública, alguns elementos fortaleciam a relação de “pertencimento” da CS ao PT nos primeiros anos do partido. Do ponto de vista do programa, o

empenho no combate à Ditadura Civil-militar conferia ao PT um grau elevado de unidade. A tarefa de derrubar a ditadura configurava um objetivo de médio prazo consensual para o conjunto do partido, ao mesmo tempo em que permitia postergar definições de cunho estratégico ou ideológico, mantendo em segundo plano as diferenças entre os distintos setores da agremiação. É principalmente a partir do fraco desempenho eleitoral petista em 1982, e da organização formal da Articulação no ano seguinte, que as divergências intrapartidárias passam a aflorar com maior intensidade – embora, ainda, em nível bastante inferior ao que alcançariam na segunda metade daquela década.

Em março de 1983, a Convergência realiza um congresso no qual se unifica formalmente com a organização de juventude que já construía, o Alicerce da Juventude Socialista, adotando esse nome para expressar a prioridade que daria, naquele momento, à sua expansão no movimento estudantil. O jornal *Convergência Socialista* também adotaria, a partir de janeiro de 1984, o nome *Alicerce da Juventude Socialista*, mas já em abril daquele ano tanto a tendência quanto seu órgão de imprensa retomariam sua denominação anterior. No ano seguinte, a CS se jogou na luta pelas “Diretas Já!”, defendendo uma greve geral como resposta à emenda Dante de Oliveira e o boicote ao Colégio Eleitoral. Para a corrente, a campanha pelas diretas “deveria ser associada a um programa de reivindicações mínimas, como o aumento geral e imediato dos salários em 100%, reajustes trimestrais, o congelamento de preços de artigos de primeira necessidade, dos serviços públicos, aluguéis e transportes”, bem como à luta por uma Assembleia Constituinte. Aquela conjuntura era encarada pela tendência como uma verdadeira *revolução democrática*, expressão da agonia do regime militar acompanhado pelo ascenso de massas, pela radicalização das greves e pelo dismantelamento da estrutura sindical vigente. (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 185-187.)

O boicote do PT ao Colégio Eleitoral em janeiro de 1985 expressava, portanto, um acordo entre a maioria da direção petista e a CS. Também no que se refere aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte era possível apontar consonâncias entre os distintos blocos petistas, que eram contrários ao perfil da nova constituição, como demonstrado pelos votos contrários ao texto por parte dos parlamentares do partido. No entanto, a bancada petista optou por assinar a Constituição, no que foi criticada pela CS, que identificava no gesto um temor pela ruptura da “institucionalidade burguesa, dentro do novo regime político” democrático. (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 188-189.) Como veremos adiante, os desacordos cresceriam no período seguinte, e a temática da submissão do PT à institucionalidade estaria no cerne das novas polêmicas.

4.4. Interlúdio: A Organização Socialista Internacionalista – O Trabalho (OSI-OT).

A edição inaugural do jornal *O Trabalho*, porta-voz da Organização Socialista Internacionalista (OSI), foi lançada no 1º de maio de 1978. Fundada em conferência realizada em dezembro de 1976, por cerca de 20 delegados que representavam uma centena de militantes de base, a OSI ficaria conhecida pelo nome de seu futuro jornal e, ainda em fins da década de 1970, também pela corrente estudantil que impulsionava, a Liberdade e Luta (LIBELU). Sua fundação resultava da unificação de duas agremiações adeptas do trotskismo, a *Organização Marxista Brasileira – OMB* (oriunda de uma dissidência gaúcha do Partido Operário Revolucionário, representante da pequena ala posadista do trotskismo brasileiro, somada ao Grupo Outubro e à Organização pela Mobilização Operária – OMO, grupo com base operária no ABC paulista, dirigido por Paulo Skromov) e o *Grupo Comunista 1º de Maio* (também composto principalmente por ex-militantes do POR). (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 160-161.)

A unificação dos dois agrupamentos havia sido intermediada pelo Bureau Internacional do Comitê de Reorganização pela Reconstrução da IV Internacional (CORQUI), organismo articulado por importantes dirigentes trotskistas como Pierre Lambert, dirigente da *Organisation Communiste Internationaliste* (OCI) francesa, e Jorge Altamira do *Partido Obrero* (PO) argentino. O CORQUI se dissolveria em 1979. A OSI-OT permaneceria internacionalmente alinhada com o lambertismo; o pequeno setor trotskista brasileiro referenciado em Altamira e no PO daria origem à corrente Causa Operária (CO). No final da década de 1970, a OSI já estava presente em onze estados brasileiros e, além de contar com algumas bases operárias, tinha aproveitado a refundação da UNE para se expandir no movimento estudantil. A tiragem de *O Trabalho* girava entre 3 e 4 mil exemplares por edição, já no início dos anos de 1980.

Inicialmente, a OSI-OT posicionou-se *contra as movimentações pela formação do PT*, tendo em vista a proximidade entre aquele movimento e os setores considerados “pelegos”, atrelados à estrutura sindical oficial, que também haviam participado do Congresso de Lins em 1978, por exemplo. Ainda naquele ano, a partir de um curso realizado com a presença do historiador e dirigente da OCI francesa Pierre Broué, a OSI-OT formalizara sua posição de não tomar parte do Movimento Pró-PT e se opor à sua formação. Essa posição começaria a ser revista em janeiro de 1980, quando o Comitê Central da OSI passa a avaliar que o PT se concretizava como uma resposta para a organização independente do movimento operário. Em julho daquele ano, o IV Congresso da OSI formalizaria a mudança de estratégia, definindo a intervenção no PT como tarefa dos trotskistas para assegurar um “desenlace

positivo” àquela construção, assegurando que o PT fosse um partido dos trabalhadores, sem patrões. A partir do segundo semestre de 1980, portanto, a OSI-OT passa a atuar como tendência petista. (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 175-177.)

O acordo em relação à necessidade de construir o PT aproximava a OSI-OT da CS e expressava, no plano nacional, uma confluência política que também vinha se estabelecendo internacionalmente entre o lambertismo e o morenismo desde 1979, com a expulsão da Brigada Simón Bolívar da Nicarágua pelo governo sandinista, ação endossada pelo SU e repudiada por praticamente todos os demais setores do trotskismo mundial. A parcela lambertista do ex-CORQUI (dissolvido em 1979) se aproxima da Fração Bolchevique de Nahuel Moreno e, em 1980, numa Conferência Internacional, é fundada a IV Internacional – Comitê Internacional (CI), que orientaria a unificação das seções nacionais de ambas as alas do trotskismo. Como resultado desse processo, a OSI e a CS passariam por uma experiência de fusão, com reuniões unitárias de seus organismos de direção, cujo maior expoente seria a preparação da campanha eleitoral de 1982, sob o *slogan* “Em 82 vote PT contra a ditadura, os patrões e seus partidos”.

A fusão nunca chegaria a se completar e o processo se interromperia com o estouro de uma polêmica internacional, ainda no final de 1981. A ala morenista da CI se colocou contra as posições adotadas pela OCI francesa em relação ao governo Mitterrand, consideradas como conciliatórias. Além disso, Moreno sairia em defesa do dirigente trotskista peruano Ricardo Napuri, contra quem considerava estar em curso uma campanha de calúnias, na qual Lambert havia tomado parte. Ainda em janeiro de 1982 o CI se romperia, interrompendo a unificação entre CS e OSI no Brasil. Enquanto a CS permaneceria alinhada com o morenismo (que fundaria a Liga Internacional dos Trabalhadores – LIT em 1983), a OSI seguiria compondo o movimento lambertista, que se organizaria no Centro Internacional de Reconstrução da IV Internacional (QI-CIR). (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 198-199.)

A trajetória da OSI-OT foi marcada por uma importante cisão política que coincide temporalmente com o início de uma formulação estratégica de Lambert, pela construção de um “campo comum de colaboração com correntes que estavam rompendo com o stalinismo, a socialdemocracia e o nacionalismo, sem que, entretanto, tivessem concordância suficiente com o programa, a política e as formas de funcionamento da IV Internacional para a integrarem” (KAREPOVS; LEAL, 2007, p.

209).⁷⁰ Ainda em 1987, quando começa essa discussão dentro do movimento lambertista internacional, a maioria dos membros da Direção Nacional de O Trabalho opta por integrar-se à Articulação.

A busca da OSI-OT por aproximar-se da Articulação tivera início logo após o lançamento do “Manifesto dos 113” em 1983, cujo teor foi avaliado pelo lambertismo como positivo, uma vez que propunha recuperar os compromissos originários do PT e firmá-lo como um partido “sem padrões, independente e contra a ditadura”. A Articulação era encarada pela OSI como um grupo “em disputa”, localizado ao centro do PT, diferenciado da direita petista (principalmente parlamentar, com origem no MDB e sem compromisso com a independência de classe) e da esquerda marxista (vista como, em sua maioria, “carente de compromissos com o próprio PT”). (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 200-201.)

Essa tentativa de aproximação encontrou resistências por parte da própria Articulação, temerosa de que a OSI buscasse operar um *entrismo* na recém-formada corrente majoritária petista. O período entre 1984 a 1987 é marcado por negociações, aproximações e afastamentos entre ambas as tendências. Nesse tempo, a maioria da OSI-OT avança cada vez mais na proposta de encerrar a existência pública da corrente trotskista, transformando o jornal semanal *O Trabalho* em uma revista mensal e buscando adequar-se enquanto tendência interna *avant la lettre* – antes mesmo que começasse a fase em que a regulamentação do direito de tendências seria colocada na ordem do dia.⁷¹

Após consultas à direção da Articulação, em janeiro de 1987, a maioria da Direção Nacional da OSI (44 de seus 55 membros; 8 dos 11 que compunham a Executiva da corrente) propõe a dissolução da tendência. Embora contasse com maioria avassaladora na elite do agrupamento, essa proposta não seria tão bem-vista pela militância de base da OSI; ainda assim, por volta de 210 dos 440 militantes com os quais contava a corrente à época optariam por aderir formalmente à Articulação, abandonando O Trabalho. Segundo Karepovs e Leal (2007, p. 203), aquela cisão também tinha uma dimensão

⁷⁰ A conformação desse “campo” tornava “necessário um organismo que expressasse ‘uma linha de transição no terreno da construção partidária’, sem, porém, tratar-se de uma ‘tática de circunstância’”. O campo de colaboração entre as diversas forças pressupunha a independência de classe em relação a governos, como também independência política em face dos partidos comunistas e socialdemocratas. Tal projeto se materializaria por meio da organização de Conferências Mundiais Abertas. A primeira delas deu-se em Barcelona, de 3 a 6 de janeiro de 1991, com a presença de cerca de 200 delegados e convidados de 90 organizações provenientes de 53 países. [O observador oficial do PT no evento foi José Dirceu; a delegação brasileira contava com 11 membros, em sua maioria ligados à OSI-OT.] (...) O organismo que passou a coordenar as atividades determinadas pelas conferências foi o Acordo Internacional dos Trabalhadores (ACIT)”. (KAREPOVS; LEAL, 2007, pp. 209-210.)

⁷¹ Buscando explicar a guinada em sua tática, a OSI afirmava que não deixaria de existir e que continuaria agrupada em torno de uma revista mensal para atuar dentro do partido; o jornal “semanário (ou quinzenário), que é necessário, deve ser editado pelo PT”, e não mais pela corrente. “Dessa forma, acreditamos, *estará inclusive mais clara nossa condição de corrente legítima do partido* e não um grupo de pescadores de águas turvas”. (*O Trabalho*, nº 234, abril de 1984, pp.4-5. *Apud* KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 202.)

internacional, e repercutia atritos dentro do Conselho Geral da IV Internacional – Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR) relacionados com as primeiras elaborações de Lambert rumo a uma “reproclamação da IV Internacional” (que seria levada a cabo em 1993, pelo ACIT), com a qual polemizavam diversos membros do Conselho. Secco (2011, p. 125) também argumenta que essa divisão não se explica apenas pelos atritos internos ao PT, mas “sim por uma intervenção do centro dirigente do grupo em Paris”.

Os remanescentes da cisão de 1987 manteriam a OSI-OT, mas, a partir de então, se afastariam da linha política sustentada pela tendência no período anterior. Distanciando-se da Articulação, passariam a buscar a unidade com aqueles agrupamentos da esquerda petista que até então vinham criticando – como a CS, de quem a OSI se reaproximará. A luta política contra a ala majoritária do partido passaria a ser prioritária para a corrente e teria “como base a convicção de que a Articulação substituíra paulatinamente o centro de suas ações, passando da atuação no movimento de massas ao campo institucional e parlamentar”. (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 203.) Essa crítica não apenas aproximaria a OSI-OT das alas radicais do PT, como também motivaria reações por parte da Articulação, que passaria a tratar o agrupamento lambertista como mais um dos “alvos” das ameaças de sanção tornadas comuns durante a luta em torno do direito de tendências, que se inaugurava naquele momento.

4.5. A CS e o processo de regulamentação do Direito de Tendências.

Em avaliação retrospectiva, a CS apontaria que o ano de 1987 representara uma virada histórica na vida política do PT. As causas dessa virada eram apontadas no programa democrático-popular e na ampliação da política de alianças táticas aprovadas pelo V EN do partido. A Convergência se opunha a essas medidas, e identificava na simultânea discussão do direito de tendências promovida por aquele encontro uma iniciativa para silenciar essa oposição. (*Convergência Socialista*, nº 309, 26/09 a 2/10/1991, p. 8.)

A resolução sobre tendências votada no V EN era avaliada pela edição nº 184 do jornal *Convergência Socialista* como um *atentado* “contra a democracia interna do Partido, restringindo liberdade das tendências internas de esquerda”, o que motivaria uma defesa da permanência da corrente no PT, ainda antes que as ameaças de expulsão se tornassem parte recorrente do debate oficial.

Nós militantes petistas que lutamos junto ao jornal *Convergência Socialista*, ajudamos a fundar o PT. Fomos a primeira corrente de esquerda a se engajar em sua construção, ajudamos a formular o seu primeiro programa. Por isso podemos nos considerar como uma de suas correntes históricas. Muitas vezes tivemos polêmicas com a direção do PT, e acreditamos que essas diferenças fazem parte normal da vida política no interior do movimento operário.

Existimos e continuaremos a existir como uma corrente do PT. Não serão estas limitações organizativas que nos afastarão do Partido. Acatamos as resoluções restritivas do Encontro, apesar de não concordarmos com elas. Continuaremos a levantar nossas bandeiras políticas, dentro das regras definidas pelo Partido. (*Convergência Socialista*, nº 154, 20/08 a 03/02/1988. p. 3.)

Embora alegasse acatar as “resoluções restritivas”, após o V EN a CS permaneceria atuando como fração pública do PT, isto é, afirmando recorrentemente ao público um perfil próprio, diferenciado do da direção partidária. Essa opção se tornava evidente pelas polêmicas apresentadas pela corrente em seu jornal e em espaços do movimento operário e popular, tanto em relação às políticas sindicais da Articulação à frente da CUT quanto no que se referia às gestões municipais petistas. Cada vez que identificava contradições entre a política majoritária do partido e os interesses estratégicos do movimento de massas, a CS optava por publicizá-las, denunciando a existência de dois PT's: o *das origens*, que priorizava e fortalecia as lutas da classe trabalhadora, e o *dos aparatos* (sindicais e, principalmente, estatais), que ia na contramão dessas lutas.

A postura de fração pública materializava-se em propostas, palavras-de-ordem, panfletos, faixas e cartazes próprios da corrente, que reivindicavam políticas distintas das defendidas por dirigentes e mandatários petistas. Durante a corrida presidencial de 1989, os morenistas do PT buscavam defender sua atuação fracional das críticas oriundas de setores à sua direita dentro do partido, alegando que não eram as polêmicas e palavras-de-ordem da Convergência que tirariam votos de Lula, mas sim a atuação das prefeituras petistas contra os trabalhadores. Na edição nº 231 de seu jornal, que circulou quando faltava uma quinzena para o primeiro turno da eleição, a CS soltava uma nota intitulada “Quem rompe com o programa do PT?”. A nota pretendia responder a um texto publicado pelo *Boletim Nacional* do partido poucos dias antes – em plena corrida eleitoral, portanto – que afirmava que a Convergência estaria rompendo com a política do PT. O responsável pela afirmação, o próprio secretário-geral da organização, José Dirceu, ia além, afirmando: “Será inevitável que eles saiam ou sejam expulsos individualmente do PT, caso insistam em continuar passando por cima das resoluções do partido”. (*Convergência Socialista*, nº 231, 27/10 a 02/11/1989. p. 8.) Era um precedente para a longa

argumentação nesse sentido desenvolvida por Apolônio de Carvalho na “ressaca” daquelas eleições, publicada em janeiro de 1990 em *Teoria e Debate* sob o título “Momento de Exclusão”.⁷²

A nota da CS destacava que o secretário-geral acusava a corrente de romper com a política do partido e insinuava sua exclusão do PT, mas convenientemente deixava de informar quais eram as posições da Convergência que se afastavam da política petista. Esclarecia, então:

A Convergência Socialista apoiou com tudo o prefeito Olívio Dutra [Art/PT-RS] quando este decidiu intervir em empresas particulares de transporte, apoiado na mobilização dos trabalhadores. E se opôs às concessões que o mesmo prefeito fez aos empresários, devolvendo as empresas e aumentando as tarifas. Em Diadema, a CS nada mais fez do que apoiar a ocupação de terras feita pelos trabalhadores, e por isso enfrentou o prefeito [José Augusto Ramos – PT] que chamou a polícia para desalojá-los. Até agora não foi feita qualquer advertência pública ao prefeito, que reprimiu trabalhadores, enquanto se mantém a expulsão dos vereadores [da esquerda petista] que apoiaram a ocupação. No entanto, hoje, na campanha eleitoral, Lula apoia claramente as ocupações e esse apoio marcou a virada da campanha. (Convergência Socialista, nº 231, 27/10 a 02/11/1989. p. 8. Grifo meu.)

Para a corrente, portanto, os prefeitos petistas é que estariam em curso de ruptura com o programa petista. O apoio às lutas dos trabalhadores, bem como às suas ações radicalizadas eram características programáticas do partido. Segundo a Convergência, longe de espantar o eleitorado, seria justamente a demonstração desse perfil um dos fatores que teriam impulsionado o crescimento da candidatura Lula. Em todo caso, a Frente Brasil Popular seria derrotada. Embora nem o perfil radicalizado da campanha, nem as polêmicas apresentadas pelas correntes de esquerda tenham sido apontados como elementos oficiais de balanço para explicar a vitória de Collor, todo um movimento de *balanço extraoficial* se iniciaria já em janeiro de 1990. E, com ele, começava também a fase final da ofensiva contra a CS.

4.6. “Qual é a Tua, Convergência?”.

Em março de 1990, logo após a publicação do polêmico artigo de Apolônio de Carvalho, Valério Arcary, dirigente da Convergência e integrante do DN do PT, concedeu entrevista a Ricardo de Azevedo, defendendo as posições da corrente e sua permanência no partido. Trechos da entrevista foram publicados sob o título “Qual é a Tua, Convergência?”, em edição assinada por Azevedo, que

⁷² O referido artigo de Apolônio de Carvalho foi comentado no capítulo II.

afirmava buscar, “na fonte, as razões que norteiam a mais barulhenta e polêmica corrente de toda a história do nosso partido”. (AZEVEDO, 1990, p. 54.)

A maior parte das perguntas direcionadas a Arcary abordam as origens da CS, a natureza de seus vínculos com a LIT e questões internacionais, acerca dos processos em curso no Leste Europeu, na Nicarágua e em Cuba. Também tratam das divisões da IV Internacional, para em seguida chegar a um problema crucial: o da possibilidade de conflitos entre as orientações da LIT e as do PT, situação hipotética em que a CS deveria optar por submeter-se à disciplina de uma das duas organizações. Arcary, então, afirma que a centralização dentro da LIT se dava principalmente “em torno de campanhas” políticas, e que “uma centralização política internacional é diferente de uma centralização política nacional”. Através dessa discussão, é possível compreender também a tática escolhida pela CS para denunciar os constrangimentos impostos ao *internacionalismo* pela regulamentação do direito de tendências. Vejamos:

AZEVEDO: Mas não pode, em determinados momentos, haver orientações que conflitem com linhas políticas do PT? Nesse caso, como é o comportamento de vocês? A qual centralismo vocês estão subordinados?

ARCARY: Isto até hoje não ocorreu. Pode ocorrer que nesse caso dentro da LIT nós tenhamos uma posição diferente da maioria da Internacional, ou pode ocorrer que em uma futura Internacional, uma organização nacional tenha conflito com a direção internacional. *Isso se resolve através da discussão política e não de decisões administrativas. (...) Não se constroem dirigentes para uma revolução nacional se não for através de uma localização do ponto de vista internacional. Não podemos esperar pela Internacional de massas para começar a construir quadros que tenham uma educação internacional. (...) Essa é a diferença com o PT. Nós queremos discutir isso. Nós queremos que o PT incorpore esta lição que nós herdamos do que existe da melhor tradição do bolchevismo. Nós não podemos esperar que o PT todo se convença do internacionalismo para construirmos uma Internacional. Nós achamos que é necessário construir agora. (...) Nós queremos construí-la com o PT. Enquanto essa discussão não se resolve dentro do PT, nós procuramos nos unir às forças vivas revolucionárias que existem na América Latina para começar a construí-la. Nós achamos que esses dois processos são confluentes.* (AZEVEDO, 1990, pp. 58-59. Grifos meus.)

Embora apontando uma *confluência* entre a atuação internacional da CS e as discussões no âmbito do PT, Arcary não oculta as diferenças programáticas entre a corrente e o partido, dentre as quais o internacionalismo era considerado uma das principais, porque estratégica. Essas divergências exigiam discussões que já não poderiam ser postergadas. Apesar das diferenças, contudo, a localização política em que Arcary e a CS se colocam é inequívoca: “Nós somos uma corrente interna que renunciou voluntariamente a ter uma relação com as amplas massas populares. O PT se dirige às

amplas massas populares, a Convergência se dirige aos petistas”. Essa afirmação, a princípio um recuo em relação a uma posição de *fração pública*, tem para Arcary um conteúdo distinto e muito preciso. Recuperemo-lo, com o perdão da longa citação:

ARCARY: (...) O PT se dirige às amplas massas populares, a Convergência se dirige aos petistas. Mas não achamos que os petistas sejam os militantes dos diretórios. (...) ... são no mínimo os 300 mil militantes ativos que há nos sindicatos filiados à CUT, mais uns 50 mil dos sem-terra, mais 20 mil do movimento estudantil. O PT é um grande partido de massas, que organiza uma militância de 500 mil pessoas. Quando nos dirigimos aos petistas, nos dirigimos à militância que atua na luta de classes. Porque somos uma corrente minoritária, somos 10% do PT. Como corrente minoritária, nós disputamos o direito de nos transformarmos em majoritária. Para consegui-lo, os 500 mil militantes têm que saber o que pensamos. Nós não somos uma corrente secreta. (...) Há correntes no PT que renunciaram a uma imprensa própria, que se expressam somente em momentos de encontros. É uma outra visão. Nós temos diferenças grandes com a Articulação e nós achamos que temos que contribuir nesse debate, como contribuimos nos dez últimos anos. (...) Nós não temos uma estrutura clandestina em relação ao PT. Nós não temos uma política da qual o PT não saiba. A Convergência toda semana coloca na direção do partido um jornal que diz aquilo que pensamos. Nós somos uma das poucas correntes que tem uma relação transparente com todas as instâncias. (...) Há uma infraestrutura mantida pelo esforço voluntário de militantes para sustentar a defesa de ideias. Destruir ou cercear essa estrutura, impedir que essas ideias circulem; se isto for feito contra a Convergência, amanhã poderá ser feito contra qualquer um dentro do PT, porque não existem ideias sem uma organização de pessoas dispostas a defendê-las. (AZEVEDO, 1990, p. 59.)

Os teóricos das organizações, pelo menos desde Michels, correntemente formularam sobre os problemas da democracia partidária apontando as mesmas tendências restritivas e oligarquizantes colocadas em destaque pela argumentação de Arcary. Lembremos que a restrição do acesso das minorias à imprensa é apontada por Michels como uma das principais ações recorrentemente tomadas pelos detentores do poder partidário para “limitar tanto quanto possível as possibilidades de os seus adversários exprimirem as suas opiniões”, postura que se harmonizaria com a defesa da disciplina e da submissão como “autênticos postulados da vida partidária”. Quando esse tipo de restrição se torna regulamento, é ainda Michels quem nota que “*neste processo, os líderes, uma vez que detêm o poder, têm a vantagem de surgir sempre com a aura da legalidade, ao passo que as bases rebeladas ou os dirigentes intermédios podem ser sempre atirados para a zona sombria da ilegalidade*”. (MICHELS, 2001, pp. 229, 258. O grifo é meu.)

Azevedo não oculta sua opinião de que a CS ocupava aquela “zona sombria da ilegalidade”, avaliação antes manifestada por Apolônio de Carvalho e que não era rara no PT. Ao questionar Arcary sobre a regulamentação votada, Azevedo afirma que, em sua avaliação, a Convergência não cumpriria as orientações do VEN, por exemplo, nas questões da imprensa e das sedes próprias. Arcary argumenta

que a CS era favorável a uma regulamentação, uma “lei interna”, mas que teria votado contra *aquela* regulamentação:

ARCARY: (...) Quase todas as correntes não votaram [a favor da regulamentação tal qual ela foi aprovada]. Praticamente só a Articulação votou. Nós decidimos acatar. Fizemos um pronunciamento para o Diretório Nacional. Nós não concordamos e acatamos porque respeitamos a vontade da maioria do partido. E vamos lutar para transformá-la no momento oportuno. No fundamental, nós pensamos que estamos acatando. (AZEVEDO, 1990, pp. 59-60.)

A concepção apresentada por Arcary sobre o funcionamento do PT permitiria que as divergências se expressassem ao mesmo tempo em que se mantinham acordos fundamentais – viabilizados, é possível inferir, pelo princípio da independência de classe:

ARCARY: (...) Hoje nós temos um acordo político que é a denúncia do Plano Collor. Há seis meses tínhamos um acordo que era levar a campanha do Lula. *É um partido que se constrói assim, com grandes acordos políticos contra a burguesia em momentos decisivos da luta de classes*, e com permanente processo de debate. (AZEVEDO, 1990, p. 60. O grifo é meu.)

É possível entrever, no entanto, os limites a partir dos quais a CS não acataria a regulamentação imposta pela corrente hegemônica. Logo após a reunião do DN de março de 1990, na qual a instância avaliou a adequação das tendências às resoluções do V EN, Arcary enviaria nota a Azevedo, que a reproduz em *Teoria & Debate*. O DN havia considerado que a CS, “ora se comporta como corrente interna, ora age com excessiva autonomia”, o que motivaria a seguinte consideração do representante da tendência:

A CS afirma que é uma corrente interna e que reconhece a natureza estratégica do PT. Reconhecemos a vigência dos estatutos e do regimento interno, reconhecemos a regulamentação dos direitos e dos deveres das correntes internas. Mas não aceitaríamos uma lei do silêncio, nem um critério de parentesco político para julgar a legitimidade das tendências. Isso seria arbitrário. Tampouco consideramos construtivo um clima interno de intimidação. Isso se insinua às vezes com declarações públicas na imprensa diária que se sucedem por meses, desde as eleições, nos ameaçando de expulsão. Elas não podem continuar. Elas significam permitir que as pressões dos inimigos de classe incidam sobre nossa discussão interna. Não houve jornal que não tenha sugerido, exigido ou anunciado a expulsão da CS do PT. Um debate em alto nível será sempre um debate sem ameaças e represálias, mas com respeito às ideias uns dos outros. (ARCARY *apud* AZEVEDO, 1990, p. 60.)

Um último aspecto abordado pela entrevista e que merece especial atenção é o da relação entre a CS e as prefeituras petistas. As críticas tecidas por Arcary às gestões municipais se aferram à compreensão que vigorara no PT ao longo da década de 1980 sobre o tema dos mandatos: eles seriam

do partido, e não do mandatário. Ao se colocarem contra essa concepção, chegando a entrarem “em choque com o movimento organizado dos trabalhadores”, os prefeitos petistas estariam “pisoteando todo o programa do partido”. As polêmicas internas do partido referentes às administrações municipais, segundo a CS deveriam ser publicizadas:

ARCARY: Nós achamos que é necessário, neste momento, que o partido dê a sua posição para a sociedade. Não é mais possível manter interno um debate que levou a um choque da prefeitura com o movimento social. No momento em que isto ocorre o PT está ameaçado. E a tarefa do PT é ir junto ao movimento social organizado, apoiar a sua luta, se necessário contra as prefeituras porque nós somos contra o peleguismo petista. (AZEVEDO, 1990, p. 60)

A argumentação desenvolvida por Arcary, portanto, visa legitimar a *ação fracional pública*: para defender o próprio programa petista, e impedir que as massas confundissem o partido e a ação administrativa das prefeituras (uma vez apontada a contradição entre ambos), se faria necessário e estaria justificado o debate público dessa polêmica. Nos anos seguintes, com o acirramento dos conflitos internos do partido, a Convergência levaria a cabo essa concepção de maneira cada vez mais decidida; a magnitude das reações disciplinares tomadas pela direção partidária acompanharia esse desenvolvimento.

Entretanto, é necessário destacar que, embora Arcary recorresse ao antagonismo entre as políticas majoritárias petistas e o movimento de massas para justificar a necessidade de uma atuação enquanto fração pública por parte da Convergência, a condição de fração pública da corrente não era episódica ou secundária; pelo contrário, a CS manteve essa condição ao longo de toda sua experiência no PT, e a possibilidade de divergir publicamente era um critério central para avaliar a viabilidade de sua permanência no partido. Em entrevista a nós concedida, o próprio Arcary endossou essa consideração. Ao tratar das relações entre a CS e a ala majoritária do PT, o dirigente morenista afirma:

“O elemento mais irritativo sempre foi a disputa pública, no movimento sindical, no movimento estudantil, no movimento popular, a intervenção como fração pública. A CS sempre foi uma fração pública. Nós sempre tivemos o mesmo posicionamento. A nossa experiência entrista era a de um entrismo com expressão externa. A Articulação também tinha expressão externa. Nós só queríamos ter os mesmos direitos que eles.” (ARCARY, Valério. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, Setembro/2014.)

Portanto, segundo palavras de um dos dirigentes que representava a Convergência nos organismos de direção nacional do PT, a experiência da corrente no partido pode ser definida como um “entrismo com expressão externa”. Para que atribuamos um correto sentido a essa expressão, pode ser útil recuperar a história da tática do *entrismo* tal qual desenvolvida e interpretada pelo movimento trotskista internacional desde a década de 1930. A essa temática está destinada a próxima seção.

4.7. Interlúdio: Considerações sobre a tática do “entrismo”.

O “entrismo” foi uma tática política preconizada por León Trotsky durante a década de 1930 e que passou a fazer parte do arsenal trotskista, quase sempre com consequências polêmicas. A seguir, recuperaremos um pouco da história dessa tática e de suas aplicações pelo movimento quarto-internacionalista, passando em seguida à discussão da relação entre o conceito e a experiência da Convergência Socialista no PT.

Trotsky elabora a tática entrista a partir de considerações sobre o fenômeno do “centrismo de massas”, no início dos anos de 1930. A conjuntura internacional, segundo o revolucionário russo, estaria marcada pelo acirramento dos enfrentamentos de classe, levando a situações extremas, como a burocratização da III Internacional e do PCUS e a ascensão do nazifascismo; mas ocasionando também o que o revolucionário russo chamou de “estado de *efervescência*” da classe operária, em distintos graus nos diferentes países. O significado dessa efervescência era o de realinhamentos políticos, um “oscilar entre dois polos – o marxismo e o reformismo –, ou seja, atravessar as distintas etapas do centrismo”. (TROTSKY, 1934.) Principalmente como consequência do triunfo do nazismo na Alemanha, as massas europeias haviam intensificado a luta pela defesa de suas conquistas democráticas, se realinhando à esquerda. Espanha e França seriam exemplos contundentes desse fenômeno, que daria lugar ao surgimento de tendências radicalizadas no movimento operário e nas organizações de juventude dos partidos socialistas da II Internacional, chegando a organizar dezenas de milhares de militantes. Grupos “centristas de esquerda” também romperiam com a III Internacional estalinizada. Vários desses agrupamentos chegariam a demonstrar alguma simpatia pelas posições trotskistas.

A definição do que caracterizaria os grupos centristas “nascidos do naufrágio da Segunda e da Terceira Internacional”, segundo Trotsky, seria difícil “pela positiva”, uma vez que tais agrupamentos se definiriam mais por aquilo que não tinham do que pelo que apresentavam. De maneira geral, no terreno da *teoria*, o centrismo seria “amorfo e eclético”, escapando às obrigações teóricas e tendendo “(em palavra) a privilegiar a ‘prática revolucionária’ sobre a teoria”. No plano da *ideologia*, reproduziria contra o bolchevismo “velhos argumentos mencheviques” sem ao menos percebê-lo (“sectários”, “aventureiros”, “golpistas”); usaria, por outro lado, os argumentos bolcheviques contra a direita. No entanto, “ao suavizar os aspectos mais agudos da crítica e evitar sacar conclusões práticas”, esvaziaria o significado dessas posições. Inimigo declarado do “sectarismo”, apegado aos debates formais e carente de vínculos internacionais coerentes, a posição do centrista entre o oportunista e o marxista, segundo Trotsky, seria “análoga, em certo sentido, à do pequeno burguês entre o capitalista e

o proletário: se humilha perante o primeiro e despreza ao segundo”. Sob a pressão das circunstâncias, o centrismo mais eclético poderia chegar a aceitar conclusões extremas, mas certamente as dissimularia na prática - “aceitada a ditadura do proletariado, deixará uma ampla margem para interpretá-la de maneira oportunista”, por exemplo. (TROTSKY, 1934.)

Em outra oportunidade, o revolucionário russo afirmara:

... o centrismo é um rótulo que abarca as mais variadas tendências e grupos que estão entre o reformismo e o marxismo. Sobre cada grupo centrista se deve colocar uma seta indicadora da orientação de seu desenvolvimento: da direita à esquerda ou da esquerda à direita. O centrismo burocrático [soviético e da III Internacional], devido a todos os seus zigue-zagues, apresenta um caráter extremadamente conservador que corresponde ao de sua base social, a burocracia soviética. Depois de uma experiência de dez anos chegamos à conclusão de que o centrismo burocrático não se aproxima do marxismo, de cujas fileiras surgiu, e é incapaz de fazê-lo. Precisamente por isso rompemos com a Comintern.

Enquanto os partidos comunistas oficiais se debilitam e se decompõem, do campo reformista - que cresceu consideravelmente - se separam setores de esquerda. Esses setores também são centristas, mas vão à esquerda, e como demonstrou a experiência, podem desenvolver-se e se tornarem permeáveis à influência marxista. Recordemos uma vez mais que a Terceira Internacional se formou a partir de organizações desse tipo. (TROTSKY, 1933b.)

Como resposta ao surgimento do centrismo de massas e de tendências com o perfil acima mencionado, Trotsky propõe a tática do entrismo para as seções quarto-internacionalistas da França, Espanha e Inglaterra, entre outras. Considerava que a única via para que os partidos trotskistas penetrassem e influíssem sobre as massas desses países era o seu ingresso nos partidos socialistas (enquanto frações bolcheviques), com a finalidade de disputar suas alas esquerdas para que rompessem com as direções reformistas e adotassem o programa trotskista. A tática, portanto, subordinava-se à estratégia de construção dos partidos revolucionários da IV Internacional e se baseava nos realinhamentos à esquerda de setores avançados dos partidos reformistas, que expressavam uma oscilação esquerdista das massas. Dessa experiência comum, “a partir de dentro” desses partidos, esperava-se arrastar os setores para a ruptura com suas direções, através do recurso à denúncia de suas vacilações e traições.

Seu deslocamento político “da direita para a esquerda” não era a única condição que explicava porque o entrismo era conveniente nos partidos socialistas, mas não nos PC's; tratava-se também de uma questão de regime partidário interno. Como explicava Trotsky ao defender o entrismo dos bolcheviques-leninistas franceses na SFIO (*Section Française de l'Internationale Ouvrière*, posteriormente Partido Socialista Francês), apesar do poder da burocracia socialista, naquele partido o regime interno era qualitativamente mais saudável que nos partidos comunistas, uma vez que não se

havia imposto uma “camisa de força” às bases e permanecia possível “certa liberdade de movimento” entre os operários.⁷³ Isto era essencial para viabilizar o entrismo, uma vez que em nenhum momento Trotsky considerava pertinente que o partido trotskista se dissolvesse dentro de um partido centrista-reformista – o que configuraria uma ruptura de princípio. Pelo contrário, o entrismo era recomendado justamente porque, em partidos como a SFIO, a situação interna permitia uma atuação “sob bandeira própria”:

A atmosfera é propícia para as metas que traçamos. O que agora necessitamos é atuar de tal maneira que nossa declaração [de adesão à SFIO], longe de fortalecer à ala burguesa dirigente, apoie à ala proletária de vanguarda; que seu texto e sua difusão nos permitam manter a frente no alto, tanto no caso de aceitação [da entrada dos trotskistas no partido socialista] como no de manobras delatórias ou rechaço. *Não podemos nos dissolver de nenhuma maneira. Entramos como a Fração Bolchevique Leninista, nossos laços organizativos permanecem intactos, nossa imprensa continua existindo tal como existem Bataille Socialiste e outras publicações.* (TROTSKY, 1933a. Grifo meu.)

Em relação à Inglaterra, país em que Trotsky considerava que o entrismo (*no Independent Labour Party*) também era conveniente, o dirigente russo pontuara no mesmo sentido:

Vale a pena entrar no ILP somente se nos colocamos o propósito de ajudar a este partido, ou seja, à sua *maioria revolucionária*, a se transformar em um verdadeiro partido marxista. Certamente, seria inadmissível entrar se o Comité Central do ILP exigisse de nossos amigos [trotskistas ingleses] que renunciem a suas ideias ou a lutar abertamente por elas dentro do partido. Mas é absolutamente correto assumir a obrigação de lutar por nossas posições dentro dos limites que impõem os estatutos do partido e de sua disciplina. (TROTSKY, 1933b)

Dessa maneira condicionada, a tática do entrismo devia ainda levar em conta o fator tempo. Sua duração estava determinada pelo deslocamento das massas à esquerda e pela ação das direções reformistas, que ditariam o momento da ruptura; mas o entrismo, segundo Trotsky, necessariamente teria curta duração (alguns meses ou um ano), tempo durante o qual o trabalho sobre as alas revolucionárias do partido deveria ser feito. A rapidez na implementação da tática era, portanto, fundamental:

Há duas coisas necessárias para o êxito desse passo, que em um breve lapso poderia transformar completamente a constelação política no movimento operário: a coesão organizativa (pela firme adesão de cada um dos membros [dos partidos trotskistas]) e a

⁷³ “Como partidos revolucionários, tanto a SFIO como o PC estão em bancarrota. Mas, nesta etapa de mudanças bruscas e reacomodações, nossa tarefa consiste em adaptar as táticas de acordo tanto com o conhecimento que tenhamos do terreno como com as oportunidades de criar o novo partido revolucionário. Por isso, devemos observar que a vida política interna do partido stalinista é nula; e há que se excluir a possibilidade de se desenvolver dentro dele uma tendência (o aparato acaba de dar uma guinada de cento e oitenta graus na orientação de trabalho dos membros do partido e Monmousseau está surpreso que ninguém tenha se surpreendido). Por outro lado, guardadas as proporções, o Partido Socialista manteve através de todo esse período uma vida relativamente intensa.” (TROTSKY, 1933a. Trad. esp. minha.)

rapidez da execução. Postergar tais decisões significa perder o momento oportuno para sua aplicação, o que nos coloca em desvantagem. (TROTSKY, 1933a.)

Alguns agrupamentos trotskistas consideravam que o entrismo punha em risco sua independência, enquanto outros consideravam-no uma capitulação efetiva à II Internacional. Consequentemente, a proposição da tática encontrou resistência dentro dessas organizações, que eventualmente se recusaram a adotar a orientação (como na Espanha, onde a Oposição de Esquerda dirigida por Andrés Nín recusou-se a entrar no Partido Socialista Operário Espanhol - PSOE; mais tarde os partidários de Nín romperiam com a IV Internacional e se uniriam a uma ala do PC para fundar o Partido Operário de Unificação Marxista - POUM) ou implementaram-na tardiamente (como acabou ocorrendo na França).

Em junho de 1935, Trotsky afirmaria aos trotskistas franceses que as metas estabelecidas para o entrismo já haviam sido alcançadas e propunha a ruptura. A política nacionalista de frente popular, defendida conjuntamente pela III e pela II Internacional, refreara o movimento operário francês, marcando o fim do período em que fora possível atuar dentro do partido reformista; a própria direção da SFIO concordava com a avaliação, como demonstrou ao expulsar do partido os dirigentes da fração trotskista (o Grupo Bolchevique-Leninista), dias depois de seu 32º Congresso, em julho. Ainda que a oportunidade não tivesse sido devidamente aproveitada, por conta dos erros e vacilações na aplicação da tática, Trotsky avaliava que o fortalecimento quantitativo e qualitativo da organização trotskista francesa, bem como das demais seções que haviam promovido o entrismo em outros países, justificara sua utilização.

Uma variação da tática seria utilizada pela direção da IV Internacional na década de 1950, sob condições bastante distintas, e ficaria conhecida como *entrismo sui generis*. Comentamos brevemente no Capítulo III que, para propor o novo entrismo, a direção da IV Internacional, organizada em torno da figura de Michel Pablo (apoiado por Ernest Mandel) partia da caracterização da eminência de uma III Guerra Mundial a ser travada entre dois grandes blocos antagônicos, o “mundo estalinista” e o “mundo capitalista”. Decorria dessa premissa que a esmagadora maioria das forças que se opunham ao capitalismo se encontrariam sob a liderança ou influência da burocracia soviética, que cumpriria um papel revolucionário. Essa linha, considerada equivocada (catastrofista e campista) por significativa parcela do movimento trotskista, embora criticada, seria mantida por dezessete anos. Cabe agora recuperar alguns aspectos dessa crítica tal qual elaborada por Nahuel Moreno, para delimitar a compreensão do conceito de entrismo e da natureza daquela tática de acordo com a ala morenista do movimento trotskista internacional.

Em documento de polêmica escrito no começo da década de 1970, período em que as principais alas do movimento trotskista internacional se encontravam unificadas sob o Secretariado Unificado da IV Internacional (SU, no qual o mandelismo era majoritário), Moreno propõe um balanço extremamente crítico da aplicação daquela tática que, em sua opinião, na verdade se havia convertido numa “estratégia decenal”, por sua longa duração. O dirigente argentino questionava: “Pode-se votar uma tática entrista por um período longo? O leninismo e o trotskismo permitem que se fique durante dezessete anos dentro dos partidos oportunistas?”; para o próprio Moreno, a resposta para tais perguntas era inequívoca: “Terminantemente, não”.

Votando e mantendo o entrismo por toda uma etapa, a direção pablista-mandelista da IV Internacional havia sacrificado a “independência pública, política e organizativa” dos partidos trotskistas perante o movimento operário. Ora, para conduzir as massas rumo à tomada do poder, um partido trotskista necessita postular-se como alternativa de direção nas lutas em que elas tomam parte, algo que só pode ser feito, segundo Moreno, se o partido aparece perante o movimento operário de maneira “organizativamente independente, com política, respostas, palavras de ordem e programa próprios para cada situação”.

Essa aparição pública independente seria fundamental para disputar a direção das massas e arrancá-las da influência das organizações “oportunistas”: “O movimento operário só aceitará nossa direção se nos viu durante longos anos a seu lado e pôde conhecer nossa organização, nossa política e nosso programa e confrontá-los, em cada luta, com as outras organizações, políticas e programas”. A aparição pública independente seria, portanto, um “princípio sagrado”, não “de tipo moral” e tampouco equivalente à “mania das seitas de achar que o essencial da política revolucionária é diferenciar-se dos demais”, mas ainda assim um elemento essencial para permitir o avanço da experiência do movimento de massas com suas direções e alternativas de direção. (MORENO, 2008, pp. 202-203.)

Após tal consideração, Moreno busca definir a correta articulação da tática entrista com essa necessidade, imperiosa para o partido trotskista, de postular-se publicamente enquanto alternativa de direção:

Essa norma sagrada que nos obriga a manter nossa atividade pública e independente tem, como toda norma, sua exceção. É o caso da tática entrista. Porém, nessa dialética entre o normal e o excepcional, o que prima é o normal; esse momento excepcional, no qual perdemos nossa delimitação pública como corrente do movimento operário para fazer entrismo, está subordinado às normas do partido revolucionário. Concretamente: o entrismo é uma tática que só se justifica quando serve para sair dela rapidamente em melhores condições como partido revolucionário independente, claramente diferenciado das demais organizações. É uma tática que ajuda, em circunstâncias excepcionais, a construção do partido; nunca a levar outra organização ou as tendências centristas em direção à tomada do poder. (MORENO, 2008, p. 203.)

As “circunstâncias excepcionais”, ainda segundo Moreno, estariam colocadas apenas naqueles momentos em que fosse “particularmente difícil ligar-se ao movimento de massas e captar para o partido trabalhando como organização independente”. Os objetivos da tática, portanto, seriam apenas dois: captar quadros em evolução à esquerda (“tendências centristas de esquerda”) ou aproximar-se do movimento de massas enquanto partido. Com qualquer desses objetivos, o entrismo só poderia ter curta duração. No primeiro caso, quando o objetivo fosse a disputa de militantes das “tendências centristas de esquerda”, a brevidade do entrismo estaria determinada pela própria dinâmica do centrismo, que se não fosse ganho rapidamente para as posições trotskistas, invariavelmente tenderia a deter-se “no meio do caminho” entre o reformismo e o marxismo, “condenado a ser centrismo permanente” com o perfil definido por Trotsky (1934). No segundo caso, isto é, quando o objetivo da tática fosse simplesmente aproximar-se do movimento de massas, a curta duração do entrismo estaria determinada pelo perfil reformista da organização em que se adentrara: para não capitular à direção “oportunista” do partido em que ingressara, o agrupamento trotskista logo seria obrigado a atuar como fração, polemizando publicamente; uma ruptura rápida seria inevitável, “já que não há organização oportunista que possa permitir por muito tempo que atue em seu seio uma fração trotskista que, cedo ou tarde, será pública”. (MORENO, 2008, p. 204.)

Diante da definição apresentada por Moreno, calcada numa leitura direta de Trotsky, a experiência da Convergência no PT deve ser caracterizada, por sua duração, como um entrismo *sui generis*: da formação do PT à exclusão da corrente em 1992, transcorrem doze anos. Há pelo menos duas razões que podem ser mobilizadas para explicar a longa duração e o caráter excepcional do entrismo morenista no PT. A primeira delas tem relação com a própria história da formação do partido: a CS era uma das correntes fundadoras do PT. Nas experiências entristas propostas por Trotsky na década de 1930, tratava-se do ingresso em partidos já consolidados havia décadas, cuja trajetória era estranha à do trotskismo. O caso da adesão da corrente morenista ao PT era bastante distinto, uma vez que a Convergência se colocara na vanguarda do Movimento Pró-PT no final da década de 1970 e participara do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação. Essa condição, completamente inexistente no caso dos entrismos clássicos, adicionava legitimidade à permanência da CS na agremiação cuja construção impulsionara.

A segunda razão pela qual a experiência pôde ter uma duração tão longa é mais determinante e tem a ver com os limites impostos à atuação da fração trotskista no interior do partido. Ao contrário do que previa Moreno, que afirmara que nenhuma “organização oportunista” permitiria por muito tempo a

atuação de uma fração trotskista pública em seu interior, a Convergência encontrou condições que a permitiram conciliar por mais de uma década sua independência pública perante o movimento operário e a disputa de posições no interior do partido. Mesmo durante a primeira fase da regulamentação do direito de tendências, entre 1987 e 1990, na prática, a CS permanecia gozando de amplas liberdades para sustentar publicamente suas posições. Segundo Arcary, para os dirigentes da tendência, até que ficasse evidente que a manutenção dessa posição de fração pública conduziria à expulsão - cenário que só se configura na segunda fase da regulamentação, depois de 1990 - “não se colocava a questão de estar ou não estar no PT. A resposta era óbvia: estar no PT, na medida em que o PT era um partido de oposição”:

Enquanto o PT fosse um partido de oposição e nós pudéssemos manter a liberdade de expressão enquanto fração pública, tal como nós havíamos feito até ali, não tinha muito sentido não estar no PT. O PT era oposição ao governo. Deixou de ser oposição ao regime depois da eleição à Assembleia Constituinte [em 1986]. Isso colocou, evidentemente, a luta política num patamar diferenciado, porque nós denunciávamos o regime e eles não, e eles ficavam furiosos conosco. (ARCARY. Entrevista..., São Paulo, setembro/2014.)

Ora, o processo de regulamentação do direito de tendências se inicia justamente quando o PT abandona a oposição ao regime, segundo a caracterização apresentada por Arcary. A partir de 1988, o PT deixa inclusive de ocupar a posição de partido de oposição em diversos municípios importantes; conforme passa à nova posição de partido de governo, o patamar da luta política também se eleva, e se torna mandatório para a Convergência diferenciar-se das gestões municipais petistas. Mas é, de fato, em torno de uma questão da ordem do regime político democrático-burguês afirmado pela Constituição de 1988 que as mais irreconciliáveis divergências entre o trotskismo morenista e a direção majoritária petista aflorariam de maneira irreversível. Collor de Mello era o primeiro presidente democraticamente eleito desde 1964. Para a Articulação, como veremos ao recuperar as discussões preparatórias ao I Congresso do PT a seguir, a queda do governo era extremamente improvável. Mais que isso, propor sua derrubada seria uma tese insurrecional-golpista. Para a maioria da direção petista, a defesa do regime era inquestionável; para a CS, pelo contrário, a oposição convicta ao regime era parte fundamental da estratégia revolucionária, e diante da crise política do país, lutar pela derrubada de Collor era a única via para o fortalecimento do movimento operário e popular, de seu “instinto de poder”.

4.8. A CS e o I Congresso do PT (1991): O “Antipinça” – uma crítica ao curso estratégico da DS.

No contexto das discussões preparatórias do I Congresso do PT (1991), a CS comentava, em artigo assinado por Marco Antonio Ribeiro, as recentes divulgações da estratégia elaborada pela Democracia Socialista no artigo “DS apresenta: a ‘Estratégia da Pinça’” (*Convergência Socialista*, nº 295, 20/06 a 26/06/1991. p. 5.). Como vimos nos capítulos anteriores, a estratégia sintetizava uma aproximação entre o trotskismo mandelista do PT e a coalizão majoritária do partido, cujas elaborações expressas no *programa democrático-popular* apontavam a necessidade de um “longo acúmulo de forças” antes que fosse possível a tomada do poder, e sinalizavam a busca de um avanço simultâneo sobre a institucionalidade (com a ocupação de postos no aparelho de Estado burguês) e sobre o movimento operário e popular (com a participação na direção e no fortalecimento de suas lutas). A estratégia, em sua versão mandelista, era resumida pela CS através de uma citação de Juarez Guimarães, extraída de artigo publicado em *Teoria & Debate* nº 12:

Segundo a DS, “a hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que uma ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro do poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular” (*Teoria & Debate*, nº 12). Para a DS, essa estratégia estabelece “um traço de diferenciação entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique” (T&D, nº 12). (RIBEIRO, 1991. p. 5.)

Em primeiro lugar, M. A. Ribeiro saúda a manutenção, por parte da DS, da ideia de que o processo de construção do socialismo exigiria (em algum momento) uma ruptura revolucionária. Essa ideia implicava na recusa de uma perspectiva *reformista*, algo que não era mais unânime no PT à época do I Congresso, em que amplos setores do partido, cuja maior expressão seria a tese *Um Projeto para o Brasil*, questionavam abertamente a validade de uma estratégia revolucionária.

Em seguida, contudo, o artigo passava às discordâncias em relação às elaborações da DS. A primeira delas teria a ver com a interpretação do processo revolucionário russo. Para os morenistas, o que caracterizaria a política dos bolcheviques seria uma grande flexibilidade tática – todo um arsenal de meios desenvolvidos na busca de uma estratégia clara, resumida em dois momentos fundamentais: um primeiro, da *organização do duplo poder*, isto é, de organismos operários e populares de poder que conflitem com os do poder burguês e que, na prática, os substituam definitivamente em um segundo momento, o da *tomada do poder* pelas massas dirigidas pelo partido revolucionário. Pela flexibilidade tática (que ia da participação nas eleições ao boicote ao pré parlamento czarista, da eleição de deputados à exigência de dissolução da Duma, entre outros exemplos) apresentada pelos bolcheviques

na busca desses objetivos estratégicos, a CS discordava da interpretação oferecida pelo mandelismo, segundo a qual “as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas” no processo revolucionário russo, quando comparado ao brasileiro. Para os morenistas do PT, a estratégia revolucionária permanecia a mesma – o que mudava seriam justamente as táticas.

Essa divergência de interpretação se refletia em desacordos quanto à validade da “estratégia da pinça”. A Convergência apontava que, ao estabelecer no acúmulo de forças dentro das instituições burguesas uma das *condições* (necessárias) para a vitória dos trabalhadores, a DS incorria no erro de transformar uma tática importante do movimento operário (a disputa eleitoral) num objetivo fundamental – numa estratégia.

Para nós, as vitórias eleitorais servem para fortalecer a luta dos trabalhadores. Mas a ausência de um acúmulo de posições nas instituições burguesas não impede o desenvolvimento dessa luta. A vitória dos trabalhadores jamais pode ser condicionada a vitórias eleitorais. A classe operária desenvolve a construção de seus organismos de poder de acordo com a *luta de classes*. Esse desenvolvimento não obedece aos ritmos e prazos dos calendários eleitorais. (RIBEIRO, 1991, p. 5.)

A argumentação de M. A. Ribeiro se fundamenta na ideia de que a tomada do poder não tem relação com o número de postos ocupados pelo partido revolucionário no Estado burguês, mas sim com a mobilização e a organização operária e popular e, sobretudo, com a capacidade de atração do movimento operário sobre todos os setores oprimidos e marginalizados da sociedade. Ao igualar a importância do avanço institucional e da organização dos trabalhadores e transformar as vitórias eleitorais em condição de possibilidade da ruptura revolucionária, a DS estaria esperando demais das eleições, e também *pelas* eleições. “A estratégia da DS”, arrematava o autor, correria assim “o risco de se transformar na ‘estratégia do caranguejo’, animal que, além de ter pinças, tem o péssimo hábito de andar para trás”. (RIBEIRO, 1991, p. 5.)

A inflexão estratégica da DS acompanhava um deslocamento político que a corrente iniciara no final da década de 1980, e que começava a ter manifestações cada vez mais evidentes, no sentido de aproximar-se da Articulação. Esse deslocamento conduziria a DS a uma posição de participação na *coalizão dominante* do partido, e manifestava-se também no terreno sindical. No 6º Congresso Estadual da CUT-RS, segundo registra a edição nº 299 de *Convergência Socialista*, o agrupamento “CUT pela Base” gaúcho (composto majoritariamente pela DS) formara um “chapão” com os dirigentes sindicalistas da Articulação, Nova Esquerda e Força Socialista, vencendo a eleição e passando a integrar a direção da entidade. No entanto, durante todo o período anterior, a DS e o grupo “CUT pela

Base" haviam participado do combate à política implementada pela Articulação e pela NE na entidade. Apesar disso, no Congresso Estadual, optaram por não compor uma chapa com as correntes de esquerda, que haviam travado a mesma disputa (CS, OT e a pequena corrente Democracia Operária) e cujos delegados, somados aos da DS, teriam condições de levar a oposição à direção estadual. No terreno sindical, portanto, os acordos da DS com as alas do PT à sua direita avançavam mais rapidamente do que aqueles na própria arena partidária. No I Congresso, a NE era signatária da tese PPB (bem como, um pequeno setor da elite da Articulação), que a DS combateu enfaticamente. A fragmentação da Articulação, da qual a assinatura da tese PPB por alguns de seus quadros era um sintoma, também justificava o deslocamento político da DS, que considerava possível aproximar um setor da direção petista de suas posições.

Os atritos na arena sindical, como afirmamos, reproduziam, ainda que de maneira imperfeita, as colisões entre as tendências internas petistas. Assim, embora com sensíveis variações regionais, também se acirraram conforme se tornava mais aguda a luta em torno do direito de tendências. Em setembro de 1991, às vésperas do I Congresso, no qual avançariam ainda mais as restrições sobre a atuação das correntes, as denúncias publicadas pela CS em seu órgão de imprensa, dirigidas contra a atuação sindical da Articulação, não faziam uso de meias palavras e buscavam dar vazão à indignação dos morenistas. A capa da edição nº 307 do referido jornal trazia os seguintes dizeres: "Calúnias, fraudes, agressões físicas, manobras, golpes e ameaças de racha. Isso foi o 4º CONCURT graças à Articulação que tenta aplicar sua política socialdemocrata de conciliação com os patrões e o governo".

Nada mais destoante do tom de divergências passíveis de resolução que a DS buscava imprimir nas críticas à maioria petista veiculadas no *Em Tempo*. A Convergência, pelo contrário, considerava necessário polemizar em outro patamar, denunciando as políticas e os métodos da Articulação, em luta política aberta. O título do artigo que tratava do IV CONCURT naquela edição de *Convergência Socialista* seguia pela mesma linha: "Articulação destrói democracia e ameaça dividir a CUT". Afirmava que, dada a possibilidade real de perder a maioria na direção da Central, a corrente majoritária do PT havia recorrido a "métodos só utilizados até hoje pelos mais ferozes pelegos", incluindo o impedimento do credenciamento de delegados oposicionistas, a recusa da contagem de votos na polêmica decisão sobre a proporcionalidade na direção da entidade, além de calúnias contra a CS e seus militantes. A CS aponta até mesmo motivações financeiras que ajudariam a explicar as manobras burocráticas no Congresso:

O desespero tomou conta da Articulação. Caso fosse aprovada a proporcionalidade qualificada, ela poderia perder a tesouraria da CUT. Se isso acontecesse, não poderia controlar os milhões de dólares "doados" pela CIOSL [Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres]. Ficaria longe da grana, indispensável para o financiamento

de seus projetos e do aparato. (*Convergência Socialista*, nº 307, 13/09 a 18/09/1991. pp. 1, 4-5.)

Resta apontar que os próprios expedientes adotados pela Articulação, segundo a CS, expressavam a crise da corrente majoritária no terreno sindical. A oposição cutista à corrente crescia em nível nacional, e passava a disputar a entidade com chances de abalar sua direção hegemônica, em ritmo ainda mais veloz que o do crescimento demonstrado pelas tendências minoritárias também dentro do PT - tanto à esquerda quanto à direita da Articulação. Mas a disputa com ambos os setores era travada pela Articulação de modos bem distintos. Com a direita partidária, ou mesmo com algumas correntes de esquerda mais moderadas (como era o caso da DS), era possível costurar acordos e firmar compromissos. Contra a extrema esquerda do PT, no entanto, se podia desferir ataques tão decididos quanto eram as críticas e denúncias por ela perpetradas. A luta fracional era aberta.

4.9. A CS e o I Congresso do PT (1991): O direito de tendências.

O I Congresso era visto por muitas alas do partido como um momento propício para a superação das “indefinições” petistas. Em sua pauta se encontravam importantes questões teóricas e programáticas, como a do socialismo e o balanço da queda dos Estados operários burocratizados do Leste Europeu. No plano organizativo, mais uma vez se discutia o direito de tendências. A linha geral da CS para o Congresso estava resumida no título de sua tese: “Em defesa do PT das origens: classista, democrático e instrumento da luta pelo socialismo”. Em setembro, a edição de nº 308 de *Convergência Socialista* apresentava, a partir das declarações de lideranças petistas à imprensa burguesa, um prognóstico das intenções da ala majoritária do partido em relação ao tema – “Querem acabar com o direito de tendências no PT”.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho: “As correntes que não mudarem de postura serão expulsas pelo próprio movimento operário, independente da ação da CUT e do PT” (O Estado de S. paulo, 11/9/91).

Jair Meneguelli: “Estes grupos têm todo o direito de existir, mas com suas próprias siglas e regras, e não como partidos dentro de outro” (Jornal da Tarde, 10/9/91). “Petistas eles não são” (Jornal da Tarde, 10/9/91).

Deputado Federal José Dirceu (PT-SP): “O congresso da CUT provou que é hora de pôr fim ao estatuto de uma série de correntes do PT, que praticam o centralismo e têm jornal e finanças próprias” (Jornal da Tarde, 10/9/91).

Lula “Não sei como mexer nisso agora. Mas tem que ficar claro para alguns companheiros que se eles não querem a CUT assim, devem procurar outra central” (Jornal da tarde, 2/9/91). (*Convergência Socialista*, nº 308, 19/09 a 25/09/1991. p. 8.)

Assinada por M. A. Ribeiro, a matéria daquela edição dedicada ao tema identificava no IV CONCUR a origem dos ataques. Como vimos, a CS fizera de sua cobertura jornalística do evento uma oportunidade para se colocar em *ofensiva*, efetivando sua tática de *apresentação pública de divergências* com o intuito de consolidar um “pólo de resistência à Articulação”. A resposta da corrente majoritária, por meio da imprensa burguesa, demonstrava que aquela ofensiva não passaria em branco.

O direito de tendências voltava a ser mobilizado para fundamentar esse contra-ataque e desarticular o bloco de oposição sindical que obtivera quase metade dos votos dos delegados no IV CONCUR e do qual a CS era um importante elemento. No Encontro Estadual cutista do RS, como vimos, a DS abandonara esse bloco de oposição para compor com a Articulação e a NE. Nacionalmente, para o CONCUR, também se colocara contra a construção de uma chapa unificada da oposição, política que acabou derrotada em plenárias preparatórias do grupo “CUT pela Base” (do qual os mandelistas eram parte). A DS, então, optou por aderir à oposição, viabilizando uma disputa acirrada que demonstrava o abalo da hegemonia sindical da Articulação. Jair Meneguelli, da corrente majoritária do PT, declararia pouco após o CONCUR que “ficaria difícil para os sindicalistas da CUT pela Base aceitarem uma composição política com a Convergência *se ela estivesse fora do PT* (Diário Popular, 10/9/91.)” (RIBEIRO, 1991, p.8. O grifo é meu.)

Articulada à estratégia de dividir a oposição, a tática de excluir a CS do PT tinha, segundo Ribeiro, prazo definido: o I Congresso do partido, marcado para dezembro de 1991. Nele, a maioria pretendia “restringir o direito democrático de organização de tendências internas, impedindo o exercício pleno da democracia partidária”. As propostas restritivas da Articulação receberam da CS a alcunha de “expulsão *soft*”, pois não se exigia que as correntes ameaçadas (como a CS) fossem de fato excluídas do partido; bastava cassar os direitos políticos de seus militantes, impedindo-os, por exemplo, de apresentarem candidaturas municipais pelo PT em 1992 – possibilidade publicamente comentada por Gilmar Carneiro, membro da direção majoritária cutista. (RIBEIRO, 1991, p. 8.)

Também fazia parte da modalidade *soft* de exclusão a inviabilização da expressão interna dessas correntes. Antes mesmo de aprovar, no I Congresso, a proposta de abolir os jornais das tendências, a maioria da direção partidária já se utilizara do não-reconhecimento do direito de tendência da Causa

Operária no ano anterior, bem como do controle que exercia sobre a circulação interna de documentos, para impedir a divulgação da tese congressual daquela corrente dentro do partido em 1991. A CO passou por um duradouro processo de exclusão *soft*, situação em que permaneceria por mais de um ano. Após aprovada a resolução que declarava que a CO não era parte do PT, em maio de 1990, foi concedido aos militantes da tendência o prazo de noventa dias para declararem sua opção pelo PT e seu desligamento da corrente. Mas, como sabemos, a CO permaneceu atuando dentro do partido por, pelo menos, um ano após a votação dessa resolução. Chegou a indicar dirigentes e candidatos em instâncias locais do partido, bem como a eleger delegados que defenderiam suas posições no I Congresso. O DN, no entanto, interviria para impedir que esses militantes assumissem postos de direção (caso do Diretório Regional do DF) e recusaria a cessão de legenda aos seus candidatos para a eleição de 1990. A participação dos delegados da CO no Congresso no ano seguinte também seria rejeitada pela maioria do plenário; a partir daí, a corrente estava *excluída de fato* do PT.

A CS, por sua vez, permanecia no partido. Entretanto, para além das cada vez mais frequentes ameaças públicas de exclusão, sofria também outras formas de constrangimento conforme rompia com a política da Articulação. O deputado federal da corrente, Ernesto Gradella (PT-SP), quebraria a disciplina da bancada parlamentar petista naquele ano, votando contra a proposta salarial das “oposições”, defendida pelo restante da bancada. Para Gradella e a CS, embora fosse “das oposições”, aquela proposta sustentava o “entendimento nacional” proposto por Collor, que tinha como um de seus pilares a manutenção do arrocho salarial. A CS alegaria que a posição do restante da bancada petista abandonava o princípio da independência de classe ao sustentar aquele acordo eventual com as “oposições” (burguesas) e se colocar a favor de uma lei que estava sendo enfrentada pelas lutas por reposição salarial de categorias como os bancários e os petroleiros.

Gradella seria publicamente advertido pela Executiva Nacional do PT, que, no entanto, reconheceria que a posição do parlamentar da Convergência não poderia ser “confundida com alinhamento com o governo federal”. Essa afirmação foi solenemente desconsiderada por muitos membros da Articulação. O deputado federal Chico Vigilante (PT-DF) faria do voto de Gradella mais uma ocasião para sugerir a exclusão da CS, propondo que Gradella fosse desligado da bancada petista e impedido de participar de suas reuniões: “Ele tem que fundar a bancada da Convergência”. (*Convergência Socialista*, nº 308, pp. 8-9.)

Para resistir à ofensiva, a CS se utilizou de algumas táticas durante o período pré-congressual que se opunham às propostas restritivas quanto ao direito de tendências, sustentadas não apenas pela

Articulação, mas também pela tese *Um Projeto para o Brasil* (PPB). Além das matérias publicadas pelo jornal da tendência denunciando o próprio conteúdo dessas propostas, a CS divulgava os resultados dos Encontros municipais e estaduais em que as tentativas de restrição haviam sido derrotadas, como os de São José dos Campos/SP, o de São Bernardo do Campo/SP, berço do PT, e o Encontro Estadual de Minas Gerais⁷⁴. O jornal também foi em busca de declarações de figuras públicas partidárias e personalidades do movimento sindical e popular favoráveis à manutenção das liberdades das tendências.⁷⁵

Divergências eram apresentadas pela CS em relação aos diagnósticos e propostas da ala majoritária petista sobre praticamente todos os pontos da pauta congressual. Dois dos principais exemplos podem ser apontados em questões práticas, como a da política de alianças e a das administrações municipais petistas. Em outubro, Lula lançaria um manifesto onde defendia as propostas da Articulação e se pronunciava sobre os referidos temas. Quanto ao leque de alianças, Lula sustentava a opinião de que era necessário ampliá-lo, pois caso se mantivesse a “repulsa aos demais partidos”, seria dada margem às dúvidas em relação a quanto o PT, de fato, desejaria o pluripartidarismo. A CS, pelo contrário, identificava nessa ampliação o abandono da independência de classe diante dos partidos e governos patronais (incluídos aí o PMDB, o PSDB e o PDT com quem a Articulação defendia conformar alianças, mas que, para a CS, não poderiam ser mais do que “unidades de ação” pontuais). (*Convergência Socialista*, nº 311, de 05/10 a 11/10/1991. p.8.)

Tratando das prefeituras petistas, mesmo Lula reconhecia a adaptação do partido ao aparelho estatal e o predomínio de uma lógica de “sobrevivência administrativa” nas gestões municipais. Para a CS, não se tratava meramente de um “desvio administrativista no governar”, mas de uma concepção programática quanto a “para quem se governa”: “A direção do PT considera possível governar para todos. Para todos os setores sociais. Isso não existe. A sociedade está dividida de cima a baixo por antagonismos sociais irreconciliáveis”. Essa era a compreensão defendida pelo PT das origens, do qual

⁷⁴ O Encontro estadual de MG é ilustrativo dos alinhamentos políticos completamente distintos apresentados pela CS e pela DS no período. Lembremos que aquele estado era um dos bastiões dos mandelistas, e que a DS fazia tinha peso na direção estadual mineira do PT. No Encontro Estadual de 1991, as tendências da esquerda mineira apresentaram uma declaração comum, afirmando que o PT não deveria assumir compromisso algum com a institucionalidade e que a remoção do Governo Collor era uma necessidade para o combate à miséria e à fome, para a luta contra o arrocho salarial, o pagamento da dívida externa e as privatizações. Dentre as correntes da esquerda, apenas a DS não aderiu à declaração, alegando que não se juntaria a um bloco de oposição à Articulação. (*Convergência Socialista*, nº 313, 26/10 a 01/11/1991. p. 5.)

⁷⁵ Exemplos são as declarações de Osmarino Amâncio (Conselho nacional de Seringueiros), Junia Gouveia (Federação Nacional dos Previdenciários) e Aldo dos Santos (Vereador pelo PT em São Bernardo do Campo), na edição nº 311 de *Convergência Socialista* (out/1991), e de Carlos Bauer (dirigente da CUT/SP) no nº 313 (out-nov/1991).

as administrações (e a direção partidária) teriam se afastado, e que era necessário retomar. (*Convergência Socialista*, nº 311, de 05/10 a 11/10/1991. p.9.)

No Congresso, apesar de todas as insinuações públicas tornadas comuns desde o ano anterior, a CS não seria excluída do PT. Tampouco a proposta mais radical da Articulação sobre o direito de tendências se sairia vitoriosa. O texto original da tese-guia propunha a seguinte definição de *tendência interna*: “agrupamentos de militantes que se reúnem em torno de plataformas políticas (gerais ou setoriais) formando-se e desfazendo-se em cada momento da decisão”; tendo, portanto, um caráter episódico, “não poderão assim, possuir disciplina própria, relações internacionais, sedes, jornais, finanças, etc”.⁷⁶ Conforme expusemos no Capítulo II, setores dentro da própria corrente majoritária se aliaram à esquerda partidária para combater tal proposta, derrotando-a por pequena margem e assegurando a existência permanente dos agrupamentos internos. A derradeira batalha pelo direito de tendências, portanto, não se encerraria com o que, na opinião da CS e da maioria da esquerda partidária, teria sido a aniquilação desse direito. No entanto, a Articulação obteria sucesso em impor diversas restrições ao seu funcionamento, justamente nos aspectos concretos que o tornavam viável (sedes, imprensa, relações internacionais).

Desse modo, a avaliação da CS sobre o I Congresso foi a de que o espaço teria expressado a “adaptação” do PT “à institucionalidade e ao eleitoralismo”, consolidando uma estratégia social-democrata e reformista para o partido. (*Convergência Socialista*, nº 317, 06/12/1991 a 17/01/1992. p. 8) Diante disso, a Convergência optaria por aprofundar ainda mais sua atuação enquanto fração pública, articulando-se com outras forças políticas locais e regionais que se opunham ao curso do PT para resistir à política vitoriosa naquele Congresso.⁷⁷

⁷⁶ Trechos da tese da Articulação ao I Congresso do PT, reproduzidos no artigo de Marco Antonio Ribeiro “Articulação quer acabar com o direito de tendências”, publicado em *Convergência Socialista*, nº 309, 26/09 a 02/10/1991.

⁷⁷ O *Manifesto por uma Alternativa Revolucionária e Socialista*, lançado no começo de 1992 e assinado conjuntamente pela CS e por uma série de agrupamentos locais e regionais, concretizava esse aprofundamento da atuação enquanto fração pública, uma vez que chamava à defesa e à manutenção de políticas rejeitadas pelo I Congresso, tais como o “Fora Collor!”. Além da Convergência, os seguintes grupos, coletivos e dirigentes assinavam o Manifesto: Coletivo Revolucionário (RJ); Coletivo Petista da Paraíba; Rumo Socialista (Grupo da Construção Civil e Independentes); Democracia Operária (Porto Alegre/RS); Grupo Independente (Diadema/SP); Luta de Classes (SP); Movimento de Esquerda Independente (RJ); Movimento Rumo ao Socialismo (PB); Movimento Socialista Revolucionário; Sociedade Diferente (São Bernardo do Campo/SP); Tendência Socialismo Classista do PT (Porto Alegre/RS); Enio Bucchioni (PT – Diadema/SP); Isabel (Vice-presidente DCE/UFF); Magno de Carvalho (Dirigente da FASUBRA e do SINTUSP); Núcleo Independência Proletária (Porto Alegre/RS). A articulação com esses dirigentes e coletivos, bem como a formulação do Manifesto são corretamente apontadas por OZAÍ SILVA (2001b) como esforços da CS no sentido de concretizar a tática da construção de uma *Frente Única Revolucionária*, indicando que a essa altura a corrente morenista já se preparava para a ruptura com o PT.

O ano de 1992 traria o aprofundamento da crise do Governo Collor de Mello, pano de fundo do período derradeiro da verdadeira *luta fracional* então em curso no PT. Antes de acompanharmos os últimos meses da CS enquanto tendência petista é conveniente que recuperemos os efeitos críticos que a evolução da inserção partidária no aparelho de Estado teve sobre o próprio PT, a partir da análise de alguns aspectos da administração municipal petista que mais visibilidade política apresentava: o Governo Erundina em São Paulo. Para tal, alguns elementos do conhecido estudo de Couto (1995) sobre o tema serão apresentados na seção seguinte.

4.10. Os conflitos intrapartidários no Governo Erundina.

Ainda no período das prévias internas para definir o candidato petista para a disputa municipal paulista de 1988, em entrevista à *Convergência Socialista*, Erundina afirmou defender uma concepção segundo a qual “o partido se constrói pelas bases, sendo democrático, popular e, sobretudo, respeitando a vontade da maioria. *Sua tarefa principal deve ser a sua própria construção e organização dos trabalhadores através da luta*”. A disputa eleitoral e a conquista de mandatos deveriam estar subordinados ao projeto estratégico socialista do PT. Declarações nesse sentido foram encaradas como um compromisso que possibilitava que a CS aderisse à defesa da candidatura Erundina, contra o nome de Plínio de Arruda Sampaio, apoiado pela Articulação. Também fazia parte desse compromisso a recusa de Erundina em encampar alianças com partidos burgueses, ainda um tanto dúbia na opinião da CS, para quem não eram convenientes nem mesmo as alianças com setores e dissidências desses partidos, hipótese ventilada pela pré-candidata. Para a CS, esses setores nada mais seriam que a ala “crítica”, “democrática” da patronal. (*Convergência Socialista*, nº 168, 25/05 a 31/05/1988. p. 5. Os grifos na citação da fala de Luiza Erundina são meus.)

Contando com forte respaldo no movimento popular e unificando a esquerda partidária em oposição ao candidato apoiado pela Articulação, Erundina venceu as prévias internas. O PT sairia vitorioso das eleições municipais paulistanas de 1988, mas a unidade dos setores partidários que apoiaram a candidatura da futura prefeita era frágil. Cláudio Couto (1995) resume a experiência petista à frente da prefeitura de São Paulo à interação recíproca de dois processos fundamentais, o de *crise* e o de *mudança*, deflagrados, tanto em âmbito interno (conflitos intrapartidários) quanto externo (as relações do partido com seu entorno), pelo ingresso do partido em um ambiente organizacional novo, o ambiente *governamental*. Em seu trabalho, o autor aponta como principais as crises intrapartidárias e na frente parlamentar municipal paulista, sem, contudo, minimizar a importância de outros conflitos e

dilemas nos quais os membros do PT se envolveram durante a gestão municipal, “particularmente o relacionamento com setores da sociedade civil, com o empresariado, os sindicatos e os movimentos sociais de um modo geral”. (COUTO, 1995, p. 239.)

O episódio da greve dos trabalhadores do transporte em 1992, elencado pelo autor como exemplo da existência de tais crises, é possivelmente um dos momentos onde se evidenciam de maneira mais nítida as articulações entre os conflitos intestinos petistas e as novas relações que o partido, agora inserido no ambiente governamental, desenvolvia com os distintos setores de seu entorno. Pelo menos no âmbito intrapartidário, mesmo Couto identifica a “greve dos nove dias” como “aquela que talvez tenha sido a maior das crises no relacionamento entre petistas”. (COUTO, 1995, p. 162.)

As reivindicações dos motoristas e cobradores dos transportes, cujo sindicato era filiado à CUT, envolviam um reajuste salarial de 89% e uma política de reposições mensais futuras pelo índice do DIEESE, além de questões como convênio médico e odontológico, vale-alimentação, plano de carreira e a modificação da política salarial das empresas particulares que operavam transportes públicos. O Executivo propunha um reajuste salarial de 72,8%. Alegava que o orçamento anual havia sido reduzido, em decorrência da suspensão da progressividade do IPTU por decisão judicial, no início de 1992. Uma vez que os recursos destinados à área do transporte já estariam comprometidos com o subsídio às tarifas de ônibus, a única maneira que o Executivo afirmava identificar para atender às exigências apresentadas pelo sindicato seria o aumento do preço das tarifas, medida que as lideranças do governo julgavam descabida.

A direção municipal do PT, por sua vez, considerava as reivindicações do movimento justas, alinhando-se com os petistas da CUT e isolando os petistas do governo. Enquanto a direção partidária “pretendia conciliar o aumento salarial dos condutores com a manutenção das tarifas no patamar em que se encontravam e a melhoria do serviço prestado”, para Paulo Sandroni, presidente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) à época, essa era uma “equação impossível”. Depois de uma “greve de advertência” em 28 de abril, os condutores receberam uma nova proposta de reajuste da prefeitura (77,1 %, em três vezes), que não foi aceita pelo sindicato. A greve foi deflagrada em 11 de maio. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu a polêmica do reajuste favoravelmente aos trabalhadores (89% de aumento, em duas vezes), contemplando os anseios do sindicato, mas o Executivo recorreu da decisão.

A essa altura, o PT buscava um impasse para o conflito através do “Fórum das Três Instâncias”, criado no ano anterior devido à projeção nacional obtida pela experiência petista à frente de São Paulo, no intuito de congregas as lideranças paulistanas, estaduais e nacionais do PT. Quando o Fórum passa a se reunir, a partir de maio de 1991, já fazem parte de seus objetivos “melhorar o relacionamento entre dirigentes e governantes” – dois grupos que expressavam diferentes setores partidários e bases de apoio, e que operavam em ambientes distintos, distanciando-se progressivamente ao longo da gestão Erundina. Couto avalia que o Fórum de fato conseguiu contornar os principais conflitos dali até o final da gestão, de modo que as declarações críticas de dirigentes petistas contra o Executivo passaram a ser “muito mais amenas”. A greve dos condutores de 1992, no entanto, teria sido a grande exceção: a reunião do Fórum foi improdutiva, uma vez que tanto o Executivo quanto o sindicato cutista estavam decididos a não recuar. (COUTO, 1995, pp. 160-162, 164.)

Por lei, pelo menos 40% da frota deveria ser mantida em operação durante a greve, o que não ocorreu durante os primeiros dias após sua deflagração. Embora o número de veículos em circulação aumentasse a cada dia, atingindo os 40% já em 15 de maio, naquele mesmo dia a greve foi declarada abusiva pelo TRT, que exigia o retorno dos condutores ao trabalho; no entanto, o Tribunal permanecia determinando também o pagamento dos 89% de reajuste, dessa vez em três parcelas. A Prefeitura anunciou novamente que recorreria da decisão quanto ao valor do reajuste, e que iria mais longe: iniciaria o processo de demissão dos trabalhadores que permanecessem em greve. Diante da ameaça, nova assembleia dos condutores decidiu pela radicalização da greve, retirando os 40% da frota de circulação. O Executivo municipal cumpriu sua promessa, e já no sábado anunciou a demissão de 300 trabalhadores, incluindo dirigentes sindicais, acusados de participação “em episódios de depredação e violência”. A greve começou a se esvaziar, e terminou já no dia 19 de maio. (COUTO, 1995, pp. 164-165.)

Couto avalia que o ocorrido demonstra um *fracasso na tentativa de construir um consenso* entre os distintos setores do partido, ocasionado pelas *distintas lógicas ambientais* que moviam cada um deles. Os *petistas do sindicato* buscavam afirmar sua independência perante o governo (petista), “criando fortes embaraços para o Executivo em decorrência da prolongada greve”, cuja consequência teria sido um desgaste do PT (bem como da CUT) perante a população às vésperas de uma nova disputa eleitoral. A CS, por exemplo, encampou a greve dos trabalhadores do transporte e contribuiu para o desgaste do governo Erundina, denunciando em diversas oportunidades que as demissões promovidas pela prefeitura em nada se diferenciavam do tratamento dado por qualquer governo

burguês ao movimento operário. A corrente seria expulsa do PT na reunião do DN de 9 de maio, pouco após a “greve de advertência” dos trabalhadores do transporte paulistano e às vésperas da “greve dos nove dias”.

Já os *petistas do governo*, “ancorados em sua posição no Estado”, segundo Couto, passaram mesmo a questionar o direito irrestrito de greve, argumentando que, por se tratar de um serviço público, ao decidir não poder atender as reivindicações salariais dos trabalhadores do transporte, a prefeita optava por não onerar o conjunto da população com um aumento da tarifa, priorizando portanto o interesse público. A *direção partidária*, hegemônica pela Articulação, por sua vez, manteve uma avaliação negativa do “administrativismo” do “núcleo central do governo”⁷⁸, acusando-o de se autonomizar em relação ao partido e assumir “posições conservadoras na condução da prefeitura”, opinião que unificava diversos setores do PT (desde a ala majoritária da Articulação, que não havia apoiado o nome de Erundina como candidata e que se mantinha distante do “núcleo central”, até setores da esquerda partidária, como os trotskistas de O Trabalho). Apesar dessa avaliação, a direção municipal foi levada a moderar suas críticas e evitar novos atritos, talvez pela proximidade das eleições municipais. (COUTO, 1995, pp. 165-166)

Tanto a Democracia Socialista quanto O Trabalho tiveram um pequeno peso na equipe de governo formada por Erundina. OT ocupou a direção da PRODAM (Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo) com Édison Cardoni e a Administração Regional de Vila Maria, com Henrique Olitta; a DS, por sua vez, ficou com a Administração regional de Santo Amaro, a cargo de Ubiratan de Carvalho. Dentre os principais grupos trotskistas do PT, somente a CS não ocupou nenhum posto na administração municipal. De acordo com Couto, “em quase todos os episódios que ganharam alguma relevância”, a relação entre os trotskistas e a prefeitura se pautou pela *lógica movimentista e revolucionária*, com uma “forte orientação normativa”. Para os trotskistas, prevalecia a “ética da convicção”.⁷⁹ (COUTO, 1995, p. 174.)

⁷⁸ A base do que viria a ser o “núcleo central do governo” Erundina era um grupo político que surge com o nome de “PT na Capital”, passando depois a se denominar “PT Vivo”. Apesar de pequeno, o grupo era constituído por “petistas de certa projeção dentro do partido devido à sua sólida formação profissional: jovens advogados, economistas e intelectuais, como Pedro Dallari, José Eduardo Martins Cardozo, Amir Khair, Sílvia Caccia Bava, entre outros”. Couto afirma que “não se tratava de uma tendência à esquerda da Articulação; *pelo contrário*.” (COUTO, 1995, pp. 102-103. O grifo é meu.) Embora as três principais correntes trotskistas tenham apoiado Erundina na prévia contra Plínio de Arruda Sampaio, e a DS e O Trabalho tenham inclusive obtido alguns postos no governo, a rigor, os trotskistas nunca chegaram a fazer parte desse “núcleo central”.

⁷⁹ O exemplo mais claro do que afirma Couto é, sem dúvidas, o caso da exoneração de Édison Cardoni da presidência da PRODAM, em janeiro de 1990. No mês anterior, o órgão havia liberado verba para financiar três ônibus que levaram uma delegação de militantes da CUT/SP e lideranças do movimento popular como parte da “Caravana a Brasília”, convocada

De acordo com Couto, as posturas públicas mais extremas de oposição ao governo Erundina ficavam por conta da CS. Esse tipo de ação, que marcou a atuação da corrente durante a “greve dos nove dias” (*Convergência Socialista*, nº 330-331, maio/1992), já havia se dado nos anos anteriores, em apoio às mobilizações do funcionalismo público, bem como diante dos sucessivos aumentos das tarifas de ônibus durante a gestão petista. Ainda em agosto de 1989, quando ocorreu o terceiro aumento da tarifa somente durante o governo Erundina, a Convergência publicou um panfleto citado por Couto, no qual denunciava a submissão da prefeitura petista aos empresários do transporte e convocava os sindicatos e entidades do movimento popular a protestarem contra as medidas antipopulares do governo, tais como aquela:

Nós, petistas da *Convergência Socialista*, não podemos concordar com este aumento. Queremos o congelamento das tarifas. Exigimos que a prefeitura aplique o programa que defendemos na campanha eleitoral. (...) Essa é a única forma da administração do PT enfrentar os padrões do transporte: estatizar as empresas de ônibus apoiando-se na mobilização e organização dos trabalhadores da cidade. (...) Como está não pode ficar. É necessário que o partido mude os rumos da Prefeitura e faça a administração cumprir o programa do PT. (*Apud* COUTO, 1995, p. 176.)

4.11. O “Fora Collor” e a expulsão.

Como discutido no Capítulo II, a crise do Governo Collor de Mello foi o pano de fundo das batalhas finais em torno do direito de tendências no PT. Martuscelli (2005) afirma que os escândalos de corrupção (já a partir de outubro de 1990, mas mais intensamente durante o ano de 1992) foram o catalisador de uma insatisfação popular com as reformas neoliberais implementadas por aquele governo. Além disso, o presidente estava isolado politicamente, não só como resultado de sua opção pela centralização do exercício do poder na esfera do Executivo em detrimento do Legislativo, mas também por conta das pressões de distintas frações da burguesia: os setores ligados ao capital industrial reclamavam da acelerada abertura comercial em curso, enquanto o capital financeiro exigia ainda maior

pela Frente Nacional de Prefeitos (presidida por Erundina) para pressionar o Executivo Federal e o Congresso Nacional a liberarem verbas para a construção de moradias populares. Ao financiar a delegação com recursos públicos, Cardoni desrespeitou a orientação de Erundina, que buscava não atrelar a máquina administrativa a quaisquer atividades fora do âmbito de atuação do Executivo. A prefeita exigiu que Cardoni restituísse os recursos gastos com o aluguel, medida que o dirigente de O Trabalho julgava descabida, uma vez que a concessão da verba havia contribuído para a mobilização de setores populares, algo que deveria ser prioridade do mandato operário, democrático e popular de uma administração petista. Cardoni não apenas recusou-se a restituir a quantia como redigiu um documento partidário no qual criticava a administração por diversos motivos, entre eles, a tentativa de ampliar a equipe de governo com membros de partidos burgueses, como o PSDB e o PDT. Após divulgar suas posições, o dirigente foi exonerado do cargo, processado e condenado pelo crime de peculato. Para Cardoni e para OT, a ação de Erundina era condizente com um giro político à direita, “sinalizando uma política de respeito às instituições da burguesia”. (*Apud* COUTO, 1995, pp. 172-174.)

velocidade na desregulamentação da economia. O autor destaca que esta crise de governo não chegou a se definir também como crise do regime político, já que os próprios mecanismos da democracia burguesa (CPI's, *impeachment*) foram reafirmados no afastamento de Collor, que deu lugar ao seu vice, Itamar Franco, segundo previam as regras constitucionais do jogo. (MARTUSCELLI, 2005, pp. 49, 61.)

A partir de 1991, a palavra de ordem “Fora Collor!”, que buscava expressar a necessidade do fim daquele governo, fosse pelo *impeachment*, fosse pela renúncia do presidente, começa a ser discutida e é paulatinamente adotada por cada vez mais setores do movimento sindical, estudantil e popular. A Convergência, uma das primeiras correntes a optar por essa política, traz já em maio de 1991 a palavra de ordem na capa de seu jornal. (*Convergência Socialista*, nº 291, 23/05 a 29/05/1991.) O PT de conjunto, entretanto, foi reticente em adotá-la. (SECCO, 2011, p. 157.)

Em novembro de 1991, pouco antes do I Congresso, o DN aprovaria uma resolução sobre conjuntura apresentada por José Dirceu, que seria endossada pelo fórum superior do partido. Na interpretação da CS, a equivocada estratégia apresentada pela resolução podia ser resumida em uma expressão: “esperar 1994”. No documento, o cenário apontado como o mais provável para o desenvolvimento da crise do Governo Collor era o do surgimento de uma alternativa política através da “disputa na sociedade dentro do calendário eleitoral e da institucionalidade hoje existente no país”; de acordo com a CS, aquela resolução praticamente descartava, portanto, a hipótese do *impeachment* e passava a subordinar a política do partido ao calendário eleitoral, ao procurar evitar que se fizesse “já em 92 toda a disputa alternativa que em tese seria feita em 94”:

É exatamente isso que pode levar o PT a um desastre. Os trabalhadores já deram claros sinais de que não têm a mesma paciência que os membros do DN possuem. (...) Se o DN for conseqüente com a política que defende, o PT terá que se enfrentar com a insatisfação desses milhões de trabalhadores e fazer coro com aqueles que defendem a manutenção de Collor no poder. Afinal sua queda significaria uma mudança no calendário eleitoral e uma ruptura da “institucionalidade”, que infelizmente, são defendidos pela direção do partido. Definitivamente, não foi para isso, nem dessa forma que o PT foi construído. As greves de 1978 e 1979 impuseram seu surgimento goela abaixo de uma ditadura que só queria dois partidos. O desrespeito às instituições da burguesia como o Colégio Eleitoral, em 1984, consolidou o PT como um partido independente e de luta. Essa tradição não pode ser abandonada em nome do respeito às regras de uma democracia dos ricos e para os ricos. (SILVA, W. H. “Diretório do PT aprova resolução: Esperar 1994” in *Convergência Socialista*, nº 313, 26/10 a 01/11/1991. p. 4.)

Percebe-se, mais uma vez, o recurso ao “PT das origens”, ou, para usar a terminologia de Panebianco, aos “fins oficiais” do partido, como fonte de legitimação. Em vez de submeter-se ao calendário

eleitoral e aos mecanismos da democracia burguesa, o PT deveria empenhar-se em “desencadear mobilizações em direção a uma radical ruptura institucional no país”. (*Convergência Socialista*, nº 313, 26/10 a 01/11/1991. p. 4.)

No contexto da crise do Governo Collor, cada vez mais setores dos movimentos sociais entrariam em rota de colisão com a “institucionalidade”, de modo que a CS não se encontrava de maneira alguma isolada. Em maio de 1992, em seu 42º Congresso, a União Nacional dos Estudantes (UNE) aprovou por ampla maioria a palavra de ordem “Fora Collor e Eleições Gerais” – muito embora, no mês seguinte, sua direção hegemonizada pelo PCdoB, tenha retirado da linha da entidade a convocatória de eleições antecipadas.⁸⁰ Outro dado relevante provém de uma pesquisa de opinião levada a cabo pelo Datafolha em julho de 1992, entrevistando 5.484 eleitores em dez capitais brasileiras: 54% dos eleitores estava a favor de novas eleições gerais para Presidente da República em caso de renúncia ou *impeachment* de Collor. (MARTUSCELLI, 2005, pp. 65-68.) Os atos multitudinários que tomaram as ruas em agosto e setembro seriam a evidência mais consistente de uma situação política excepcional.

Como vimos, já em fins de 1991 a CS manifestava-se contra o calendário eleitoral e os mecanismos constitucionais vigentes e afirmava que o PT deveria empenhar-se em “desencadear mobilizações em direção a uma radical ruptura institucional no país (...) que atropelem as eleições, o Congresso, o presidente e tudo o mais que a burguesia utiliza para impor seus planos contra os trabalhadores”. (*Convergência Socialista*, nº 313, 26/10 a 01/11/1991. p. 4.) Mas, passado o I Congresso e reafirmada a opção do PT pela defesa da institucionalidade vigente, a artilharia da direção petista se voltaria antes contra a própria CS que contra o Governo Collor.

Nos primeiros meses de 1992, o secretário-geral do PT, José Dirceu, solicitou ao DN que estabelecesse um prazo de trinta dias para que a Convergência se subordinasse às deliberações partidárias; em seguida, em abril, entraria com representação contra a corrente⁸¹, propondo que seu *status* de tendência interna fosse revogado e que fossem suspensos os direitos políticos dos militantes

⁸⁰ A maioria da direção do PT aderiu ao “Fora Collor” somente após os trabalhos da CPI, no momento em que as mobilizações contra o presidente já haviam se massificado e tomado as ruas. A antecipação de eleições gerais, entretanto, ficou permanentemente fora de sua política, uma vez que essa possibilidade não estava constitucionalmente prevista e poderia dar margem a questionamentos quanto ao compromisso do partido com o regime democrático estabelecido. Sobre essa opção, comenta Eduardo Almeida Neto, um dos dirigentes da CS à época: “Ironicamente, a adaptação ao regime da direção do PT em função de sua estratégia eleitoral, deixou escapar uma grande possibilidade que não voltou a se repetir [até 2002]. Caso ocorressem eleições gerais como continuidade à queda de Collor, Lula seria um candidato quase imbatível por ser a maior figura pública do Fora Collor.” (ALMEIDA NETO, s/d, pp. 69-70).

⁸¹ A representação de José Dirceu foi acatada pelos votos dos representantes da Articulação, do PPB, da VS e da DS; votaram contra a CS, OSI-OT e FS. (OZAÍ SILVA, 2001b.)

ligados à CS (por exemplo, o de lançarem candidaturas às eleições daquele ano). Na edição nº 327 de seu jornal, a *Convergência* reproduzia (e rebatia) essa representação, na qual Dirceu se apoiava na “pública e notória” postura autônoma da CS, expressa na manutenção de estrutura própria (hierarquia, sedes, finanças, jornal, vínculos internacionais) e “numa ação de rua e tática de oposição ao governo” Collor, no que incorria em insubordinação às resoluções congressuais petistas. A *Convergência* reconhecia sua insubordinação, mas afirmava que a luta contra Collor, ainda que fosse “oposta às posições da Articulação”, não se opunha de maneira alguma “ao espírito com o qual o PT foi fundado”. (*Convergência Socialista*, nº 327, 11/04 a 24/04/1992, p. 3.)

Ainda em abril de 1992, na edição seguinte de *Convergência Socialista*, Arcary assinaria o texto “Aonde vai o Partido dos Trabalhadores?”, no qual equiparava a atuação pública da CS à de parlamentares, prefeitos e sindicalistas do PT – com a ressalva de que, enquanto a tendência morenista se aferrava ao programa com o qual o partido fora fundado, aqueles desrespeitavam flagrantemente os princípios partidários. “Que curiosa disciplina é essa”, questionava, “que só é exigida de quem defende a independência dos trabalhadores contra a colaboração de classe?” (*Convergência Socialista*, nº 328, 18/04 a 24/04/1992, p. 11.)

Em sua reunião de 9 de maio, o DN aceitou a representação de José Dirceu contra a CS, que tinha a partir daí sua condição de tendência interna anulada, pelo voto de 35 dos 55 membros da instância. Consequentemente, foram confirmadas sanções adotadas contra a corrente ainda em abril como parte desse processo, tais como a cassação dos direitos políticos de alguns membros gaúchos da tendência (entre eles o vereador José Alvarenga), a partir de então impedidos de se candidatarem pela legenda petista. Guilherme Haeser, membro da *Convergência* e líder do PT na câmara do Rio de Janeiro, também foi destituído de seu cargo.

Naquela reunião do DN, a DS (através de João Machado) defendeu uma proposta alternativa, segundo a qual o regimento interno (no qual se baseava a exclusão) deveria ser aplicado “caso a caso” contra os militantes da CS que desacatassem as resoluções partidárias. Essa proposta, que obteve 10 votos, baseava-se na avaliação dos mandelistas de que a CS passava por uma crise internacional, de modo que era possível atrair setores da CS para que se integrassem de fato ao PT; da maneira como se processava a expulsão, no entanto, favorecia-se a unificação da corrente morenista em torno de suas posições mais “sectárias”, resultando em um “enorme desgaste” para o PT. (*Em Tempo*, nº 259, maio-junho/1992, pp. 8-9.) Markus Sokol, representante da OSI-OT, por sua vez, defendeu ainda outra

proposta, favorável à permanência da CS no partido. Em todo caso, a maioria favorável à posição de José Dirceu era avassaladora.

Estabeleceu-se um último prazo, de quinze dias, para que a CS se subordinasse. Caso contrário, seria considerada definitivamente excluída do partido. Graças à aprovação de uma proposta defendida por Eduardo Jorge, a legenda do PT ainda estaria disponível para os membros da corrente nas eleições municipais daquele ano. Porém, caso os morenistas não revissem sua posição dentro do prazo definido, seus membros estariam automaticamente impedidos de participar de todas as instâncias partidárias, decisão que foi posta em prática pela direção partidária já nos Encontros Estaduais ocorridos no segundo semestre de 1992, dos quais os delegados da Convergência foram impedidos de participar. Ainda em junho, a CS apresentaria um último recurso à CEN contra sua expulsão, no qual afirmaria sua intenção de manter sua condição de tendência interna, sem contudo abdicar de seu jornal e das polêmicas com a maioria dirigente. (*Convergência Socialista*, nº 332, 06/06 a 12/06/1992. p. 11.) O recurso seria negado.⁸²

4.12. Elementos para análise estrutural: CS.

Assim como procedemos em relação à Articulação e à Democracia Socialista, descreveremos a seguir, as características estruturais apresentadas pela Convergência Socialista durante o período coberto por nosso estudo, utilizando-nos daquelas categorias analíticas elaboradas por Sartori (1982) para o tratamento das subunidades partidárias. Quanto à definição do *tipo* de subunidade partidária, identificamos a CS como portadora das características de *fração*: de maneira similar à DS, a Convergência aparece, ao longo do período estudado, enquanto um “grupo estável de pessoas” (em vez de um “conjunto estável de posições”, definição sartoriana de “tendência”). A CS se delimitava claramente em relação aos demais grupos partidários e, como era típico dos agrupamentos trotskistas, apresentava um nível bastante alto de coesão em sua intervenção política. Assim como a DS se organizava em torno do jornal *Em Tempo*, a Convergência Socialista publicava seu próprio semanário (homônimo da corrente), que era vendido por sua militância e apresentava a linha política que balizaria a atuação dos morenistas.

Em sua dimensão organizativa, a CS apresenta uma série de semelhanças com a DS, principalmente em função do funcionamento por centralismo democrático de ambas as tendências. As

⁸² Outros recursos seriam apresentados, sem sucesso, pela DS, FS, BS, TM e OSI-OT. (OZAÍ SILVA, 2001b.)

principais decisões desses grupos eram tomadas em seus próprios fóruns de direção, que incluíam congressos em separado e reuniões regulares de suas instâncias. Estamos, portanto, outra vez diante de uma estrutura organizativa autônoma, da qual decorrem uma “rede de lealdades próprias” e uma disciplina de grupo, e que se concretizam não apenas em indicadores como a imprensa própria, mas também na autonomia das finanças. Os militantes da CS “cotizavam” (isto é, contribuíam financeiramente de maneira regular, mensal) não apenas para o PT, mas também para a CS, e não era raro que contribuíssem com o mínimo proposto pelas instâncias petistas de que participavam, para que pudessem maximizar a quantia de dinheiro aportada à tendência.⁸³ Essa atitude condiz com a considerável *solidez organizativa* apresentada pela corrente, constatável ainda pelos vínculos internacionais “genéticos” entre a CS e a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), que influenciavam sua elaboração teórica e sua relação com o PT.

Ideologicamente, entre os tipos ideais do “puramente ideológico” e do “completamente pragmático”, a CS (como as demais correntes trotskistas e ao contrário da Articulação) aproxima-se mais do primeiro. A DS, como vimos no capítulo anterior, embora inicie sua trajetória como um agrupamento bastante “ideologizado”, passa por um realinhamento durante o período estudado que confere às suas posições um grau crescente de pragmatismo. A CS, no entanto, se mantém na extrema esquerda do espectro ideológico partidário e passa inclusive a se opor de maneira cada vez mais aberta à ala majoritária do partido.

Passando à dimensão motivacional, os tipos ideais propostos por Sartori correspondem à fração “calcada em interesses” (principalmente, a obtenção de vantagens, decorrentes do controle de cargos na hierarquia partidária, o que poderia ou não conduzir ao desenvolvimento de uma relação de clientelismo com sua base) e a “calcada em princípios” (cuja coesão se dá em torno da defesa de determinado princípio, ideia ou programa). Como é comum nas frações mais “puramente ideológicas”, a CS certamente seria mais bem definida como uma subunidade “calcada em princípios”. Tais princípios, em especial a ideia da *independência de classe*, eram abertamente afirmados pelos morenistas, que justificavam neles a raiz de suas divergências com a direção petista.

Quanto à quantidade de lideranças, Sartori define as subunidades partidárias entre os tipos ideais da “fração personalista”, organizada em torno de um único líder, e da “coalizão de frações”, com “muitos coroneis e majores”. De maneira similar, mais uma vez, ao que ocorre com a DS, também

⁸³ Essa informação nos foi confirmada por dirigentes que atuaram na CS e que hoje constroem o PSTU, como Wilson Honório da Silva e Helena Maria de Souza. A ambos, meus agradecimentos.

quanto à Convergência esses tipos ideais dizem pouco, já que a corrente não pode ser descrita como “coalizão de frações” e tampouco como “personalista”. Para identificar as lideranças, definir sua quantidade e seu grau de coesão é necessário levar em conta a trajetória da corrente.

Em nossa análise, percebemos que as peculiaridades da CS são distintas das apresentadas pela corrente mandelista do PT. A Convergência, como vimos, se originou de um pequeno grupo de militantes reunidos no exterior, cujo próprio processo de expansão enquanto organização nacional acarretou na formação e na consolidação de uma camada de lideranças regionais e nacionais. Ao contrário da DS, não surgiu da unificação de agrupamentos regionais, embora um processo similar possa ser identificado na tentativa de fusão com os lambertistas da OSI-OT em 1981. Tal processo era reflexo de uma aproximação internacional, entre dois grupos completamente autônomos, com identidades e divergências consolidadas; envolvia, portanto, muitos riscos para a coesão da organização, pois certamente traria para dentro de sua estrutura toda uma nova camada de “coroneis e majores”, com uma rede prévia de lealdades. No entanto, tal fusão fracassou como reflexo de novo distanciamento das direções internacionais morenista e lambertista, demonstrando a profundidade e o peso dos vínculos entre CS e LIT.

Outro aspecto que deve ser levado em conta, de acordo com Sartori, na análise das subunidades partidárias é o dos *papéis* que elas podem cumprir em relação à unidade: o autor aponta três possibilidades principais: que a subunidade atue como de *grupo de apoio* (frações/coalizões “em cima do muro”, “ansiosas por aderirem ao vencedor e que se contentam com vantagens marginais”), como *grupo de veto* (frações cuja tática e a estratégia central é a obstrução) ou ainda como *grupo de programa* (frações ou coalizões que buscam governar e impor programas e políticas). A Convergência afirmava a necessidade de um programa revolucionário para o PT, cujos eixos buscou delinear e propagandear dentro do partido; foi em torno do mesmo programa que buscou atrair e organizar setores avançados do partido, quando passou a trabalhar com uma tática que expressava a preparação para uma ruptura (a da constituição de uma *Frente Única Revolucionária*).⁸⁴ Essa atuação política pode ser descrita como a de um grupo de programa, embora a condição minoritária da tendência tenha definido em larga medida o papel bastante peculiar por ela desempenhado. Sem condições de disputar de maneira independente a direção do partido, para fazer frente à Articulação a CS buscava se aliar a outros setores da esquerda partidária – frequentemente com a OSI-OT, e eventualmente também com a DS e dissidências (em geral, sindicais) da própria Articulação. Ao tentar conformar um “bloco de

⁸⁴ Cf. nota 76, no presente capítulo.

oposição” à maioria partidária, era frequentemente caracterizada pela ala dirigente do PT como obstrucionista, um “grupo de veto”.

Sartori elenca ainda entre seus indicadores analíticos o tamanho da subunidade partidária, sua estabilidade e sua durabilidade no tempo. Dentre eles, a *durabilidade* é o de mais fácil determinação: ao longo do período estudado, a CS se demonstrou perene. Embora com alterações em sua autodenominação, a corrente morenista existiu desde antes da fundação do PT e cresceu durante sua permanência no partido. Em 1988, esse crescimento já se expressava até mesmo na arena eleitoral, com a obtenção de mandatos de vereadores ligados à corrente ou por ela apoiados em uma série de cidades (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belém, São José dos Campos/SP, Diadema/SP, Contagem/MG, entre outras) além do prefeito Geraldo Nascimento em Timóteo/MG, que romperia com a corrente durante o mandato.

É difícil dar uma expressão quantitativa exata para esse crescimento, uma vez que os dados sobre o *tamanho* das correntes petistas, como comentado nos capítulos anteriores, são pouco precisos e de difícil obtenção. Arcary afirma que, à época de sua exclusão do PT, a CS contava com pouco mais de mil militantes, e tinha uma estrutura profissional (i. e., militantes remunerados pela tendência) bastante enxuta, que oscilava entre 50 e 100 funcionários. Embora esses dados nos permitam ter uma ideia do tamanho que a corrente de fato tinha, podemos ter uma dimensão mais precisa de seu *peso político* dentro do partido a partir da votação que suas teses e chapas obtiveram nos mais importantes espaços nacionais da disputa interna petista durante o período estudado.

Infelizmente, a publicação mais completa sobre os encontros petistas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999) não traz as votações recebidas por todas as teses, e as lacunas são maiores no que se refere aos primeiros anos do partido. Mesmo os dados sobre as votações para o DN, mais completos, também oferecem dificuldades para sua interpretação, uma vez que com frequência não permitem distinguir o peso relativo de cada componente de uma chapa, quando conformada por várias correntes. No III (1984) e no IV EN (1986), com a conformação de chapas de unidade da esquerda petista (nas quais a DS e a CS eram as principais forças), não podemos delimitar o peso específico de cada tendência a partir da votação. Embora a CS fosse provavelmente maior que a DS no momento da fundação do PT, à época desses encontros a situação certamente já se havia invertido.

No V EN (1987), embora apareçam distintas teses assinadas por trotskistas⁸⁵, as tendências quartointernacionalistas do PT se unem para apresentar uma lista comum ao DN, a chapa 3 “Em defesa do socialismo”. Naquele polarizado encontro, entretanto, a esquerda petista estava fragmentada em três chapas, sendo que tanto o PRC, do deputado José Genoíno (chapa 4, “Luta Socialista – 24,1%), quanto a Vertente Socialista, do também deputado Eduardo Jorge (chapa 1, “O PT pela base” – 12,9%), lograram exercer maior atração sobre os delegados que se opunham à Articulação. Os trotskistas teriam um de seus piores desempenhos na história dos encontros partidários, obtendo para sua chapa apenas 3,6% dos votos dos delegados.

Os números da CS se tornam um pouco mais significativos a partir da eleição do 5º Diretório Nacional, realizada no VII EN (1990) – e que foi, também, a última eleição para o DN ocorrida enquanto a CS ainda era parte do PT. Naquele EN, cada uma das principais correntes trotskistas apresentou uma tese, mas, para a disputa pelo DN, a CS e a OSI somaram suas forças na chapa 3, “PT de Luta e de Massas”, alcançando 11% dos votos dos delegados e obtendo 9 cadeiras no DN. A DS (com o apoio da FS e da TM) conformaria a chapa 4, “Alternativa Socialista e Revolucionária”, cujo programa se localizava mais ao centro, obtendo 16% dos votos, que a permitiram indicar 13 membros para o DN.⁸⁶

O último espaço nacional petista cujas votações permitem dimensionar o peso político da CS no partido foi I Congresso, em fins de 1991. Na escolha da tese-guia, o texto apresentado pela corrente morenista, “Em defesa do PT das origens”, obteria a adesão de 74 dos 1027 delegados votantes (7,2%). A OSI-OT, com a tese “Em defesa do PT”, seria votada por 36 delegados (3,5%). A tese da DS, por sua vez, receberia 115 votos (11,2%), enquanto o documento da Articulação, mais uma vez eleito como tese-guia, foi a opção de 476 delegados (46,3%).

Quanto à *estabilidade*, podemos definir a CS como uma subunidade relativamente estável, uma vez que se manteve organizada e atuante durante o período estudado, apesar de ter enfrentado algumas crises graves. O primeiro grande abalo em sua estabilidade se deu ainda no fim da década de 1970, no momento do ingresso do Movimento Convergência Socialista (dirigido pelo grupo morenista, à época chamado PST) no PT. Arcary afirma em entrevista a Karepovs e Leal (2008, pp. 172-173) que, naquela

⁸⁵ “O PT de luta, democrático e socialista”, assinada por Raul Pont (DS) e “O PT na Rua”, por Markus Sokol (OSI-OT). Naquele EN, a Convergência não apresentou uma tese, e efetuou sua intervenção a partir de uma delegação de apenas quatro militantes.

⁸⁶ Para efeitos de comparação, cabe mencionar que a ala majoritária do partido, responsável pela apresentação da chapa 2 (“Articulação da luta Socialista”), encabeçada por Lula, teve 56% dos votos e nomeou 46 membros do Diretório. Eram 568 os delegados presentes no VII EN.

ocasião, quase um terço da direção da Convergência teria rompido com a corrente e ido “diretamente para o PT, acreditando que o próprio PT poderia ser o embrião de um partido revolucionário, que não era necessária uma organização revolucionária dentro do movimento pró-PT. Evidentemente, ao se dissolverem, depois se dispersaram”. A partir daí, o grau de estabilidade da CS cresceria, mantendo-se significativo durante praticamente toda a década de 1980.

Um novo momento de desestabilização estaria colocado para a corrente no final daquela década, principalmente como reflexo da crise do maior partido da LIT, o *Movimiento Al Socialismo* (MAS) argentino. No período que sucedeu a morte de Nahuel Moreno em 1987 e que coincidiu com as cada vez mais rápidas transformações no Leste Europeu, as organizações que compunham a LIT sentiram as pressões que se abatiam sobre toda a esquerda, e em especial sobre a marxista. Dentro daquele cenário, a LIT sustentava uma posição política bastante peculiar, ao avaliar os processos em curso nos Estados operários burocratizados com uma perspectiva otimista. As caracterizações da corrente nesse sentido se concretizariam nas “Teses de 1990”, documento avaliado pela maioria na própria direção da Liga como equivocado e impressionista, poucos meses depois. São dois os principais prognósticos anunciados nas Teses de 1990 e que, embora revistos pela LIT em suas “Anti-teses” do mesmo ano, traziam um signo geral que persistiria na avaliação das “revoluções democráticas” e da etapa aberta com a queda do aparato stalinista mundial sustentada pela organização.

O primeiro prognóstico tratava da restauração do capitalismo nos Estados operários. Para a LIT, as tremendas perdas de direitos ocasionadas pela restauração capitalista em curso naqueles Estados necessariamente provocariam revoltas populares e mobilizações operárias de massas, que derrubariam as burocracias mantendo o caráter de classe do Estado. O avanço da restauração capitalista encontraria resistência, e se considerava altamente provável que guerras civis eclodissem naquele contexto. O segundo prognóstico dizia respeito à América Latina, e partia da premissa de uma fragilidade crônica dos regimes democráticos nos países dependentes. Nesses países, o cenário considerado provável pela LIT era o de que sucessivas crises e abalos, em curto período, impedissem a consolidação da democracia.⁸⁷ O equívoco desses prognósticos, embora rapidamente reconhecido pela LIT, expressava e agravava um processo de crise profunda em sua principal seção, o MAS argentino, que se romperia em dezenas de frações em 1992.

⁸⁷ Também por esta razão, a LIT considerava que as revoluções democráticas levadas a cabo nesses países exigiam ser aprofundadas em revoluções socialistas, com o estabelecimento de novas “ditaduras revolucionárias do proletariado”. O programa morenista para a revolução socialista, bem como as diferenças nos prognósticos e nas estratégias traçadas pelo morenismo em relação a outras interpretações do trotskismo serão comentados na conclusão de nosso trabalho.

Apesar dessa crise, à qual a corrente internacional morenista frequentemente se refere como o “vendaval oportunista”, a CS logrou resistir à regulamentação do direito de tendências simultaneamente implementada no PT sem se dissolver no partido, ou seja, mantendo sua estrutura autônoma com razoável grau de estabilidade. Novas defecções – significativas, ainda que bastante minoritárias (da ordem de 5% do contingente da corrente) – ocorreriam somente após a ruptura com o PT. A mais importante foi a do grupo ligado ao parlamentar paraense João Batista Oliveira de Araújo, o “Babá”, que daria origem à Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST). Essa fração da Convergência chegou a sair do PT em 1992, ainda como parte da tendência, e embora muitos de seus dirigentes tivessem encampado a validade das radicais “teses de 1990”, a CST faria o “caminho de volta” ao PT em 1993.

Por fim, resta definir a CS quanto à última dimensão analítica proposta por Sartori, a da *clivagem entre esquerda e direita*. Ao lidar com esta dimensão, é conveniente não perder de vista que a percepção da localização de um grupo à “esquerda” ou à “direita” varia de acordo com os referenciais políticos, teóricos e ideológicos estabelecidos. A localização da CS na extrema esquerda petista, entretanto, não era controversa. Além da defesa de um programa que apresentava como estratégia a revolução socialista, a atuação orientada por princípios, bem como as duras críticas dirigidas pela corrente aos setores do partido por ela considerados como “moderados”, “centristas” ou “reformistas”, indicam e reforçam essa localização. Em decorrência, a CS esteve permanentemente ameaçada pela regulamentação do direito de tendências, sendo cedo identificada pela ala majoritária do PT como um de seus “alvos”.

4.13. Conclusão.

Uma avaliação da trajetória da Convergência Socialista no PT não pode deixar de levar em conta que sua condição de fração com expressão pública foi uma constante. Por essa razão, atritos entre a corrente e o setor majoritário do partido (que se organizaria na Articulação a partir de 1983) se manifestaram desde cedo. Entretanto, pelo menos até 1987, a política da ala majoritária do PT se definia pelo princípio da independência de classe (como vimos no capítulo II), de modo que o conjunto do partido se encontrava na *oposição aos governos* e também ao *regime ditatorial* que vigorava no Brasil. Assim, os acordos políticos entre seus distintos setores predominavam sobre suas divergências. A partir de 1987, contudo, a maioria da direção do PT assume um compromisso com o *regime democrático-burguês* que se instituía, e o partido aprofunda suas relações com o aparelho de Estado,

ampliando progressivamente sua bancada parlamentar e conquistando importantes prefeituras. O início do processo de regulamentação do direito de tendências, simultâneo a uma reorientação estratégica do partido, condizente com seu novo entorno ambiental, marca um novo período em suas disputas internas.

Com a regulamentação das tendências, as liberdades que a Convergência Socialista encontrara até então para atuar enquanto fração pública do PT passam a ser cerceadas pela maioria na direção. A CS foi estabelecida como um dos “alvos” da regulamentação desde os primeiros movimentos nesse sentido, ainda em 1986. Durante todo o processo, a corrente foi contrária à regulamentação, identificando-a como uma tentativa de restringir a atividade política dos agrupamentos que faziam oposição à Articulação. A manutenção de aspectos de sua atividade que foram limitados (e posteriormente, até mesmo suprimidos) pelas resoluções sobre tendências, tais como o jornal, as sedes e finanças próprias, era considerada pela tendência como condição de possibilidade para a disputa política dentro do partido, isto é, para que não se privassem as correntes minoritárias de quaisquer pretensões de eventualmente chegarem a ser majoritárias.

Quanto às tentativas de restrição do âmbito de sua atuação, a CS polemizava com a definição do que seria o espaço “interno” ao partido, considerando legítimo apresentar suas posições no movimento sindical, estudantil e popular, espaços em que o PT intervinha e se construía. Além disso, argumentava, parlamentares, prefeitos e dirigentes sindicais petistas também contavam com o direito de expressão “externa” (diretamente ao público), e tal direito não lhes era questionado nem mesmo quando entravam em desacordo com o programa e os princípios do partido.

Adepta de uma interpretação bastante definida da tradição trotskista, a Convergência Socialista não trabalhava com a ideia de que o conjunto da direção petista podia ser “ganho” para as posições que considerava revolucionárias. As caracterizações internacionais da LIT sobre o PT na década de 1980 apontavam no mesmo sentido. A organização internacional da qual a CS fazia parte avaliava que “até 1984, a CUT e o PT haviam desempenhado um papel positivo no combate à ditadura; de 1984 a 1989, as duas organizações aceitaram a hegemonia burguesa; e, de 1989 em diante, intensificara-se sua integração ao aparato burguês”. (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 194.)⁸⁸ Diante dessa avaliação, a

⁸⁸ Valério Arcary apresenta os fundamentos dessas disposições, ou, dito de outro modo, as características que garantiam que o PT não pudesse ser um partido revolucionário: “As organizações de esquerda degeneram basicamente de duas formas: ou se estatizando, se adaptando ao regime político, como é o caso do PT, ou em forma de ‘seitas’, que são estereis para ajudar a classe trabalhadora e as massas populares em suas lutas. Existem quatro âncoras que preservam um movimento revolucionário de sua degeneração, a primeira delas – não as coloco em ordem de importância – é a existência de um regime democrático saudável (...). Em segundo lugar, a ligação que a organização tem com os movimentos dos trabalhadores é

preservação da independência pública da corrente trotskista em relação à maioria na direção do PT era encarada como uma necessidade. Dadas suas características de fração, o referencial teórico com que trabalhava e suas avaliações sobre o PT, caracterizava-se uma relação de *entrismo*.

A CS permaneceu por doze anos no PT, o que, de acordo com as considerações de Moreno sobre o tema, configuraria um entrismo bastante distinto do proposto por Trotsky na década de 1930. Para Moreno, nos casos em que o objetivo da tática fosse simplesmente aproximar-se do movimento de massas, ela teria uma *curta duração*, determinada pelo perfil reformista da organização em que se adentrara: para não capitular à direção "oportunist" do partido em que ingressara, o agrupamento trotskista logo seria obrigado a atuar como fração, polemizando publicamente; uma ruptura rápida seria inevitável, "já que não há organização oportunista que possa permitir por muito tempo que atue em seu seio uma fração trotskista que, cedo ou tarde, será pública". (MORENO, 2008, p. 204.)

A peculiaridade da situação da CS em relação às considerações teóricas de Moreno é a de que, durante a década de 1980, sua atuação enquanto fração pública foi "permitida" e sua localização *dentro* do partido era interessante para a disputa no movimento sindical e de massas. Além da possibilidade de lançar candidatos nas eleições, a própria posição política do PT (antes de 1986, na oposição tanto ao governo quanto ao regime; a partir daí, ainda na oposição ao Executivo, mas apoiando o regime) oferecia um ponto de partida para a propaganda do programa defendido pela CS, algo que se traduzia no recurso ao "PT das origens". A primeira fase da regulamentação do direito de tendências não resultou em impedimentos concretos a essa atuação fracional pública. Entre 1990 e 1992, contudo, com as ameaças de expulsão que caracterizam a segunda fase da regulamentação, coloca-se para a CS a questão das possibilidades de uma exclusão ou de uma ruptura⁸⁹. À altura do I Congresso, a maioria na direção partidária já havia estabelecido uma definição do direito de tendências que permitia o expurgo da corrente.

Na verdade, eles fazem uma reinterpretação da Resolução de Tendências, porque eles não podem dizer que estão aplicando a Resolução de 1987 – afinal, se passaram cinco anos. Se durante cinco anos eles toleraram o que nós estávamos fazendo, e nós não estávamos fazendo nada de diferente do que sempre fizemos, então era preciso uma reinterpretação da Resolução de 1987. E nós dissemos: é uma nova resolução, é uma resolução para expulsar e é uma resolução contra nós. (ARCARY. Entrevista..., São Paulo, setembro/2014.)

fundamental (...). Em terceiro lugar, é necessário que os militantes se eduquem no marxismo (...). Aprender com a experiência histórica, o tesouro cultural da tradição marxista, é vital. Em quarto lugar, é necessário que a organização tenha vínculo internacional coerente (...). O PT não tinha, evidentemente, nada disso. Então, desde o início, pode-se dizer que o PT se dividiria e seria absorvido pelo Estado". (ARCARY *apud* DEMIER, 2003).

⁸⁹ A "tática de expulsão/ruptura" é mencionada por KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 194.

Diante dessa ofensiva contra sua liberdade de atuação, a CS optava pela unidade da corrente e por sua independência política. O encerramento da experiência entrista, com a expulsão da corrente em 1992, teve como estopim a manutenção da palavra de ordem “Fora Collor” nas capas das edições de *Convergência Socialista* publicadas em abril e maio, insubordinadas à política aprovada no congresso do PT, mas coerentes com a metodologia e o programa que a corrente sempre havia defendido. Sobre a expulsão, Arcary faz uma última consideração, que ajuda a explicar a opção da corrente:

Há uma acusação de que nós queríamos ser expulsos. Nós nunca quisemos ser expulsos, isso é uma bobagem. Nós sempre quisemos ganhar tempo. A diferença entre nós e as demais correntes não é que nós queríamos ser expulsos; a diferença é que nós não considerávamos como centro de nossa intervenção política utilizar a legenda do PT para eleger deputados. Nesse sentido, a Convergência não decidiu que ia romper com o PT; a Convergência decidiu que não ia capitular à direção do PT, ainda que o preço fosse, se necessário, a expulsão. (ARCARY, Entrevista..., São Paulo, setembro/2014.)

Tendo reconstruído as trajetórias, as estratégias gerais e as principais táticas adotadas pelas duas maiores correntes trotskistas do PT, bem como as distintas relações que mantiveram com o processo de regulamentação do direito de tendências, podemos discutir os distintos efeitos do referido processo sobre elas. É principalmente à compreensão dessa questão que se dedicará o capítulo seguinte, oferecendo uma avaliação global da luta pelo direito de tendências no Partido dos Trabalhadores e concluindo nosso trabalho.

CONCLUSÃO

Encerrando o presente trabalho, trataremos agora de sistematizar nossas considerações e conclusões acerca do processo de regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores. No Capítulo I, apresentamos elaborações teóricas gerais desenvolvidas pela literatura que aborda as organizações políticas, bem como teses específicas acerca do desenvolvimento do PT durante a década de 1980 e o início dos anos 1990. O Capítulo II tratou da constituição de sua tendência majoritária, responsável pela iniciativa da regulamentação, e delineou os principais momentos do processo, atentando para o acirramento da luta política interna e para o agravamento de suas consequências. A partir dessa análise, propusemos uma interpretação para a regulamentação do direito de tendências: a utilização de uma *zona de incerteza* (a das *regras formais*, no caso, as que dispunham sobre o funcionamento das tendências internas) por parte de uma *coalizão dominante* no partido (capitaneada pela Articulação), em última instância, expressava os avanços da institucionalização do PT, isto é, relacionava-se com a mudança de seu entorno ambiental ocasionada por sua progressiva inserção no aparelho de Estado.

Distinguimos também duas fases no processo. Enquanto a primeira – a formulação da *regulamentação propriamente dita*, de meados de 1986 a fins de 1989 – ainda se pautava em alguma medida pela afirmação da perspectiva de integrar completamente os distintos setores do partido à sua vida orgânica, a segunda – a *implementação seletiva* da regulamentação, a partir de 1990 – já expressava uma institucionalização mais profunda do PT. A segunda fase do processo, como vimos, foi simultânea a um período de crise na coalizão dominante, internamente tensionada por sua crescente incapacidade de obter acordos tanto em torno dos temas de longo alcance, quanto em relação a desafios conjunturais.

Nesse cenário, a regulamentação foi utilizada como ferramenta para a exclusão de tendências oposicionistas inteiras do partido, medida que, no entanto, não bastou para atenuar a crise de direção partidária. Pelo contrário, a regulamentação do direito de tendências acabou por gerar ainda mais pressões centrífugas sobre corrente majoritária: por um lado, conferia legitimidade às alianças entre os setores descontentes na sua base e as tendências que se localizavam à esquerda da Articulação; por outro, tornava cada vez mais comuns os acordos “costurados” entre segmentos da elite da corrente e a direita partidária, cuja organização em tendências também foi acelerada pela regulamentação.

A análise dos efeitos da regulamentação sobre as duas maiores correntes trotskistas do PT, a Democracia Socialista (DS) e a Convergência Socialista (CS), de suas interpretações acerca do processo e das respostas políticas que buscaram desenvolver diante dele, confirma a ideia do agravamento da luta interna petista a partir de 1990. Também coloca em evidência o caráter *seletivo* da regulamentação: embora ambos os agrupamentos compartilhassem uma série de características restritas pelas sucessivas resoluções sobre tendências (disciplina, finanças, sedes e jornais próprios, vínculos internacionais, etc.), um deles foi expulso, enquanto o outro permaneceu no partido e logrou tomar parte em sua coalizão dominante – ainda que sem abrir mão dessas características. As próximas páginas dedicam-se a aprofundar a comparação entre essas tendências e a apontar uma explicação para os distintos efeitos que teve o processo sobre cada uma delas.

Nos capítulos anteriores, buscamos definir as principais características estruturais e organizativas das duas principais tendências trotskistas do PT, a Democracia Socialista (DS, Capítulo III) e a Convergência Socialista (CS, Capítulo IV). Como expusemos, no início do processo de regulamentação do direito de tendências, ambas foram caracterizadas pela ala majoritária do PT como organizações estranhas ao partido, embora a DS tenha conseguido se adequar e a CS tenha acabado excluída. Além delas, também descrevemos em nosso trabalho outras duas subunidades partidárias: a Articulação (Capítulo II), corrente majoritária do PT, responsável pela implementação da regulamentação; e, com menor grau de detalhamento, a Organização Socialista Internacionalista – O Trabalho (OSI-OT, Capítulo IV), terceira força trotskista do partido, que também esteve no foco da regulamentação, mas que permaneceu no PT. A Tabela 5.1 (Características das subunidades partidárias petistas até 1991) apresenta os principais indicadores⁹⁰ dos quais nos utilizamos para essa descrição, e localiza essas quatro subunidades partidárias de acordo com eles.

⁹⁰ Os nove primeiros indicadores da tabela (*tipo de subunidade, dimensão ideológica, dimensão motivacional, dimensão esquerda/direita, desenvolvimento-quantidade de lideranças, papel, durabilidade, estabilidade, tamanho*) tomados do arcabouço analítico desenvolvido por Sartori (1982) para o tratamento das subunidades partidárias, foram apresentados no Capítulo I. Os seis últimos (*imprensa, sedes, finanças, disciplina, vínculos internacionais, expressão pública*) representam aspectos do funcionamento das correntes internas do PT sobre os quais dispunham as sucessivas resoluções sobre o direito de tendências aprovadas entre 1987 e 1991, que analisamos no Capítulo II.

Tabela 5.1 – Características das subunidades partidárias petistas até 1991

	Articulação	DS	CS	OSI-OT
<i>Tipo (tendência/fração)</i>	Fração	Fração	Fração	Fração
<i>Dimensão Ideológica (+Ideológica/+Pragmática)</i>	+ pragmática	+ ideológica	+ ideológica	+ ideológica
<i>Dimensão Motivacional (Interesses/Princípios)</i>	Calcada em interesses	Calcada em princípios	Calcada em princípios	Calcada em princípios
<i>Dimensão Esquerda/Direita</i>	Direita/Centro-direita	Esquerda/ Centro-esquerda	Extrema esquerda	Extrema esquerda
<i>Desenvolvimento e Quant. Lideranças (muitas lideranças/personalista)</i>	Coalizão de frações; muitas lideranças, mas com traços de personalismo (ex: Lula)	Resultado de expansão e fusão de agrupamentos; muitas lideranças	Resultado da expansão de um grupo de propaganda; muitas lideranças.	Resultado de expansão e fusão de agrupamentos; muitas lideranças
<i>Papel (Apoio/Veto/Programa)</i>	Eixo da <i>Coalizão Dominante</i> – Grupo de Programa	<i>Pressão</i> sobre a coalizão dominante – Grupo de Programa	<i>Oposição Frontal</i> à coalizão dominante – Grupo de programa	<i>Oposição Frontal/</i> posteriormente <i>Pressão</i> sobre a coalizão dominante – Grupo de Programa
<i>Durabilidade</i>	De 1983 em diante (embrião formado a partir de 1978; mudanças de nome na década de 1990)	De 1979 em diante	De 1974 em diante (com mudanças de nome nas décadas seguintes)	De 1978 em diante
<i>Estabilidade</i>	Relativamente estável	Consideravelmente estável	Relativamente estável	Relativamente instável
<i>Tamanho [% adesão de delegados no V EN (1987) e no I Congresso (1991)]</i>	1987: 58,2% 1991: 46,3%	1987: 7,6% 1991: 9,6%	1987: 1,1% 1991: 7,2%	1987: 2,8% 1991: 3,5%
<i>Imprensa própria</i>	Não	Sim	Sim	Sim
<i>Sedes próprias</i>	Não	Sim	Sim	Sim
<i>Finanças próprias</i>	Sim (a partir de 1987)	Sim	Sim	Sim
<i>Disciplina de grupo</i>	Não (adesão por solidariedade)	Sim (Centralismo democrático)	Sim (Centralismo democrático)	Sim (Centralismo democrático)
<i>Vínculos Internacionais</i>	Não	Sim (SU)	Sim (LIT)	Sim (QI-CIR)
<i>Expressão Pública</i>	Moderada (Sindical, Parlamentar)	Moderada (Sindical, Parlamentar, Imprensa)	Ostensiva (Sindical, Imprensa)	Ostensiva (Imprensa, Caso da PRODAM/SP)

Quanto a muitos dos indicadores de que nos utilizamos, a Articulação difere grandemente das demais subunidades analisadas. Entretanto, convém ressaltar que sua primeira e mais radical distinção em relação às demais correntes que acompanhamos em nosso trabalho advém de sua condição de eixo da *coalizão dominante* no partido. É fundamentalmente por controlar as principais zonas de incerteza

do partido que a Articulação se torna capaz de definir uma estratégia e uma agenda política para o conjunto do PT, comandando os principais aspectos de seu funcionamento cotidiano e de suas relações com outras organizações e instituições. A própria regulamentação das tendências, assim como a representação contra a CS que resultou na expulsão daquela corrente, foram disputas políticas travadas pela Articulação contra minorias partidárias a partir dessa confortável posição de sujeito central da coalizão dominante, de modo que os resultados dessas disputas tinham elevado grau de previsibilidade.

As demais correntes analisadas, por outro lado, são profundamente semelhantes no que diz respeito a praticamente todos os indicadores que utilizamos. Sua definição quanto às dimensões e categorias desenvolvidas por Sartori aponta para o fato de que todas essas subunidades estavam consideravelmente institucionalizadas enquanto grupos, isto é, munidas de suficiente solidez organizativa para atuarem de maneira autônoma, definindo suas próprias estratégias. Os indicadores levantados pela própria regulamentação apontam para a mesma conclusão. Inclusive, como bem denunciaram as correntes que se consideravam ameaçadas pelo processo, a regulamentação dispunha sobre as finanças, sedes e órgãos de imprensa próprios das tendências justamente porque tais elementos configuravam ferramentas para o trabalho político autônomo das minorias; sem elas, tornar-se-ia extremamente difícil (se não impossível) levar a cabo uma estratégia de oposição à coalizão dominante.

Para entender os efeitos diferenciados do processo sobre cada uma delas, devemos olhar justamente para as distintas *estratégias* das correntes. A questão dos *vínculos internacionais* está na origem dessas estratégias. Uma vez que o internacionalismo é um dos componentes mais fundamentais da ideologia trotskista, todas as correntes petistas que reivindicavam essa matriz teórica e política participavam (e seguiram participando) de organismos internacionais. A simples manutenção desse tipo de vínculo, portanto, não serve para explicar os efeitos distintos da regulamentação sobre a DS e a CS. Entretanto, como buscamos indicar nos capítulos III e IV, as estratégias adotadas por essas correntes estavam estreitamente relacionadas com seus centros de elaboração internacional, a França (SU) e a Argentina (LIT), respectivamente.

Como participantes de diferentes organizações internacionais, os trotskistas brasileiros comungavam dos pressupostos estratégicos e do arsenal tático compartilhado de suas respectivas internacionais. Do ponto de vista da “linha-geral”, certamente se expressava uma coerência entre a política de cada agrupamento trotskista e a tradição internacional que reivindicava. Para os três principais agrupamentos trotskistas aqui investigados, não se trata apenas de um acordo político geral, mas mesmo de uma relação “genética”: no caso da OSI e da DS, a atuação de dirigentes estrangeiros

(oriundos dos centros políticos dessas internacionais, a OCI e a LCR francesas, respectivamente) foi o que auxiliou e viabilizou a unificação de organizações anteriormente existentes; no caso da CS, o peso do PST (futuro MAS) argentino e de Nahuel Moreno sobre a formação da LO-CS é ainda maior, uma vez que a seção brasileira da futura LIT literalmente se forma na Argentina.

Porém, o peso político desses centros internacionais não pode ser confundido com os mecanismos rígidos de centralização que operavam na III Internacional estalinizada, por exemplo. Embora fosse consensual para o trotskismo que a dinâmica mundializada do capitalismo em sua fase imperialista exigia que as elaborações nacionais estivessem subordinadas a uma leitura internacional da luta de classes, a dinâmica das relações entre as seções trotskistas brasileiras e suas respectivas organizações internacionais, segundo nos indicou Arcary, refletia “deformações” de tipo nacional-trotskista. Em outras palavras, nas distintas internacionais, a elaboração política, as análises de conjuntura e as táticas e orientações votadas para as seções nacionais tendiam a refletir de maneira mais ou menos mecânica a experiência do centro político, o “partido-mãe”. Entretanto, inclusive por consequência dessa deformação, o aprofundamento das discussões sobre as particularidades brasileiras não ocupava lugar central nas pautas das Internacionais. Assim, votações e resoluções que especificassem rigidamente as mais importantes medidas a serem aplicadas pelas seções brasileiras, não faziam parte da rotina das Internacionais trotskistas. Consequentemente, o grau de autonomia tática das “seções-filhas” era bastante elevado nesse sentido, o que não nublava a grande afinidade estratégica que mantinham para com seus respectivos “partidos-mães”.

Passemos então à definição e a uma comparação das estratégias da DS e da CS. Como vimos no Capítulo III, em seu XIII Congresso (1985), o SU reafirma as linhas gerais de sua resolução *Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado* e reduz a utilização do conceito de *centrismo*, ampliando sua definição acerca de quem seriam os “revolucionários” e buscando dar ênfase à construção de um programa revolucionário conjuntamente com esses outros setores. A DS traduzia essas orientações de sua internacional na definição cada vez mais firme de um compromisso estratégico com o PT, cuja ala majoritária, na avaliação dos mandelistas, se desenvolvia à esquerda. Para a DS, a aposta era a de que as divisões existentes no seio da Articulação apontavam possibilidades de aprofundar esse desenvolvimento rumo a posições revolucionárias.

A estratégia que resultou daquela orientação internacional e dessa avaliação da correlação de forças e dos prognósticos para o desenvolvimento do PT se materializou com mais clareza a partir de 1989, quando a DS passa a divulgar suas elaborações sobre o “*movimento em pinça*”. Essa estratégia,

como vimos, explicita uma premissa até então implícita: a de que uma série de lutas deveria ser travada *antes* do “confronto final” (a ruptura revolucionária, a tomada do poder), de modo que o acúmulo de postos dentro da institucionalidade burguesa tornava-se condição de possibilidade do socialismo. Essa centralidade dada à penetração no aparelho de Estado aproximava os objetivos estratégicos dos mandelistas daqueles que já vinha sendo levados a cabo pela Articulação à frente do PT. A ideia da “longa duração” do processo revolucionário brasileiro, que exigia uma série de condições prévias, por sua vez, já estava presente no Programa Democrático Popular proposto pela Articulação e aprovado pelo PT em seu V EN (1987).

Tais acordos facilitaram a adequação da DS à regulamentação do direito de tendências. Do ponto de vista estratégico, essa adequação significava que a corrente mandelista não mais reconhecia a necessidade de ter uma expressão pública forte e independente. O instrumento para a lenta revolução brasileira seria o PT, e o papel da DS não seria outro senão o de atrair o conjunto do partido para a defesa de posições revolucionárias. Atuar enquanto fração pública não teria sentido, pois a batalha estratégica da DS deveria ser travada dentro do PT, e teria longa duração.

A Convergência, pelo contrário, trabalhava com uma estratégia que exigia permanentemente uma intervenção pública independente. A opção do morenismo pela *disputa da direção do movimento de massas* se relacionava com uma leitura distinta das possibilidades de evolução política, não apenas do PT, mas do próprio processo revolucionário. A CS não reconhecia um “desenvolvimento à esquerda” da Articulação, conferindo pouca importância às definições pelo socialismo adotadas pelo PT entre o V EN e o I Congresso, uma vez que julgava que elas não eram mais que concessões textuais à esquerda partidária. As definições concretas, práticas, da ala majoritária do PT estavam na contramão dessas resoluções, apontando um compromisso cada vez mais claro com a institucionalidade democrático-burguesa.

Além disso, para a CS, a possibilidade de rupturas revolucionárias em curto prazo não poderia e não deveria ser descartada (ao contrário do que dizia a premissa implícita da estratégia do “movimento em pinça”). Ao se colocar pela defesa das instituições do regime democrático, o PT se distanciava das posições mais radicais, de vanguarda, adotadas pelo movimento de massas durante crises como a do Governo Collor. Para os morenistas, eram justamente essas posições radicais que deveriam ser defendidas por um partido socialista, cujo intuito deveria ser sempre o de aprofundar as experiências de poder das massas, especialmente quando tais experiências se chocassem com a institucionalidade vigente. Uma divergência estratégica irreconciliável, expressa na atuação fracional pública da CS.

É justamente através do indicador da *atuação pública enquanto fração* que podemos apontar a principal razão dos efeitos distintos do processo sobre as duas correntes. Embora a regulamentação do direito de tendências impusesse uma série de restrições ao modelo organizativo e às atividades cotidianas das correntes internas, essas definições podiam permanecer letra morta enquanto a tendência se mantivesse publicamente subordinada. A DS manteve suas sedes, finanças jornal e vínculos internacionais, e chegava mesmo a apresentar publicamente (em seu jornal, por exemplo) polêmicas com a maioria na direção do PT, *mas abdicou de utilizar palavras-de-ordem que concretizassem essas polêmicas em chamados para a ação*. Isto é, a DS se permitia apresentar críticas à linha do PT, mas não podia propor campanhas e políticas alternativas ao ativismo e às entidades do movimento operário, estudantil e popular. Assim, ainda que se pudesse afirmar que, formalmente, a corrente não se havia adequadamente à regulamentação, não se geravam impasses políticos que a ameaçassem.

A CS, pelo contrário, encarava como fundamental a expressão pública de chamados à ação que dessem vazão às necessidades de aprofundamento da luta do movimento de massas, ainda que os mesmos se contrapusessem à estratégia e às táticas aprovadas pela direção petista. Era justamente esse elemento que, por assim dizer, transformava a *quantidade* em *qualidade*, caracterizando como excessiva a autonomia daquela subunidade e, conseqüentemente, tornando-a uma ameaça à estabilidade partidária. Para manter sua estratégia, a corrente assumiu inclusive o risco de se ver excluída do partido, preparando em 1992 os chamados à constituição de uma Frente Revolucionária (FR) que, dois anos depois, daria origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Para a corrente OSI-OT, não pretendemos apontar conclusões definitivas, uma vez que um acompanhamento mais detalhado da atuação, dos posicionamentos e da imprensa da terceira corrente trotskista do PT fugia ao escopo de nosso trabalho. Entretanto, é possível oferecer algumas considerações com base nos mesmos indicadores que utilizamos para apoiar nossas conclusões sobre a DS e a CS. Comparada àquelas duas tendências, a OSI-OT ocupa uma posição intermediária: embora tenha mantido críticas à Articulação e chamado palavras de ordem distintas das aprovadas nas instâncias partidárias, a corrente sustentava já no começo da década de 1990 a necessidade da construção estratégica do PT, e também logrou permanecer no partido.

A relação entre a corrente lambertista e a direção petista foi extremamente conturbada no período coberto por nossa pesquisa. A OSI-OT vinha de um racha significativo em 1987, no qual a maioria da direção da corrente optou por ingressar na Articulação. Os remanescentes adotaram um curso à esquerda, o que permitiu a conformação de chapas de unidade nos anos seguintes com outras

correntes críticas à maioria na direção partidária, em especial a CS. Como consequência, o reconhecimento da OSI-OT enquanto tendência interna esteve ameaçado em 1990, no início da segunda fase da regulamentação. Apesar disso, os lambertistas manteriam uma postura crítica, bem como divergências públicas para com a maioria partidária nos anos seguintes: de fato, foram os primeiros petistas a chamarem a palavra de ordem “Fora Collor”, ainda em maio de 1991. Quanto às gestões municipais, a OSI-OT também estava entre as tendências que consideravam que elas se distanciavam do programa petista, e que cedo ou tarde o partido iria se ver obrigado a fazer “oposição aberta” a seus próprios prefeitos. (OZAÍ SILVA, 2001c.) Embora tenha participado da gestão Erundina, se insubordinou à mesma no episódio que resultou na exoneração de Édison Cardoni, caso discutido no Capítulo IV.

Sendo fato, portanto, que a OSI-OT mantinha, pelo menos até o início da década de 1990, um perfil público insubordinado, fica a questão: por quais razões as divergências públicas e chamados de ação propostos pela OSI-OT não a colocaram em rota de colisão com a maioria na direção partidária, em um período em que, adotando táticas similares, a CS se viu excluída do PT? Uma resposta completa a esse questionamento exigiria um tratamento mais aprofundado e específico da trajetória e da natureza da ação pública de O Trabalho. Mas, com base nas conclusões que tiramos a partir das experiências da DS e da CS, podemos indicar pelo menos dois fatores que certamente contribuíram para que as polêmicas sustentadas pela OSI-OT gerassem menores atritos com a direção petista do que as iniciativas similares adotadas pela CS.

O primeiro deles tem a ver com os diferentes *pesos políticos* dessas tendências: a CS possuía contingentes maiores e, até mais importante, uma penetração mais profunda no movimento sindical, no qual a influência dos lambertistas era significativamente menor. Por isso, do ponto de vista da coalizão dominante no PT, cercear a atuação da Convergência era certamente um movimento mais urgente, por assim dizer, do que conter as polêmicas provocadas por O Trabalho. Entretanto, o fator do peso quantitativo de cada tendência não deve ser suficiente para explicar os diferentes efeitos da regulamentação sobre cada uma delas, uma vez que outra das correntes trotskistas que acompanhamos apenas superficialmente, a Causa Operária (CO), a menor de todas, foi expulsa do partido ainda em 1990.

O segundo fator, de maior poder explicativo, em nossa opinião, é o das *perspectivas estratégicas* adotadas pelas diferentes correntes. Como viemos argumentando, as estratégias elaboradas e assumidas pelas tendências minoritárias definiam em larga medida seu relacionamento com os

demais setores do PT e com as regras partidárias vigentes. Derivava dessas estratégias a disposição (ou a indisposição) de cada um desses agrupamentos em disputar os rumos do partido a partir dos limites estabelecidos pela maioria (tais como a própria regulamentação do direito de tendências), ou, pelo contrário, em não se subordinar a esses limites, assumindo os custos políticos de cada uma dessas opções.

Da mesma forma que é possível relacionar as estratégias dos mandelistas e morenistas do PT com as elaborações de suas correntes internacionais, também podemos fazê-lo em relação à tendência lambertista. A partir da década de 1980, o eixo da política de Lambert para a OCI francesa (partido-mãe da OSI-OT) passou a ser o de pressionar os partidos e governos reformistas à esquerda através de exigências a eles dirigidas. O signo de sua relação com esses partidos e governos, contudo, era o do apoio, como ficou evidente principalmente desde o Governo Mitterrand na França.⁹¹

Ainda em 1984, Lambert passa a desenvolver uma estratégia que ficaria conhecida como a “linha da democracia”, segundo a qual as massas dariam o conteúdo dos processos revolucionários, de modo que era necessário estar nas organizações das quais elas participavam. No mesmo período, os lambertistas passam a referir-se à manutenção das frentes únicas operárias como uma questão de princípio (e não de tática). Justificativa-se assim a construção de partidos ditos *democráticos*, que embora mais permeáveis às massas, abrigariam não apenas os revolucionários, mas também os reformistas. Já no ano seguinte, Lambert impulsiona um Movimento por um Partido dos Trabalhadores francês; em 1991, seria fundado o *Parti des Travailleurs*, ao qual a OCI aderiu formalmente. Semelhante a seu homônimo brasileiro, o PT francês abrigou correntes oriundas de diversos matizes políticos. A permanência da OSI-OT no PT brasileiro, portanto, dava expressão local à mesma linha implementada pelo lambertismo em nível internacional. É conveniente ressaltar ainda que, embora sustentadas em argumentos teóricos distintos, tanto a “linha da democracia” lambertista quanto a “redução do emprego do conceito de centrismo” pelo SU, elaboradas à mesma época (meados da década de 1980), conduzem à mesma conclusão: a independência política do partido trotskista perante o movimento de massas deixara de ser necessária.

De acordo com sua orientação internacional, apesar dos choques públicos, a OSI-OT manteve uma posição segundo a qual a construção do PT era estratégica e, portanto, a corrente não cogitava

⁹¹ Moreno desenvolveu uma polêmica contra a atuação da OCI francesa em relação ao Governo Mitterrand em sua obra *A Traição da OCI* (MORENO, 2008).

abandoná-la. Coerentemente, afirmava a validade das resoluções sobre tendências até então aprovadas, e se posicionava contra a existência de “partidos dentro do partido” – postura bastante distinta da adotada pelos representantes da CS, em especial nas discussões que culminaram na expulsão dos morenistas do PT. Recordemos que, naquela ocasião, a Convergência optou por denunciar o caráter restritivo e seletivo das resoluções sobre tendências. Segundo registra Antonio Ozaí Silva, a CS foi até mais longe – um de seus representantes nas instâncias superiores petistas, Valério Arcary, chegou a afirmar, em uma das últimas reuniões do DN que discutia as medidas disciplinares contra a CS: “entre a unidade do PT e a unidade da Convergência, optamos pela segunda”. (OZAÍ SILVA, 2001b.) O Trabalho, pelo contrário, segundo Ozaí, antes mesmo do I Congresso do PT, teria *descartado a “atuação enquanto fração pública”*. (OZAÍ SILVA, 2001c). Essa consideração aponta no mesmo sentido de nossas conclusões, ou seja, que a ação fracional pública foi, de fato, um dos critérios decisivos para definir os efeitos da regulamentação sobre cada tendência.

Entretanto, Ozaí Silva não define ou exemplifica a “atuação enquanto fração pública” à qual OT teria renunciado. Em nossa compreensão do conceito, a ação fracional pública se define pela constante apresentação de divergências através de canais externos ao partido, especialmente quando levadas a um patamar superior ao da simples polêmica, caracterizado pelo *chamado à ação*. Para definir em que medida a OSI-OT desenvolveu atividade fracional pública, como dissemos, seria necessário um acompanhamento mais profundo de sua atuação, que escapa às ambições de nosso estudo. Entretanto, se faz necessário destacar que a atuação dos lambertistas em relação à crise do Governo Collor, bem como sua insubordinação ao Governo Erundina, em nossa opinião, podem ser consideradas como ações fracionais, simultâneas à segunda fase da regulamentação das tendências.

Em todo caso, sabe-se que passado o I Congresso, OT prosseguiria afirmando a possibilidade e a necessidade estratégica de que o PT retomasse seu caráter original e, para contribuir com essa disputa, considerava fundamental prosseguir enquanto tendência do partido, fazendo exigências à sua maioria e pressionando-a rumo à esquerda. Embora reconhecessem as vacilações da direção petista e considerassem a expulsão da CS como um equívoco, tanto OSI-OT quanto DS afirmavam que os morenistas deveriam se empenhar mais em evitar a ruptura, pois as perspectivas ainda abertas para o partido seriam extraordinárias. Ambas apostavam em aprofundar as divisões internas da Articulação, apoiadas na “vitalidade inédita” que vinha sendo demonstrada pela base partidária, principal fator que negaria a tese da CS e da Frente Revolucionária por ela encabeçada, segundo a qual o PT era irrecuperável.

Passados dois anos do fim da regulamentação do direito de tendências, a FR daria origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Recusando-se a abrir mão de sua independência política, os morenistas praticamente abdicariam do acesso aos postos governamentais de Estado, embora consolidando uma participação significativa, ainda que minoritária, na vanguarda do movimento sindical e de massas. As perspectivas abertas à OT e principalmente à DS em termos de inserção institucional foram muito mais amplas tanto no Estado quanto no próprio partido, em cuja direção sua representação cresceria no VIII EN (1993). Apesar disso, não conseguiriam impor grandes mudanças ao curso estratégico do PT, e a pressão cada vez maior do ambiente governamental provocaria cisões e defecções em ambas nos anos seguintes.

Considerações Finais

O processo de regulamentação do direito de tendências configurou-se como uma iniciativa da coalizão dominante para cercear as liberdades de agrupamentos oposicionistas, impondo limites à sua atuação e visando conferir maior estabilidade ao ambiente partidário. A regulamentação colocava para as correntes minoritárias o dilema de aprofundarem suas próprias definições estratégicas, articulando-as com táticas para resistir à regulamentação ou para se adaptar ao ambiente partidário cada vez mais institucionalizado. Enquanto, para algumas tendências, o processo significou enfrentamentos cada vez mais tensos com a maioria na direção, para outras foi justamente uma das condições de possibilidade para que tomassem parte naquela coalizão.

Foi a partir das distinções entre as estratégias de agrupamentos que, quanto aos aspectos elencados pela própria regulamentação, carregavam uma série de semelhanças, que pudemos encontrar o principal nexo explicativo para os efeitos antagônicos do processo sobre eles. Mas não poderíamos encerrar o presente trabalho sem apresentar um resumo das consequências mais gerais da regulamentação para o conjunto do partido. Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a exclusão ou a adequação às novas regras não foram os únicos tipos de resultado do processo sobre os agrupamentos internos. É preciso mencionar também as *autodissoluções de tendências*. Enquanto os agrupamentos trotskistas dos quais tratamos mantiveram-se organizados enquanto subunidades, outras tendências como o PCBR e o PRC⁹² se dispersariam no partido.

A pressão da regulamentação contribuiu para acelerar a dissolução desses grupos, mas outros

⁹² Coelho dedica um capítulo de sua tese à trajetória do PRC. (2005, pp. 92-152.)

fatores devem ser mobilizados para explicar esse fenômeno. O mais geral, de ordem ideológica, era sem dúvida o cenário de profunda crise e desorientação colocado para amplas parcelas da esquerda marxista pela queda do aparato estalinista em fins da década de 1980. A falência do modelo do chamado “socialismo real” foi encarada por esses agrupamentos como exigência de uma revisão programática pautada pelo abandono dos “dogmatismos”, interpretação que os aproximava da estratégia e dos compromissos assumidos pela Articulação. O subproduto desse processo foi um deslocamento mais ou menos acentuado dessas tendências para a direita do espectro partidário.

O PRC, especificamente, cujo peso no partido não era irrelevante, experienciava ainda um fator de ordem ambiental que, como sustentamos em nosso trabalho, influenciou decisivamente sobre o curso de crescente moderação programática do PT: a obtenção e a manutenção de mandatos. O PRC logrou tomar parte na coalizão dominante ainda em fins da década de 1980, a partir do convite recebido pelo deputado federal José Genoíno, principal dirigente da tendência, para compor a Executiva do partido, graças a seu bom trânsito junto à Articulação. Eurelino Coelho aponta que o mandato de Genoíno tornava-se cada vez mais fundamental para a manutenção do grupo, especialmente porque colocava à disposição da tendência canais de ação que sua pequena inserção social não garantiria. (COELHO, 2005, pp. 141-143.) O grupo político do deputado conheceria um deslocamento político acentuadíssimo: da condição de alvo prioritário da regulamentação, mantida pelo PRC em 1986-1987, então localizado na extrema esquerda do PT, daria origem à tendência Nova Esquerda (NE) já em 1989. A NE seria uma das signatárias da tese Projeto Para o Brasil (PPB) em 1991, que aglutinava justamente alguns dos setores à direita da Articulação na disputa do I Congresso do PT.

Com a conclusão do processo de regulamentação, as tendências tiveram sua legitimidade definitivamente reconhecida, tornando-se formalmente os “partidos do sistema político petista”, isto é, as organizadoras dos conflitos e demandas intrapartidárias, e, não menos importante, os principais canais de acesso aos postos dirigentes. Como assevera Pedro Ribeiro, “o militante que deseja disputar um cargo na hierarquia petista continua precisando, necessariamente, vincular-se a alguma tendência. Isolado, está destituído de oportunidades de ascensão”. Para o autor, embora as alterações no arranjo institucional petista instituídas em 2001, especialmente a introdução dos PEDs, tenham reduzido a importância dos Encontros na vida interna do partido, nem assim se alteraria “o panorama de *monopólio das tendências na competição interna*”. (RIBEIRO, 2008, p. 184)

Outro avanço na institucionalização do partido também teve lugar no I Congresso e contribuiu para viabilizar a estratégia da autodissolução, reduzindo os custos de fracionamento no partido: a queda

da “cláusula de barreira”. Até 1991, o ingresso nas instâncias diretivas só era possível às chapas que alcançassem pelo menos 10% dos votos dos delegados; a participação de um membro das minorias que não alcançassem tamanha expressão nas reuniões do DN e da CEN dependia de convites da maioria. Com o fim da cláusula, mesmo grupos bastante reduzidos podiam permanecer participando dos organismos de direção petistas, reduzindo o estímulo à formação e manutenção de “blocos” de agrupamentos minoritários. De fato, Ribeiro mostra que, a partir de fins da década de 1990, tais avanços na institucionalização petistas chegariam a produzir um grau maior de fracionamento dentro do próprio campo majoritário. Em um contexto de alta coesão e estabilidade monolítica da nova coalizão dominante (ainda encabeçada pela Articulação, que retomaria a maioria na direção partidária em 1995 após perdê-la dois anos antes), apresentar “diferenças cosméticas em relação ao grupo hegemônico”, colocando-se em uma posição *passível de cooptação*, tornava-se uma das melhores (e únicas) opções de ascensão partidária disponíveis aos agrupamentos minoritários. (RIBEIRO, 2008, p. 226.)

Em todo caso, o processo de institucionalização partidária, concluído no início dos anos de 1990, se desenvolveu em meio a crises partidárias, governamentais, ideológicas, que revelavam o esgotamento da primeira coalizão dominante da história do PT. À época, seria muito difícil prever que aquelas pressões oriundas da progressiva inserção institucional do partido, que em 1993 chegariam mesmo a “rachar” o heterogêneo “guarda-chuva de governabilidade” (RIBEIRO, 2008, p. 226.) em que consistia a Articulação, em apenas mais dois anos dariam lugar a um novo cenário, radicalmente diferente, com o surgimento de uma nova coalizão dominante, altamente coesa e provida de uma estabilidade inabalável entre 1995 e 2005. Nela, lograriam tomar parte inclusive alguns dos que foram ameaçados pela regulamentação do direito de tendências. Mas a nova coalizão seguiria sendo capitaneada pelos líderes da antiga.

BIBLIOGRAFIA

1. Artigos e Livros

ALMEIDA NETO, Eduardo. *Brasil: Reforma ou revolução?*. São Paulo: Cadernos Marxistas, s/d (2000).

AMARAL, Oswaldo M. E. do. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçon, 2003.

ANGELO, Vitor Amorim de. *A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

AZEVEDO, Ricardo de. "Qual é a tua, Convergência?". In: *Teoria & Debate*, nº 10, abril/1990.

CARVALHO, Apolônio de. "Momento de Exclusão". In: *Teoria & Debate*, nº 9, janeiro/1990.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Trad. Teresa Barros Pinto Barroso. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COUTO, Claudio Gonçalves. *O Desafio de Ser Governo: O PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FARIA, Marcos Moutta. "A experiência do Movimento Convergência Socialista" In: Cadernos AEL, nº 22/23. Campinas: IFCH, 2005.

FEVEREIRO, José Luís. "1º Congresso: Balanço de uma Disputa". In: *Teoria & Debate*, nº 18, maio/1992.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra Que PT: Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classes: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000". In: RIDENTI, Marcelo et REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Vol. 6.

KECK, Margaret E. *PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da democracia brasileira*. Trad. Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.

KIRCHHEIMER, Otto. "The transformation of the Western European party systems". In: LaPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (orgs.). *Political parties and political development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.

KUN, Miklós. "Trotsky e o Movimento Clandestino Anti-stalinista nas décadas de 1920 e 1930". Trad. Istvan Jancsó. In: COGGIOLA, Oswaldo. (org.) *Trotsky/Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.

LENIN, V. I. U. *Obras Escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979. Vol. I.

LOURENÇO, Luís. "Nasce um novo partido revolucionário no Brasil". In: *Correio Internacional*, nº 64,

agosto/1994.

MANDEL, Ernest. *Vanguard Parties*. 1983. Disponível em: <<<http://www.marxists.org/archive/mandel/1983/03/vanguard.htm>>>.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor”. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 19-65.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*: Investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos. Trad. José M. Justo. Lisboa: Antígona, 2001.

MORENO, Nahuel. *A Ditadura Revolucionária do proletariado*. Trad. Paula Maffei. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

_____. *O Partido e a Revolução*: Teoria, Programa, Política. Polêmica com Mandel. Trad. Cecília Toledo. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*: Organización y poder en los partidos políticos. Trad. Mario Trinidad. Madrid: Alianza, 1990.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

POMAR, Valter. *Socialismo ou Barbárie*: documentos da Articulação de Esquerda. 2000

POMAR, Wladimir. *Quase Lá*: Lula, o susto das elites. São Paulo: Brasil urgente, 1990.

RATH, Christian. “Congreso del PT: ¿Adónde va la izquierda?”. In: *En Defensa Del Marxismo*, Ano I, nº 3, abril/1992.

RIBEIRO, Marco Antonio. “DS apresenta: a ‘Estratégia da Pinça’” In: *Convergência Socialista*, nº 295, junho/1991.

RIBEIRO, Pedro F. “O PT, o Estado e a sociedade (1980-2005)” In: ANGELO et VILLA (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*: uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009. pp. 183-218.

SARTORI, Giovanni. *Parties and party systems*: a framework for analysis. University of Essex: ECPR Press, 2005.

SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí. “A Democracia Socialista”. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano I, nº2. 2001a. Disponível em <<<http://www.espacoacademico.com.br/002/02trotskismo.htm>>>. Consultado em agosto/2013.

_____. “As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)”, 2001b. Disponível em: <<<http://www.espacoacademico.com.br/003/03trotskismo.htm>>>. Consultado em julho/2014.

_____. “O Trabalho (OT) – Corrente Interna do partido dos Trabalhadores” 2001c. Disponível em: <<<http://www.espacoacademico.com.br/001/01trotskismo.htm>>>. Consultado em julho/2014.

SILVA, Wilson Honório. “Diretório do PT aprova Resolução: Esperar 1994”. In: *Convergência Socialista*, nº 313, outubro/1991.

STUTJE, Jan Willem. *Ernest Mandel: A Rebel's Dream Deferred*. Trad. Christopher Beck e Peter Drucker. London, New Left Press - Verso, 2009.

TROTSKY, León. “La situación de la Liga y sus tareas: una contribución al debate”. 1933a. Disponível em: <<<http://www.ceipleontrotsky.org/La-situacion-de-la-Liga-y-sus-tareas>>>. Consultado em agosto/2014.

_____. “Consideraciones de principio sobre el entrismo”. 1933b. Disponível em: <<<http://www.ceipleontrotsky.org/Consideraciones-de-principio-sobre-el-entrismo>>>. Consultado em julho/2014.

_____. “El centrismo y la Cuarta Internacional” 1934. Disponível em: <<<http://www.ceipleontrotsky.org/El-centrismo-y-la-Cuarta-Internacional>>>. Consultado em agosto/2014.

_____. “Open Letter For the Fourth International”. 1935. Disponível em: <<<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/xx/fi.htm>>>. Consultado em setembro/2013.

_____. *A Revolução Traída: O quê é e para onde vai a U.R.S.S.* Trad. Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. *O Programa de Transição para a Revolução Socialista*. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. *A Teoria da Revolução Permanente*. Trad. Diego Siqueira, Hermínio Sacchetta e João Galvão. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2010a.

_____. *Stalin, o Grande Organizador de Derrotas/A III Internacional depois de Lenin*. Trad. Paula Maffei. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2010b.

_____. *Em Defesa do Marxismo*. Trad. Luis Carlos Leiria e Elisabeth Marie. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

VIANA, Gilney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac, 1991.

WATERS, Mary Alice. “Introduccion” in LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Bogotá, Editorial Pluma, 1979. Tomo I.

2. Dissertações e Teses

AMARAL, Oswaldo M. E *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Unicamp, 2010.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, UFF. 2005.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFF, 2000.

GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha. *O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia*

Socialista, PSTU e O Trabalho - uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2004.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do Governo Collor e a tática do PT*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2005.

RIBEIRO, Pedro F. *Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de Doutorado, UFSCar, 2008.

3. Documentos do Partido dos Trabalhadores

DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. 1986.

DS (Democracia Socialista). *Ousadia na estruturação de uma organização política nacional, na formação de uma frente de esquerda revolucionária, em impulsionar o PT*. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, pasta 17 1979a.

_____. *Elementos de análise da conjuntura e tática*. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, pasta 17. 1979b.

_____. *Cadernos Em Tempo: O PT e o partido revolucionário no Brasil*. São Paulo, nº 1, set/1981. Consultado em 15/set/2013.

PONT, Raul. *Sobre a Construção Partidária*. 1987. Consultado no Centro de Memória da Fundação Perseu Abramo/PT-SP.

PONT, Raul et MACHADO, João. *Questões decisivas para um partido democrático*. 1987. Consultado no Centro de Memória da Fundação Perseu Abramo/PT-SP.

4. Periódicos e Revistas

Convergência Socialista (Consultado nas sedes do Partido Socialista dos Trabalhadores unificado em São Paulo e São José dos Campos).

Em Tempo (Consultado no Arquivo Edgar Leuenroth - AEL/UNICAMP e no Centro de Documentação e Memória CEDEM/UNESP).

Teoria & Debate (Consultada na Coleção da Biblioteca do IFCH/Unicamp).